

VARGAS

E

A CRISE DOS ANOS 50

Angelo de Castro Gomes (org.), Villas-Bôas Corrêa
Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman
Jorge Ferreira, Mônica Almeida Kornis
Mário Antonieto Leopoldi, Salomão Quadros do Silva
Hildete Pereira de Melo, Adilson de Oliveira
João Licardo de Araújo, Suely Braga da Silva

RELUME



DUMARÁ

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser textual,
com indicação de fonte conforme abaixo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 271 p.

Vargas e a
Crise dos Anos 50

Vargas e a Crise dos Anos 50



Angela de Castro Gomes
(organizadora)

Villas-Bóas Corrêa
Alzira Alves de Abreu
Fernando Lattman-Weltman
Jorge Ferreira
Mônica Almeida Kornis
Angela de Castro Gomes
Maria Antonieta P. Leopoldi
Hildete Pereira de Melo
Adilson de Oliveira
João Lizardo de Araújo
Salomão Quadros da Silva
Suely Braga da Silva

© Associação de Pesquisa e Documentação Histórica
Direitos cedidos para esta edição à
DUMARÁ DISTRIBUIDORA DE PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Barata Ribeiro, 17 sala 202
22011-000 - Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (021) 542-0248 Fax: (021) 275-0294

Copidesque

Maria Lucia Leão Velloso de Magalhães
Luiz Alberto Monjardim

Revisão

Luiz Otavio de Souza e Silva

Editoração

MMFREIRE - Editoração e Arte

Capa

Studio Tira-Linhas

A edição deste livro
contou com o patrocínio da
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

V426

Vargas e a crise dos anos 50 / Angela de Castro Gomes (organizadores) ;
Villas-Bôas Corrêa... [et al]. — Rio de Janeiro : Relume-Dumará,
1994.

1. Vargas, Getúlio, 1883-1954. 2. Brasil - História - Crise de 1954.
3. Brasil - Política e governo, 1954. 4. Brasil - História - 1945-1964.
I. Gomes, Angela Maria de Castro, 1948- . II. Corrêa, Villas-Bôas.

94-0977

CDD - 981.0632
CDU - 981

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação,
por qualquer meio, seja ela total ou parcial, constitui violação da Lei 5.988.

■
Sumário
■

Apresentação

7

Prólogo

13

Eu vi

VILLAS-BÓAS CORRÊA

15

Primeira Parte

21

*Fechando o cerco:
a imprensa e a crise de agosto de 1954*

ALZIRA ALVES DE ABREU e
FERNANDO LATIMAN-WELTMAN

23

*O carnaval da tristeza:
os motins urbanos do 24 de agosto*

JORGE FERREIRA

61

Agosto e agostos: a história na mídia

MÔNICA ALMEIDA KORNIS

97

Segunda Parte

113

Imagens de uma década

115

Terceira Parte

131

Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas

ANGELA DE CASTRO GOMES

133

*O difícil caminho do meio:
Estado, burguesia e industrialização
no segundo governo Vargas (1951-54)*

MARIA ANTONIETA P. LEOPOLDI

161

*O Brasil de Getúlio Vargas
visto da Fundação Getúlio Vargas*

SALOMÃO QUADROS DA SILVA

205

O sonho nacional: petróleo e eletricidade (1954-94)

HILDETE PEREIRA DE MELO, ADILSON DE OLIVEIRA e
JOÃO LIZARDO DE ARAÚJO

225

Epílogo

257

O legado documental de Getúlio Vargas

SUELY BRAGA DA SILVA

259

■

Apresentação

■

*Jesus Cristo, pelo povo
Padeceu morte e paixão,
Getúlio foi outro Cristo,
Varou o seu coração
Com uma bala sublime
Para salvar a nação!
Morreu, mas ressuscitou
E subiu ao céu com glória,
Assim há de ser Getúlio,
Que vai ficar na memória,
Viverá eternamente
Alumbrando a nossa História.*

(Orígenes Lessa, *Getúlio Vargas
na literatura de cordel*)

A literatura histórica vem crescentemente distinguindo e valorizando o que se convencionou chamar de “fatos da memória”. Coincidindo ou não com os assinalados por uma história “oficial” nacional ou de um grupo (partido, sindicato, instituições militares, culturais etc.), os fatos da memória são aqueles retidos e lembrados como marcos significativos quando uma coletividade narra “sua” própria história.

Sem dúvida, tal construção conceitual deve ser entendida no bojo de uma transformação do trabalho historiográfico que se caracteriza por recolocar a história política como área privilegiada de reflexão para o conhecimento de uma sociedade e, em o fazendo, redimensionar, mais uma vez, o papel dos “acontecimentos” e dos “indivíduos” na história. *Pari passu*, esta “nova” história política intercepta-se com uma história cultural de fronteiras fluidas com disciplinas como a sociologia e a antropologia.

Os “fatos da memória”, sobretudo quando também são fatos da história destacados pela construção de uma memória política nacional que tem presença e continuidade no tempo, constituem-se em objetos privilegiados de análise para o historiador.

É justamente esse o caso do suicídio do presidente Getúlio Vargas em agosto de 1954 que, neste ano de 1994, completa 40 anos, razão pela qual seria inevitavelmente recordado e reforçado pelos mecanismos da memória. Não fosse esse fato suficiente, o ano de 1994 também assinala 30 anos do golpe militar de 1964, outro acontecimento traumático da história do Brasil, que guarda com o suicídio um laço fundamental. Afinal, não só os analistas profissionais — historiadores, jornalistas — da política nacional, como também grande parte da população que tem acesso a informações sabem e repetem que o suicídio adiou por 10 anos o golpe. Se Vargas não tivesse dado um tiro no coração, a conspiração civil-militar que se armava dificilmente seria evitada.

Não se trata aqui de discutir a “veracidade” dessa hipótese, mas de estabelecer o vínculo entre os dois eventos e o “sucesso” imediato do suicídio que acaba por esvaír-se com o passar do tempo. Nesses termos, a memória de 1994 reconstrói os acontecimentos de 1954 na perspectiva dos 30 anos do regime militar e de todas as frustrações que o país viveu a partir de então.

Ainda não fosse o bastante, 1994 é um ano de eleições gerais, fato que não ocorre no Brasil desde os anos 50. Será feita agora a segunda escolha presidencial após o término do regime militar e a primeira após o *impeachment* de um presidente da República. Eleições presidenciais são, freqüentemente, momentos memoráveis pelo poder de concentrar tensões e mobilizar a população. Foi assim na maioria das sucessões republicanas, com destaque para as que os golpes de 1937 e 1964 interromperam.

É desnecessário continuar elencando as razões que motivaram este livro e o tornaram possível. Pretendeu-se, antes de tudo, partir do suicídio como um fato histórico e um fato da memória política dos brasileiros, contemporâneos ou não do evento. Por esse motivo o livro tem um prólogo — *Eu Vi* — que é um curto, denso e belo depoimento de um dos jornalistas políticos mais respeitados do país: Villas-Bôas Corrêa.

Este texto introduz o livro e, em especial, sua primeira parte, centrada no evento do suicídio. Ela é composta por três artigos que deslizam de 1954 a 1994. No primeiro deles — *Fechando o Cerco: a Imprensa e a Crise de Agosto de 1954* — Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman tomam a imprensa como objeto de análise e demonstram a potencialidade da mídia como construtora do próprio fato que registra. Trata-se de focalizar o “momento” do suicídio e as versões pelas quais ele é acompanhado.

O segundo artigo — *O Carnaval da Tristeza: os Motins Urbanos do 24 de Agosto* —, de Jorge Luis Ferreira, volta-se para o impacto produzido pelo suicídio na população e, etnograficamente, reconstitui os motins que agitaram as maiores cidades do país, provocando surpresa geral, e sobretudo

medo entre os conspiradores. Os motins, tratados como ritual de inversão, dão sentido profundo ao trauma político e bloqueiam a trama civil-militar.

Por fim, a primeira parte encerra-se com o trabalho de Mônica Almeida Kornis — Agosto e Agostos: a História na Mídia — que analisa a representação encenada pela Rede Globo do romance de Rubem Fonseca em uma minissérie, durante o mês de agosto de 1993.

No que se refere a esse conjunto de textos, gostaria de destacar que, a despeito do muito referido na literatura, o suicídio de Vargas nunca foi objeto específico de análises históricas. Em particular, o tratamento que os textos dão ao tema prima pela originalidade, inovando nas escolhas metodológicas realizadas. Portanto, estimularia o leitor a um duplo olhar, atento tanto ao conteúdo dos artigos, quanto às suas estratégias de construção.

Na segunda parte, o livro reúne outro conjunto de textos com características diversas. Estruturados a partir dos anos 50 e deslocando-se no tempo conforme as especificidades de suas temáticas, cada um destaca uma questão inequivocamente vinculada à história da Era Vargas.

Afinal, poucos personagens históricos, muito poucos mesmo, são conhecidos e reconhecidos, com toda a ambigüidade que carregam, como Getúlio Vargas. Um ditador — e não há bons ditadores ou meias ditaduras — que, após ser derrubado do poder em 1945, é a ele reconduzido pelo voto popular, para dele sair em circunstâncias dramáticas. Uma liderança que marcou profundamente a política brasileira e que nela ainda está presente. Sua herança política, materializada em bandeiras simbólicas como o trabalhismo e o nacionalismo, agita disputas entre os que advogam ser seus herdeiros e impõe-se àqueles que lhe são contrários até hoje.

O texto de minha autoria, que abre a segunda parte, discute o impacto do suicídio sobre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido que simbolicamente mais se ligava e dependia da figura carismática de Vargas. Por isso, Trabalho e Democracia: o PTB sem Vargas acompanha, através da figura de San Tiago Dantas, os esforços de transformação organizacional e ideológica do PTB de 1954 a 1964, bem como assinala seu crescimento eleitoral e suas profundas cisões às vésperas do golpe. Centrado na problemática política desses 10 anos de extrema relevância para a experiência do aprendizado democrático no Brasil, o artigo procura fixar, na linha de outros trabalhos recentes, a não-inevitabilidade do golpe, ressaltando as opções políticas dos atores do período. O que fica claro, igualmente, é que as escolhas políticas realizadas envolviam profundamente projetos de reformas econômicas e sociais para o país, o que remete necessariamente à discussão da política econômica dos anos 50.

É justamente nesse vínculo que trabalham os três artigos seguintes, abordando questões diversas e com embocaduras diferenciadas.

Maria Antonieta Leopoldi escolheu a ótica do “difícil caminho do meio” para analisar o projeto industrial do governo Vargas em extensão, destacando os papéis da burocracia e da burguesia industrial. O texto é minucioso, realizando comparações, ainda que breves, com governos anteriores e posteriores.

O artigo subsequente, de Salomão Quadros da Silva, segue trilha semelhante, cobrindo alguns dos problemas mais candentes da política econômica dos anos 50 e ilustrando questões clássicas de um debate que não encontrava respostas completas. O Brasil de Getúlio Vargas Visto da Fundação Getúlio Vargas, instituição que reunia atores cruciais para a história do pensamento econômico no Brasil, procura traçar um panorama da década, situando, através dos periódicos de economia da FGV, a diversidade e complexidade das opções então em confronto.

Finalmente, O Sonho Nacional: Petróleo e Eletricidade (1954-94), de Hildete Pereira de Melo, Adilson de Oliveira e João Lizardo de Araújo, trabalha com o tema do nacionalismo através da discussão das características dos projetos da Petrobrás e da Eletrobrás, ao mesmo tempo paradigmáticos da política desenvolvimentista dos anos 50 e estratégicos na construção de uma ideologia nacionalista. Não por acaso, é em torno dessas duas empresas estatais que o debate atual sobre privatização torna-se mais difícil e acirrado, envolvendo aspectos que transcendem em muito cálculos utilitários de ganhos e perdas exclusivamente materiais.

Para concluir, o livro recorre a um epílogo com características específicas. Trata-se do texto de Suely Braga da Silva — O Legado Documental de Getúlio Vargas — que constitui uma reflexão sobre a história e a composição documental do arquivo privado de Getúlio Vargas. Nesse caso, ainda uma vez, são as próprias fontes o objeto de análise, embora desta feita em perspectiva distinta das anteriores. Nesse sentido, procura-se finalizar demonstrando ao leitor o quanto pode e deve ser feito sobre o período e os temas que foram tratados ao longo do livro.

Como se vê, o volume é escrito por jornalista, historiador, economista, cientista político e arquivista, numa combinação que considero mais que proveitosa e enriquecedora. Ele foi concebido para um público não-acadêmico *stricto sensu*, o que significa dizer que, sem prejuízo da qualidade das análises, a preocupação foi escolher questões e abordagens novas e motivadoras, em textos escritos sem os vícios que os dialetos das ciências acabam por nos impor.

A comunicação com o leitor foi, portanto, preocupação primordial desde o início, tornando a organizadora uma leitora impertinente a incomodar aqueles que se dispuseram a colaborar com o projeto. Foi também com a mesma perspectiva que o editor foi convencido da importância de um

caderno de fotos, para cuja seleção contei com o auxílio de Mônica Kornis. Assim, aqueles que escreveram o livro — os autores — e aqueles que o fizeram — os editores — compartilham da idéia de que estão apresentando ao público o resultado de um trabalho que busca na memória e na história tanto seu ponto de partida quanto seu ponto de chegada.

Rio de Janeiro, junho de 1994

Angela de Castro Gomes

■
Prólogo
■

Eu vi



VILLAS-BÓAS CORRÊA



Na madrugada insone de 24 de agosto de 1954, desci os degraus de madeira gasta da velha escadaria barulhenta do falecido *Diário de Notícias* — então vivíssimo, no pico do prestígio e da autoridade —, e com meia dúzia de passos refiz o trajeto até o botequim da esquina da praça Tiradentes com a rua da Constituição.

Naquela hora tardia, com as primeiras claridades da aurora espantando o negrume noturno, o boteco cochilava, com poucos fregueses renitentes espalhados pelas mesinhas de manchas venerandas, esticando a conversa vadia e engolindo as últimas doses. O local e a hora permitem recompor o cenário e resgatar o ambiente. A praça enfeitada pela estátua eqüestre de Pedro I purgava a justa fama de valhacouto da vadiagem, com a peculiaridade de pólo de atração dos homossexuais de fim de linha. E de toda a fauna da sarjeta, de mendigos às sobras do vício eclético, dos gigolôs às prostitutas do *trottoir* expelido do Mangue.

Encostei-me no balcão e encomendei sanduíches para enganar a fome da longa e tensa virada da editoria política. Dono e garçom, *seu* Manuel, íntimo da equipe de frequência obrigatória, começou a cortar o pão e o queijo, enquanto puxava conversa:

— Pois quais são as novidades? O homem cai ou não?

Resumi o desfecho consumado. O presidente Getúlio Vargas estava no chão, deposto pelos militares. No Palácio do Catete ultimava-se a redação da nota oficial confirmando a renúncia negociada, sob imposição dos generais rebelados.

A nova alvoroçou *seu* Manuel. Em altos brados, repassou-a à freguesia de desocupados, prostitutas, gigolôs, vagabundos, marginais.

Pois o boteco ganhou vida, despertou do cansaço, da fome e do álcool para a comemoração ruidosa, aos vivas, molhada pela farta distribuição de cachaça. Generoso, *seu* Manuel não cobrou os sanduíches.

Voltei à redação ruminando aquele flagrante da volubilidade da opinião pública. O velho Vargas estava acabado, impopular, no baçoço.

Narrei o episódio ao Odylo Costa, filho, chefe da seção política, ao Heráclio Salles, ao Osório Borba, ao Vanderlino Nunes. Decidimos não registrá-lo na edição que anunciaria a virtual deposição de Vargas: não era hora de tripudiar sobre o vencido.

Deixei a redação pela manhã, por volta das 6 horas, para o segundo turno no *O Dia*, então instalado num sobradão da rua Marechal Floriano, quase esquina da rua Uruguaiana. No meio da caminhada a notícia do suicídio de Getúlio Vargas estrondou pela voz poderosa de Heron Domingues, depois do prefixo dos estridentes metais do *Repórter Esso*.

E vi a cidade virar. Nunca assistira a cena igual. O ar de festa, o clima de desafogo que percebia nos pedaços de conversa afinada pelo tom de repulsa do “já vai tarde”, incendiado pela chispa da tragédia, transformou-se instantaneamente. Estaquei na avenida Passos, siderado pela cena patética: uma senhora, preta e de idade indefinida, parecia trespassada pela notícia trombetada pelo rádio e que juntava gente aturdida à porta de uma loja. Esbugalhou os olhos, estufou como se fosse arrebentar e estourou num desespero que uivava e berrava os mais terríveis xingamentos bíblicos e prometia implacável vingança popular.

Não era louca. Mas a profeta da turbulência que se espalhou pelo Rio, aos gritos de punição aos assassinos, com a fúria indiscriminada de grupos que carpia suas lamentações em uivos de ódio contra tudo e todos, os mesmos que aplaudira até então. A cidade ardeu em incêndios, desatinou-se no quebra-quebra e na pilhagem, até que se exauriu o ímpeto da desforra.

Só então a multidão encontrou-se para chorar o suicida que aplicara seu derradeiro golpe político. Um golpe de mestre.

A volta de Getúlio, em 50, “nos braços do povo”, carregado no andor de votos depois de impressionante campanha que reuniu multidões por todo o país, passa por um roteiro de erros e acertos.

Vargas resistiu enquanto pôde, com o apoio de parte da família dividida. A filha predileta, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, em vários depoimentos confirma sua desaprovação ao risco da candidatura do pai, envelhecido, desatualizado, sem sustentação parlamentar, sob a mira da oposição rancozosa e brilhante liderada pela UDN e a má vontade dos militares que o

depuseram em 44, no embalo da redemocratização que liquidou com o Estado Novo, que saíra de moda com seu ranço fascistóide de tortura, de violência, de censura e cerceamento da liberdade.

A miopia política do medíocre governo do presidente Dutra pavimentou o caminho para o retorno do ex-ditador. Até a última hora, Vargas esperou por uma candidatura do PSD que pudesse apoiar sem humilhar-se. O candidato natural estava à vista, maduro e ao alcance da mão: o vice-presidente Nereu Ramos, presidente do PSD majoritário e com amplo trânsito pela UDN. Getúlio apoiaria Nereu sem pestanejar. Disse isso ao próprio Nereu, no encontro em São Borja testemunhado por raros repórteres. E, além de Nereu, o melhor candidato, aceitaria uma penca de nomes.

Mas a teimosia, a mediocridade das intrigas da *copa e cozinha* do Palácio do Catete vetaram Nereu e tangeram o PSD para a inviabilidade evidente de Cristiano Machado, flor mineira danada de ruim de voto.

Boa parte da transa para a volta de Vargas foi tricotada na antiga e imponente sede do Jôquei Clube, na avenida Rio Branco esquina de Almirante Barroso. Ali, nos salões do segundo andar, Danton Coelho passava as tardes e as noites. Ahnoçava, jantava, curtia a sesta espichado no discreto sofá, estrategicamente empurrado para o canto sombrio, e conspirava, tecendo os fios do quererismo e armando os nós do apoio do PSP do poderoso governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

Fez e refez o trajeto Rio-São Borja-Rio, com escalas por onde quer que vislumbrasse um aliado, dezenas, centenas de vezes.

Em algumas, a seu convite, peguei carona nos DC-3 cedidos por amigos.

A memória conserva, intactos, cenas, diálogos, conversas, incidentes desses tempos remotos e emocionantes. Lá se vão mais de 40 anos.

Meados do governo Dutra, pelas alturas de 48-49. A novela da sucessão exibiu os primeiros capítulos. Já se desfizera o acordo interpartidário que juntou no mesmo saco furado a UDN, o PSD e o PR para regar a "planta tenra" da democracia e participar do governo. Começara a caça aos candidatos. Empurrada pelo seu presidente, o elegante deputado Prado Kelly, a UDN marchava de antolhos para o bis da derrota da candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Rachado, sem rumo, o PSD enreda-se na aventura da fórmula mineira. Na brecha, o PTB enxergava a possibilidade de abocanhar o poder na garupa de Vargas.

A pequena comitiva chegou a São Borja no meio da tarde. Praticamente em jejum. Mas, antes do churrasco de ovelha, a bisbilhoteira do repórter na aflição da aprendizagem necessitou domar a emoção. Afinal, ali estava, na intimidade, a figura dominante do cenário político das últimas duas décadas, polêmico, odiado e amado com a mesma paixão, na rota da volta ao poder

que dominara no “curto período de 15 anos”, de 30 a 45, com a mancha do Estado Novo reclamando a reabilitação pelo voto.

A figura, entrevista à chegada, não estimulava a reverência. O velho engordara 30 quilos nos quatro anos de exílio voluntário, curtidos na solidão raramente quebrada pelas visitas dos correligionários de fé, da família, de amigos. E, nos últimos meses, do repórter Samuel Wainer.

Em meio à planície de horizontes sem fun dos pampas da zona missioneira, a sede da fazenda imensa era de uma modéstia de pasmarr, frente da casa baixa, de poucos móveis malconservados, a varanda coberta, dando para o campo, fazia o papel de sala de visita.

Getúlio esperou Danton Coelho enganchado na rede, as gordas pernas curtas mal tocando o chão. Vestido a caráter: de bombacha, lenço no pescoço e chinelos. Bem-humorado, cordial, mas guardando distância e de poucas palavras.

O tenente Gregório Fortunato, à uma ordem do chefe, serviu doses de uísque em bandeja de metal pintado, equilibrando copos desencontrados. Getúlio empunhou o primeiro, de vidro grosso e colorido, com o cordial voto de “Amizade e Fraternidade” pintado em rebuscadas letras verdes. Uísque puro, refrescado por pedra de gelo picado a golpes de facão.

Danton, limpando a área para a manobra do retorno, comentou a inviabilidade do apoio aos cinco “gasparinos” da lista e mineiros. Nas pausas, Getúlio encaixava comentário

Bias Fortes, Israel Pinheiro, Carlos Luz, Ovídio de Abreu e Cristiano Machado.

Lá pelas tantas, uma mosca afogou-se no uísque do ex-presidente. Getúlio não se embarçou. Com o dedo mindinho da mão direita catou o cadáver do inseto e, com um piparote, livrou-se dele. Continuou a deliciar-se com o uísque e a prosa política.

Esgueirei-me pela casa, corri os olhos pela sala de extrema simplicidade e parei no quarto do solitário. Abismei-me: estava mais para quarto de estudante em pensão barata do que para cela de monge. Encostada na parede, a cama de estrado de molas. Pequena, estreita, desconfortável. Roupas de cama modestíssima, de fazenda áspera e grossa. Ao lado, uma mesinha alguns livros, poucos, uma vitrola de corda manual e discos, menos de uma dezena, todos do sanfoneiro Pedro Raimundo. Folhiei os livros, corri os olhos pelas dedicatórias de amigos. Apenas as primeiras páginas abertas. Getúlio, grande devorador de livros na mocidade, não lia nada além de jornais e revistas.

Voltei algumas vezes a São Botija nas muitas etapas da campanha.

Testemunhei a mudança do cenário, a solidão substituída pela romaria que encorpava à medida que a candidatura se tornava inevitável.

Na última vez, Getúlio eleito, véspera da posse, a fazenda regurgitava. A cada momento pousavam aviões, chegavam carros, trazendo caravanas vindas de todos os cantos.

Danton Coelho levou o famoso alfaiate da moda, Azevedo, para renovar o guarda-roupa presidencial. Os quilos a mais espalhados pela figura rotunda e baixote inutilizaram os ternos aposentados durante os quatro anos de reclusão tática. Na campanha, envergando o único terno aproveitável, depois de reforma para alargar o possível, Getúlio apelou para o truque de deixar o paletó desabotoado.

Azevedo puxou a fita métrica do bolso, tomou as medidas, exibiu as amostras de fazenda. Com palpites dos mais próximos, Getúlio decidiu encomendar três ternos de tropical inglês e a casaca da posse. Feitas as contas na ponta do lápis, Azevedo, baixinho, comunicou o total: exatos 32 contos de réis.

Getúlio alarmou-se com a exorbitância. Além do temperamento econômico, o presidente que se empossaria daí a dias perdera a noção de preços.

Não chegou a sugerir abatimento. Dos fundos da sala, salta conhecido empresário, sócio de grande companhia de seguros, de livro de cheque em punho e caneta em riste e, diante da platéia estrangida, consuma a bajulação explícita, preenchendo o cheque com sobras para garantir as despesas da viagem para as duas provas do estilo.

Getúlio não recusou o presente milionário, mas não se dignou a agradecer. Vassalagem, mesmo aceita, paga-se com desprezo.

De São Borja ao suicídio: trajetória sinuosa de contradições e de equívocos.

Vargas consumiu a popularidade com o modelo de governo que não sustentou o carisma dos tempos de Estado Novo, protegido pela censura à imprensa. O escândalo do financiamento oficial favorecido à *Última Hora*, a implacável campanha, de denúncias e raiva, liderada por Carlos Lacerda, o tiro da Tonelerosque matou o major Rubem Vaz insuflaram a conspiração golpista, articulada às escâncaras, com maciço apoio da imprensa e da televisão Tupi, a pioneira, engatinhando, abreviaram o desfecho, encurralando Vargas contra as paredes do Catete.

O suicídio resgatou o desgaste, restaurou o carisma, consolidou o mito.

O tiro ecoou na alma popular, sepultando desencantos, decepções, os apertos com a elevação dos preços de uma inflação experimental.

Deu alma nova ao PTB, que se transformaria num grande partido,

dissolvido pelo AI-2 às vésperas de ser promovido pelo voto à legenda majoritária.

Elegeu Juscelino Kubitcheck em 50; transferiu parte da herança popular às mãos de Jango Goulart, o qual chegaria à Presidência da República pelas linhas tortas da renúncia de Jânio Quadros.

Um golpe de mestre. Valeu o preço da vida, calculadamente jogada como em lance de xadrez, com frieza e a larga visão histórica que trocou a aprovação do presente pelo reconhecimento e o prolongamento da liderança no futuro.

■
Primeira Parte
■

*Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954**



ALZIRA ALVES DE ABREU
FERNANDO LATTMAN-WELTMAN



Introdução: a “história imediata” e o retorno do acontecimento

A crise política iniciada, ou agravada, com o atentado ao jornalista Carlos Lacerda, que resultou na morte do major Rubens Vaz, em 5 de agosto de 1954, na rua Toneleros, em Copacabana, no Rio de Janeiro, e cujo desfecho, ao menos aparentemente, teve lugar no dia 24 daquele mesmo mês, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, mantém-se em nosso imaginário como um dos mais dramáticos e significativos momentos da vida política contemporânea do país.

Isso se explica não apenas pela carga emocional e pelo sentido trágico que os acontecimentos comportam, envolvendo as próprias vidas dos principais personagens, protagonistas que eram da vida pública e que continuam sendo de nossa história, mas também pelo caráter paradigmático da crise política propriamente dita, na qual se opunham, cada vez mais radicalmente, de um lado, um presidente eleito e empossado com ampla adesão popular, senhor de grandes recursos clientelísticos e de um relativamente poderoso

* Para a elaboração deste estudo, os subsídios e os comentários de Plínio de Abreu Ramos e José Alan Dias Carneiro foram preciosos. O levantamento de dados e informações dos jornais, aqui analisados, foi feito por Dimas Pereira Júnior, Christiane Jalles de Paula, Geison Napoleão da Silva, Rogério Alves de Barros, Sílvia Nogueira e Sérgio Montalvão, bolsistas do CNPq.

dispositivo parlamentar, e, de outro, uma oposição ferrenha, herdeira de pesadas e ressentidas derrotas políticas, em torno da qual alinhavam-se poderosos setores da sociedade civil e, cada vez mais, as forças armadas, perigosamente cindidas pelas clivagens ideológicas da época. Tudo isso em meio a um cenário de grande polarização das relações internacionais, com o desenrolar da chamada Guerra Fria.

É, portanto, a própria dimensão do impasse político, que ameaçava toda a ordem institucional, o que faz da crise de agosto de 1954 um marco para a compreensão tanto das mudanças qualitativas que ocorreram desde então na vida pública brasileira quanto dos dilemas estruturais que puderam seguir obstaculizando o desenvolvimento político e institucional do país.

Um dos atores mais diretamente envolvidos tanto conjunturalmente, no desenrolar da crise de 1954, quanto estruturalmente, nos grandes processos de transformação política e sócio-cultural da sociedade brasileira, e que, curiosamente, de modo geral segue negligenciado pela pesquisa histórica é a imprensa. No entanto, hoje, talvez mais do que em qualquer outro momento de nossa história, o papel político da imprensa na cobertura e na própria condução das principais crises políticas apresenta com clareza cada vez maior. Como tivemos a oportunidade de presenciar no processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello, um processo em vários aspectos semelhante ao vivenciado por Getúlio em 1954 — e em outros absolutamente distinto —, a imprensa teve uma atuação decisiva na conformação do consenso mínimo necessário ao encaminhamento da crise de 1992 dentro dos marcos constitucionais. Do mesmo modo, acreditamos, teve ela um papel marcante no desenrolar da crise de agosto de 1954, em que pesem as grandes diferenças estruturais e conjunturais que marcaram a atuação da mídia à época e em anos recentes.

São as características distintivas dessa intermediação política e ideológica da imprensa, e suas implicações para o desenrolar do processo, o que buscaremos investigar aqui. Este texto está centrado na análise de um acontecimento político, o suicídio de Getúlio Vargas. E para analisar esse acontecimento, tomamos como fonte a imprensa do período. Estas duas proposições são sem dúvida um desafio para o pesquisador, pois envolvem problemas de definição, de método e de crítica das fontes de pesquisa.

Primeiro, trabalhar com o acontecimento-suicídio nos coloca diante de algumas questões, como a de explicar que a morte, nesse caso, não foi senão um elemento de um conjunto maior, de uma conjuntura política de crise que se iniciou com a posse de Vargas em 1951, mas que estava referenciada principalmente ao período do Estado Novo, e cujo desfecho em 1954 teve desdobramentos que iriam atravessar todo o final da década de 50 e chegar até 1964.

Esse acontecimento, carregado de emoções, não foi banal nem secundário

na história política brasileira. Por outro lado, não significou uma ruptura institucional ou política, mas preservou exatamente a ordem constitucional e fortaleceu as instituições. Não pode ser considerado um “acontecimento criador”, o que Le Roy Ladurie chama de *événement matrice*, ou seja, o acontecimento que destrói as estruturas tradicionais e as substitui por novas.¹ Mas permite colocar em evidência aspectos do sistema e da cultura política que se encontravam até então dispersos e camuflados, personalizados na figura de Vargas.

Não vamos aqui retomar o debate que se tem travado, nas últimas décadas, em torno da chamada história *événementielle*, a história narrativa dos eventos. Interessa-nos, entretanto, recuperar uma explicação para o retorno do acontecimento nos estudos contemporâneos. Pierre Nora atribui a revalorização do acontecimento à importância que adquiriu a mídia na nossa sociedade. Ele afirma que:

“Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a condição de sua própria existência. A publicidade dá forma à própria produção dos acontecimentos. Para que haja acontecimento é necessário que ele seja conhecido. É por isso que as afinidades entre um tipo de acontecimento e um meio de comunicação são muitas vezes tão intensas que eles nos parecem inseparáveis”.²

Os jornalistas são os primeiros a apresentar o acontecimento. Neste século, em que as tecnologias da comunicação alteraram profundamente os modos de percepção do real, o acontecimento mudou de dimensão. Ele é sem dúvida um ponto de referência central para os indivíduos, os grupos sociais e as nações. Em função disso, o historiador não pode deixar de se interessar por ele, e deve, ao contrário, dar-lhe um lugar especial, trabalhando-o, reescrevendo-o e reelaborando-o.³

Ao escolhermos a imprensa como fonte e como objeto de nosso estudo da crise que levou ao suicídio de Vargas, devemos lembrar que embora história e jornalismo estejam muito próximos na elaboração da história imediata, a ponto de muitos jornalistas se improvisarem de historiadores, e muitos historiadores praticarem o jornalismo, não podem ser de modo algum confundidos. A construção do acontecimento histórico implica a delimitação do objeto, a intervenção de uma mediação teórica e técnica, enquanto o jornalismo trabalha com a pressa, manipula poucos fatos, reduzidas fontes

1 Le Roy Ladurie, E. *Le territoire de l'historien*. Paris, Gallimard, 1973. p. 169-86.

2 Nora, Pierre. *Le retour de l'événement*. In: Le Goff, J. & Nora, P. *Faire de l'histoire: nouveaux problèmes*. Paris, Gallimard, 1974.

3 Peschanski, Denis et alii. *Histoire politique et sciences sociales*. Paris, Complexe, 1991. p. 15.

e raramente faz recortes em seu objeto.⁴ O jornalista trabalha com dados brutos, utiliza fontes sem poder tratá-las ou criticá-las. É ao mesmo tempo participante, produtor e divulgador do acontecimento, e como tal não tem conhecimento da conclusão ou epílogo do evento. Essa é, como mostra Lacouture, mais uma das especificidades do jornalismo e uma das diferenças em relação ao historiador.

Com essas questões em pauta é que nos propomos aqui analisar a imprensa na crise de agosto de 1954, problematizando esse acontecimento e ao mesmo tempo descrevendo-o.

O passado que condena: Vargas e a imprensa, antecedentes de uma relação conflituosa

Para entender o papel desempenhado pela imprensa na crise de agosto de 1954, selecionamos alguns jornais diários, matutinos e vespertinos que tinham grande circulação. Limitamos a leitura dos jornais ao período compreendido entre 24 de julho e 31 de agosto, que cobre a trama imediata que levou ao suicídio e nos permite perceber o encaminhamento da solução da crise. Devemos lembrar ainda que o rádio tinha nesse período papel importante na divulgação dos acontecimentos, mas não foi por nós examinado.

Para o Rio de Janeiro consultamos os jornais *Correio da Manhã*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Globo*, *O Jornal*, e para São Paulo, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha da Manhã*.⁵ Todos tiveram vida longa, atravessaram o período de formação ou estruturação do Estado brasileiro e acompanharam a formação do parque industrial, da classe operária e das instituições que hoje dão suporte à nação. Assim temos jornais criados antes da proclamação da República, como *O Estado de S. Paulo*, de 1875, e imediatamente após a sua implantação, como o *Correio da Manhã*, de 1901. Em 1919 foi criado o *O Jornal*. Na década de 20 surgiram a *Folha da Manhã* e

4 Lacouture, Jean. *L'histoire immédiate*. In: Le Goff, Jacques. *La nouvelle histoire*. Paris, Complexes, 1988.

5 Os jornais *Última Hora* e *Tribuna da Imprensa* não são aqui analisados, embora tenhamos feito o levantamento e o acompanhamento de suas posições para o período. De acordo com o *Anuário Brasileiro de Imprensa*, de maio de 1952, o *Diário de Notícias* era o matutino de maior penetração no mercado carioca, com um índice total (média de todas as classes A, B e C) de 15,8%, seguido pelo *Correio da Manhã*, com 8,5% (embora este fosse o matutino mais lido na classe A: 18%). *O Jornal* era o quinto no conjunto das classes (3,4%), mas o segundo na classe A (7,6%, mesmo índice, aqui, do *Diário de Notícias*). O *Diário Carioca* era o matutino de opinião menos lido (1,5% no total, 2,5% na classe A). Quanto a *O Globo*, era então, disparado, o vespertino de maior penetração: 43% no total e 74,3% na classe A (*Anuário Brasileiro de Imprensa. Publicidade & Negócios*. Rio de Janeiro, 1952. p. 90).

O Globo, em 1925; o *Diário Carioca*, em 1928; e o *Diário de Notícias*, em 1930. Quase todos esses jornais apoiaram a Aliança Liberal e a Revolução de 1930, embora nem todos com o mesmo entusiasmo e engajamento. Em São Paulo, a *Folha da Manhã* não apoiou a Revolução.

As dificuldades do governo revolucionário com a imprensa tiveram início logo após a instalação do governo provisório, isso porque, dentre as expectativas criadas com a vitória da Revolução, figurava a de liberdade de imprensa. Entretanto, instalado o regime revolucionário, com todos os poderes nas mãos de Vargas, após um rápido período de liberdade, a imprensa continuou sob censura. Em fevereiro de 1932 ocorreu o empastelamento do *Diário Carioca*, jornal que apoiara com entusiasmo os revolucionários de 1930, mas que se mostrou desiludido logo nos primeiros meses de atuação do governo, passando a atacar violentamente os tenentes e a defender a constitucionalização do país. A destruição do jornal por parte dos tenentes, comandados pelo filho de Pedro Ernesto, prefeito do então Distrito Federal, desencadeou uma crise entre os revolucionários. Maurício Cardoso, então ministro da Justiça, que conseguira o fim da censura, exigiu a apuração das responsabilidades, mas Vargas mostrou-se reticente e, apoiado pelos tenentes, preconizou a volta da censura. Nesse momento o ministro da Justiça, juntamente com outros políticos gaúchos, afastou-se do governo.

A esmagadora maioria da imprensa nesse período, principalmente da capital da República, era contrária ao governo Vargas. Para romper esse obstáculo, Vargas e os tenentes, através de João Alberto Lins de Barros, contribuíram com recursos financeiros para a criação de alguns jornais, entre eles *O Radical*, fundado em junho de 1932. Mas foi durante o Estado Novo que Vargas aprofundou sua incompatibilidade com a imprensa e criou uma imagem negativa junto aos intelectuais e jornalistas na medida em que a Constituição de 1937 aboliu a liberdade de expressão do pensamento. Todos os meios de comunicação e de expressão, como o teatro, o cinema, o rádio ou os jornais, foram submetidos a censura prévia, e não só isso: foi atribuído à imprensa o exercício de uma função de caráter público, o que obrigava todos os jornais a publicar comunicados do governo. O não-cumprimento dessa exigência levava à prisão o diretor do jornal. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ficou encarregado de executar essas medidas e outras impostas logo a seguir, como a que exigia o registro dos jornais e dos jornalistas no próprio DIP. Se esse foi o primeiro passo no sentido de permitir ao governo eliminar vários jornais, em 1940 o cerco se fechou com o decreto que exigia o registro anual no DIP para a importação de papel de imprensa. Nesse período dezenas de jornais deixaram de circular e centenas não conseguiram registro. Um dos jornais mais atingidos foi o *Estado de S.*

Paulo, mantido fechado ou sob intervenção enquanto seu proprietário, Julio de Mesquita Filho, partia para o exílio.⁶

É portanto compreensível que a derrubada do regime de 1937 tenha-se iniciado via imprensa, com a publicação da entrevista de José Américo de Almeida propondo eleições presidenciais sem a participação de Getúlio Vargas, e que a crise que eclodiu em agosto de 1954 tenha começado a ser tocada a partir de 3 de outubro de 1950, quando Vargas foi eleito, e mais precisamente em 31 de janeiro de 1951, quando assumiu a Presidência da República. Os principais órgãos de comunicação do país, principalmente do eixo Rio-São Paulo, se colocaram contra a candidatura e depois contra o governo Vargas. Todos os jornais analisados apoiaram, em 1945, a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, o mesmo ocorrendo nas eleições de 1950, com exceção do *Diário Carioca*, que nestas últimas apoiou Cristiano Machado.

Em 1950, os órgãos da imprensa escrita e falada de maior penetração no país não deram cobertura jornalística à campanha de Getúlio à Presidência da República, obrigando-o a utilizar caminhões equipados com alto-falantes e volantes impressos para divulgar seu programa de governo. Essa campanha durou 53 dias, com Vargas percorrendo todos os estados da Federação, muitas cidades do interior e todas as capitais.

Ao mesmo tempo em que apoiava a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, a imprensa atacava violentamente as propostas políticas, econômicas e sociais do candidato Vargas. O que é interessante observar é que embora tentasse demolir a imagem de Getúlio construída pelo DIP durante o Estado Novo, quando esse departamento foi utilizado como instrumento para difundir a ideologia estadonovista e promover pessoal e politicamente a figura de Vargas como o grande estadista, o pai dos pobres etc., a imprensa não logrou esse objetivo, e portanto não influenciou o resultado eleitoral. Durante todo o segundo governo Vargas, praticamente todos os jornais de maior circulação iriam perseguir esse objetivo de minar as bases do getulismo, mas sem êxito.

*A crise de agosto: “Não fomos vitoriosos em 1932,
mas seremos em 1954”*

Embora a crise tenha-se instalado na vida política brasileira no momento mesmo da posse de Getúlio Vargas como presidente eleito da República,

6 Costella, Antonio. Lei de Imprensa. In: Beloch, Israel & Abreu, Alzira A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, Forense-Universitária, Finep, 1984.

realizada em meio a séria polêmica sobre a questão da maioria absoluta e da legitimidade ou não da posse,⁷ o cerco de grande parte da imprensa contra o segundo governo Vargas ganhou aspectos particularmente interessantes com o advento do chamado “caso *Última Hora*”. Se anteriormente a oposição ao presidente nutria-se basicamente de ressentimentos adquiridos ao longo do exercício do poder por Vargas a partir de 1930 e, em certos casos, mais especificamente durante o Estado Novo,⁸ o lançamento e o grande sucesso editorial e jornalístico da *Última Hora* deu ao conflito novos tons e desdobramentos.

Com efeito, ao incentivar e favorecer a criação do inovador jornal de Samuel Wainer, Vargas interviu diretamente no mercado, ou campo jornalístico, não apenas privilegiando a ação de um jornalista particularmente bem-dotado, como subvertendo as regras de acesso ao fechado clube dos proprietários de jornal, dos fazedores de notícia.⁹

Ao dar a Wainer as condições para desequilibrar inteiramente o jogo de forças do mercado jornalístico, o presidente fornecera também aos seus adversários um alvo através do qual poderiam (e tentariam) atingi-lo. Se, com a *Última Hora*, Vargas pretendia romper o cerco de grande parte da imprensa contra seu governo e estabelecer um novo canal de comunicação, ou propaganda, com as massas, os demais jornais perceberam em toda a sua dimensão a dupla ameaça que a intervenção significava. Com a criação do “seu” jornal, o “ex-ditador” os atingia tanto como veículos quanto como opositores. A resposta da grande imprensa foi fulminante. Assim que pôde assenhorear-se de suas evidências, assestou todas as suas baterias contra o incômodo concorrente no intuito de aniquilá-lo e, através dele, atingir o governo.¹⁰

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada com o objetivo de comprovar o favorecimento ilícito prestado pelo governo à *Última Hora*,¹¹ no entanto, não logrou os seus intentos e não conseguiu comprometer

7 Uma vez vitorioso Vargas nas eleições de 1950, a UDN levantou a tese de que, por não ter obtido maioria absoluta no pleito, Getúlio não poderia assumir.

8 Com os devidos acréscimos provenientes da elaboração ideológica que o confronto adquiriu nos anos posteriores à redemocratização e à reorganização do sistema partidário, com o surgimento da UDN, do PSD e do PTB.

9 Como dizia Samuel Wainer em suas memórias: “Eu era um estranho naquele mundo aristocrático, e eles faziam rigorosamente tudo para expelir-me.” (Wainer, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*, Rio de Janeiro, Record, 1988, p. 135).

10 De acordo com Tancredo Neves, então ministro da Justiça e colaborador do presidente: “No caso *Última Hora* a imprensa nacional se extremou tanto em relação ao Dr. Getúlio que não houve mais possibilidade de uma reconciliação” (Mota, Lourenço Dantas (coord.). *História vivida*. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 1981, v. 1, p. 220).

11 A CPI da *Última Hora* foi instalada em abril de 1953.

diretamente o presidente. Às frustrações e rancores trazidos aos adversários de Vargas pelo getulismo o resultado final da CPI acrescentou o sentimento de que uma espécie de manto de impunidade acobertava os aliados do Catete.

A pressão da oposição sobre o presidente aproximava-se do ponto máximo, com toda e qualquer espécie de indício ou argumento sendo manipulada sistematicamente para corroer a credibilidade do governo e aglutinar a oposição contra ele. Embora os principais jornais continuassem seguindo suas diretrizes editoriais de costume, privilegiando, por exemplo, o noticiário internacional ou econômico, e dando destaque, muitas vezes, a assuntos muito distantes do cotidiano nacional,¹² quase toda notícia sobre a vida política, administrativa e econômica do país era utilizada contra o governo. Foi, portanto, justamente nesse clima de confrontação e de provocações múltiplas que se gestou o atentado a Carlos Lacerda, principal porta-voz da ofensiva antigetulista.¹³

A partir daí a mobilização dos recursos editoriais e ideológicos por parte dos principais jornais oposicionistas foi praticamente completa e definitiva. Todos os desdobramentos do incidente foram explorados por eles, desde o primeiro instante, no intuito de estabelecer a responsabilidade mais ou menos direta do presidente no episódio e assim forçar sua renúncia ou deposição.

Através da observação dos jornais, é possível estabelecer os parâmetros pelos quais estes se diferenciavam no tratamento da crise e do governo, e agrupar os veículos de acordo com seu posicionamento.

A posição mais extremada era evidentemente representada desde muito antes do atentado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, dirigido pelo próprio Carlos Lacerda. Não nos deteremos aqui em sua análise, porque, além de representar um posicionamento já predeterminado no processo em questão, a *Tribuna* era um jornal de pequena circulação relativa, dirigido basicamente a um público cujo consumo jornalístico já era indicativo de seu posicionamento no espectro político da época. A rigor, a *Tribuna* tinha sua razão de ser ancorada simplesmente no fato de ser o jornal de Lacerda, sem vida própria, independente do uso político que seu diretor fazia dele.¹⁴

12 O confronto entre Portugal e Índia, por causa de Goa, por exemplo, ocupou durante vários dias a manchete principal de vários jornais, em especial o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*.

13 É bastante sintomática uma matéria publicada pelo *Correio da Manhã* em 4 de agosto de 1954, ou seja, na véspera do atentado, sob o título "Tudo e Todos Contra o Sr. Lacerda", comentando a ameaça que o jornalista representava para o PTB, na ótica de um deputado desse partido que advogava a ação política de líderes petebistas como João Goulart ou Luterio Vargas como forma de combate.

14 Pesquisa publicada no *Anuário Brasileiro de Imprensa*, de maio de 1952 (p. 90), indicava que, à época, a *Tribuna da Imprensa* era o sétimo vespertino mais lido da cidade, com uma fatia de mercado da ordem de 2,4%, ficando abaixo de *O Globo* (43%), *A Notícia* (26,2%), *Diário da Noite* (13,8%), *Última Hora* (13,4%), *A Noite* (8,4%) e *Folha Carioca* (3,8%).

Do mesmo modo, não nos deteremos muito na análise do jornal *Última Hora*, por motivos análogos ao caso anterior. Embora a *Última Hora* tivesse tiragem muito superior à da *Tribuna*,¹⁵ e seja até hoje lembrada por muitos outros de seus aspectos especificamente jornalísticos, independentemente de sua origem e razão de ser políticas, não há dúvida de que o jornal de Wainer representava o outro ponto extremo do espectro político/jornalístico da cobertura da crise, com seu apoio incondicional à figura de Vargas.

Nosso maior interesse reside justamente no comportamento dos demais jornais cuja origem é anterior cronológica e ideologicamente ao conflito, cuja repercussão na sociedade, e em particular nas elites, era muito grande, e que, por não serem tão direta e necessariamente comprometidos com os protagonistas (ou antagonistas) do confronto, poderiam espelhar mais adequadamente, com seu noticiário, não só os seus posicionamentos particulares mas também os dos grupos e setores que intermediavam. Ou seja: aqueles jornais que, mesmo nutrido especial rancor a Vargas, e/ou simpatias udenistas, não tinham sua razão de ser comprometida com nenhum projeto político particular, com nenhuma liderança em particular.¹⁶ Os jornais que, em suma, por sua própria história e razão de ser, melhor espelhavam e, por isso, intermediavam o(s) discurso(s) das elites.¹⁷

A análise do comportamento desses jornais nos permite estabelecer uma série de distinções. Mesmo adotando um discurso que sempre defendia os preceitos formais do regime democrático e a busca de soluções dentro da lei, e, portanto, nunca aderindo a um golpismo declarado, não há dúvida de que jornais como o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio da Manhã* exerceram dura oposição ao governo de Vargas, antes e depois do atentado. Já o mesmo não se pode dizer de *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*, por exemplo, que procuraram pautar-se por um comportamento menos emotivo, segundo os padrões contemporâneos de jornalismo.

Para obter uma visão mais sistemática, ao mesmo tempo do comportamento dos jornais como um todo e de suas importantes variações individuais, elaboramos um modelo de análise da evolução da cobertura jornalística da crise que reduz a diversidade temática e discursiva da amostra às suas formas

15 Como a nota anterior nos mostra, em 1952 a *Última Hora* tinha, entre os vespertinos, uma penetração cerca de seis vezes superior à da *Tribuna da Imprensa*.

16 Este era obviamente o caso da *Tribuna* e, menos obviamente, o da *Última Hora*. Mesmo este jornal, em última análise criado graças à ousadia, ao talento e ao oportunismo político do jornalista Samuel Wainer, mal sobreviveu ao caso do grupo político com o qual se comprometera irremediavelmente desde o início.

17 Que evidentemente sempre possuíram os seus candidatos (ou anticandidatos), sem nunca terem sido possuídas por nenhum deles.

de inserção num fio condutor ou narrativa básica. Ou seja: assim como um enredo teatral ou folhetinesco, a crise deflagrada pelo atentado é construída coletivamente pelos jornais, e através deles, num jogo interativo, sob uma forma narrativa que incorpora as ações, as motivações e as dimensões morais de protagonistas e coadjuvantes, um conjunto coerente que obviamente aponta desde o início para um desenlace, ou para uma conclusão moral, e que pode ser dividido em diversas fases.

A cobertura jornalística da crise pode então ser dividida, *grosso modo*, nas seguintes etapas:

- A primeira etapa corresponde à fase de *apresentação* do incidente (o atentado), da construção do seu significado de grave crise política e moral e, em alguns casos, de proposição da tese de que o presidente é o principal responsável, mesmo que indireto, pelo crime. Inicia-se, obviamente, com a divulgação da notícia do atentado e prossegue pelos dois ou três dias imediatamente posteriores.

- A segunda etapa, que se desdobra sem rupturas a partir da primeira, consiste, basicamente, nos movimentos de (re)produção da indignação coletiva, ou de coletivização da indignação moral, e de comprovação da tese do comprometimento do presidente. Seria a fase da *acusação*.

- A terceira etapa é a da articulação em torno da renúncia. Uma vez comprovada a tese inicial, da responsabilidade do presidente, conclui-se por sua total incapacidade moral para continuar em exercício e apela-se para a solução menos traumática da crise. Corresponde também ao momento em que mesmo os jornais mais moderados se convencem da inviabilidade política da continuação do governo de Vargas. Esta fase poderia ser chamada de etapa do *apelo à renúncia*.

- A quarta e última etapa do processo é a da articulação da *imposição* da renúncia ou deposição. Corresponde ao esgotamento da proposta anterior e se consubstancia na denúncia de que à incapacidade moral do presidente segue-se a decomposição de sua autoridade política e administrativa. O presidente, na verdade, não mais governaria e com sua resistência acabaria por arrastar o país ao caos e à anarquia.

A rigor, mais do que a uma descrição linear unívoca, a seqüência de etapas típico-ideais descritas corresponde, ao mesmo tempo, a uma espécie de "média comportamental", feita a partir dos comportamentos particulares de cada jornal, e a um modelo capaz de "medir" o grau de radicalização dos diferentes veículos. Desse modo, um jornal mais radical evoluiria

mais dramaticamente dentro do modelo, de uma etapa a outra, enquanto que a imprensa mais moderada apresentaria uma evolução mais lenta.

Assim, tudo começa em 5 de agosto (quinta-feira): o atentado é praticado no início da madrugada. Às 3h30min o motorista Nelson Raimundo de Sousa, que havia transportado o assassino em sua fuga, apresenta-se à polícia. Os jornais do dia dão as primeiras informações sobre o crime e abrem os primeiros editoriais a respeito. Alguns matutinos, em processo de fechamento de suas edições, são pegos de surpresa pelo incidente e não podem abrir grandes espaços para o assunto. Outros, no entanto, já abordam o acontecimento em seus editoriais. Para os vespertinos há tempo de sobra e sua cobertura é mais substantiva.

No dia seguinte, 6 de agosto (sexta-feira), oficiais da Aeronáutica reúnem-se em seu clube e emitem comunicado exigindo a apuração completa do crime. A cobertura jornalística, beneficiada pelo espaço de 24 horas, ganha contornos mais dramáticos e eloqüentes em todos os jornais. O próprio modo de adjetivação do atentado é sintomático tanto da elevação da temperatura emocional quanto do início da elaboração narrativa do processo. E já começam também, principalmente do lado da oposição mais radical, as críticas e desconfianças com relação ao trabalho da Polícia Civil e a atribuição da responsabilidade pelo crime, ao menos indireta, ao presidente.

De acordo com nosso modelo, os jornais *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio da Manhã* se posicionam, entre os jornais da amostra, no pólo mais radical de contestação a Vargas. Após a apresentação (fase 1) da “trama” que instala a crise — o atentado — no próprio dia 5 de agosto, esses jornais logo em seguida, nos dias 6 e 7, já entram na fase 2, a de *acusação* e imputação ao presidente da República da responsabilidade pelo crime (tabela 1). E já no início da semana seguinte, na terça-feira,¹⁸ 10 de agosto, pode-se dizer que eles se colocam em nova fase, a de *apelo à renúncia*, prenunciando inclusive o termo final do modelo, a fase 4, de *imposição da renúncia* (que, para quase todos esses jornais, se iniciará de forma incontestável dentro de poucos dias).

18 Esses jornais eram matutinos não publicados às segundas-feiras. Desse modo, a edição de terça é a primeira da semana. Assim, além de beneficiar-se da redução natural do ritmo dos acontecimentos ocasionada pelo fim de semana e da pausa editorial da segunda, essa edição incorpora a dimensão ritual de início de um novo ciclo de efemérides históricas e sociais delimitado pelo espaço da semana (e que até hoje podemos perceber nas edições e/ou no hábito de leitura das edições jornalísticas de segunda-feira).

Tabela 1
Evolução dos jornais de acordo com fases da crise

Jornal	Fase 1 <i>Apresentação</i>	Fase 2 <i>Acusação</i>	Fase 3 <i>Apelo</i>	Fase 4 <i>Imposição</i>
<i>Diário de Notícias</i>	5, quinta-feira	6, sexta-feira	10, terça-feira	13, sexta-feira
<i>Diário Carioca</i>	5, quinta-feira	6, sexta-feira	10, terça-feira	15, domingo
<i>Correio da Manhã</i>	5, quinta-feira	6, sexta-feira	10, terça-feira	19, quinta-feira
<i>O Estado de S. Paulo</i>	5, quinta-feira	7, sábado	10, terça-feira	14, sábado
<i>O Globo</i>	5, quinta-feira	-	21, sábado	-
<i>O Jornal</i>	5, quinta-feira	-	24, terça-feira	-
<i>Folha da Manhã</i>	5, quinta-feira	-	24, terça-feira	-

Isso equivale a dizer que, na verdade, os desdobramentos da crise, tal como expostos no modelo, já se encontram pressupostos e sintetizados no discurso e, portanto, no posicionamento desses jornais, desde o primeiro momento da crise (ou mesmo antes). De acordo com eles, Vargas já era culpado pelo atentado muito antes que qualquer evidência contra os membros de sua guarda pessoal fosse levantada. Tal como se apressaram a argumentar os deputados de oposição, com a adesão editorial de tais jornais, o presidente seria responsável ao menos pelo clima de impunidade e insegurança que se teria gestado no país, permitindo a realização do atentado.¹⁹

À rapidez com que esses veículos passam à fase de acusação, sucede-se sem dificuldade a adoção unânime e simultânea da tese da renúncia, que, tal como é exposta, já sugere a necessidade de sua imposição. Assim, na terça, 10 de agosto, o *Diário de Notícias* já fala em “afastamento do Sr. Vargas” e em “presidente que não mais o é”, enquanto que o *Diário Carioca* pede que “deixe Vargas a Presidência”, pois que está “vago o Governo”. Do mesmo modo, no mesmo dia, o *Correio da Manhã* fala em “renúncia” e *O Estado de S. Paulo* o corrobora, chamando a atenção para a “posição insustentável” de Getúlio (ver tabela 2 no final deste capítulo). Como se pode perceber, entre o atentado e a “conclusão” a que chegam estes jornais não chegam a se passar sete dias. E a crise perduraria — chegando perto, contudo, do

¹⁹ Ver, porexemplo, na tabela 2, as matérias do *Correio da Manhã* e de *O Estado de S. Paulo*, no dia 6-8-1954.

desenlace já aqui proposto — ainda por duas semanas (o que, pelo menos, em termos jornalísticos, é bastante tempo).

Desse modo, se levássemos em consideração apenas o comportamento desses jornais, soaria bastante forte a hipótese já por vezes reiterada de que o cerco a Getúlio se deveu, basicamente, a uma campanha sistemática da imprensa da época.²⁰ É preciso, contudo, atentar-se antes para outros atores e detalhes desta intervenção (ou intermediação).

O verdadeiro centro do espectro político²¹ de então é mais bem representado ao longo da crise por jornais como *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*. A rigor, esses jornais não chegam a conhecer nem a segunda fase (acusação) nem a quarta (imposição), alcançando inclusive a fase de apelo à renúncia somente às vésperas do desenlace do confronto (nos dias 21 e 24; ver tabela 1). Ou seja, em nenhum momento esses jornais atribuem a Vargas qualquer responsabilidade direta pelo atentado e muito menos advogam uma solução unilateral da parte das forças armadas. O seu apelo mais ou menos tardio pela renúncia parece se fazer em função de uma percepção acerca da insustentabilidade final do governo e dos riscos advindos do impasse para o regime.

Existem, porém, outros índices da atuação estratégica dos diferentes jornais no confronto.

A questão fundamental da manutenção da unidade das forças armadas aparece com destaque nos noticiários e pode nos servir também como um indicador do modo pelo qual os jornais procuraram intermediar o processo de resolução do impasse político. Assim, o destaque maior ou menor dado pelos jornais a palavras de ordem referidas, de um lado, à manutenção da ordem hierárquica e da disciplina, e de outro, à honra das corporações e às

20 De acordo, por exemplo, com Rômulo Almeida, assessor econômico do segundo governo Vargas: "A conspiração de 1954 foi em grande parte uma obra-prima de manipulação dos meios de comunicação, que conseguiu dar relevo a personalidades secundárias, magnificar fatos duvidosos e mesmo jogar sobre o governo de Vargas a responsabilidade por irregularidades cometidas durante o governo Dutra..." (Almeida, Rômulo. Prefácio. In: D'Araujo, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951/54*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. IV).

21 As categorias "centro" e "extremos" do espectro são utilizadas aqui não em referência a comprometimentos ideológicos definidos em termos de concepções divergentes sobre a ordem política e econômica ("esquerda" e "direita") como já é convencional, mas sim aos posicionamentos com relação ao confronto muito mais particular e conjuntural entre o "getulismo" e o "antigetulismo", tal como se delineava na época (esse aspecto fundamental da estrutura partidária do período é apontado, entre outros, por Souza, Maria C. Campello de, *A democracia populista (1945/1964): bases e limites*. In: Lamounier, Bolívar et alii. *Como renascer as democracias*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 94). Assim, à categoria "centro" poderíamos acrescentar "moderados", e a "extremos" caberia também "radicais".

exigências da consciência nacional em busca de justiça, atesta o grau com que os veículos apóiam soluções mais ou menos moderadas para a crise.

Do mesmo modo, o destaque e a maior ou menor referência (ou deferência) a um ou outro setor militar também são significativos. Pois, se a Aeronáutica, diretamente atingida no atentado, encarnava, entre as forças armadas, a posição de maior confronto com o governo, recebendo apoio da Marinha, o Exército, que detinha realmente o poder de decidir a questão, mostrava-se dividido. Assim, enquanto os jornais mais radicais exaltavam a FAB e reforçavam a idéia de sua unidade e do apoio que outros setores militares lhe prestavam, os mais moderados tendiam a centrar-se no acompanhamento dos movimentos dentro do Exército.

E sendo assim, a questão da clivagem entre a tropa e o Alto Comando, e, dentro deste, dos chefes com assento no governo e fora dele, também aparecia através do tratamento jornalístico dos eventos e manifestações militares.

É, portanto, o próprio conflito de idéias e argumentos que se processava entre os grupos e líderes militares que ganha as páginas dos jornais, permitindo, inclusive, que não apenas estes mas também outros interlocutores civis possam participar do debate e da luta pela hegemonia política e militar do processo.²² Não é outro o motivo pelo qual tanto os defensores mais exaltados de uma solução militar rápida quanto os mais moderados se aferram à busca da unidade militar.

Assim, os jornais que em nosso modelo evoluíram de forma mais radical enfatizam sempre a questão da honra e da indignação militares, além de reforçarem o papel da Aeronáutica e do sentimento da tropa no processo.²³ Já os mais moderados privilegiam a questão da ordem e da disciplina militares, dando maior ênfase ao Exército e à atuação dos chefes, em particular os ministros militares.²⁴

O acompanhamento pelos jornais dos desdobramentos da crise no interior das forças armadas pode nos ilustrar também acerca do próprio riuno dos acontecimentos e sugerir novas hipóteses de pesquisa. Embora os dados de

22 A recíproca, ou seja, a intervenção militar no debate civil, era obviamente também verdadeira: "Altamente envolvidas com os grandes problemas políticos nacionais, as Forças Armadas não se apresentavam como instrumento coeso, capacitado a desacatar o que fosse decidido partidariamente ou pela via eleitoral, o que não as impedia de participar ativamente nos debates em torno das alternativas de poder então formuladas." (D'Araujo, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas: 1951/54*. Op. cit., p. 39).

23 Ver, por exemplo, na tabela 2, os jornais *Diário de Notícias*: dias 11, 12, 14, 15, 20, 21, 22; *Diário Carioca*: 6, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 24; *Correio da Manhã*: 10, 11, 12, 14, 15, 20, 21, 22; *O Estado de S. Paulo*: 21, 24.

24 Na tabela 2, *O Globo*: dias 10, 11, 14, 23; *O Jornal*: 12, 13, 14, 15, 21, 22, 24; *Folha da Manhã*: 12, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 24.

que dispomos não nos autorizem uma conclusão mais afirmativa, é lícito supor, a partir da evolução do noticiário sobre a questão militar, que a crise não se desenvolveu necessariamente de forma linear dentro das forças armadas e que a definição final em torno do imperativo da renúncia não pode ser simplesmente creditada ao atentado, sem referência aos desdobramentos do processo mesmo de inquérito e apuração, por um lado, e sem a articulação de um consenso mais ou menos precário quanto à solução político-militar do impasse, por outro (o que volta a chamar a atenção para o papel estratégico da imprensa).

Percebe-se, no que respeita às notícias referentes à questão militar, que estas parecem ganhar maior destaque relativo no noticiário a partir do dia 10 de agosto, terça-feira (não por acaso a data que marca a entrada dos jornais mais radicais na terceira fase, de apelo à renúncia). A partir daí, ao longo dessa semana, que é a imediatamente posterior à do atentado, o assunto ganha cada vez mais destaque e atinge o ápice nas edições de sábado, 14, e domingo, 15.²⁵

Chama a atenção, nesse momento, a disparidade de tratamento dado pelos jornais às conclusões da reunião do Clube Militar, realizada no dia 14. Segundo o *Diário de Notícias*, em sua edição de 15 de agosto, foi “aclamada no Clube Militar a proposta de renúncia do Sr. Getúlio Vargas”; para o *Diário Carioca* a conclusão é praticamente a mesma: “Pedida no Clube Militar a renúncia de Vargas”; e, para o *Correio da Manhã*, na assembléia do Clube Militar foi “sugerida a renúncia”. Já para *O Jornal*: “Confirma-se no Clube: foi superada a crise militar. Marcha implacável do inquérito”; e segundo a *Folha da Manhã*: “Absoluto apoio aos altos chefes militares. A hora não é de discursos, mas de inquérito”.

Tudo leva a crer que, sendo intransponível o fosso entre o governo Vargas e certos setores militares, mas ainda hegemônico entre as forças armadas o compromisso com a legalidade e a Constituição,²⁶ a crise militar entra numa espécie de trégua e as atenções de todos voltam-se para os desdobramentos do inquérito policial-militar, em busca de novas evidências que façam pender em definitivo a balança de forças em prol de uma solução de (maior) consenso.

Ao iniciar-se a terceira semana de cobertura jornalística da crise, na terça-feira, dia 17, a questão militar parece ceder espaço no noticiário (principalmente se comparada à semana anterior). Mas ao chegar o final de

25 Os vespertinos, no caso apenas o jornal *O Globo*, não circulavam aos domingos.

26 Que mesmo as vozes mais radicais contra o governo são forçadas a reiterar, como demonstram várias matérias dos jornais mais radicais da oposição (ver tabela 2).

semana, novamente no sábado, 21, o assunto volta a primeiro plano, ocupa todos os jornais, e a crise parece se precipitar em sua fase terminal.

Seria temerário afirmá-lo com base exclusivamente nos dados que possuímos a respeito dos jornais, mas é bastante plausível, a partir apenas da análise desse material, a hipótese de que o novo elemento a precipitar os acontecimentos é a apreensão pelos investigadores militares, no dia 19, quinta-feira, e a divulgação, em seguida, pela imprensa, do conteúdo dos documentos do arquivo pessoal de Gregório Fortunato, revelando uma série de negociações escusas nas quais estaria envolvido o chefe da guarda pessoal de Getúlio.²⁷

A descoberta e a divulgação dessa nova fonte de informações sobre o que se passava nos bastidores do governo, com todos os desdobramentos e novas investigações que antecipava, parecem ter selado definitivamente o destino de qualquer solução mais moderada, ou conforme com procedimentos rigidamente constitucionais. É sintomático que a data de 21 de agosto possa servir como marco da passagem à fase de “apelo à renúncia” de um jornal até então moderado como *O Globo*. E com ele, em seguida, evoluem todas as vozes situadas no centro do quadro político.²⁸

À medida que vêem aproximar-se o desenlace da crise com a provável imposição do afastamento de Getúlio da Presidência, alguns jornais passam a manifestar, também, preocupação com os “custos” dessa solução, ou seja, com a reação dos elementos que apoiariam o governo. Começam então a surgir matérias sobre a articulação de greves e outras manobras por parte dos “perigosos aliados” de Vargas: Jango, o PTB e, como não poderia deixar de ser, os comunistas. É o caso, obviamente, do *Diário de Notícias* e do *Diário Carioca* (tabela 2, dia 21, sábado).²⁹

O confronto final se desenha como inevitável e todos parecem se preparar para o clímax. Mas ainda será do protagonista a palavra final.

27 Ver, na tabela 2, no dia 20, os jornais *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *O Globo* e *O Jornal*, e no dia 21, o *Correio da Manhã*, *O Jornal* e *O Estado de S. Paulo*.

28 É necessário fazer referência também a um pequeno detalhe da cobertura feita pelos três jornais moderados da amostra nos últimos dias da crise: tanto *O Globo* (no dia 23) quanto *O Jornal* e a *Folha* (no dia 24) manifestam-se contrários à censura imposta nesse momento pelo governo às estações de rádio (nunca é demais lembrar que tanto Roberto Marinho — *O Globo* — quanto Assis Chateaubriand — *O Jornal* — possuíam também suas estações).

29 Outra fonte de preocupações para os jornais de oposição era o boato (ou antecipação) de que o governo se prepararia para lançar mão do estado de sítio. Os jornais *Diário Carioca* (no dia 19) e *Diário de Notícias* (em 24 de agosto) manifestam-se a respeito. Tanto *O Jornal* quanto a *Folha*, no dia 19, desmentem essa possibilidade (vertabela 2).

O desenlace: a cobertura do suicídio de Vargas

O desfecho da crise, tal como ocorreu, não era previsível, e a imprensa não trabalhou com a possibilidade desse epílogo. O que parece claro, pela leitura dos jornais de maior circulação do país, é que esse acontecimento político foi muito mais importante e surpreendente do que a possibilidade que tinham os jornalistas e donos de jornais, naquele momento, de processar o evento. Todos tinham sedimentado uma imagem de Getúlio Vargas que era basicamente a de um homem que amava o poder, a do caudilho que lutava pelo poder pelo prazer de manipular, de mandar. Mas então, como explicar o suicídio? Diante da perplexidade que tomou conta de todos os jornais, houve a tentativa, por parte de alguns, de minimizar o acontecimento, dando destaque não ao suicídio mas à posse de Café Filho, como se este outro evento significasse um alívio, representasse enfim a solução da crise que estava polarizada na pessoa de Vargas. A posse do vice-presidente garantiria o restabelecimento da ordem e da paz.

Acrescente-se, contudo, à surpresa pelo suicídio uma outra, a da reação popular. Até a véspera o povo parecia aceitar a imagem que a imprensa divulgava, a de um presidente conivente com a corrupção, desprestigiado, odiado. Agora esse mesmo povo chorava a morte de seu líder e desencadeava uma enorme reação contra os seus opositores.

O temor da reação popular, o medo de perder o espaço político conquistado com o afastamento de Vargas, mesmo sob o peso do suicídio, foi muito grande, e praticamente todos os jornais analisados demonstraram essa preocupação. A responsabilidade pelos atos de revolta e protesto, que tomaram conta do país, foi jogada sobre os comunistas “agitadores” e sobre os “pelegos”. As manifestações populares não podiam ser vistas como uma reação espontânea do povo diante do forte impacto causado pelo suicídio de seu líder. Outros jornais reagiram profissionalmente e trataram o acontecimento jornalisticamente, informando a população com grandes manchetes, noticiário abundante, fotografias e textos de análise e explicações em artigos e editoriais.

Mas, para o entendimento da forma como a imprensa escrita noticiou e reagiu ao suicídio, alguns esclarecimentos preliminares são necessários. De acordo com as notícias dos jornais, o suicídio ocorreu entre 8h25min e 8h40min da manhã de terça-feira, dia 24 de agosto de 1954. Os jornais *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã* eram matutinos, logo, já estavam nas ruas e só trataram do acontecimento no dia 25 de agosto. Assim, a população foi informada pelo rádio. Foi o *Repórter Esso*, da Rádio Nacional, em edição extraordinária,

que deu a conhecer a notícia. Daí em diante, as estações de rádio de todo o país passaram a divulgar os detalhes do fato ocorrido e a apresentar a carta-testamento deixada por Vargas. O vespertino *Última Hora*, do Rio de Janeiro, foi o primeiro a sair com a notícia, em duas edições extras. *O Globo* e a *Tribuna da Imprensa*, vespertinos, tiveram dificuldade de circular, pois a população tentou impedir sua distribuição, mas noticiaram com destaque o ocorrido. Analisando a posição de *O Globo*, durante esse período, parece incompreensível a reação popular desencadeada contra esse jornal, que mantinha uma orientação mais moderada, se comparada à dos outros jornais. Entretanto, a Rádio Globo, pertencente ao mesmo proprietário, mantinha uma posição extremamente radical contra Vargas, expressa através do programa *O Parlamento em Ação* do radialista Raul Brunini, que dava cobertura às posições de Carlos Lacerda e da UDN. Desse modo, o jornal sofreu represálias por conta das posições de outro veículo de comunicação.

Ao examinarmos a imprensa escrita dos dias 24 e 25 de agosto,³⁰ um aspecto de imediato destaca, qual seja a diferença entre a forma de noticiar o suicídio pelos jornais populares e pelos jornais voltados para as classes médias e para as elites. Os primeiros, caracterizados por fazerem um jornalismo de denúncias sensacionalistas e por utilizarem uma linguagem popular, trouxeram em suas páginas enormes manchetes e grande número de fotografias mostrando a emoção do povo, pessoas chorando, desmaiadas ou em atitudes de protesto contra os opositores de Vargas. Há pouquíssimo texto, a imagem fotográfica é usada como recurso para transmitir o sentimento da população. Já os jornais voltados para as camadas médias e altas e para a elite, como *O Globo*, *Diário de Notícias*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha da Manhã*, foram comedidos nas manchetes e nas fotografias. Estas reproduzem, em geral, cenas de multidão ou de grandes aglomerados, ou então de políticos e familiares do morto. Não há preocupação com o despertar da emotividade. Os textos procuram relatar os acontecimentos que levaram àquele desfecho com análises e opiniões sobre a conjuntura política.

As manchetes, o noticiário dos acontecimentos e os editoriais dos dias 24 e 25 deram ênfases diferenciadas aos temas ligados à crise e ao suicídio. A análise desse material pode nos ajudar a esclarecer alguns aspectos do comportamento da imprensa e dos jornalistas em face da conjuntura.

Pela manhã do dia 24, antes do suicídio, os jornais anunciavam o pedido

30 Examinamos também, para os dias 24 e 25 de agosto, os jornais *O Radical*, *A Pátria*, *Diário da Noite*, *A Notícia* e *Última Hora*.

de licença do presidente. O *Correio da Manhã* apresentava a situação política de Vargas como insustentável, diante da pressão dos brigadeiros, almirantes e setores do Exército, que se pronunciavam a favor da renúncia. Segundo esse jornal havia temores de uma revolução devido aos entrecosques de opinião entre as altas esferas militares. Informava ainda o *Correio da Manhã* que fora decretada a censura policial em estações de rádio e a prontidão das guarnições da Vila Militar e de Deodoro, que o Palácio do Catete estava cercado por tropas do Exército, e que os navios de guerra, ancorados na Guanabara, haviam acendido os seus fogos. Na Câmara dos Deputados e no Senado discursos inflamados agitavam o plenário e proclamavam a existência de uma crise de autoridade: Vargas não tinha mais o comando do país.

No *OJornal* foram reproduzidas as palavras que Vargas teria pronunciado diante da nota dos oficiais da Aeronáutica exigindo sua renúncia: “Fui eleito chefe do governo por cinco anos e não me deixarei desmoralizar resignando ao cargo que recebi do povo. Não renuncio nem renunciarei. Daqui só saio preso ou morto”.

Se olharmos agora *O Estado de S. Paulo*, veremos que esse jornal normalmente apresentava na primeira página apenas notícias internacionais. Os acontecimentos nacionais eram encontrados na segunda, terceira e última páginas. Mesmo no dia 24, com o país vivendo uma grande crise política, o jornal não alterou essa disposição das matérias. Assim, as manchetes do dia 24 diziam que “Mendès-France avista-se com Churchill” ou “Realizados em Roma os funerais nacionais de Alcide de Gasperi” e ainda “Chu-teh reúne-se com os chefes militares de Fukien”. Mais significativo da atitude do jornal foram as manchetes e notícias do dia 25 de agosto: “Mendès-France não levantará a questão sobre o tratado original do CED”, “Eisenhower afirma que nem tudo está perdido na Europa”, “Mao Tsé-Tung teria proposto um programa de paz a Attlee”. Na segunda página, *O Estado de S. Paulo* noticia as repercussões do suicídio do presidente Vargas no exterior. Percebe-se que enquanto jornais da Europa e dos EUA deram a primeira página a esse acontecimento, o jornal paulista manteve seu procedimento habitual, dando-lhe somente a terceira e a última páginas. Essa postura de *O Estado de S. Paulo* pode ser vista como um exemplo-limite de predominância do facciosismo e do personalismo sobre a importância da informação. Tudo indica que esse jornal não conseguira se desvencilhar dos problemas que enfrentara nas conjunturas dos anos de 1932 e do Estado Novo, continuando a tratar Vargas e sua política dos anos 50 como se o país e o presidente não tivessem sofrido mudanças. O *Correio da Manhã* também noticiava os acontecimentos internacionais na primeira página, mas nos dias 24 e 25 alterou a disposição de suas notícias.

A leitura de nossos jornais mostra que, em geral, aqueles que faziam oposição mais radical a Vargas não destacaram a notícia do suicídio, e preferiram anunciar em grandes manchetes a posse do vice-presidente Café Filho. Estão nesse caso o *Diário de Notícias* e o *Diário Carioca*, embora tenham tratado do evento em submanchetes e no noticiário de primeira página.

O *Globo*, *Correio da Manhã* e *O Jornal* tiveram uma atitude distinta. Deram grandes manchetes e noticiaram amplamente o acontecimento. O *Globo*, jornal que saiu à tarde do dia 24, trouxe como manchete principal as palavras do cardeal d. Jaime de Barros Câmara: “Deus venha em auxílio de todos nós e de nossa Pátria. Deus é insondável na sua misericórdia”.

A leitura dos editoriais posteriores ao suicídio traz algumas surpresas. No dia 24, a maioria desses jornais enaltecia a atitude do vice-presidente Café Filho, que havia proposto a sua renúncia junto com a do presidente Vargas, o que revelava que “o vice-presidente sabe pôr o Brasil acima de seus interesses individuais”, ao contrário de Getúlio, que não se decidia a renunciar e se agarrava ao poder. Já no dia 25, os jornais de oposição em seus editoriais, diante do epílogo inteiramente imprevisível da crise política e diante da reação popular, tentavam devolver a acusação, demonstrando que a responsabilidade pelo suicídio do presidente não deveria ser atribuída aos militares, aos políticos ou à imprensa, mas sim aos próprios erros de Vargas, aliados aos acontecimentos políticos gerados pelo crime da rua Toneleros, e mais ainda à corrupção que envolvia a sua guarda pessoal. Há todo um temor em relação à repercussão da carta-testamento. O editorial de *O Estado de S. Paulo* reflete bem esse estado de espírito que dominava a oposição, dizendo que:

“A ninguém podia ocorrer que o Sr. Getúlio Vargas, tão cioso de sua vida, fosse sacrificá-la só por ter sido derrotado num lance dramático. Forçado a deixar o poder, pela imposição de fatos que ele mesmo provocou, não pôde resistir ao novo destino e se despediu da vida num gesto que poderá ter graves conseqüências para o País”.

Na mesma direção foi o *Correio da Manhã*, que viu a carta-testamento como um “manifesto sedicioso”, como uma bomba. Esse manifesto, de acordo com o editorial do dia 29 de agosto, era um convite à revolução, à sedição, e estaria pronto para explodir. O documento seria um manifesto de vingança e uma bandeira eleitoral. O mesmo jornal, no dia 31, volta a falar da carta-testamento criticando Vargas por pretender que um

“morto” pudesse “governar os vivos”. O presidente teria se despedido do mundo “com palavras de incitamento à continuidade do antagonismo entre classes e divisão entre brasileiros”.

O Globo, que manteve uma atitude moderada durante toda a crise, no dia 27 fala da “enorme soma de serviços prestados à coletividade por Getúlio Vargas”, e mais, que “se é cedo para o arrolamento deles, muito mais para uma conscienciosa avaliação dos seus erros”.

Assis Chateaubriand assina o editorial do *O Jornal* sob o título “A Poesia em Getúlio Vargas”. É um texto ambíguo, que pode ter várias leituras, e tanto pode pretender homenagear Vargas, prestar-lhe um tributo pela obra que realizou, como pode ser lido como um texto crítico e irônico, que em algumas passagens tenta minimizar a figura do presidente e mesmo ridicularizá-la. Mas pode-se dizer também que foi Chateaubriand um dos adversários que melhor avaliaram o modo de agir de Vargas. Ele foi capaz de sair da explicação maniqueísta que estava presente em quase todos os jornais para apresentar a complexidade do mundo em que se movia o presidente e lançar luz sobre a sua forma de entender e atuar no espaço político. Nesse texto, Chateaubriand começa dizendo que o que havia de poderoso em Vargas era a índole nata de capitão, e que era como capitão que ele caía no campo de batalha.

“O leito de morte, em que tomba siderado pelo próprio braço, é um campo de luta, onde se encerra um dos maiores embates de sua vida. Suicidando-se, como Balmaceda ou como Hitler, ele próprio decide do resultado da peleja em que está empenhado (...). Toda a obra política de Vargas é a obra de um poeta, feita por um homem de ação. Diz-se que os reis não têm coração. Mas ele tinha. E por isso não era, nunca foi um realista em política e tampouco em administração (...). Enxergava as soluções dos nossos maiores problemas, com a verde inocência de um artista, de um homem de idéias gerais (...). O poeta dizia que o pródigo que não ama é um monstro. Getúlio Vargas era um monstro prodigioso que amava. Ele tinha amigos que ele podia enganar, que ele podia momentaneamente esquecer, que podiam passar a segundo plano em certas horas, mas que eram constantes em sua vida. Eu fui um deles. Tinha a segurança disto malgrado falarmos línguas diferentes; ele guarani, e eu inglês ou italiano. Havia em Vargas vários homens diferentes. Um haverá de sobreviver todo poderoso: é o bugre que amou desvaírado a sua terra, a terra para quem o solo hirto, o chão pobre tinham coruscações de estrela.”

Mas é o *Diário Carioca*, um dos mais radicais opositores do governo, que

após o suicídio parece ter-se reconciliado com Vargas. Macedo Soares assina um artigo onde analisa a figura do presidente morto e sua atuação política. Começa por dizer que Vargas manteve um nível de vida relativamente modesto, era um homem acessível ao convívio de homens do povo, frente a cujas necessidades sempre se mostrou benévolo e cuidadoso. Pode-se discutir muitas coisas a respeito de Vargas,

“entretanto, mesmo forçando a mão, Getúlio Vargas foi o homem da vanguarda no seu tempo, mostrando irrecusável espírito compreensivo que rompia a rotina, antecipando-se às exigências do equilíbrio das classes sociais então vigentes”.

Atribui o “sacrifício da honra” ao erro de avaliação quanto ao valor das pessoas. Os amigos são responsabilizados.

No mesmo dia, em editorial, o *Diário Carioca* afirma que Vargas encerrou seus dias de maneira trágica mas honrada. Sua morte desvinculou seu nome dos ladrões e criminosos que abalavam a dignidade do país. Considere-o um estadista.

“Nessa hora de dor, cumpre-nos, a nós, que, notadamente nos quatro anos de seu segundo governo, o combatemos com ardor e sinceridade, ressaltar os inestimáveis serviços que teve oportunidade de prestar ao país. Seja promovendo, pela legislação social, melhores condições de vida para o trabalhador, seja defendendo na guerra os sagrados interesses do Brasil, seja os outros títulos que serão encontrados futuramente. A cena final de sua vida, confirmando os que, combatendo-o, não chegaram a descrever da persistência de seus sentimentos morais, deu-lhe o indiscutível direito de ser estimado e honrado pela posteridade.”

Esses textos podem indicar tão-somente uma tentativa de apaziguar a fúria popular contra os opositores do presidente morto e resguardar o patrimônio do jornal. Pode também significar o receio de mudanças bruscas no rumo da política, como consequência desse acontecimento. Essas possíveis explicações partem da lógica de que o jornal adotou uma estratégia de defesa de interesses privados para sua sobrevivência.

O curioso é observar que o suicídio determinou que seus adversários iniciassem imediatamente o retoque na imagem de Vargas. O perfil até então construído teve que ser refeito — não coincidia com os atos que agora se revelavam. O homem tinha também grandeza, patriotismo, honestidade, e para alguns era um estadista. Assim, com um intervalo de algumas horas, um novo retrato de Vargas começava a ser apresentado ao público.

Observações finais:
confronto, articulação, consenso — as múltiplas
intermediações da imprensa

A leitura dessa amostra nos parece suficiente para deixar claro o modo como foram construídas a narrativa da crise, a trama de seus conflitos e as funções dramáticas, ou “cênicas”, de seus protagonistas e coadjuvantes.

Tal como num enredo teatral, o atentado irrompe tendo como pano de fundo um antagonismo prévio, insolúvel e fatal entre duas facções. No entanto, estando em jogo o poder num regime político democrático, o que envolve, de um lado, mandatos obtidos através do voto e, portanto, de rituais de exercício da cidadania e da vontade popular, e, de outro, prescrições legais e morais sobre as formas e os meios legítimos de exercício e de transferência do poder, é a esses valores, à lei e à moral que passam a se referendar os argumentos, e é em nome de um destes, ou de ambos, que se busca uma saída para a crise.

Assim, se há o apelo à manutenção da ordem constitucional, ou seja, o apelo ao respeito à lei, há também, contraditoriamente ou não, conforme o caso, o apelo à moralidade e à justiça, à punição dos responsáveis pelo crime e à restauração da legitimidade do poder governamental (que no caso, de acordo com a oposição, e mesmo com o centro do espectro, torna-se incompatível com a permanência de Vargas no Catete).

O que torna particularmente difícil a análise da atuação da imprensa no processo é justamente essa complexa e ao menos aparentemente contraditória mescla de puro e simples facciosismo com um posicionamento ideológico democrático-liberal. Ou seja, a mescla de interesses e posições inegavelmente particulares, ou idiossincráticos, com preocupações, argumentos e interesses mais amplos, ou sistêmicos.

No caso em questão, é evidente que o comportamento de certos jornais pode ser explicado, a princípio, pura e simplesmente como resultante de ressentimentos antigos e descrito como jornalismo de facção.³¹ Com efeito, assim poderíamos caracterizar, talvez sem maiores dificuldades aparentes,

31 Entenda-se: jornalismo de facção, e não partidário. Não há, entre os jornais pesquisados e os partidos da época, qualquer relação necessária de correspondência (embora pudesse haver claras simpatias). O termo facção aqui utilizado se refere a clivagens que se estabelecem prévia ou muito posteriormente a quaisquer divergências ideológicas ou programáticas, encamadas muito mais em antagonismos estruturados em torno de pessoas ou claqes.

as atitudes de jornais como o *Diário Carioca*, o *Diário de Notícias*,³² o *Correio da Manhã* e *O Estado de S. Paulo* frente ao governo. Mas o que dizer dos jornais que se apresentaram mais moderados ao longo da crise, como foi o caso de *O Globo*, *O Jornal* e *Folha da Manhã*? Certamente não se trata aqui de “aliados” do Catete. Qualquer saída teoricamente unilateral (facciosismo x ideologismo, ou vice-versa) é insuficiente.³³

A conclusão fundamental dessa investigação pode ser formulada, portanto, da seguinte forma: em agosto de 1954 os principais órgãos de imprensa do país, com algumas exceções bem delimitadas e significativas, atuaram decisivamente tanto na formação de um consenso a respeito da crescente inviabilidade política e moral do prosseguimento do mandato do presidente Getúlio Vargas, quanto na intermediação do diálogo e da articulação entre os diferentes grupos das elites políticas aptas a intervir, de algum modo, na resolução do impasse. Em particular, obviamente, os diversos setores militares.

Em todo esse processo sincrônico de intermediação e condução a palavra-chave de articulação do consenso era “renúncia”, insistentemente demandada tanto pela maioria dos jornais quanto pelos interlocutores políticos cujos discursos eram encampados editorialmente. Palavra que ao mesmo tempo sintetizava os maiores anseios e a reduzida capacidade de concertação do “centro” do espectro ideológico, e que demarcava, por oposição, as opções e os recursos políticos nos quais se fiavam os atores localizados então nos pontos extremos do confronto.

Assim, se o centro depositava suas parcas e inviáveis esperanças na renúncia voluntária do presidente — e acabou tendo de ceder sob o imperativo do apoio, mesmo que implícito, à sua definitiva imposição pelos líderes militares — as extremidades do espectro político, configuradas, de um lado, na oposição radical, e, de outro, na sustentação intransigente ao presidente, adotavam como palavras de ordem, respectivamente, a deposição pura e simples e a resistência de Vargas.

32 É interessante notar que, independentemente de seu posicionamento, o *Diário de Notícias* tinha então a peculiaridade de possuir uma política editorial especificamente direcionada para a corporação militar, com colunas especializadas a respeito do dia-a-dia das três armas, sendo, portanto, o jornal mais lido pelos militares.

33 Com relação ao “facciosismo” de um jornal como o *Correio da Manhã*, por exemplo, é necessário contrapor evidências como esta (de um editorial do jornal após a votação do *impeachment* de Vargas, em junho de 1954, em que os partidos não votaram em bloco, em particular a UDN e o PSD): “Aliança de letras ou legendas não resolvem o nosso problema político, que se resume todo na formação e na vitória de um movimento que tenha a autêntica popularidade para enfrentar o populismo desfigurador e caótico”. (*Correio da Manhã*, 19-6-1954).

Havia ainda, é claro, a alternativa teórica do *impeachment* do presidente, ou seja, sua deposição legal pela Câmara e pelo Senado. Com efeito, alguns dos jornais da amostra fazem referência explícita a essa alternativa.³⁴

Essa possibilidade, entretanto, encontrava-se descartada de antemão porque meses antes a oposição tentara pô-la em prática sem sucesso, sendo o pedido de *impeachment* negado então por maioria esmagadora.³⁵ Além disso, como vimos, pouco tempo antes do atentado da rua Toneleros haviam se encerrado as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o jornal *Última Hora*, que se abriram com graves indícios de favorecimento pelo governo, com fins políticos, ao jornal de Samuel Wainer, mas terminaram com um sabor de derrota para a oposição, que não conseguiu provar o envolvimento direto de Vargas no episódio, e muito menos obteve do Congresso licença para processar seus aliados mais diretamente envolvidos.

Qualquer outra alternativa de resolução do impasse sem interferência militar dependia, portanto, de um ato unilateral de Vargas. E mesmo aí ainda havia riscos, pois a alternativa da licença do presidente, que teoricamente poderia subsidiar uma solução de compromisso, não agradava a muitos setores oposicionistas.

Era claro aos contendores que o que estava em jogo não era simplesmente a elucidação do crime e das responsabilidades que nele cabiam ao governo e a seu chefe, com as devidas punições aos criminosos e absolvição dos inocentes. O foco das desavenças sempre fora e continuava a ser a pessoa do presidente da República e tudo o que ele representava então para o sistema político. Se à oposição não interessava a licença, pois que ela preservava o mandato de Vargas, afastando-o apenas temporariamente, para este qualquer recuo poderia significar a abertura de um flanco por onde seus adversários poderiam atacar, alijando-o da arena e, o que era pior, impondo-lhe toda espécie de humilhações e retaliações.³⁶

Era, portanto, este o quadro de confrontação radical, de impasses e indefinições em que mergulhava a vida política nacional e no qual se inseriam os órgãos de imprensa, enquanto interlocutores e porta-vozes.

34 Enquanto o *Diário de Notícias* fala em “desvantagens do *impeachment*” (tabela 2, dia 13), o *Jornal* fala em “*Impeachment*, o remédio legal, nunca a renúncia” (dia 18) e chega mesmo a afirmar, em seguida, que “volta-se a oposição para a batalha do *impeachment*” (dia 20).

35 O pedido de *impeachment* do presidente Getúlio Vargas foi votado em 16 de junho de 1954, e seus proponentes (da UDN) foram fragorosamente derrotados, inclusive com o voto de deputados udenistas.

36 A preocupação de Vargas a esse respeito é evidenciada de diversas maneiras. Ver, por exemplo, os depoimentos de Alzira Vargas e Emâni do Amaral Peixoto em Mota, Lourenço Dantas (coord.). *História vivida*. Op. cit., v. I.

Se, com efeito, as alternativas políticas à solução do impasse variavam de um possível resultado a outro — da resistência do presidente até a sua deposição, passando pela renúncia, licença ou impedimento — e se cada uma dessas alternativas era capaz de mobilizar os diferentes grupos em ação, servindo inclusive de pauta e agenda de confrontação e alinhamento, eram os órgãos de imprensa os debatedores e articuladores políticos mais privilegiados do processo, através da intermediação que faziam. De modo que, inclusive, é possível demonstrar através da análise de seus conteúdos, senão exatamente que grupos, ao menos que posições ou pontos de vista se encontravam perfilados, via imprensa, influenciando e circunscrevendo o conflito e suas possíveis soluções.

Assim, cada jornal é suporte (senão o próprio definidor, em última instância) de uma posição particular, contribuindo de maneira complexa e não isenta de contradições para a configuração cambiante tanto das palavras de ordem das alianças e oposições quanto do próprio balanço de forças.

Existiria ainda, contudo, um aspecto ainda mais significativo nas diferenças e semelhanças encontradas no comportamento dos diversos jornais, e que não se esgota na análise especificamente conjuntural política da crise. Do ponto de vista não exatamente dos seus papéis particulares no confronto em questão, mas sim das características estruturais de suas inserções na arena política e ideológica, diferentes posicionamentos com relação à crise e principalmente em referência às suas possíveis soluções podem ser indicadores também das mudanças estruturais por que passava a imprensa como um todo, que se manifestavam distintamente na experiência de cada veículo. Ou seja, no que respeita aos processos sociológicos mais abrangentes de intervenção pública dos jornais, podem ter importantes implicações políticas o grau de profissionalização e de empresariamento de cada jornal.³⁷

Assim, da parte de determinados jornais, um comportamento mais ou menos radical, mais ou menos “faccioso”, mais ou menos referendado à “ordem” em sentido genérico, pode indicar não só uma filiação “partidária” ou de facção, mas também, e talvez muito mais, um posicionamento empresarial distinto. Quer dizer, um comportamento muito mais motivado em termos de uma inserção específica num mercado jornalístico em evolução, um mercado ao mesmo tempo econômico e político, com sentidos e dimen-

37 Tivemos a oportunidade de ilustrar alguns dos aspectos mais decisivos dessas mudanças estruturais pelas quais passavam os órgãos de imprensa do período e que, de algum modo, se refletiam nos resultados de sua produção em Lattman-Weltman, Fernando. *A imprensa carioca dos anos 50: o registro dos anos dourados*. Apresentado ao Colóquio A Imprensa e a História, Rio de Janeiro, IFCS-UFRRJ, nov. 1991.

sões muito mais amplos do que a disputa conjuntural (embora crucial) de duas facções políticas antagônicas.³⁸

Se essa hipótese, ou agenda de investigação, faz sentido, é possível, através de análises sistemáticas do comportamento jornalístico, numa perspectiva histórica e comparada, alcançarmos uma maior compreensão não apenas acerca das transformações por que passa a imprensa, como também do próprio regime democrático-liberal ao qual a sua prática sempre se refere. E assim, se a imprensa de 1954 debate-se, não sem contradições, entre o facciosismo e a ação ideológica mais abrangente e consistente, talvez o mesmo possa ser dito da frágil democracia que, iniciada em 1945, tinha então o seu primeiro e grave teste.

38 Não deixa de ser intrigante, senão significativo, o fato de encontrarmos um comportamento muito mais moderado em jornais como *O Jornal*, *O Globo* e a *Folha da Manhã*, não por acaso veículos de grupos que viriam a se tornar, o primeiro, a primeira grande cadeia de comunicação privada do país (os Diários Associados, de Chateaubriand), e os seguintes, dois dos principais grupos remanescentes e poderosos do fechado clube da contemporânea indústria cultural de ponta no Brasil.

Tabela 2
Seleção de materiais dos jornais da amostra (5 a 25/8/54)

<i>Data</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
5-8/ Quinta	Novo atentado contra o jornalista Carlos Lacerda — Morto um major da Aeronáutica que acompanhava o diretor da <i>Tribuna da Imprensa</i> .	Disparou 6 tiros em Carlos Lacerda — atingido no pé, morto um amigo ...	Carlos Lacerda baleado na madrugada de hoje... Ao presidente da República: o país quer o nome do assassino. Assassinos (editorial)	Covarde atentado contra Carlos Lacerda — Morreu um major da Aeronáutica que acompanhava o diretor da <i>Tribuna da Imprensa</i> .
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	"Para honra da Nação brasileira, confio que esse crime não ficará impune" (declaração de Eduardo Gomes) — O atentado contra Carlos Lacerda — Morto ao seu lado um oficial da Aeronáutica...	Atentado contra Lacerda; major da Aeronáutica morto. Atribui a responsabilidade ao presidente da República (entrevista com Lacerda)	URGENTE: Baleados Carlos Lacerda e um major da Aeronáutica.	Mobilizados todos os recursos do governo para esclarecer o crime. Veemente condenação do chefe de polícia ao ato de terrorismo.
6-8/ Sexta	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
	Enlutado o país com o bárbaro assassinio — exige a Nação que se façam as investigações com energia... Não é com violência e sangue que se faz calar as vozes de protesto contra a corrupção. A responsabilidade do Sr. Getúlio Vargas	Chorou a cidade, indignados os militares. Perigo o regime e urge ao povo reagir... Vai reunir-se toda a FAB; a polícia, nada. Miserável tocaia.	Repulsa à inominável covardia. A Minoria acusa o governo como responsável pelo clima de insegurança — Responsabilidade indireta do presidente da República.	Surto de banditismo. Mobilizada a opinião pública do País contra o brutal atentado de ontem — Milhares de pessoas acompanharam o féretro do major Rubens Vaz...
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Novas revelações sobre o revoltante atentado. O atentado de ontem e o dever do presidente. Condena o Congresso o brutal atentado. A defesa do governo (discurso de Gustavo Capanema)	Elucidação de toda a trama no prazo de 24 horas (entrevista com Tancredo Neves, ministro da Justiça). Punição aos criminosos. Revela Zenóbio: interesse do Governo para que toda a verdade venha à tona. Emocionada, a população acompanhou a pé o cortejo fúnebre do Major Vaz.	Provoca vigorosas reações o brutal atentado contra Carlos Lacerda e o major Rubens Vaz. Oposicionistas mais exaltados responsabilizam o chefe da Nação e seu governo. Atentado covarde e brutal.	"Não passei telegrama a ninguém" — o gal. Loyola Daher, presidente do Clube da Aeronáutica, desmente que tenha convocado alguma reunião entre os brigadistas. Cabe ao Poder Judiciário punir os autores do covarde atentado (discurso de Capanema).

<i>Data</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
7-8 / Sáb.	Cartinha o país para rumos perigosíssimos Assassino está no Governo.	De prontidão as Forças Armadas. Reação em todo o país contra o atentado.	O inquérito irá até onde a polícia não tiver coragem. O governo e o crime (artigo de críticas à ação da polícia).	A responsabilidade do presidente (editorial atribuindo responsabilidade a Vargas no atentado)
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	"Esses assassinos são os meus maiores inimigos" — palavras do presidente.... "O maior interessado na apuração do crime é o governo" (Tancredo). De prontidão as forças do Exército.	Oficiais das três armas dispostos a levar o inquérito até o fim. Veementes manifestações de repúdio ao atentado contra Carlos Lacerda. Urgência no esclarecimento do crime.	Resolução de 600 oficiais da Aeronáutica: levar as investigações até o fim, onde a polícia não queira chegar. Reação nacional à altura da gravidade do crime.	
8-8 / Dom.	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
	Hora de decisão. Revoltada a opinião pública ante o crime covarde.	Inquérito ou farsa (artigo de Danton Jobim com críticas à polícia)	As palavras e os atos (editorial cobrando providências da parte do Governo na apuração do crime).	Persiste no Rio o ambiente de intranquilidade provocado pelo assassinio do major... .
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	(Não circulou).	Questão de hora da FAB: elucidação do atentado e punição dos responsáveis. De qualquer maneira, o crime será esclarecido (nota oficial do Ministério da Justiça).	Permanece tenso o ambiente nos meios militares em face do atentado... . O governo não se deterá na elucidação do crime (nota oficial do Ministério da Justiça).	(Não circulou).
9-8 / Seg.	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Reunidos os brigadeiros — procuram examinar a situação do país — presente o Sr. Eduardo Gomes. Não pertencia à guarda pessoal do Presidente (Climério) — afirma o Gal. Caiado de Castro.	(Não circulou).	(Não circulou).	Espectacular caçada para a captura de Climério, o assassino do major. Desvia-se para Caxias o cerco da polícia. Acima de tudo a defesa do regime (artigo em tom de editorial).

<i>Data</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
10-8/ Terça	Afastamento do Sr. Getúlio Vargas do governo. Nenhuma nação digna poderia tolerar ser governada por assassinos. O Presidente que não mais o é.	A tensão militar atinge ao auge. Deixei Vargas a Presidência. Renúncia de Getúlio. Vago o Governo.	A FAB não permitirá que qualquer privilégio exima os culpados de punição.	Posição insustentável (editorial sobre a situação de Getúlio: "O remédio para a situação pessoal de S. Exa. está na própria Carta Constitucional: é entregar o governo ao vice-presidente...").
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Manter a ordem, a disciplina e o princípio de autoridade — (...) — Também o Exército interessado na inflexível apuração das responsabilidades do atentado (declarações de Zenóbio). Contra o crime, mas sempre pela Constituição e a democracia.	Salvaguarda das instituições (editorial de apoio ao governo pela dissolução da guarda pessoal). Prisão de todos os responsáveis — Vargas interessado na descoberta dos mandantes. Desmente Tancredo a renúncia do presidente.	Categórico desmentido do ministro da Justiça: não pretende renunciar o presidente da República. Inúteis até agora as diligências policiais. Preliminar acertada: o afastamento do chefe de polícia.	Garantir o regime contra a desordem (Alto Comando). Horas de decisão no Catete (sobre a dissolução da guarda pessoal). As elites nacionais garantem o respeito às instituições. Zenóbio leva a Vargas a palavra de confiança do Alto Comando.
11-8/ Quarta	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
	Unidade absoluta da Aeronáutica em torno de Eduardo Gomes. Renúncia do presidente da República, clama-se no Palácio Tiradentes. Seria ingênuo acreditar tenha sido o crime premeditado pelos executantes....	Revolucionária a assembléia da FAB. Estão no Catete os criminosos — Toda solidariedade dos oficiais do Exército e da Marinha. Exército, FAB e Marinha prontos a tudo. Renúncia dentro da Constituição. A polícia pára, trabalha a Aeronáutica.	Crise de confiança (editorial denunciando a impunidade nas esferas oficiais) A opinião pública exige explicações de Lutero Vargas. Avolumam-se os pedidos de renúncia do presidente. Rumores alarmantes em São Paulo: tenso o ambiente nos meios militares...	Coincidência de opiniões (entre o jornal e vários deputados, sobre o imperativo da renúncia; editorial).
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Este episódio lamentável não causará a perturbação da ordem — advertência do Almirantado (...). Outras vozes reverberam na Câmara, o atentado — Pedida a renúncia do presidente...	Não me parece que o regime esteja ameaçado (reportagem com Gustavo Capanema). Novos ataques a Vargas na Câmara e no Senado. Punição dentro da lei.	"Tudo envidarci para a completa apuração do hediondo atentado" (discurso de posse do novo chefe de polícia). Cumpra-se a Constituição até a última letra.	

<i>Data</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
12-8/ Quinta	Única fórmula capaz de evitar a subversão, a anarquia e o golpe (a renúncia). Renunciar é a única saída do Sr. Getúlio Vargas. Mantida a unidade das Forças Armadas. Ainda não renunciou o Sr. Getúlio Vargas: vai hoje a Minas.	Alto Comando deliberou sobre a situação: saída de Vargas mas dentro da Constituição. Expurgo dentro da legalidade. Rapidez na solução.	A serenidade do Brigadeiro sustenta a ordem no país. Reuniu-se o Alto Comando das Forças Armadas — Unidos nas atuais circunstâncias, dentro de seus deveres constitucionais. Clamor em todo o país exigindo a renúncia. Em tese, co-autoria do presidente (...) no crime.	A gravidade da situação. (trecho: "É cada vez mais grave a situação brasileira, devido à morosidade com que a polícia do Rio de Janeiro está procedendo ao inquérito...").
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Não foi discutida a renúncia do presidente (...) na reunião das classes armadas. Ganham as ruas os últimos acontecimentos políticos (fotos do carro de propaganda de Luterio Vargas incendiado). Tipografia da Prefeitura a serviço exclusivo do deputado Luterio Vargas.	Decisão das três armadas: renúncia de Vargas, se comprovada qualquer responsabilidade do presidente. Consolidação do regime (matéria sobre o pensamento dos militares). Julgamento precipitado. Providência alguma antes da conclusão do inquérito.	Altos chefes militares estabelecem ponto de vista inteiramente concorde — Unidas as Forças Armadas dentro de seus deveres constitucionais — Considerada a renúncia de GV como a única saída constitucional para a crise. Nota do Ministério da Justiça: absoluta calma no território nacional.	
13-8 / Sexta	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
	Apenas um fantasma de presidente vagando nos corredores do Catete. Depende da renúncia (...) a restauração da paz e da moralidade. Da solução do <i>impeachment</i> , suas desvantagens.	Setenta generais referendam o Alto Comando. Solução dentro da lei: Canrobert. O regime e o Sr. Getúlio (editorial condicionando a manutenção do regime à saída de Vargas do poder).	No caso de vaga do presidente e do vice (...) — como se dará a sucessão. Comício-monstro, hoje, na Cinelândia.	A situação do presidente (trecho: "Retire-se ou não (...) do governo, o sr. presidente da República deixou praticamente de ser o representante da nação brasileira...").
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Catilina em Belo Horizonte (sobre o discurso de Getúlio na inauguração da Usina Mannesmann). "A Nação não irá à anarquia" — "Não sei de crise nenhuma" (Getúlio).	Propósito de gerar a confusão para levar o país à desordem (palavras de Getúlio). Ação vigilante dentro das prescrições constitucionais. A crise mostra que o regime se retempera. A impunidade seria desastrosa para o regime. A majestade da lei.	Soluções extralegis não — Reafirmam sua posição os generais.. Getúlio em Minas: "Não renunciarei, nem jamais pensei, em ao menos renunciar". "Empenharei a autoridade e a honra do governo para que a ordem seja mantida". Solidez do regime democrático e regime de responsabilidade.	

<i>Data</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
14-8 / Sáb.	Não permaneça no governo se não for digno desse governo que tão indignamente exerce. Expectativa. Reafirma o Mal Dutra ser favorável à renúncia do Sr. Vargas. Entregues ao Gal. Zenóbio os destinos da pátria brasileira. Parou o inquérito policial.	Lutero apontado como o mandante. Desfecho da crise militar a qualquer momento. Arinos a Vargas: presidente, tenha ânimo e renuncie. Solidariedade da Marinha à FAB.	Compromisso da Marinha para que não se repitam os atentados. Fidelidade à lei, à ordem, às instituições e à disciplina. Protesta o povo — “não fomos vitoriosos em 1932, mas seremos em 1954”.	A insensibilidade do presidente nominal (artigo de crítica ao pronunciamento de Getúlio em Belo Horizonte, no qual o presidente afirma sua disposição de não renunciar).
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Sejam quais forem os culpados devem ser entregues à Justiça — Enérgica proclamação do ministro da Guerra — “Não medirei esforços para que sejam garantidas as liberdades constitucionais”. Toda vigilância dentro dos preceitos constitucionais (oficiais da Armada).	Absoluto respeito à lei, à ordem, às instituições e à disciplina. Minas está ao lado da Constituição. Fecha-se a crise militar: garantida a Constituição. Punição e legalidade. Confio na verdade como instrumento de defesa (palavras de Lutero Vargas).	Proclamação do ministro da Guerra: o gen. Zenóbio reafirma sua fidelidade à lei, às instituições, à ordem e à disciplina. Jura inocência o Sr. Lutero Vargas. O Povo também tem responsabilidade (na crise; por seu comportamento político e eleitoral; editorial).	
15-8 / Dom.	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Popular</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
	Aclamada no Clube Militar a proposta de renúncia do Sr. Getúlio Vargas. Perfil de um governante (editorial de críticas a Getúlio).	Pedida no Clube Militar a renúncia de Vargas. Inquérito policial paralisado. Na hora das Forças Armadas.	Insistência no Congresso para que o presidente (...) renuncie. Na assembleia do Clube Militar: sugerida a renúncia... Falta legitimidade moral ao Sr. Getúlio Vargas para continuar no poder.	Devastação moral (artigo com novas críticas ao discurso de Getúlio em Minas e com uma recapitulação dos desdobramentos da crise).
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	(Não circulou).	Confirma-se no Clube (Militar): foi superada a crise militar. Marcha implacável do inquérito.	Absoluto apoio aos altos chefes militares. A Hora não é de discursos, mas de inquérito (editorial).	(Não circulou).
16-8 / Seg.	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	(Não circulou)	(Não circulou)	(Não circulou)	O crime da Toneleros não deve continuar a envenenar o Brasil! Nenhuma acusação direta a Lutero Vargas.

<i>Data</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
17-8 / Terça	Falta ao presidente (...) legitimidade moral para continuar no poder. Renúncia para pôr fim às negociatas e ao banditismo. Que mais esperar?	As Forças Armadas estão exercendo, de fato, o Governo. No Senado: legítima e constitucional a renúncia de Vargas. Uma voz discordante (artigo de crítica a declarações do general Estillac Leal).		Chocante a indiferença do presidente da República diante da grave situação do País.
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Preso Clímério...	Renúncia do presidente diante dos apelos da opinião pública (discurso do senador Aloísio de Carvalho Filho). "Renúncia é ato espontâneo" Capanema define a posição de Dutra. Inicia o governo a sua contra-ofensiva. Tranquilidade para as eleições.	Novo Ministro da Aeronáutica. Nível ideal de consciência das FA (editorial de elogio ao comportamento legalista das FA).	
18-8 / Quarta	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
	Renúncia do Sr. Getúlio Vargas, a solução normal e legal. Parado o país à espera da renúncia.	Unificado o Exército. Zenóbio manifesta apoio à moção do Clube Militar. Capanema: Vargas não renunciaria mesmo se comprovada sua culpa.	Só a renúncia (...) restituirá a tranquilidade do povo. Nem um passo fora da legalidade.	Não há outra solução para o País fora da renúncia do ex-ditador.
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	"Com a prisão dos culpados, estou confiante em que tudo se esclarecerá" (frase atribuída a Vargas).	Defesa da Constituição e manutenção da ordem. <i>Impeachment</i> , o remédio legal, nunca a renúncia (Capanema). Razões da confiança (em Vargas).	Manifestação de solidariedade ao gen. Zenóbio da Costa. Tensão decrescente (reportagem elogiosa sobre o inquérito da Aeronáutica). A Vigilância deve ser mantida.	

<i>Data</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
19-8 / Quinta	Direta a responsabilidade do presidente (...) no atentado. Governo sob diligência. Gregório obedecia cegamente às ordens de Benjamim Vargas.	Forças Armadas prontas à ação — Unidas para uma solução. Dinheiro do povo pagou o atentado. Capanema e a tentativa de estado de sítio.	Replicando o líder majoritário: "não há isto de renúncia espontânea". Moral e juridicamente impedido de governar o Brasil.	A defesa do presidente (crítica à defesa de Getúlio proferida na Câmara por Gustavo Capanema, líder do governo).
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	Os mandantes do atentado — nada contra os Srs. Lutero Vargas, Danton Coelho e João Goulart... Renúncia do presidente (...), insiste a Minoria Parlamentar.	Sem fundamento a notícia do estado de sítio. Punição de todos os assassinos do major... Vargas prepara a sua contra-ofensiva política. Exigência da verdade.	Cel. Adil espera para breve a identificação do mandante. Capanema: "O Governo não cogita do estado de sítio".	
20-8 / Sexta	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
	Lama. Criminoso irreversível. Insiste o Gal. Zenóbio na manutenção dos direitos constitucionais.	Os juristas reclamam destituição de Vargas. Espantosas negociações reveladas agora pelo arquivo de Gregório.	Prova de co-autoria: a intimidade do presidente (...) com o "tenente" Gregório. Prosseguirão os entendimentos entre as Forças Armadas. O Sr. Getúlio Vargas desmascara a confiança do povo.	A renúncia do presidente da República continua a ser o tema principal dos discursos no plenário.
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	O tenente Gregório intermediário de escusas negociações na Cexim.	Isento o governo apesar de responsável o Catete. Volta-se a oposição para a batalha do <i>impeachment</i> . Solidez do regime. O binômio (Constituição e lei).	Sensacionais declarações do presidente da C.I. da Aeronáutica. Intactas, apesar de tudo, as instituições democráticas.	Divulgadas as dívidas dos "Diários Associados" e do "Grupo Roberto Marinho" no Banco do Brasil.

Data	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
21-8 / Sáb.	Incapaz o presidente (...) de exercer as suas atribuições constitucionais. Clampe às F.A. empessar logo o Sr. Café Filho... Articulação Jango/Prestes para a greve geral.	Pronunciamentos podem a renúncia. As três armas se unem pelo regime. Uge a saída de Vargas. Articulam a greve em todo o país o PTB e os comunistas. Empessar o vice-presidente.	Os arquivos de Gregório deppem contra Getúlio. Solução dentro da Constituição para a crise nacional. Reafirmam as Forças Armadas que manterão a ordem, a disciplina e a Constituição.	Acervo de poderes. As forças armadas devem dar posse, imediatamente, ao vice-presidente da República.
	<i>O Globo</i> Presso o Sr. Roberto Alves, antigo secretário particular do presidente... Teria o presidente violado o compromisso sagrado de defender as leis (discurso de Etilac Prato).	<i>O Jornal</i> Defesa da Constituição sem olhar as hipóteses. Preservação da ordem — objetivo dos democratas. Ratifica o Alto Comandor o governo e inviolável. Todos os escândalos devem ser apurados.	<i>Folha da Manhã</i> Reafirmam os altos chefes militares: absoluto respeito à Constituição. Discorda-se no Senado de restrições feitas à nomeação do novo ministro da Aeronáutica. Armas para a democracia: os títulos eleitorais (editorial).	<i>Última Hora</i>
22-8 / Dom.	<i>Diário de Notícias</i> Que é a legalidade? A traficância no Carete. No fundo do pântano... por amor à Constituição. Se interessa a divisão das F.A. aos que desajam manter o regime atual.	<i>Diário Carioca</i> Em pé de guerra. De prontidão a tropa com generais. Insiste Dutra: Getúlio deve renunciar. Inquilino ornado no Palácio do Carete. Apele a toda a Nação (artilgo de Pedro Danilas pedindo a intervenção das F.A.).	<i>Correio da Manhã</i> Renúncia e golpe (editorial em tom de alarme, pedindo a renúncia). Declarações do Mal. Dutra: a renúncia é a única solução capaz de tranquilizar o país. Em prontidão as forças armadas.	<i>Estado de S. Paulo</i> A renúncia do presidente (trecho: "... o Sr. presidente da República só tem uma solução: a renúncia ao cargo...").
	<i>O Globo</i> (Não circulou).	<i>O Jornal</i> Prontidão no Exército e alerta na Marinha e FAB... Qualquer decisão só dentro da lei. Volta Redonda é o melhor exemplo da harmonia perfeita entre capital e trabalho. Na manutenção do regime, a honra e o futuro do país.	<i>Folha da Manhã</i> Declaração conjunta dos três ministros militares: "As forças armadas de forma alguma deverão agir como deliberante em assuntos que escapam à sua alçada". Prontidão nas Forças Armadas — A cautelosa atitude do Ministro da Guerra.	<i>Última Hora</i> (Não circulou).

Data				
23-8 / Seg.	<p><i>O Globo</i></p> <p>A Rádio Globo está irradiando sob censura policial.</p> <p>Defenderá o governo de arma em punho mas não deixará o Café — esta a disposição do presidente...</p> <p>Quando falo, não o faço em meu nome mas no do Exército — ao fazer esta declaração, afirmou o Gal. Zerbido da Costa (...) que a situação está "normalíssima"...</p> <p>O momento de pensar no Brasil (editorial pedindo a renúncia).</p>	<p><i>O Jornal</i></p> <p>(Não circulou).</p>	<p>(Não circulou).</p>	<p><i>Última Hora</i></p> <p>O Brasil escapa à guerra civil (elogios a Vargas e a Zerbido por resistirem).</p> <p>Tranquilo o Café.</p> <p>O povo que eles mobilizam (artigo atacando membros do Clube da Lanterna de tentarem promover agitações).</p> <p>Pronto o Exército a repelir a subversão, para de onde partir.</p> <p>A inabalável posição do Exército sustentou e garantiu a Constituição.</p> <p>Vargas não cedera nem à violência, nem ao golpe: (...) "Só morto saíra do Café!"</p>
<p><i>Diário de Notícias</i></p> <p>Afasta-se do poder o Sr. Getúlio Vargas.</p> <p>Pede a Câmara (...) solução pronta e imediata para a crise político-militar.</p> <p>Recusou o Sr. Getúlio Vargas o alto gesto de responsabilidade do Sr. Café Filho.</p> <p>O governo quer o estado de sítio.</p>	<p><i>Diário Carioca</i></p> <p>Getúlio Vargas intimado a renunciar.</p> <p>A Marinha pede também que Vargas saia.</p> <p>Rei, renúncia, rua - exigência do povo que atinge as F.A., feis, executivos da vontade nacional.</p> <p>Ameaça sem precedentes na História.</p> <p>Licenciado o presidente da República — assumirá o governo Café Filho.</p>	<p><i>Correio da Manhã</i></p> <p>Licenciamento ou deposição (artigo sobre a recusa do presidente a renunciar).</p> <p>O vice-presidente e o Congresso (editorial de apoio a Café Filho).</p>	<p><i>Estado de S. Paulo</i></p> <p>Em torno da renúncia (editorial de críticas aos setores militares que ainda se opunham à imposição da renúncia: "Os que defendem a permanência desse homem no governo estão separados da Nação...").</p> <p>Unshimes a Marinha e a Aeronáutica pela renúncia.</p>	
<p><i>O Globo</i></p> <p>Deus venha em auxílio de todos nós e de nossa Pátria (cardinal Jaime Câmara).</p> <p>As primeiras palavras do presidente Café Filho foram de pesar pela morte do Sr. Getúlio Vargas.</p> <p>Suicidou-se o Sr. Getúlio (...) esboçando leve sorriso — (...) Grande massa popular no Café.</p> <p>A carta deixada pelo Presidente Vargas.</p>	<p><i>O Jornal</i></p> <p>Vários generais e almirantes solidários com os brigaderos.</p> <p>Brigaderos: "somente a renúncia solucionaria a crise existente".</p> <p>Condenação unânime à censura imposta pelo governo às emissoras.</p> <p>Aprofunda-se a crise política: Café divergiu de Vargas.</p> <p>O interesse do Brasil (editorial de elogios a Café Filho).</p> <p>Penhora de lealdade (artigo de Chateaubriand em apoio a Café).</p>	<p><i>Folha da Manhã</i></p> <p>Urgente: o Exército define-se - Renúncia do Presidente.</p> <p>O Sr. Getúlio Vargas resiste ao pronunciamento dos brigaderos.</p> <p>Pronunciem-se 51 almirantes.</p> <p>Getúlio: "só saírei se o povo quiser".</p> <p>Aberreção constitucional o decreto que determina censura prévia nas irradiações.</p> <p>Senado - elogios à atitude do vice-presidente (...) na atual conjuntura política.</p>	<p><i>Última Hora</i></p> <p>Matou-se Vargas! — O Presidente cumpriu a palavra: "Só morto saíra do Café!"</p> <p>Café Filho (...): "Vou realizar um governo de coalizão nacional".</p> <p>O povo chora nas ruas e morre do seu grande chefe.</p> <p>Serenidade em homenagem àquele que sobe nozes pelo povo.</p> <p>A sua vida inteira foi dedicada à República.</p> <p>Getúlio, o amigo do povo.</p> <p>Um documento para a História (a Carta).</p>	

Data	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Diário Carioca</i>	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Estado de S. Paulo</i>
25.8 / Quarta	<p>Presidente da República o Sr. Café Filho. Gande destaque na imprensa da Europa Ocidental (o suicídio). Empossado na pasta da Aeronáutica o brigadeiro Eduardo Gomes. Presos por medida de segurança 36 dirigentes sindicais. Os sentimentos do povo brasileiro (editorial com críticas à carta-testamento).</p>	<p>Café reorganiza a vida da Nação. A multidão desfilou a chorar ante Vargas. Pleno funcionamento do Novo Governo. Getúlio Vargas (editorial de apologia a Vargas). Os dirigentes sindicais articulam a greve. Horas intranquílias viveu a cidade, ontem à tarde. Atacada a embaixada dos EEUU pela malta insuflada.</p>	<p>As últimas horas de vida do Sr. Getúlio Vargas. Primeiras declarações do novo presidente da República. Ordem a qualquer preço. Comunistas e pelégos presos. Agitação comunista. Austeridade (editorial incitando à ordem e à austeridade no novo governo).</p>	<p>A repercussão no exterior da morte do presidente da República. Desfecho trágico (nota a respeito da surpresa com relação ao suicídio, conclamando a classe política a apoiar o novo governo). Constitui-se o novo governo.</p>
	<i>O Globo</i>	<i>O Jornal</i>	<i>Folha da Manhã</i>	<i>Última Hora</i>
	<p>Mantendo sua iniciativa como vice-presidente, o Presidente Café Filho receberá o povo, no Palácio do Catete... Bandos contra jornais e estações de rádio. Comunistas dirigindo as manifestações populares. Perturbações da ordem em vários pontos da cidade.</p>	<p>O governo e as suas responsabilidades (artigo de Nertan Macedo em que distingue dois tipos de manifestação popular: a dos "getulistas autênticos" e a dos agitadores comunistas). O Brasil em primeiro lugar (editorial). A poesia em Getúlio Vargas (artigo de Chateaubriand). Agitadores em ação nas ruas da cidade.</p>	<p>(...) Café Filho organiza o novo governo. A tragédia que emociona o Brasil. Graves agitações populares no R.G. do Sul. Figura dominante do cenário político brasileiro no curso de dois decênios. A lição que o país deve extrair da dramática morte de Vargas (editorial com críticas ao cerco a Getúlio e à importância da questão social).</p>	<p>Último encontro do povo com o grande presidente morto! A última noite do presidente. Vargas era o campeão das massas. Silêncio, o Brasil está de luto. Presos dezenas de líderes sindicais.</p>

*O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto**



JORGE LUIS FERREIRA



*“Tem dias que a gente se sente
como quem partiu ou morreu
a gente estancou de repente
ou foi o mundo então que cresceu
a gente quer ter voz ativa
no nosso destino mandar
mas eis que chega a roda-viva
e carrega o destino pra lá
roda mundo, roda-gigante
roda moinho, roda pião
o tempo rodou num instante
nas voltas do meu coração”*

(Chico Buarque de Hollanda)

Ainda bem cedo, por volta das oito horas, o tráfego em direção ao centro da cidade mostrava-se lento. As rádios, alterando a programação normal, alardeavam notícias da maior gravidade. Na praia do Flamengo, as pessoas abandonavam os carros, os táxis e os ônibus e procuravam, umas com as outras, confirmar o noticiário radiofônico como se resistissem em acreditar nos locutores nervosos que falavam através dos painéis dos automóveis. O prefeito da cidade decretou feriado municipal, fechando o comércio, a indústria e os bancos.¹ As crianças, ao chegarem nas escolas, recebiam de tristes professoras a orientação de retomarem aos seus lares imediatamente. Nessa mesma hora, um avião partia do aeroporto Santos Dumont rumo à cidade de São Paulo. O comandante, pelo microfone, pedia atenção aos viajantes para

* Agradeço a Angela Maria de Castro Gomes, Maria Helena Rolim Capelato e Rachel Soihet pela amizade e o incentivo de sempre.

1 *Correio da Manhã*, 25-7-1954, p. 3.

“uma notícia da mais alta gravidade”: o presidente Getúlio Vargas deu um tiro no próprio peito. Leôncio Basbaum, passageiro do avião, lembra que:

“foi um momento de perplexidade e espanto e ninguém queria acreditar. Uma senhora desmaiou. Vi um homem chorar, várias mulheres choraram também. Ao meu lado, um cavalheiro parecia demonstrar satisfação, mas, sentindo o ambiente hostil, preferiu ficar calado” (1976, p. 223).

Paralisados com o choque, muitos daqueles que estavam nas ruas, por alguns instantes, perderam a capacidade de decidir: ficar? Voltar para casa? Como agir? Grupos de trabalhadores oriundos dos subúrbios dirigiam-se chorosos ao Palácio do Catete — o que ajudou os indecisos a tomarem a decisão de acompanhá-los. Enquanto isso, soldados da Polícia do Exército já tinham cavado trincheiras com ninhos de metralhadoras na praia do Russel e nas imediações do Catete,² ao mesmo tempo que as polícias militar, civil e especial e todos os quartéis das três forças armadas estavam de prontidão. Amanhecia, assim, a cidade do Rio de Janeiro em 24 de agosto de 1954 e grupos imensos de trabalhadores e populares se preparavam para tomar suas ruas.

Para os círculos de cultura conservadora, a “multidão”, a aglomeração humana (em particular a dos pobres) representa iminência de perigo para as instituições. As imagens e representações que descrevem a multidão invariavelmente ressaltam aspectos negativos e destruidores; se ja pela desorganização, se ja pelas reações impulsivas e passionais, ela representa a inversão de valores, o perigo de desordem, o descontrole social. Mesmo que atualmente não se leve muito a sério a idéia de que somente os homens notáveis fazem a história, sempre foi difícil admitir que as pessoas comuns possam, de alguma maneira, interferir nela. Como afirma Burke,

“a história tradicional oferece uma visão de cima, no sentido de que tem sempre se concentrado nos grandes feitos dos grandes homens, estadistas, generais ou ocasionalmente eclesiásticos. Ao resto da humanidade foi destinado um papel secundário no drama da história” (1992, p. 12).

Os trabalhos pioneiros de George Rudé, Eric Hobsbawn e E. P. Thompson, entretanto, demonstraram que aqueles antes qualificados de “camadas inferiores da sociedade” têm uma cultura própria, um discurso específico, formas de resistência, maneiras particulares de organização e autodefesa.³

2 *Última Hora*, 24-8-1954, ed. extra, p. 3.

3 Rudé, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; Hobsbawn, Eric. *Rebeldes primitivos. Estudos das formas arcaicas dos movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978; Thompson, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Crítica, 1984.

A indignação, a amargura e a revolta popular que tomaram conta do país com o desaparecimento de Vargas, contudo, têm sido subestimadas diante das atitudes e decisões tomadas pelos grandes atores políticos que participaram da crise de agosto de 1954. Na escassa literatura sobre o tema, personagens como Getúlio Vargas, Carlos Lacerda, Rubens Vaz, Gregório Fortunato e instituições como a UDN, a Força Aérea e o Clube Militar teriam sido os protagonistas centrais dos acontecimentos, cujo desfecho terminaria com o suicídio do presidente. Os trabalhadores, os pobres e as pessoas comuns somente surgiriam em cena *após* o encerramento da crise, sem nenhuma capacidade de intervenção, e mesmo assim para conturbarem ainda mais aquele momento: tumultos, arruaças, perturbações, atitudes desesperadas e sem objetivos políticos definidos.

Queremos, neste trabalho, resgatar as manifestações de tristeza e revolta da população urbana brasileira diante da notícia da morte de Getúlio Vargas. Os motins populares no Rio de Janeiro, a violenta insurreição em Porto Alegre, os protestos em São Paulo e Belo Horizonte e a incredulidade e amargura manifestadas em outras capitais do país foram episódios decisivos para a desarticulação do movimento político oposicionista em curso naquele momento. A tese, bastante divulgada, de que Vargas ao cometer o suicídio teria paralisado o golpe, adiando-o por 10 anos, é, por seu próprio enunciado, uma maneira restrita de interpretar os acontecimentos de agosto. Não se trata aqui de subestimar ou diminuir a importância de Getúlio Vargas na vida política do país e nem mesmo de negar que a sua última atitude tenha impedido o golpe político-militar que se tramava. O argumento é válido, mas parcial. Acreditamos que o elemento que reforçou de maneira determinante o recuo dos golpistas foi a entrada no cenário político de uma multidão amargurada, revoltada e enfurecida que questionou, assustou e mesmo ameaçou o grupo oposicionista que se preparava para tomar o poder. A atitude inesperada de Getúlio Vargas e as insurreições populares não encontraram respostas imediatas na oposição e nos círculos antitrabalhistas.

As várias formas de protesto popular ocorridas em 24 de agosto ainda revelam ao historiador muitas das idéias, crenças, tradições, expectativas e a maneira como os homens comuns, em meados da década de 50, organizavam a realidade social e política em suas mentes. Como lembra Thompson, uma das estratégias possíveis para descobrir normas não-expressas é estudar situações ou episódios atípicos, como um motim, que iluminem comportamentos correntes nos anos de tranquilidade. Para o autor, "o atípico pode servir para vislumbrarmos as normas" (1992, p. 68-9). Ao expressarem sua amargura e demonstrarem que estavam realmente irados, os populares causaram grandes problemas às autoridades, obrigando a imprensa a registrar suas

manifestações.⁴ O historiador, assim, dispõe de material considerável, que lhe permite, ainda que fragmentariamente, resgatar aspectos da cultura política da época, a importância de Getúlio Vargas na constituição de uma identidade coletiva da classe trabalhadora fundada no “trabalhismo”⁵ e a recusa ao projeto de modernização conservadora liderado pela UDN.

Cabe ressaltar, por último, que a crise de agosto de 1954 foi plena de significados simbólicos, permitindo que imagens e representações gerassem imaginários sociais conflituosos. Se também é nosso objetivo recuperá-los, antes é necessário observar que, nas palavras de Darnton, “visões de mundo não podem ser descritas da mesma maneira que acontecimentos políticos, mas não são menos ‘reais’” (1986, p. 39).

Agosto e o imaginário da crise

O acesso ao poder político pode variar com as culturas humanas, mas o seu exercício exige um certo grau de legitimidade. Se todas as coletividades organizam-se de maneiras específicas, elas necessitam de representações e de imagens que legitimem a si mesmas e a autoridade que as regem. “Todo poder”, afirma Baczko, “tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo.” A legitimidade do poder, portanto, reside em sua capacidade de emitir e manejar uma série de imagens e símbolos que expressem crenças comuns, normas de bom comportamento e papéis sociais (1985, p. 310). Tão importante quanto os bens materiais, os bens de caráter simbólico designam modelos exemplares que legitimam as relações sociais e de autoridade: o “chefe” é competente, honesto, desprendido e preocupado com o bem comum; o “súdito” é trabalhador, amável, ordeiro, respeitador das leis e da família; o “guerreiro” é patriota, corajoso e leal, entre outros papéis sociais. Raros e limitados, os bens simbólicos de caráter político são disputados entre governo e oposição, dominantes e dominados. Nas épocas de crise, se intensifica a elaboração de símbolos com o objetivo de desqualificar a autoridade e de exaltar uma outra legitimidade.

Os meses que antecederam agosto de 1954 foram momentos em que a

4 Tivemos acesso aos seguintes jornais: no Rio de Janeiro, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *O Dia* e *Última Hora*; em São Paulo, *O Estado de S. Paulo*; em Porto Alegre, *Correio do Povo*.

5 Sobre a importância de Getúlio Vargas para a configuração ideológica do PTB, ver Castro Gomes, Angela de & D’Araújo, M. C. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Ática, 1989, e Delgado, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

oposição conservadora⁶ a Vargas elaborou e difundiu todo um conjunto de símbolos que apontava para uma situação de impasse político. Se em seu primeiro governo, particularmente entre 1937 e 1942, Vargas, à frente do Estado, praticamente monopolizou a produção de bens simbólicos com fins de legitimação política, em seu segundo mandato seus adversários conseguiram, com grande sucesso, propagar simbologias que, de alguma maneira, paralisaram a capacidade do poder estatal de apresentar-se como legítimo:

“O sr. Getúlio Vargas passou a ser para os brasileiros o símbolo do que pode haver de pior em matéria de caudilhismo; o corruptor por excelência, o ambicioso do poder a qual quer preço, o acolitador dos desonestos, dos violentos, dos deformados moralmente (...)”,

dizia, na Câmara dos Deputados, o sr. Herbert Levy.⁷

Com grande espaço em toda a imprensa, a oposição difundia e manejava imagens que procuravam, ao mesmo tempo, desqualificar o governo e indignar e mobilizar contra ele a população. O conjunto de símbolos formulados e emitidos pelos grupos oposicionistas delineava uma *representação*, um esquema intelectual, para usar uma expressão de Roger Chartier, que informava e explicava a realidade social. Para o autor, “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (1987, p. 17).

A representação elaborada pela oposição definia o presidente como o depositário de todo o “mal”, de todas as forças deletérias:

“Somos um povo honrado governado por ladrões”, afirmava, com letras garrafais, o jornal *Tribuna da Imprensa* no dia 2 de agosto de 1954 na sua primeira página. Já aos 13 anos de idade, segundo denúncia do sr. Aureliano Leite, também na Câmara dos Deputados, Vargas teria baleado mortalmente um jovem desafeto, na própria escola, com a ajuda de seus dois irmãos, demonstrando, desde criança, seu instinto assassino e de sua família.⁸

Caudilho, corrupto, ambicioso, desonesto, violento, imoral e assassino, os adversários não apenas manejavam aqueles bens simbólicos mais caros

6 Chamamos de oposição conservadora a UDN e o grupo civil-militar que a apoiava. Queremos, com isso, diferenciar a oposição udenista a Vargas de outras, particularmente do PCB, que, na época, procurava seguir as diretrizes do Manifesto de Agosto. Pela linha sectária do manifesto, Vargas era qualificado de “agente do imperialismo” e seu governo de “traição nacional”, apesar da aproximação do PCB com o PTB a partir de 1952. Para uma análise mais detalhada, ver Rodrigues, Leônicio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difel, 1983, t. III, v. 3; Chilcote, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro. Conflito e integração 1922-1972*. Rio de Janeiro, Graal, 1982; Delgado, Lucília de Almeida Neves. Op. cit.

7 *O Correio da Manhã*, 11-8-1954, primeira página.

8 *Ibid.*, 6-8-1954, primeira página.

à legitimidade do poder, criando uma representação extremamente negativa do presidente, como ainda formulavam outras, também assustadoras, que ameaçavam o quadro político e, sobretudo, moral da nação. O presidente do PTB do Ceará, sr. Carlos Jereissati, foi acusado pelo sr. Armando Falcão, da UDN, de desviar recursos públicos em proveito próprio naquele estado;⁹ o Samdu, serviço médico de urgência voltado para as camadas mais pobres da população, recém-criado por Vargas, tinha objetivos meramente demagógicos;¹⁰ a implantação da república sindicalista, a exemplo do peronismo, estava em marcha no país.¹¹ Essas eram algumas entre centenas de outras denúncias que se faziam. Diante de tantos escândalos, argumentava-se: “Como poderá o estrangeiro que conosco mantém relações comerciais e financeiras, continuá-las, diante dessa vergonha nacional a que chegamos.”¹²

Na luta pelo domínio e pelo controle dos bens simbólicos com fins de legitimação política, as elites conservadoras avançavam e conseguiam elaborar e difundir uma série de representações que aludiam ao “mau” presidente, ao “mar de lama”, à deturpação moral dos valores, enfim, ao país ameaçado. Se ao manipular um conjunto de imagens e símbolos a oposição construía representações que explicavam, cada uma, aspectos da realidade social, várias delas, por sua vez, davam contornos a um *imaginário*. Segundo Pierre Ansart, o imaginário social é o resultado de um conjunto de representações e, por ele, a sociedade se reproduz, designa papéis sociais e expressa necessidades coletivas (1978, p. 21). Para os agentes sociais, o controle do imaginário, “sua reprodução, difusão e manejo”, lembra Baczko,

“assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças” (1985, p. 312).

Agosto de 1954 foi o auge do processo de constituição de um imaginário da crise. E a crise estava centrada em um único personagem: Getúlio Vargas.

“Sobretudo é preciso alijar Getúlio. Em primeiro lugar é preciso alijar Getúlio. Erradicá-lo, extirpá-lo da vida pública nacional, como se faz, pela cirurgia, com as infecções e com os cânceros. Ele pesteia, deteriora tudo em que toca. Ele é o fim (...). Ele é um viciado do crime político. Só como criminoso sabe agir. Realista, materialista como os animais e como os primários, (...) tudo se acaba e em torno dele. Caem as forças morais, decaí o espírito

9 Ibid., 4-8-1954, primeira página.

10 Ibid., 16-8-1954, p. 3.

11 Ibid., 05-8-1954, p. 4.

12 Ibid., 10-8-1954, p. 4.

público, deturpa-se o patriotismo, transmudam-se os valores (...). E tudo vai poluindo pelo seu exemplo. A imoralidade já recebe, no seio das famílias, epinícios e elogios, pelo seu exemplo. A honestidade pessoal muda o seu conceito, já não sendo roubo a apropriação dos dinheiros públicos pelo seu exemplo.

O seu exemplo é o pior dos exemplos que já teve o Brasil. Contemporizando com os ladrões públicos, deixando-os impunes à sua sombra, ele investe, pelo exemplo, contra a moral brasileira, do homem brasileiro que sempre preferiu passar fome a tocar no dinheiro alheio. O exemplo de Getúlio é contra este tradicional padrão de honestidade.

Getúlio é o fim, como uma grande peste (...).

Getúlio é o fim. Mas o Brasil não quer parar, não quer chegar ao fim. É preciso, portanto, erradicar Getúlio.¹³

Manipulando imagens que se sobreponham sobre outras imagens, o discurso oposicionista construía uma representação de Vargas a partir de códigos ameaçadores à sensibilidade humana. O presidente representava o anormal, o estranho, o anômalo, o intersticial, o insólito, remetendo-o a um comportamento à margem da cultura humana. Não casualmente João Duarte, filho, ao desqualificar Vargas, recorre ao discurso médico — infecção, cancro, peste, cirurgia; ao moral — impunidade, prevaricação, imoralidade; ao policial — viciado, criminoso, ladrão; à transmutação dos bens — deteriorar, deturpar, poluir, dissolver; à ameaça daquele que é desviante da norma — inversão, contra o padrão, à sombra; enfim, à alusão aos seres inferiores — animal e primário. O processo que levou a oposição a descrever Vargas dessa maneira é o mesmo, segundo Raoul Girardet, que

“reúne tudo que rasteja, se infiltra, se esconde. Reúne igualmente tudo o que é ondulante e viscoso, tudo o que é tido como portador da sujeira e da infecção (...). Pode-se falar, no caso, desse fenômeno muito freqüentemente descrito pelos etnólogos e que é o da assimilação ou da redução à animalidade” (1987, p. 44).

Mas, acima de tudo, Vargas era o mau exemplo, a falta de referências, de valores e de normas, a demonização e a animalização do homem.

Incapaz de competir eleitoralmente com a aliança PSD-PTB, com um projeto político excludente e conservador, derrotada de 1945, a UDN, ao apresentar Vargas como a desgraça do país, estava descrevendo, na verdade, a matriz de seu próprio infortúnio político. Voltar-se para as forças armadas como forma de alcançar o poder como havia feito em 1951 para impedir a posse de Vargas era uma das alternativas da UDN. O conflito, contudo, era travado em águas mais profundas e girava em torno de projetos alternativos

13 Duarte Filho, João. *Tribuna da Imprensa*, 5-8-1954, p. 3.

de desenvolvimento econômico para o país. Em 1954, a luta entre os grupos atingiria o clímax, cindindo toda a sociedade, mas a vitória definitiva de um deles somente seria imposta 10 anos mais tarde.¹⁴

Vargas, que navegava entre essas águas, teve seu destino selado com o atentado da rua Toneleros, que feriu de morte o major Rubens Vaz. A partir desse episódio a oposição aumentou em ritmo e intensidade o imaginário da crise. Com habilidade, o militar foi transformado em mais um símbolo na luta contra o “mal”. Na primeira página de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, com o título “O sangue de um inocente”, Carlos Lacerda lembra a medalha de herói do Correio Aéreo Nacional e os quatro filhos do major manipulando sentimentalmente a imagem dos “órfãos de guerra”. Sem esperar as investigações policiais, Lacerda ainda declarava: “Mas, perante Deus, acuso um só homem como responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões (...). Esse homem é Getúlio Vargas.”¹⁵

Criando e movimentando imagens, cenários e personagens, governando a realidade social como se faz nos bastidores de um teatro, os adversários políticos do presidente agiam como uma “teatrocracia”, para usar uma expressão de George Balandier, procurando regular e impor papéis sociais à coletividade. “Todo sistema de poder”, diz o autor, “é um dispositivo destinado a produzir efeitos, entre os quais os que se comparam às ilusões criadas pelas ilusões do teatro” (1982, p. 6). Ao comandar o real através do imaginário, a oposição representava a encenação dos acontecimentos.

A partir do episódio da rua Toneleros, não bastava esperar as eleições que se realizariam em breve, era necessário a intervenção saneadora, profilática e providencial de outro ator que também seria representado e descrito por meio de mitos e versões: as forças armadas. Ao formular o imaginário da crise, a oposição também apontava para sua superação com a interferência militar. A aliança, que há tempos vinha sendo implementada pelas elites conservadoras e por setores das três forças, foi definitivamente selada com o tiro que alvejou o major Vaz. O golpe era tramado e invocado abertamente:

“Para julgar este [crime], que já está elucidado”, dizia o jornal *O Estado de São Paulo*, — “é que a Nação recorre às Forças Armadas.

14 Segundo Antonio Mendes de Almeida Júnior, as divergências se davam entre “aqueles que defendiam uma posição ligada ao desenvolvimento autônomo e preservador das riquezas nacionais e os que advogavam a causa do desenvolvimento associado ao capital externo, mesmo nos aspectos respeitantes à produção de caráter ‘estratégico’, como no caso do petróleo”, sendo que a questão nevrálgica da luta entre os projetos era o “da participação política das massas e a disposição da burguesia de não ceder diante das reivindicações da classe operária”. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: *História geral da civilização brasileira*. Op. cit., p. 249.

15 *Tribuna da Imprensa*, 5-8-1954, primeira página.

Os escrúpulos destas — repetimos são naturais e louváveis, tudo deve ser tentado para que o processo seja pacífico. Mas se não for possível, se os homens dignos esbarrarem irremediavelmente na indignidade dos outros, não será possível recuar.”¹⁶

Em reuniões, militares indignados pregavam o golpe sem rodeios. Em 11 de agosto, no Clube da Aeronáutica, oficiais superiores e subalternos das três forças discutiram livremente os rumos a tomar. Centenas de militares, sob a presidência do tenente-brigadeiro Eduardo Gomes, ouviam de vários colegas de farda discursos inflamados. Por exemplo, o brigadeiro Franco Faria, com veemência, vociferava:

[Hoje] “o Executivo é proprietário do Brasil, o Legislativo fica de cócoras e o Judiciário se omite. A situação atualmente imperante no Brasil se deve ao fato de que nós, generais, não temos sabido cumprir o nosso dever. Não podemos transigir com certas coisas. É preciso que os generais cumpram o seu dever”.¹⁷

Em seu argumento, só havia um meio de restaurar a ordem, a tranquilidade e a segurança que a nação reclamava: a utilização da força física. Apelou, então, para que o brigadeiro Eduardo Gomes assumisse o comando da revolução “juntando outros cadáveres ao lado do major Vaz, para a conquista da legalidade”.¹⁸

Não casualmente, no dia anterior, um dos mais renomados políticos da UDN, o sr. Otávio Mangabeira, fazendo coro com o brigadeiro Faria, declarava:

“A Nação está exausta de tanta humilhação e sofrimento. Somente as Forças Armadas podem acudir o país. Unamo-nos como um só homem a seu redor, pondo nelas toda a confiança, obedecendo ao seu comando, como se estivéssemos em guerra.”¹⁹

As tropas, sempre de prontidão, conviviam com cenas de insubordinação e radicalização entre suas facções políticas. No dia 21 de agosto, em almoço realizado a bordo do cruzador Almirante Barroso, um contra-almirante tomou a palavra e proferiu violento discurso pregando o golpe. O vice-almirante Noronha de Carvalho, ao dar-lhe voz de prisão, surpreendeu-se quando a maioria dos oficiais solidarizou-se com o militar insubordinado considerando-se também prisioneira.²⁰

Entravam em cena, com grande respaldo político civil, as forças armadas. Ao longo dos meses que antecederam agosto, a oposição conservadora

16 *O Estado de S. Paulo*, 22-8-1954, p. 14.

17 *O Correio da Manhã*, 11-8-1954, primeira página.

18 *O Estado de S. Paulo*, 11-8-1954, primeira página.

19 *Tribuna da Imprensa*, 10-8-1954, p. 2.

20 *O Estado de S. Paulo*, 22-8-1954, p. 14.

formulou, com êxito, um imaginário da crise. Em agosto, encontrou meios para delinear um outro imaginário que aludia à superação do impasse político. Manipulando a figura do major Vaz, a UDN transferiu para os militares toda a simbologia necessária à legitimidade do poder: ordem, honestidade, legalidade, probidade, heroísmo, patriotismo, desprendimento. No discurso oposicionista, as forças armadas foram transformadas em uma espécie de salvador coletivo. Em 12 de agosto, os contatos entre civis e facções militares golpistas avançavam e, em nota do Diretório Nacional, a UDN declara que

“aprova a atitude e as manifestações das bancadas parlamentares, especialmente de seus líderes, sobre a situação nacional, bem como a solidariedade por eles dada à ação patriótica das Forças Armadas, que, em consonância com o sentimento do povo, estão vigilantes na defesa das liberdades constitucionais dos cidadãos e da prática efetiva do regime democrático”.²¹

Acuado diante da crise, com margem mínima de manobra, Vargas encontrava-se em situação difícil e delicada. Sem poder defender-se dos ataques, perdendo os bens simbólicos mais caros à legitimidade de seu cargo, pressentia o golpe que se armava. O grande trunfo de que dispunha, sua capacidade de mobilizar os trabalhadores, poderia resultar em lutas sangrentas. O único órgão de comunicação que o apoiava, o jornal *Última Hora*, apesar do grande esforço, não conseguia dar conta do enorme volume de denúncias e acusações contra o presidente. Procurava, com reportagens, artigos e investigações, elucidar o crime da rua Toneleros, desmentir as notícias tendenciosas de *O Globo* e *Tribuna da Imprensa*, elogiar a tradição legalista das forças armadas e abrir espaços para os defensores do projeto trabalhista, a exemplo da declaração de Duque de Assis, presidente do sindicato dos portuários:

“(...) como dirigente de classe, não posso calar-me ante essa onda de agitações desencadeadas pela ala mais tenebrosa e anti-operária da UDN (...). Que querem, agora, esses falsos porta-vozes da opinião pública? Dizem que falam em nome do povo. Mas pergunto, que fizeram eles, nos jornais e no Parlamento, em defesa do povo? Nada. Absolutamente nada, esta é a verdade.”²²

Pouco havia a fazer, no entanto. Perdida a simbologia necessária ao exercício do poder, transformado em vilão nacional, tão-somente restava a Vargas resistir ao golpe negando-se a renunciar. Em 23 de agosto, *Última Hora* ainda argumentava que, em 3 de outubro próximo, apenas 45 dias a

21 *Correio da Manhã*, 13-8-1954, primeira página.

22 *Última Hora*, 19-8-1954, p. 7.

mais, o povo se manifestaria nas urnas e, pelo voto, poderia julgar o presidente: “Os que não querem esperar esse dia e apelam para a violência e subversão dão a impressão de temer o pronunciamento do povo.”²³

Iludia-se, porém, o jornal. Para a oposição conservadora era necessário acelerar os acontecimentos para evitar justamente as eleições. No dia seguinte, 24 de agosto, *O Dia* estampava em letras garrafais na primeira página: “PUS e LAMA escorrem sobre a Nação estarecida.”

Novo engano. O que escorria sobre a nação era o sangue de um homem solitário que, mesmo assim, resistia.

Os motins populares no Rio de Janeiro

Ainda não havia amanhecido na cidade do Rio de Janeiro e poucas pessoas estavam informadas sobre o suicídio do presidente. Na Central do Brasil, uma longa fila de viúvas de trabalhadoras se formava para receberem suas pensões na Caixa de Aposentadoria dos Ferroviários da Central. Desconheciam, ainda, a morte de Vargas e coube a um repórter da *Última Hora* informá-las. Dona Jaci Braga, de 60 anos, ao saber da notícia não se conteve e, aos prantos, disse:

“Tudo o que nós temos devemos ao Dr. Getúlio! Ele não poderia nos deixar. Nunca tivemos nós, mulheres de trabalhadores, um homem que tanto se dedicasse aos pequenos como o nosso Presidente que acaba de morrer. É o fim para nós que vivemos do trabalho.”²⁴

Enquanto isso, um grupo de ferroviários comentava a campanha desencadeada pela oposição e o final trágico da crise. Um deles, João Nunes Martins, desabafou: “Foi tudo graças à camarilha de Lacerda e aos reacionários da UDN que o cercam. Eles roubaram do Brasil o seu mais expressivo homem público. Jamais conseguirão substituí-lo.”

Antes de taxar essas declarações como o natural resultado da “domesticação” dos trabalhadores, seria prudente entendê-las como fruto do reconhecimento dos ganhos materiais e simbólicos que tiveram com Vargas e do “tratamento humano decente”, na definição de Barrington Moore Jr. (1987), que experimentaram ao longo dos anos.²⁵ Além disso, tanto as manifestações de lamento, quanto as de violência indicam que a intensa

23 *Ibid.*, 23-8-1954, p. 3.

24 *Ibid.*, 24-8-1954, edição extra, p. 3.

25 Ver Castro Gomes, Angela de. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/lupetj, 1988; Ferreira, Jorge L. *A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. Estudos históricos, cultura e povo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (6), 1990.

campanha de desmerecimento de Vargas na crise de agosto teve repercussão bastante limitada entre a população. Não sem razão Roger Chartier afirma que:

“Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais que — longe de submeterem o consumidor à toda-poderosa mensagem ideológica e/ou estética que supostamente o deve modelar — permitem a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência” (1987, p. 59-60).

No Rio de Janeiro, o sentimento de injustiça provocou violentos motins populares, apesar da grande repressão policial. Líderes de vários sindicatos, logo pela manhã, tentaram articular uma greve geral em sinal de protesto. Entretanto, a Divisão de Polícia Política e Social, sob o novo governo, rapidamente entrou em ação: ainda de madrugada, foram invadidas por agentes policiais as organizações de classe dos hoteleiros, portuários, metalúrgicos, marceneiros, tecelões e dos trabalhadores dos carris urbanos e das indústrias do açúcar e do trigo. Cerca de 50 sindicalistas foram detidos entre presidentes, tesoureiros e militantes.²⁶ Duque de Assis, líder sindical dos portuários, citado anteriormente, foi preso pelo Dops, mas, mesmo assim, conseguiu desencadear uma greve que durou dois dias.²⁷

As estações de rádio substituíram a programação normal por música clássica e noticiários. A TV Tupi limitou-se a transmitir programas jornalísticos. As atividades do Dia do Soldado foram suspensas.

Começam os distúrbios

“Para que tenham lugar as irrupções populares ou a ação política”, diz Barrington Moore Jr., “é indispensável que ocorra algum incidente precipitador sob a forma de uma nova, súbita e intolerável indignação” (1987, p. 442). Na capital da República, a notícia do suicídio de Vargas detonou inquestionavelmente na população um profundo sentimento de revolta e amargura. Grupos de populares, indignados, passaram a percorrer as ruas do centro da cidade com paus e pedras. Dirigiam seu rancor particularmente contra todo e qualquer material de propaganda política da oposição. Com escadas trazidas de casas e prédios próximos, várias pessoas, com a ajuda de outras, subiam em postes e marquises e jogavam ao chão faixas e cartazes que eram queimados imediatamente. Os símbolos políticos mais visados e destruídos com certa fúria aludiam aos candidatos da UDN.²⁸

26 *O Dia*, 25-8-1954, p. 6.

27 *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 4.

28 *O Dia*, 25-8-1954, p. 3.

O centro da cidade foi tomado por três grandes grupos de manifestantes. O primeiro saiu da galeria Cruzeiro em direção ao largo da Carioca e para a Cinelândia, destruindo pelo caminho toda propaganda oposicionista. O segundo grupo, mais revoltado, fez o mesmo nas imediações do Tabuleiro da Baiana. Alguns amotinados chegaram a subir nos postes, sem o auxílio de escadas, para arrancar e atear fogo no material político. O terceiro grupo concentrou-se na Cinelândia e ruas laterais.²⁹ Tanto no centro, quanto nos subúrbios, os manifestantes voltavam seu ressentimento contra as siglas partidárias, nomes e rostos impressos em papéis e tecidos. Como no popular dia da “malhação do Judas”, alguém jogava do alto de um poste a representação impressa de um político para que outros, com certo prazer, descarregassem sua violência. Assim como as elites conservadoras tudo fizeram para aniquilar politicamente Vargas por meio de idéias-imagens e pela manipulação de símbolos necessários à legitimidade do poder, agora a população, revidando, destroçava a simbologia política dos adversários do presidente. Em agosto, a luta política da oposição contra Vargas e de populares contra os grupos conservadores também foi uma “guerra de imagens”, para usar uma expressão de Serge Gruzinski.³⁰

No meio da manhã, os três grupos encontraram-se e milhares de outras pessoas juntaram-se a eles no centro da cidade. Na av. Almirante Barroso, o prédio de *O Globo* foi cercado por uma multidão que tentou invadir suas dependências, mesmo diante do policiamento ostensivo. Após apedrejarem a fachada, cercaram dois caminhões de distribuição do jornal e os incendiaram. Bombeiros, três choques da rádio-patrolha e forças do Exército, ao chegarem, impediram a destruição, mas nada puderam fazer para evitar o incêndio dos veículos e nem a queima de milhares de exemplares do jornal.³¹ As pessoas, frustradas, dirigiram-se então para a Cinelândia e entraram à força na sede do Movimento Nacional Popular, de oposição, jogando pela janela móveis e material de escritório. Dali mesmo improvisaram um comício com oradores que atacaram duramente Carlos Lacerda, vaiado sempre que seu nome era pronunciado.³²

Outras centenas de pessoas foram para a *Tribuna da Imprensa*, mas novamente a invasão foi impedida, agora pela Polícia Especial. Os revoltosos, contudo, não se conformaram diante da bandeira nacional hasteada na sacada do segundo andar. Era necessário colocá-la a meio-pau, em sinal de

29 *Correio da Manhã*, 25-8-1954, p. 3.

30 Gruzinski, Serge. A guerra das imagens e a ocidentalização da América. In: Vainfas, Ronaldo (org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.

31 *O Dia*, 25-8-1954, p. 3.

32 *Correio da Manhã*, 25-8-1954, p. 3.

luto. Como já se tornou lugar-comum, o respeito aos mortos é sinal de respeito aos vivos. Após certa negociação, os populares, sem condições de tomarem o prédio, e a Polícia Especial, sem ter como dispersá-los, chegaram a um acordo: um popular e um policial entraram na redação e desceram a bandeira a meio-pau, como manda a tradição. Mesmo assim, toda a edição do jornal foi queimada na rua em frente.

A reverência ao presidente falecido, aliás, era quase uma obsessão popular. Na Cinelândia, nesse mesmo momento, um orador, no comício improvisado, acusou a Rádio Globo de continuar transmitindo música popular, desconhecendo a morte de Vargas e outras emissoras que, em sinal de pesar, tocavam música clássica. Armados com sarrafos e cacetes, grupos de manifestantes tentaram tomar de assalto a rádio na av. Rio Branco. A presença da Polícia Especial, entretanto, novamente impediu a depredação. O ataque àqueles que não manifestavam sobriedade pela morte de Vargas tem um duplo sentido: se na cultura popular o desrespeito aos mortos é falta grave, havia o complicador de que o descaso com o falecimento do presidente era também uma desconsideração ao sentimento e à dor das pessoas.

A partir do meio-dia, as forças policiais começavam a perder o controle da situação. Apesar de todo o contingente das polícias Militar, Civil, Especial e a do Exército nas ruas, era cada vez mais difícil reprimir e dispersar a população. Os vários focos de manifestações superavam a capacidade de mobilização dos policiais. Como medida de segurança, o Exército cercou rádios e jornais e a av. Rio Branco e a rua do Lavradio foram interditadas — protegendo-se, desse modo, a Rádio Globo e a *Tribuna da Imprensa*. Mesmo assim, postos eleitorais, sedes partidárias de oposição e os jornais *A Notícia* e *O Mundo* foram apedrejados. Sem condições de dispersar a multidão, os policiais passaram a utilizar bombas de efeito moral, gases lacrimogêneos e armas de fogo. Várias pessoas saíram feridas, sendo três delas à bala: um operário com um tiro no maxilar e dois comerciantes com tiros nas costas.

Outros grupos, porém, ao se dirigirem ao Palácio do Catete, passaram em frente da Embaixada dos Estados Unidos. Após apedrejarem as vidraças da Standard Oil, começaram a vaiar e a jogar pedras e pedaços de pau na fachada da representação norte-americana. A chegada de reforços da cavalaria pouco adiantou. Um soldado do Exército, ao disparar o fuzil, assustou os cavalos, aumentando ainda mais a confusão. Bombas de efeito moral também foram lançadas, sem contudo amedrontar os amotinados. Somente com a chegada da Polícia Especial a população se dispersou — além de atemorizar os próprios soldados do Exército. Um homem não identificado

foi atingido por um tiro dado por um militar, mas logo socorrido por um motorista que o levou ao hospital.³³

A morte inesperada de Vargas foi vivenciada pelos trabalhadores e pelas pessoas comuns como verdadeiro trauma ao mesmo tempo político, social e simbólico. A desestruturação repentina de representações sociais estabelecidas, de utopias que de longa data se formavam com promessas diversas, de mitos políticos onde elementos “arcaicos” se mesclavam com “modernos”, enfim, de todo um conjunto simbólico que permitia a leitura imaginária do presente e do futuro da coletividade, tomou o mundo, naquela manhã, repleto de incertezas, angústias e incompreensões. O essencial em situações como essas, segundo Raoul Girardet, é que

“a efervescência mítica começa a desenvolver-se a partir do momento em que se opera na consciência coletiva o que se pode considerar como um fenômeno de não-identificação. A ordem estabelecida parece subitamente estranha, suspeita ou hostil (...). O ‘nós’ torna-se ‘eles’: isso significa que, ao invés de se reconhecer através das normas existentes na sociedade global, o grupo em questão se redescobre e se define como diferente, ao mesmo tempo que, dolorosa ou violentamente, toma consciência de sua nova singularidade” (1987, p. 181).

Para os “trabalhadores”, o trauma sentido com a morte de Vargas implicou a desestruturação do mundo, mas permitiu a leitura da realidade social vivida a partir de outros ângulos. Eles perceberam, naquela manhã, sua própria identidade social como o “nós” que se contrapunha a “eles”.

Para confirmarem sua existência e seus sentimentos, para serem ouvidos e criarem uma imagem negativa do rival, eles se revoltaram e partiram para a destruição simbólica da oposição. Ao se mostrarem profundamente irados, os “trabalhadores” — vale dizer, o povo na interpretação varguista — intensificaram conflitos sociais latentes na sociedade brasileira daquela época e assustaram as elites conservadoras que, de forma alguma, esperavam a reação popular.

A visitação ao palácio

Enquanto no centro da cidade a população demonstrava sua revolta, nas imediações do Catete o clima era outro. Desde as primeiras horas da manhã, com a confirmação da notícia, milhares de pessoas se aglomeravam nas ruas próximas ao palácio para ver, pela última vez, o presidente. Várias delas, inconformadas com a espera, começaram a gritar e a protestar. Pelos alto-falantes do palácio, o locutor pedia calma, alegando o atraso inevitável

33 Ibid., p. 3; *O Dia*, 25-8-1954, p. 3.

da visitação pública. O apelo era atendido por alguns momentos, até que novas reclamações surgiam, sempre pedindo o corpo de Vargas.³⁴

Às 14 horas as filas começaram a ser organizadas. Uma hora mais tarde, várias delas já entravam pelas ruas Correia Dutra, Buarque de Macedo, Silveira Martins e Ferreira Vianna, todas adjacentes ao Catete e, à noite, alcançaram o largo da Glória e o largo do Machado.

Numerosas coroas de flores chegavam continuamente. Além daquelas enviadas por políticos, embaixadores e associações comerciais e industriais, chamavam a atenção dos jornalistas aquelas enviadas por várias organizações sindicais e populares.³⁵ “Nos jardins do Palácio”, testemunhou o repórter de *A Noite*, “encontravam-se inúmeras coroas, ricas e pobres. Dentre elas notavam-se 250 que, pelo seu aspecto simples e pobre, demonstravam sua origem”.³⁶ Segundo cálculos, cerca de 1 milhão de pessoas tentaram ver o corpo do presidente, mas apenas entre 67 mil e 100 mil delas de fato o conseguiram.³⁷

Finalmente, às 17h30min o esquife chegou ao salão. As cenas que se seguiram, de acordo com o relato dos jornalistas, foram indescritíveis. Ao hino nacional, que todos começaram a cantar, misturava-se o pranto incontrolável da maioria das pessoas presentes. Homens e mulheres choravam compulsivamente e muitas senhoras jogavam-se no caixão em lágrimas. Um homem de origem humilde, de joelhos, agarrou-se em uma das extremidades do ataúde e gritou: “Dr. Getúlio, Dr. Getúlio, me leva com o senhor!...”³⁸ Um deficiente físico, ansioso por chegar perto de Vargas, foi carregado pela multidão até ele.

O calor sufocante e a aglomeração no salão contribuíram para acirrar mais ainda as emoções. Pessoas beijavam o esquife, algumas se jogavam no chão, outras despediam-se do presidente aos gritos. A generalização de crises nervosas e choros compulsivos obrigou a segurança a suspender a cerimônia por alguns instantes para organizar melhor a visitação. Do lado de fora, contudo, a exaltação era grande. Cansa das da longa espera e tensas, várias pessoas desmaiavam, sendo os casos mais graves socorridos pelos enfermeiros do Samdu chamados ao local.

A presença do cadáver de Vargas permitia que os mais secretos símbolos e imagens referentes à morte que povoam o inconsciente se revelassem e daí o desequilíbrio emocional e psíquico que se refletiu de maneiras diversas

34 *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 2.p

35 *Correio da Manhã*, 25-8-1954, segundo caderno, p. 3.

36 *A Noite*, 25-8-1954, p. 8.

37 *Ibid.*, 25-8-1954, p. 8; *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 2.

38 *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p.2.

em homens e mulheres de todas as idades. “Rechaçada como tabu na vida cotidiana”, diz José Carlos Rodrigues, “a morte está, não obstante, presente, em todos os momentos, nas mitologias, no ritual, no inconsciente” (1979, p. 49). Para o autor, a morte destrói e faz putrefazer tudo aquilo que a sociedade investiu, durante tanto tempo, em um ser humano. Com ela, o grupo não perde apenas um integrante a mais, mas se sente atingido no seu conjunto. A morte de um indivíduo sinaliza que a comunidade também é finita e limitada e “aí está a razão do pavor que a morte inspira”, continua o autor.

O falecimento de um governante ou de um alto mandatário repercute de maneira ainda mais grave, com grande assombro, pois ele encarna e representa o conjunto da coletividade (1979, p. 58). O caos e a catástrofe são expectativas que geralmente rodeiam o cadáver de uma grande liderança política. Mircea Eliade, por sua vez, afirma que mitos e rituais “arcaicos”, mesmo que deformados, manifestam-se ainda nos dias atuais, particularmente em episódios graves, da mesma maneira que nas sociedades antigas, onde “a abolição de uma imagem arquetípica equivalia a uma regressão ao caos, ao pré-formal, ao estado não diferenciado que precedia a cosmogonia” (1991, p. 34). O desespero, a agonia, o tormento e a aflição no Palácio do Catete tinham raízes culturais e psíquicas profundas, que se perdem na noite dos tempos.

A visitação entrou pela madrugada, somente sendo encerrada às 8 horas da manhã seguinte. Durante todo esse período, cenas verdadeiramente comoventes marcaram o desfile popular: desmaios, ataques de choro, crises nervosas, atitudes desesperadas, pessoas que “conversavam” com o presidente agarradas ao caixão, entre outras situações. Calcula-se que entre 2.100 e 2.800 pessoas foram socorridas pelo serviço médico do palácio. Desses casos, 20 foram considerados graves e uma jovem faleceu, vítima de um colapso cardíaco. Ainda segundo estimativas, 90 pessoas foram atendidas pelos enfermeiros a cada hora da visitação pública. Ao amanhecer do dia seguinte, com a fraqueza tomando conta da população, os desmaios se generalizaram entre aqueles que ainda estavam nas filas. De uma só vez, cinco ou seis pessoas desmaiavam ou tinham crises nervosas.³⁹

O cortejo e novos distúrbios

Às 8h30min da manhã do dia 25, o corpo de Vargas saiu do Catete e, em cortejo, foi levado até o aeroporto Santos Dumont. A grande maioria das pessoas que não conseguiu ver o presidente acompanhou-o até o aeroporto. O caixão, ao ser colocado sobre uma carreta, foi cercado pela multidão e

39 Ibid., 25-8-1954, edição extra, p. 2; *A Noite*, 25-8-1954, p. 8.

logo um mar de lenços brancos balançados sinalizava um misto de despedida e de homenagem. Por todo o percurso — praia do Flamengo, do Russel e avenida Beira-Mar —, as cenas de dor e desespero se repetiam. Pessoas choravam, algumas gritavam, outras desmaiavam, enquanto a maioria tentava se aproximar do veículo. Por todo o trajeto, ouviam-se exclamações sofridas: “Perdemos o nosso pai! Que vai ser de nós agora!”, “Adeus Getúlio Vargas!”. Os próprios repórteres e fotógrafos de diversos jornais não se contiveram e também choraram.

A multidão, barrada na entrada do Santos Dumont, se concentrou diante do quartel da 3ª Zona Aérea, perto da pista de decolagem. Contidas por um cordão de isolamento e por tropas do Exército e da Aeronáutica, as pessoas tão-somente queriam ver a última viagem de Vargas e, para isso, o local era privilegiado. Empunhando uma metralhadora, um sargento do Exército não resistiu à emoção de todo aquele ambiente e começou a chorar, não se importando com a presença de superiores e subordinados. A ânsia de ver a partida do presidente, porém, fez com que a população rompesse o cordão e invadisse a área militar. Às 9h55min o avião da Cruzeiro do Sul decolou rumo a São Borja levando, além do corpo de Vargas, dona Darcy Vargas, o casal Amaral Peixoto e o líder trabalhista João Goulart. Nova emoção. Milhares de lenços brancos foram agitados e, segundo testemunhas, poucos conseguiram evitar o choro e mais intensos foram os desmaios, gritos de desespero e prantos compulsivos.⁴⁰ O repórter da *Última Hora*, mesmo diante das dificuldades do momento, entrevistou um grupo de comerciárias, ouvindo de uma delas o seguinte depoimento:

“Para nós, mulheres, Getúlio Vargas não morreu. A sua obra ficará eternamente beneficiando nossos filhos, nossos netos, e estes ainda lembrar-se-ão daqui a 50 ou 100 anos que o Brasil teve um dia um presidente da República que se dedicou de corpo e alma para solucionar os problemas das classes menos favorecidas. Por isso é que eu digo que para nós Vargas não morreu.”⁴¹

Se na cultura ocidental o suicídio é interpretado como sinal de fuga, gerando certa vergonha e ferindo inclusive os preceitos do cristianismo,⁴² a

40 *Última Hora*, 25-8-1954, segunda edição extra, p. 2; *O Dia*, 25-8-1954, primeira página.

41 *Última Hora*, 25-8-1954, segunda edição extra, p. 2.

42 A Igreja Católica não teve posição unânime quanto à realização de missas em homenagens à alma de Getúlio Vargas. No Rio de Janeiro, o cardeal da Cúria Metropolitana, em nota oficial, afirmou que, na interpretação de canonistas, havia elementos suficientes para a celebração de missas, neste caso em particular. Mas desde que sem publicidade em rádios e jornais. Em Porto Alegre, ao contrário, o arcebispo d. Vicente Scherer declarou que elas não seriam realizadas em virtude da deliberação canônica que não permite tais cerimônias em relação aos suicidas. Aqui, a leitura dos textos canônicos não foi apenas religiosa, mas também política.

atitude de Vargas, porém, assumiu significado bem diferente. Segundo José Carlos Rodrigues, o suicida altruísta, o *mártir* que morreu por ideais mais elevados — como na defesa da pátria ou por valores comuns —, deixa na coletividade um sentimento de orgulho e sua memória passa a ser reverenciada pelo sacrifício (1979, p. 59). Em tais situações, Georges Balandier afirma que:

“O morto como indivíduo desaparece por trás da significação política de sua vida; ele se transforma numa imagem, a de um modelo de inspiração para as gerações futuras. O político alimenta, assim, a mitologia que lhe dá sentido e força” (1982, p. 62).

Bastou, porém, o avião desaparecer ao sul do horizonte para que as milhares de pessoas se dessem conta que estavam em frente do quartel da Aeronáutica — uma das instituições centrais na crise que culminou com o suicídio de Vargas. Passados 30 minutos, desde a decolagem, e ninguém saía de frente da base aérea. Foi o tempo suficiente para que o sentimento de dor se transformasse em revolta contra os adversários do presidente. Começaram, então, a surgir vozes de protesto e ataques verbais contra os soldados e oficiais que, de armas em punho, cercavam a área militar. Às 10h30min, a situação tornou-se tensa e aumentaram os insultos e ofensas dirigidos à força aérea. Alguns discursaram, lembrando o papel da Aeronáutica nos episódios políticos recentes. Mais 10 minutos e ouviram-se os primeiros tiros de fuzil e de morteiros disparados contra a população. Indignados, os populares reagiram com pedradas. O confronto, contudo, era desigual. As armas de grosso calibre, bombas de gás lacrimogêneo e granadas lançadas contra os manifestantes disseminaram o pânico e a confusão generalizados. Com a correria, mulheres e crianças caíam no chão e eram pisoteadas, gerando gritos e crises nervosas. Com pouca experiência em lidar com revoltas populares, os soldados passaram a atirar com metralhadoras e a agredir as pessoas com golpes de sabre. Um homem não identificado, aparentando 20 anos de idade, caiu com um tiro para não mais se levantar. Foram 15 minutos de tiroteio ininterrupto, com um saldo trágico para a multidão. Além de uma vítima fatal, cerca de 40 manifestantes saíram bastante machucados, entre domésticas, donas de casa, operários, funcionários públicos, bancários, comerciárias, sapateiros, enfermeiras e outros. Muitos foram feridos por tiros no braço, na perna, no abdômen, no tórax; outros receberam estilhaços de granada na perna, cabeça, pescoço, pés, braços; outros ainda com cortes de sabre nas mãos e costas; e muitos ficaram com escoriações generalizadas provenientes de pisoteamentos, tendo um deles, inclusive, quebradas as duas pernas.⁴³

Os conflitos, porém, continuaram. Os milhares de manifestantes que

43 *Última Hora*, 25-8-1954, segunda edição extra, p. 4; *O Dia*, 26-8-1954, p. 3.

fugiram dos ataques da Aeronáutica juntaram-se a outros milhares que se encontravam no centro da cidade e passaram, em grupos imensos, a percorrer as ruas aclamando Getúlio Vargas e insultando Carlos Lacerda e outros políticos da oposição.

Alguns desses grupos, bastante revoltados, ao se encontrarem com soldados do Exército, avançaram contra eles sem medir as conseqüências. Os militares, assustados, dispararam contra a população causando dezenas de feridos à bala, por estilhaços de granada e golpes de sabre. Eram necessários reforços: batalhões da Polícia do Exército e choques da Polícia Especial foram chamados, obrigando os revoltosos a se dispersarem — pelo menos assim imaginavam os oficiais comandantes. A tática popular era a de sair em evasiva após o combate para se reagrupar e recuperar forças em outro local. Concentraram-se, então, na Cinelândia.

Reunidos entre a rua Santa Luzia e a avenida Treze de Maio, os manifestantes improvisaram um ato público em que a tônica era o lamento pelo presidente morto. Sem violência, as pessoas ouviam atentas os discursos. Era o momento da ordem. Um orador, da janela da sede do PTB, falou de maneira inflamada, acusando Lacerda e a direita de golpistas e lembrando a obra de Vargas. A veemência de suas palavras fez a aglomeração crescer ainda mais.

Foi nesse instante que chegaram algumas caminhonetes da Polícia Civil com investigadores liderados pelo temível comissário Deraldo Padilha, partidário de Carlos Lacerda. Em atitude provocativa, Padilha prendeu uma mulher que assistia ao comício, afrontando, conscientemente, a ira popular. Para Thompson, tanto a violência de Estado quanto a violência popular não têm como seu parâmetro a quantidade. Muitas vezes a arbitrariedade contra um só indivíduo pode gerar grandes ondas de protesto (1992, p. 71). Não satisfeito em agredir o senso de justiça da população — afinal, a mulher apenas assistia ao comício, como tantos outros —, Padilha ainda chamou o “Brucutu”, carro-tanque usado para dispersar aglomerações. As pessoas, entretanto, não se acovardaram: era necessário libertar a mulher e responder ao comissário à altura. Arrancaram, então, os bancos de madeira da praça e improvisaram barricadas, impedindo a passagem do “Brucutu”. Encorajados pelo êxito, partiram furiosos em direção a Padilha e seus homens, que, acoados, sacaram as armas e atiraram várias vezes contra a multidão. Muitos tombaram com os tiros, feridos em diversas partes do corpo, mas a revolta era maior do que as perdas e, ainda assim, continuaram avançando até alcançarem as viaturas policiais, libertarem a mulher e incendiarem totalmente os veículos. Padilha, assustado, fugiu.⁴⁴

44 *Correio da Manhã*, 26-8-1954, p. 3; *O Dia*, 26-8-1954, p. 3.

No auge do motim, comemorando a fuga do comissário, o resgate da prisioneira e o incêndio dos automóveis, eis que chega um choque da Polícia Especial.⁴⁵ Pela experiência nos embates de rua e pelo poder de fogo das metralhadoras que eles portavam, o massacre da população era, agora, questão de minutos. Entretanto, e curiosamente, a chegada da Polícia Especial fez a ordem se restabelecer. E não por medo, mas por identificação de valores.

Aqueles policiais, profissionais no ofício e altamente qualificados e disciplinados, devotavam, na mesma medida, grande carinho por sua corporação e pelo seu fundador, Getúlio Vargas. O impacto com que receberam a notícia da morte do presidente foi tão significativo quanto o da população. Logo que convocados para irem às ruas, os policiais receberam no quartel tarjas negras que amarraram nos braços em sinal de luto.⁴⁶ Um deles, ao sair em um choque logo nas primeiras horas do suicídio, desmaiou de emoção dentro da viatura. O colega ao lado, ao socorrê-lo, disse-lhe consolando: “é triste, companheiro, mas agüenta firme que a gente é polícia”.⁴⁷ Outro caso refere-se a dois policiais especiais que, na visitação pública ao corpo de Vargas, de repente se viram cercados por uma multidão. Um deles, receoso, comentou com o parceiro: “Se este povo resolver nos pegar, estamos perdidos.”. Mas a seguir ouviram um grito: “Olhem, é a polícia do Getúlio!” E logo aplausos dirigidos aos dois e exclamações de “Viva a polícia do Getúlio!” deixaram-os entre surpresos e acanhados.⁴⁸ Nas ruas, em pleno motim, quando passava um choque da Polícia Especial, a população geralmente aplaudia manifestando grande simpatia. O uniforme cáqui e o quepe vermelho dos agentes denunciavam a proximidade com Getúlio Vargas.

Naquele momento, as pessoas fizeram uma apropriação, no sentido dado por Roger Chartier (1987), da imagem Polícia Especial. Ela não mais representava a corporação temida, pronta a reprimir e a bater, mas, reordenando e recriando simbologias, era vista simplesmente como a “polícia do Getúlio”. Para entender a leitura popular da Polícia Especial, é necessário lembrar que a Imagem, na definição de Mircea Eliade, engloba um conjunto de significações, e, por isso, ela não pode ser reduzida a uma única ou mesmo

45 Um choque da Polícia Especial era composto por 24 homens: um chefe, um subchefe, dois motoristas, 10 vanguardeiros, dois granadeiros atiradores, dois granadeiros lançadores, dois policiais com metralhadoras Thompson, dois com metralhadoras Swomi e dois com metralhadoras Bergman. O poder de fogo de um choque ainda era acrescido por bombas lacrimogêneas, vomitivo-desintéricas e de efeito moral. Ver CIRPOL. Informativo do Círculo Policial Brasileiro. Rio de Janeiro (3), ago./set. 1992.

46 *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 5.

47 Depoimento concedido ao autor por Oscar Soares de Oliveira, delegado aposentado da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1993.

48 Depoimento concedido ao autor por Hilmar Ferreira, agente de Polícia Federal aposentado, em 25 de agosto de 1993.

a uma de suas referências. “No plano da dialética da Imagem”, diz o autor, “toda redução exclusiva é uma aberração” (1991, p. 11-2).

Começamos, então, a ter indícios para compreender por que o massacre da Cinelândia não aconteceu. A Polícia Especial, ao chegar, em vez de socorrer o comissário Padilha, prendeu-o por provocar perturbações de maneira irresponsável — refletindo, no nível das corporações policiais, a polarização entre Vargas e Lacerda. Além disso, o chefe da tropa de choque da Polícia Especial subiu em uma viatura e, por alto-falante, pediu calma, serenidade e ponderação aos manifestantes. Episódio curioso este, sem dúvida: a mais temível polícia antimotim que o país já conheceu saiu às ruas para proteger os amotinados de um policial truculento; os amotinados, que já vinham aplaudindo a polícia antimotim desde o dia anterior, receberam com atenção os apelos do líder da tropa de choque.

Apesar do fim dos distúrbios, a população tomava toda a Cinelândia e se negava a sair. Homens, mulheres e crianças se aglomeravam na praça e nas escadarias da Biblioteca Nacional e do Teatro Municipal. A Polícia Especial tinha instruções expressas de dispersar a multidão. Mas, pela cumplicidade estabelecida entre as forças de repressão e os revoltosos, tudo leva a crer que aqueles homens cumpririam suas ordens por outros motivos. Em depoimento ao autor, antigos integrantes daquela tropa de choque lembram que o Exército estava prestes a chegar na Cinelândia e, sem as técnicas necessárias para lidar com motins populares, aí sim, o massacre seria consumado. Mais do que dissolver os manifestantes por obrigação do ofício, os policiais temiam pela segurança daqueles que, como eles, sofriam com a morte de Vargas. Era necessário, portanto, dispersar o povo do local, mas sem violência. O policial especial Oscar Soares de Oliveira, decidido, entregou seu revólver a um colega e, com a tarja negra no braço e um alto-falante nas mãos, entrou no meio da aglomeração. Emocionado e mesmo chorando em alguns momentos, gritava no aparelho:

“Meus senhores, nós também estamos sentindo, nós também estamos de luto por nosso chefe e nosso líder, mas vão embora para suas casas. Nós perdemos o nosso pai, mas tenham paciência pelo amor de Deus, o Exército vai chegar e haverá muitos mortos. Tenham paciência, a situação é triste, mas evitem um mal maior.”⁴⁹

Consciente da gravidade dos acontecimentos com a iminente chegada das forças militares, publicamente antipática às massas getulistas, Oscar virou-se para as escadarias da Biblioteca Nacional e gritou, agora chorando: “Meu senhor, pegue seus filhos e vá para sua casa antes que o pior aconteça.”

Após insistentes e emocionados apelos, as pessoas, aos poucos, foram

49 Ver nota 45.

aceitando os clamores do chefe da tropa e do policial Oscar. Em calma e em passos lentos, os populares se retiraram da praça. Pouco tempo depois, o Exército chegava com armamentos pesados, entre eles bazucas e morteiros.

Terminavam, assim, os motins populares no Distrito Federal, apesar das pequenas escaramuças que ainda se seguiram e da profunda tristeza que se abateu sobre a população. O trauma sentido com a morte de Vargas implicou não apenas uma tomada de consciência, mas também um sentimento de que o mundo parecia estranho e hostil. A tentativa de reordená-lo, porém, significou invertê-lo ou colocá-lo às avessas, e daí o protesto e a violência popular. Como no carnaval, quando as interdições são temporariamente suspensas e as hierarquias subvertidas, os motins populares no Rio de Janeiro seguiram a lógica que anima os foliões. Mas, naqueles dias de agosto, a cidade conheceu um carnaval diferente, um carnaval da tristeza.

A insurreição popular em Porto Alegre

Em 24 de agosto Porto Alegre amanheceu sob um clima tenso e de expectativas. A morte do presidente repercutiu entre a população com um “profundo impacto psíquico”, para usar uma expressão de Thompson. Quando o abalo de uma notícia grave é acompanhado da descoberta de injustiças e da percepção da manipulação política, diz o mesmo autor, muitas vezes “o choque se converte em fúria” (1984, p. 132). Foi o que aconteceu em Porto Alegre.⁵⁰

Em busca de informações confiáveis e de auto-organização, milhares de pessoas dirigiram-se para o centro político da cidade na rua dos Andradas e, mais especificamente, ao Comitê Central Pró-Candidatura Leonel Brizola. Não se trata, aqui, de “espontaneísmo”, mas sim da procura de um terreno comum, um ponto de encontro para manifestarem seus sentimentos e sua revolta. A radicalização política impulsionou os manifestantes não para a sede do PTB, cujas lideranças pediam calma à população, mas sim para uma das alas partidárias mais à esquerda. As pessoas queriam mais e a escolha não foi casual.

Ali mesmo surgiram os primeiros oradores e formas de organização. Grupos saíram pelas ruas empunhando à frente grandes retratos de Getúlio Vargas e a bandeira nacional com uma tarja negra. A primeira vítima da fúria popular foi a sede da UDN que, por infortúnio, era vizinha do comitê eleitoral de Leonel Brizola. Gritando “Getúlio, Getúlio, Getúlio”, a multidão invadiu as instalações da UDN e tomou para si a bandeira nacional ali

⁵⁰ Em Porto Alegre, todas as informações sobre o levante popular de 24 de agosto foram obtidas no jornal *Correio do Povo*, 25-8-1954, p. 8, 9 e 15.

hasteada. A bandeira, e tudo que ela representa, era um bem simbólico arrancado da oposição conservadora. Para os revoltosos, os adversários do presidente não tinham méritos para possuí-la. Partiram, então, para o prédio do jornal do Partido Libertador, *O Estado do Rio Grande*, destruindo móveis, máquinas e equipamentos. O mesmo grupo, não encontrando reação policial, retornou à sede da UDN, agora para devastá-la. Do primeiro andar, foram jogados pela janela mesas, cadeiras, alto-falantes, material de propaganda, fotografias de suas lideranças etc.

Na destruição do escritório da UDN somente um enorme retrato a óleo de Flores da Cunha foi poupado. Levado à rua com cuidado, os populares o transportaram para a sede trabalhista, onde significativamente foi posto ao lado do retrato de Getúlio Vargas. A iniciativa, surpreendente, confirma aquilo que Roger Chartier define como *apropriação*, ou seja, a invenção criadora no processo de recepção das mensagens. Para os amotinados, Flores da Cunha, naquele momento, não era o político que, ao longo de sua carreira, fez oposição a Vargas, mas sim o velho companheiro da Revolução de 30. Ao não participar da campanha movida contra o presidente por seu próprio partido, a UDN, a imagem de Flores da Cunha foi *apropriada* de maneira positiva pela população. “A aceitação das mensagens e dos modelos”, diz Chartier, “opera-se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares” (1987, p. 136-37). Para os revoltosos, a atitude de Flores da Cunha foi lida, entendida e apropriada como uma tomada de posição, digna e honesta, a favor de Vargas. Ao ser levado simbolicamente para território trabalhista, passava-se também uma mensagem ao líder gaúcho.

Outros grupos, empunhando a bandeira nacional e com alto-falantes, seguiam pelas ruas acusando a oposição da morte de Vargas. Um desses grupos invadiu a redação e as oficinas do *Diário de Notícias*, órgão dos Diários Associados. Bobinas de papel e milhares de exemplares do jornal foram atirados na calçada e incendiados. Não satisfeito, depredou e ateou fogo em suas instalações. Com o atraso dos bombeiros, nada sobrou. Outro grupo, ainda mais enfurecido, atacou a Rádio Farrroupilha, incendiando o edifício, na rua Duque de Caxias. Muitos de seus empregados somente se deram conta do perigo tarde demais, ficando presos pelas chamas nos andares superiores. Alguns pularam ou desceram pelas paredes externas, mas o funcionário Gérson Borges não teve a mesma sorte: fraturou a coluna ao cair do terceiro andar. No final da tarde, da Rádio Farrroupilha, só sobraram as paredes do prédio. Na rua Sete de Setembro, a Rádio Difusora, de oposição, também foi arrasada e incendiada. Por essa hora, no fim da manhã, as ruas de Porto Alegre estavam tomadas por milhares de populares revoltados e repletas de escombros e cinzas. A fumaça que saía de vários edifícios em chamas era vista em todas as direções.

Os partidos políticos de oposição não tiveram melhor sorte que as rádios e os jornais. O mesmo grupo que destruiu a Rádio Difusora encontrou-se com o que atacou o *Diário de Notícias* e, juntos, rumaram para o diretório do Partido Libertador, na rua General Câmara, esquina com a rua dos Andradas. Rapidamente, subiram as escadas e tudo o que havia na sala — móveis, material de propaganda, armários etc. — foi jogado pela janela e incendiado. Também a sede do Partido Social Democrático,⁵¹ na praça da Alfândega, sofreu com os revoltosos. A porta de aço que protegia as instalações do partido, porém, irritou ainda mais as pessoas que passaram a jogar pedras e pedaços de pau. Após oferecer grande resistência, ela foi arrombada e todo o material partidário foi defenestrado e queimado em seguida. A Frente Democrática, a Frente Popular, o Partido Socialista, o Partido Social Progressista e o Partido da Representação Popular sofreram o mesmo destino: invadidos, devastados e incendiados.

É interessante observar como a ira das pessoas manifestou-se em relação à imprensa, às rádios e aos partidos políticos de oposição ao PTB e ao trabalhismo no Rio Grande do Sul. O ato de agredir o outro implica o uso de um veículo, verbal ou material, envolto necessariamente por um simbolismo que informa a própria natureza da violência. A população gaúcha, ao atacar os adversários, não utilizou ovos ou frutos podres, querendo com isso humilhar ou diminuir. Valer-se de pedras, com o objetivo de ferir ou machucar, foi recurso eventual. Ao atacar especificamente a oposição, os revoltosos utilizaram o fogo com o intuito de, ao mesmo tempo, destruir e purificar. É curioso e eloqüente, nesse sentido, que *A Tribuna*, jornal do PCB, não tenha sido incendiada, mas apenas empastelada.

Em Porto Alegre, como no Rio de Janeiro, os manifestantes *encenaram* sua indignação e revolta. A noção de teatro, aqui, novamente permite desvendar rituais plenos de significados simbólicos. “Em todas as sociedades”, diz Thompson, “o teatro é um componente essencial tanto do controle político como do protesto ou, inclusive, da rebelião” (1992, p. 70). Se na crise de agosto a oposição conservadora manipulou cenários e atores, agora era o momento de a população encenar seu contrateatro. Ocupando o palco das ruas e dividindo-se em grupos, os amotinados distribuíam papéis entre os que carregavam bandeiras, retratos de Vargas, alto-falantes e aqueles que invadiam, destruíam e incendiavam. Elegeram seus amigos e seus inimigos, estes caçados implacavelmente pela cidade. Recorreram ao simbolismo do fogo para fazer desaparecer aqueles que ameaçaram suas expectativas

51 No Rio Grande do Sul, o PSD aliou-se aos partidos de oposição e participou ativamente da campanha política contra Getúlio Vargas.

políticas. O protesto gaúcho teve sua encenação e a trama principal foi a violência popular.

Até aquele momento, o governador do Rio Grande do Sul, general Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas, não havia acionado o dispositivo policial-militar para reprimir o povo. A imprensa conservadora, indignada com os acontecimentos na capital gaúcha, atacava Dornelles:

“O Governador do Rio Grande do Sul, general Ernesto Dornelles, nenhuma providência tomou para evitar as depredações, e cruzou os braços quando os manifestantes passaram a atear fogaos jornais e às estações de rádio.”⁵²

Para os jornais, a revolta popular era “chefiada por notórios agentes comunistas” e, sem repressão policial, “a turba alucinada pôde concluir a obra de destruição ante os olhos pasmos da população, que assistiu estarecida a inominável selvageria”.

Na verdade seria muito difícil para Ernesto Dornelles, governador próximo a Vargas, usar dos mesmos métodos repressivos praticados na capital da República. Com sua atitude, Dornelles talvez procurasse dar um recado às elites políticas conservadoras: este território é nosso, aqui é diferente. Somente por volta das 16 horas, quando o motim tornava-se ameaçador para toda a cidade, o governador pediu auxílio ao comandante da Zona Militar Sul.

Enquanto as tropas militares não invadiam as ruas, os amotinados continuavam os ataques aos opositores de Vargas. Se, num primeiro momento, as agressões voltaram-se para aqueles considerados pela cultura política popular como os inimigos “internos” do presidente, como partidos, rádios e jornais, agora a revolta dirigia-se para aqueles vistos como os inimigos “externos”, referidos, inclusive, na carta-testamento: o imperialismo e suas representações oficiais e comerciais. Como afirma Barrington Moore Jr., “especialmente em tempos de crise política, uma parcela muito importante da fôrma como as pessoas decidem quem elas são encontra-se na decisão sobre quem são os seus inimigos” (1987, p. 209).

A primeira vítima foi a representação diplomática norte-americana, invadida, saqueada e totalmente destruída. No prédio onde se localizava o consulado, no edifício Rheingantz, encontravam-se também vários escritórios e muitos consultórios médicos e dentários. Todos eles foram devastados, particularmente a Alfaiataria Mahoni, cujo material de trabalho, como tecidos, manequins e máquinas de costura, lançados na calçada, perdeu o valor. Somos levados a acreditar que, no imaginário popular, talvez a proximidade física das salas comerciais e médicas com a diplomacia dos EUA surgisse como cumplicidade com os interesses daquele país.

52 *Correio da Manhã*, 25-8-1954, p. 2.

O National City Bank, símbolo do capital estrangeiro, foi atacado por outros grupos. Antes de arrasarem completamente as instalações do banco, todas as fichas cadastrais e documentos bancários foram jogados na rua e queimados. Aqui, percebe-se o objetivo de, com o fogo, destruir e fazer desaparecer papéis que comprovassem as ligações do país com o capital estrangeiro. Para os amotinados não contavam possíveis ganhos materiais com a invasão da sede bancária — não há notícias de apropriação de dinheiro. Nesse caso, o interesse simbólico pesava mais que o material.

O sentimento antinorte-americano da população pode ser percebido não apenas pelas agressões ao consulado e ao banco, mas também pelo ataque a algumas empresas. A Importadora Americana S.A., loja de importação de automóveis dos EUA, sofreu uma particular investida dos grupos de revoltosos. Após destroçarem totalmente a loja na rua Dr. Flores, também atacaram a filial na avenida dos Farrapos, com o saldo de 20 veículos importados completamente inutilizados. A Importadora de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias sofreu as mesmas violências. Certamente não é casual a fúria popular contra empresas que importavam dos EUA bens que simbolizavam um alto *status* social. Também sofreram tentativas de invasão e apedrejamentos as fábricas de cerveja Brahma, de cigarros Souza Cruz, da Coca-Cola, a loja da Mesbla e a Companhia Telefônica. Até mesmo uma casa noturna, a American Boite, foi tomada à força pelos manifestantes, além de quebradas centenas de vitrinas e letreiros luminosos.

Na lógica do motim popular, cada estabelecimento era, por algum motivo, merecedor de agressões. Foi o caso de certos bares, como o Bar e Restaurante Vitória, na praça Osvaldo Cruz, que se atreveu a permanecer aberto. Segundo depoimentos de alguns participantes da revolta ao *Correio do Povo*, a atitude de seu proprietário era um desrespeito à morte do presidente. O bar, depois de invadido e saqueado, foi incendiado pela população.

Contudo, só ao entardecer, quando a insurreição ameaçava toda a cidade, Ernesto Dornelles pediu auxílio ao Exército. Entretanto, é necessário observar que a ação dos militares em Porto Alegre em nada se comparou à repressão ocorrida no Rio de Janeiro. Com cartuchos de festim e sem usar de violência desnecessária, as autoridades militares gaúchas evitaram repetir os episódios trágicos ocorridos no Distrito Federal. Na imprensa, só tivemos conhecimento de uma cena de enfrentamento entre populares e o Exército, com mortes. Na avenida Osvaldo Cruz, no final da tarde, um grupo de revoltosos destruiu e saqueava o escritório do Partido Social Progressista quando chegou uma patrulha da Companhia de Guardas. As pessoas, desconhecendo a chegada dos soldados, passaram então a depredar outro bar aberto, o Café Bomfim, localizado embaixo da sede daquele partido. Segun-

do o *Correio do Povo*, o comandante da tropa ordenou que o grupo se dispersasse, mas, como que tomando posição de ataque, os amotinados se reuniram e o líder, com a bandeira nacional nas mãos, avançou contra o oficial, jogando-o no chão. Não demorou e dois sargentos, na defesa do comandante, fizeram disparos com cartuchos de festim, segundo informações do repórter do mesmo jornal. O efeito foi nulo, pois o grupo partiu decidido sobre a patrulha tentando agredir a autoridade militar a qualquer custo. Carregando os revólveres com cartuchos verdadeiros, os soldados atiraram nos manifestantes até que 12 pessoas caíram no chão, duas mortalmente: José Alves, operário, moreno, 26 anos, porta-estandarte do grupo, com um tiro no peito, e Iranides Santos, motorista, negro, baleado nas costas.

Em poucas horas o motim se esgotaria, com o saldo de dois mortos, dezenas de feridos e uma cidade reduzida a escombros.

As manifestações em São Paulo e Belo Horizonte

Na cidade de São Paulo, os trabalhadores receberam a notícia da morte de Vargas pela manhã bem cedo, e muitos deles já se encontravam dentro das fábricas e oficinas. Somente na hora do almoço, com algum tempo livre, operários de muitas empresas decidiram decretar greve e saíram em direção aos seus sindicatos. Ao meio-dia, as suas organizações de classe estavam lotadas com manifestantes portando faixas e cartazes à espera do início das atividades de protesto. A passeata começou às 13 horas, saindo dos sindicatos dos metalúrgicos e dos têxteis, além dos diretórios distritais do PTB. Ao chegarem na praça Antônio Prado, subiam pela avenida São João quando algumas pessoas mais revoltadas começaram a quebrar vidraças de restaurantes, cinemas e lojas. Quando alcançaram a avenida Duque de Caxias, as lideranças sindicais e petebistas conseguiram convencer os mais exaltados a evitarem as depredações, alegando que tais atitudes tão-somente interessavam aos inimigos da obra de Getúlio Vargas.

Na sede do PTB, ponto final da manifestação, os operários realizaram um comício. Eusébio Rocha, subindo em um jipe, disse com emoção para seus companheiros se manterem vigilantes contra os inimigos de Vargas, uma vez que eles também eram os inimigos do Brasil. Várias faixas e cartazes diziam: "Getúlio Vargas não morreu: vive no coração do povo"; "Os trabalhadores saúdam aquele que foi o maior brasileiro vivo"; "Os trabalhadores pesarosos pela morte de seu chefe".⁵³

Vários outros grupos também protestaram em inúmeros pontos da cidade. Muitos participaram do ato público da praça da Sé, onde o PTB e o PCB promoveram uma manifestação em conjunto. Enormes faixas que aludiam ao “imperialismo e aos trusts norte-americanos” eram carregadas por trabalhadores e comunistas.⁵⁴ No largo de São Francisco, os dois partidos tentaram organizar um outro comício, mas os cavalariáneos da polícia, à força, dispersaram militantes e populares. Na percepção da imprensa conservadora, a ação policial nas ruas do centro e no largo de São Francisco, “onde se aglomerou grande massa popular”, foi necessária pois impediu “assim que os comunistas levassem avante seus planos terroristas”.⁵⁵

Os comunistas, na verdade, foram pegos de surpresa no episódio do suicídio de Vargas. Se até a noite anterior faziam pesados ataques ao presidente, na manhã seguinte eles tentavam reverter mais um de seus “desvios”, para usar a linguagem partidária. Antonio Carlos Felix Nunes, em texto primoroso, conta-nos que, logo nas primeiras horas da manhã, os integrantes da célula do PCB da Zona Leste paulista já estavam nas portas das fábricas, cujos trabalhadores, chocados com a notícia, declararam greve. Reunidos, milhares de operários que abandonaram as empresas procuravam organizar outra manifestação de protesto. Os comunistas misturaram-se à multidão esperando o momento adequado para lançar as palavras-de-ordem do partido e comandar o movimento. Para o espanto de todos, no entanto, de um grupo de jovens operárias que lamentavam e choravam a morte de Vargas, uma delas, também aos prantos, tomou uma atitude surpreendente: rasgou as mangas de seu vestido, deixando à mostra os ombros e parte dos seios; arrebentou com os dentes as alças da combinação preta e, por baixo da roupa, retirou o saíote. Diante do silêncio respeitoso dos trabalhadores, a moça procurou pelo chão algo parecido com uma haste e amarrou nela sua combinação. A operária, improvisando uma bandeira negra, em sinal de luto, dirigiu-se para a frente da multidão e, num apelo dramático, gritou: “Mataram Getúlio! Mataram Getúlio! Morreu nosso pai!”

Deu-se, então, o início da passeata com milhares de trabalhadores seguindo do porta-estandarte, sob os olhos atônitos dos comunistas que perderam a iniciativa e a liderança do movimento (Nunes, 1980, p. 16-7).

Também nas cidades vizinhas à capital têm-se notícias de protestos. Em São Caetano do Sul, logo pela manhã, muitos operários abandonaram os locais de trabalho e, junto àqueles que nem chegaram a entrar neles, iniciaram uma passeata. À medida que passavam por outras empresas, incitavam seus colegas a declararem greves e acompanhá-los. As indústrias

54 *O Estado de S. Paulo*, 25-8-1954, p. 10.

55 *Correio da Manhã*, 28-8-1954, p. 2.

que não aderiram, como a Aço Villares, os Elevadores Atlas e a General Motors, foram apedrejadas pelos operários.⁵⁶

A população de Belo Horizonte, a exemplo de outras cidades, também não ficou indiferente diante do impacto da triste notícia. Logo pela manhã, quando as rádios locais informaram a tragédia, milhares de pessoas saíram às ruas, particularmente os trabalhadores, para se certificarem do fato e expressarem sua dor e indignação. A rua, aliás, foi o espaço privilegiado nas manifestações populares em todas as capitais do país. Seguindo algumas idéias de Thompson, podemos dizer que, no dia 24 de agosto, homens e mulheres tomaram o espaço público para confirmarem versões e rumores, discutirem política e organizarem algum tipo de protesto. Na rua, a multidão, pelo grande número de indivíduos, “sentia por algum momento que era forte” (1984, p. 132). Na capital mineira, a primeira reação dos populares foi a de arrancarem dos postes e marquises faixas e cartazes dos candidatos da oposição, em particular da UDN, para queimá-los em seguida, da mesma maneira que no Rio de Janeiro.⁵⁷

Operários de várias fábricas e da construção civil abandonaram seus postos de trabalho e se concentraram no centro da cidade. Após acerto entre eles, rumaram para o Instituto Brasil-Estados Unidos, cuja sede ficou totalmente destruída.⁵⁸ Outro grupo invadiu o consulado norte-americano quebrando móveis, armários, vidraças e rasgando livros e documentos.⁵⁹ O comércio, em sinal de luto e medo, fechou ainda pela manhã, enquanto os bondes deixaram de circular. Manifestantes revoltados tentaram ainda empastelar o jornal *Correio da Manhã*, órgão da UDN, mas a polícia, chamada a tempo, impediu a invasão.⁶⁰ Belo Horizonte logo foi tomada pela Polícia do Exército, fortemente armada, que se espalhou em pontos estratégicos da cidade e em todos os prédios públicos.⁶¹

Somente à noite, quando os distúrbios deram sinais de cansaço, Belo Horizonte teve sua vítima de morte. Na avenida Santos Dumont, um grupo de populares atacou um destacamento policial a pedradas. Segundo o repórter, um soldado, ferido, reagiu atirando contra eles. Um inocente vendedor ambulante foi atingido pelo projétil e, mesmo socorrido no hospital, veio a falecer mais tarde.⁶²

56 *O Estado de S. Paulo*, 25-8-1954, p. 10.

57 *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 5.

58 *O Dia*, 25-8-1954, p. 6.

59 *O Dia*, 25-8-1954, p. 6.

60 *O Estado de S. Paulo*, 25-8-1954, p. 10.

61 *O Dia*, 25-8-1954, p. 6.

62 *O Estado de S. Paulo*, 25-8-1954, p. 9.

Nordeste: emoção e desalento

Em várias cidades do nordeste do país, a morte do presidente foi recebida com grande impacto emocional. É curioso que, particularmente na capital de Pernambuco, em todos os jornais pesquisados os correspondentes tenham usado termos como dor, estarrecimento, perplexidade, consternação, estoicismo, incredulidade, entre outros, para descrever a reação popular diante do desaparecimento de Vargas.

Em Recife, desde a madrugada do dia 24, milhares de pessoas estavam nas ruas e nas redações dos jornais à espera de notícias. Inicialmente, ninguém acreditou no suicídio do presidente,⁶³ mas quando as rádios e a imprensa confirmaram em definitivo, “todo o povo, que enchia as ruas, ficou estarrecido e perplexo, havendo intensa correria para se certificar da dolorosa verdade. Obtida esta, é impossível descrever a consternação de que foi tomada toda a população”, diz o correspondente de *O Estado de S. Paulo*.⁶⁴

Estoicismo é o termo usado pelos jornalistas para definir o choque emocional sofrido pela população do Recife. Pelas ruas, as pessoas andavam sem destino certo, olhavam-se, choravam, voltavam a caminhar. As rádios, em sintonia com o sentimento popular, passaram a irradiar pesadas músicas fúnebres e os jornais eram disputados nos pontos de venda. O comício marcado pelo Clube da Lanterna, organização oposicionista liderada pelo sr. Amaral Neto, foi cancelado. O operário José Florentino Silva, 54 anos, não suportou a notícia e veio a falecer.

Na capital pernambucana, só há registro de uma tentativa de invasão a um órgão oposicionista: o *Diário de Pernambuco*, dos Diários Associados. A polícia, que tomou toda a cidade desde cedo, evitou o ataque e impediu, inclusive, que mais de duas pessoas conversassem nas ruas centrais. Todos os edifícios públicos foram cercados pela Polícia Militar.⁶⁵ Os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica da região, reunidos, ordenaram que as tropas ficassem em alerta máximo, pois, como observaram dois repórteres, a população mostrava-se “inquieta” ao anoitecer.⁶⁶

Em Salvador, inúmeros comícios ocorreram logo pela manhã. Na primeira manifestação realizada, na praça da Sé, populares incendiaram o palanque onde a oposição, na semana anterior, pedira a renúncia de Vargas. À tarde, foram realizados vários encontros em frente à prefeitura. Chama a atenção, contudo, a atitude da multidão em promover um ato público de pesar

63 *Correio da Manhã*, 25-8-1954, segundo caderno, p. 2; *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 5.

64 *O Estado de S. Paulo*, 25-8-1954, p. 9.

65 *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 2.

66 *Correio da Manhã*, 25-8-1954, p. 6; *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 5.

resgatando tradições da cultura popular local. Segundo o correspondente do *Correio da Manhã*, “espetáculo emocionante a cidade assistiu, ontem à noite, com a ‘passeata do silêncio’”: milhares de pessoas se concentraram na praça da Sé e, com velas acesas e rezando pelo presidente, percorreram as ruas principais até a sede do PTB. Para Thompson, se o ritual “impregna tanto a vida social e política, como a doméstica”, é necessário, portanto, considerar “o significado simbólico das formas de protesto popular” (1992, p. 70). É característico da cultura, no sentido antropológico do termo, a criação de normas e padrões de comportamentos aprendidos e a constituição de bens simbólicos uniformes que permitem uma linguagem coletiva. Escolher a praça da Sé como ponto de encontro, marcar a passeata para a noite, usar velas, rezar, traçar o roteiro do percurso, manifestar-se por meio do silêncio e encerrar o ato na sede do PTB expressam, cada uma, um significado e um sentido. Ao declarar sua dor e tristeza, a população baiana recorreu às suas tradições, crenças e códigos comportamentais e converteu-os, manipulando imagens, símbolos e rituais, em protesto político. Segundo o mesmo repórter, a concentração da noite foi grande e “o silêncio naquela massa popular era algo impressionante”, apesar de várias pessoas rasgarem as faixas e cartazes dos candidatos antigetulistas.⁶⁷

Em Natal, a morte do presidente foi sentida com “consternação”, de acordo com a sensibilidade dos jornalistas. Em busca de notícias, populares se concentraram em vários pontos da cidade e muitos, na ânsia de informações mais precisas, tentaram sintonizar as emissoras de rádio do Rio de Janeiro. O comércio fechou e as escolas suspenderam as aulas. O Exército, a Marinha e a Aeronáutica ficaram de prontidão.⁶⁸ Em Fortaleza, fecharam o comércio, as indústrias, os colégios e as repartições públicas, enquanto as ruas ficaram repletas de policiais fortemente armados. No dia 25, pela manhã, portuários e estivadores promoveram uma passeata no centro da cidade. Em Teresina, o pesar da população foi grande, mas o Exército, segundo um repórter, ficou vigilante “no sentido de impedir qualquer manifestação de anarquia”.⁶⁹ Em Aracaju, o Exército e a Polícia Militar tomaram as vias públicas ainda de madrugada. Manifestantes do PTB, em passeata, tentaram atacar a residência do sr. Leandro Maciel, presidente da UDN local, sem sucesso. Invadiram, então, a Rádio Liberdade, de oposição, causando enormes estragos.⁷⁰

67 *O Correio da Manhã*, 27-8-1954, p. 2.

68 *Última Hora*, 25-8-1954, edição extra, p. 5; *Correio da Manhã*, 24-8-1954, segundo caderno, p. 2.

69 *Correio da Manhã*, 26-8-1954, p. 2.

70 *Ibid.*, 27-8-1954, p. 3.

A ordem

Ainda no dia 24 de agosto, *O Dia*, em edição extra, precipitadamente anunciava que Getúlio Vargas havia renunciado. Na primeira página, sob o título “Calma na Cidade”, dizia:

“O desfecho da crise não surpreendeu o carioca, que desde as últimas horas de ontem aguardava, com impaciência, a renúncia do chefe da Nação. Absoluta calma em todos os setores da cidade, que despertou sem ter notado a mais leve alteração em sua habitual fisionomia. Apenas mais policiamento nos edifícios públicos e um movimento um tanto fora do comum na órbita do Catete.”

Carlos Lacerda, logo ao saber da renúncia do presidente às 4 horas da madrugada, dirigiu-se à residência do sr. Café Filho e, muito sorridente e caloroso, cumprimentou-o efusivamente.⁷¹

O suicídio de Vargas, entretanto, não era esperado, surpreendendo e paralisando, por algumas horas, os grupos conservadores que apostaram na crise institucional. Com a morte do presidente, a oposição viu frustrar sua estratégia de acirrar a crise, desmoralizar politicamente Vargas com a renúncia e abrir caminho para a intervenção militar. Contudo, mesmo com seu desaparecimento, o golpe político-militar ainda não estava descartado. No Distrito Federal, 12 mil homens do Exército entraram em alerta máximo, todos sob as ordens do general Odílio Denys.⁷² As tropas dos fuzileiros navais tomaram a zona portuária, os setores bancário e financeiro da cidade, as estações das barcas e cercaram as Câmaras Municipal e Federal, além do Senado. Todos os quartéis da Marinha de Guerra ficaram sob regime de “AFIR”, isto é, prontidão máxima.⁷³ Na maioria das capitais do país, os efetivos da Polícia do Exército invadiram as ruas. Por ordem dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica de várias regiões militares, todos os quartéis e regimentos a eles subordinados entraram em estado de prontidão. Se algum dispositivo militar foi planejado para o golpe político, na madrugada do dia 24 de agosto ele começou a ser posto em prática. Restava tão-somente a iniciativa das lideranças civis para a deflagração do movimento.

Ao amanhecer, entrou em cena o “povo”, entre chocado e furioso, atacando políticos antigetulistas, quartéis, rádios, jornais e sedes de partidos de oposição, como vimos. Carlos Lacerda, após confraternizar-se com Café Filho, passou a ser caçado por populares nas ruas do Rio de Janeiro. Temeroso, refugiou-se na Embaixada dos EUA e, quando esta foi atacada,

71 *Tribuna da Imprensa*, 24-8-1954, primeira página, texto e foto.

72 Em 1961, o então ministro da Guerra, marechal Odílio Denys, tentaria impedir a posse legal do vice-presidente João Goulart.

73 *Tribuna da Imprensa*, 24-8-1954, p. 2; *Correio da Manhã*, 25-8-1954, p. 2.

fugiu em um helicóptero militar que o levou, em segurança, para bordo do cruzador Barroso, navio de guerra ancorado na baía de Guanabara.⁷⁴

Em Porto Alegre, todos os políticos da oposição gaúcha fugiram rapidamente da cidade, inclusive o prefeito, sr. Ildo Meneghetti, que se escondeu no interior do estado em lugar mantido sob rigoroso sigilo. Segundo notícia do *Correio da Manhã*, em Porto Alegre, “a situação dos elementos não pertencentes às fileiras do trabalhismo é de verdadeiro terror”.⁷⁵ Em várias capitais e cidades do Nordeste populares tentaram invadir as residências de líderes locais da UDN, sendo impedidos, porém, por “seguranças privados” daqueles políticos. Portanto, se o suicídio de Vargas paralisou os golpistas, a reação popular os fez recuar. Surpresos e atemorizados, perderam a autoridade política, moral e, sobretudo, a legitimidade para justificar como necessária a intervenção militar. O golpe era inviável. O presidente morto inspirava, no mínimo, prudência política.

Nas Câmaras Federal e Municipal e no Senado não mais se ouviam insultos e ofensas ao presidente, mas lamentos por sua morte. O líder da UDN no Senado, sr. Ferreira de Souza, discursou dizendo que, apesar de seu partido ser ideologicamente divergente de Vargas, nunca negou o seu apoio às medidas administrativas por ele solicitadas. Agora, alegava, era necessário o restabelecimento da paz na família brasileira. Na Câmara dos Vereadores, o sr. Aristides Saldanha, representante dos comunistas, com a carta-testamento nas mãos e a voz embargada, declarou da tribuna parlamentar:

“Fique certo, sr. presidente Getúlio Vargas, que com os ferros e o aço de Volta Redonda serão forjadas as armas com que os patriotas que seguem V. Excia. farão a revolução. Vamos ainda sofrer muito, mas o que vai acontecer ninguém poderá evitar.”⁷⁶

Os jornais também recuaram diante dos acontecimentos. A *Tribuna da Imprensa*, ainda no dia 24, declarava na primeira página: “Seu sacrifício serve de lição e advertência. Paz à alma de Getúlio Vargas. E paz, na terra, ao Brasil e ao seu atribulado povo.”

Carlos Lacerda, na mesma página, dizia:

“Inclino-me diante do corpo do Presidente e imploro à misericórdia de Deus perdão para o seu gesto de desespero. (...) Com seu suicídio, Getúlio Vargas repudiou os mandantes do crime, que agora se escondem na emoção de sua morte (...). Traíram-no os falsos amigos (...)”

Vários outros jornais imediatamente passaram dos ataques às homena-

74 *Última Hora*, 25-8-1954, segunda edição extra, p. 7.

75 *Correio da Manhã*, 27-8-1954, p. 3.

76 *Ibid.*, 25-8-1954, p. 5 e segundo caderno, p. 2, respectivamente.

gens. *O Dia*, órgão do PSP, por exemplo, abandonou as imagens que aludiam ao pus e à lama para descrever os acontecimentos de outra maneira:

“Com a morte trágica de Getúlio Vargas perde o Brasil, sem dúvida, um de seus maiores vultos políticos de todos os tempos (...). Empenhado, realmente, em realizar algo de útil e permanente para o bem de sua terra (...) tomou para si as tarefas construtoras do sistema que deu ao Brasil o máximo de seu progresso (...). Um autêntico estadista, dotado de espírito público invulgar, com a cultura política necessária ao exercício de sua missão (...). O futuro dirá melhor sua obra (...). O presente lastima a sua perda. Reverenciamos o seu túmulo.”⁷⁷

A imprensa, aturdida com os motins, agora se sentia ameaçada pelo golpe que tanto incentivou. Uma nota publicada em todos os jornais declarava “garantida a liberdade de imprensa” com o novo governo. Diante da população irada que insistia em atacar os bens oposicionistas — desde faixas e cartazes até rádios e jornais —, os meios de comunicação clamavam por ordem. O chefe de polícia do Distrito Federal tomou a mesma iniciativa e em nota oficial, lida em todas as emissoras de rádio a cada intervalo comercial, apelou para o “sentimento ordeiro do nosso povo”, pedindo que se evitasse “aglomerações, passeatas e tumultos, a fim de que a polícia e o Exército, que já se encontram na rua, não tenham que agir com energia para manter a ordem, o que será feito a qualquer preço”.

Ordem, este tornou-se o clamor de todos os círculos antigetulistas nos dois dias que se seguiram à morte de Vargas. Líderes da UDN, jornais, rádios, autoridades policiais e militares pediam pelo fim das manifestações de protesto. Ao provocar a crise política e preparar o golpe, a oposição não contava com o suicídio e, particularmente, com a liberação do inconformismo e da violência dos trabalhadores. A ordem, insistentemente exigida, era uma necessidade para os grupos conservadores, nem mesmo que fosse apenas imaginada:

“Houve alguma coisa positiva a assinalar-se (...), como uma lição, nestes dias de luto (...). Foi a ordem. (...) Mas é necessário que se acrescente que o próprio povo contribuiu para a ordem que foi mantida.

O policiamento se intensificou para a emergência de precisar intervir. Não houve quase intervenção, porque quase não houve motivo. As autoridades e o povo estabeleceram uma confiança recíproca. (...) Juntos, autoridades e povo transformaram possibilidades de baderna num momento austero.”⁷⁸

77 *O Dia*, 25-8-1954, primeira página.

78 *Correio da Manhã*, 27-8-1954, p. 2.

Os pedidos de ordem, contudo, não foram ouvidos naqueles dias. Ao desencadear violentos ataques a Getúlio Vargas, a oposição feriu crenças políticas, padrões sociais e costumes enraizados na tradição popular. Ao provocar sua morte, no entanto, as elites conservadoras ultrapassaram, em muito, determinados limites, ofendendo e desconsiderando supostos morais de grande significado na cultura popular, fazendo, assim, eclodir a ação direta.

Passados tantos anos, aqueles acontecimentos deixaram-nos como herança outro conflito, cujo significado é mais grave e assustador: o cotidiano de uma guerra social prolongada.

Referências bibliográficas

- Ansart, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Baczko, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi. Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, v. 5.
- Balandier, Georges. *O poder em cena*. Brasília, UnB, 1982.
- Basbaum, Leôncio. *Uma vida em seistempos (memórias)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.
- Burke, Peter (org.). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992.
- Castro Gomes, Angela de. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/luperj, 1988.
- Chartier, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1978.
- Damton, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- Delgado, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo, Marco Zero, 1989.
- Eliade, Mircea. *Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso*. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- Ferreira, Jorge L. A cultura política dos trabalhadores no primeiro governo Vargas. *Estudos históricos, cultura e povo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas (6), 1990.
- Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- Girardet, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Moore Jr., Barrington. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- Nunes, Antonio Carlos Felix. *PC, linha leste*. São Paulo, Livramento, 1980.
- Rodrigues, José Carlos. *Tabu do corpo*. Rio de Janeiro, Achiamê, 1979.
- Thompson, E. P. La economía "moral" de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona, Crítica, 1984.
- . "Folklore, antropologia e historia social." *Entrepassados. Revista de Historia*, Buenos Aires, 2(2), 1992.

Agosto e agostos: a história na mídia



MÓNICA ALMEIDA KORNIS



No dia 24 de agosto de 1954, o presidente Getúlio Vargas suicida-se com um tiro no peito. Nesse mesmo dia, o comissário de polícia Alberto Matos é assassinado. Com uma diferença: o primeiro aconteceu no capítulo 15, e o segundo no capítulo 16 da minissérie *Agosto* apresentada pela Rede Globo de Televisão entre os dias 24 de agosto e 17 de setembro de 1993. Uma adaptação para a televisão do romance do mesmo nome, best-seller de vendas do início da década de 90, de autoria do escritor Rubem Fonseca, apresenta uma trama que mescla ficção e fatos reais transcorridos nos primeiros 24 dias do mês de agosto de 1954. Uma conjuntura histórica marcada por intensa crise política, agravada com o atentado ao jornalista udenista Carlos Lacerda no dia 5 daquele mesmo mês e ano, quando tem início uma etapa decisiva do confronto entre governo e oposição e que culmina com o suicídio de Vargas. Numa produção sofisticada e de custo elevado, alardeada sobretudo pela imprensa escrita já nos dias que antecederam sua estréia, a TVGlobo, uma das maiores redes de televisão de todo o mundo, investe no horário das 22 horas, das terças às sextas-feiras, numa história de crimes, corrupção, negociações, violência, amores frustrados e homossexualismo, dentro da chamada *Série Brasileira* da emissora. Na vida real, o país vive sob o rastro do impeachment do presidente Fernando Collor que culmina com a sua deposição em dezembro de 1992, envolta numa rede de inquéritos parlamentares, de escândalos financeiros, de tráfico de interesses que provocaram ampla indignação nacional.

Esse conjunto de situações — ou cenas — constitui a questão central a que se refere este artigo: como o produto minissérie gerado por uma indústria

cultural, com larga audiência, recriou uma das conjunturas históricas mais marcantes e trágicas da história do país, e transmitiu com o olhar do presente um conhecimento sobre tal período. Ao reconhecermos em *Agosto* o caráter de um documento histórico que, através de uma determinada forma e com olhar de hoje, dá significado ao passado, sabemos estar diante de elementos de representação dos acontecimentos de agosto de 1954 construídos por uma série de televisão. Esse aspecto é tão mais importante se considerarmos que, através de imagens socialmente produzidas, a televisão “educa”, e que a análise do processo de produção, da forma de apresentação do conteúdo e de sua recepção é fundamental para que se perceba todo esse circuito de mediações criadoras de sentido, e que conferem ao texto televisivo — como a todos os textos — o caráter de representação e não de expressão real e direta dos fatos.

Por outro lado, convém lembrar que a *série brasileira*, na qual se inscreve a minissérie em questão, vem recorrendo a temas voltados para a realidade do país, inclusive sua própria história política recente, sofisticando em certo sentido a fórmula de entretenimento da televisão.¹ Em 1992, foi a vez de *Anos Rebeldes*, retratando o período da ditadura militar e da atuação dos grupos de esquerda naquele período, coincidindo — seria apenas coincidência? — com a eclosão do movimento dos cara-pintadas, encabeçado por estudantes de vários pontos do país que reivindicavam a deposição do presidente Collor. Segundo a imprensa, *Agosto* não teria sido realizada naquele ano por motivos financeiros, já que a emissora comprara os direitos do livro desde seu lançamento.

O fato de uma televisão comercial investir em determinada programação significa necessariamente a existência de um mercado consumidor desse produto, capaz de conferir a esse veículo de comunicação um alto índice de audiência, o que lhe garante, por outro lado, um grande poder enquanto formador de opinião e de comportamento, assim como de manipulação dos valores, das crenças, dos desejos e sentimentos do espectador.² Esse poder

1 Parodiando episódios também recentes da história brasileira centrados na figura do então presidente Collor, a TV Manchete produziu a novela *O Marajá* que, programada para ser lançada na mesma época de *Agosto*, foi impedida de ir ao ar por decisão da Justiça, em função de recurso impetrado pelo próprio presidente Collor.

2 Fora do campo ficcional das telenovelas e dos seriados, a extensão desse poder pôde ser dramaticamente comprovada pelo fenômeno Collor. Mais recentemente, às vésperas das eleições para renovação do Parlamento italiano, cuja vitória da aliança direitista liderada pelo empresário Silvio Berlusconi — dono de três redes nacionais de televisão — já era tida como certa, o cientista político Norberto Bobbio procurava entender os acontecimentos, afirmando: “A explicação mais freqüente e também mais fácil pode ser encontrada na constatação de uma ‘videocracia’ triunfante, ou seja, do triunfo do poder que se exerce não mais pela palavra falada, que poucos se dispõem a escutar, ou por aquela escrita que

se espria através de uma gama de subprodutos, cuja matriz é a própria série. No caso de *Agosto*, foi produzido um disco com canções de época anunciado nos intervalos comerciais da série, assim como um *home* vídeo que reduziu os 16 capítulos de 45 minutos cada a duas horas, e ainda outra reedição para comercialização no exterior no formato de um filme seriado com quatro ou cinco programas, a ser apresentado uma vez por semana. A própria editora do romance *Agosto* aproveitou a estréia da minissérie para lançar uma nova edição do livro em formato de bolso.

Essas considerações, ainda que gerais, nos parecem pertinentes no sentido de reiterar o poder da televisão, não só em termos financeiros, mas sobretudo como agente de constituição de um imaginário social que se apóia na atração que as séries de televisão — tanto as telenovelas quanto as minisséries — exercem sobre uma larga audiência. Ao telespectador destinam-se as imagens projetadas na pequena tela, ainda que, diferentemente do espectador do cinema, ele tenha alguns “poderes”, tais como mudar o canal, desenvolver alguma atividade doméstica simultânea ou escolher o horário que lhe convém para assistir um programa utilizando a gravação em vídeo.

Diante dessas observações, cabe-nos avançar na definição do objeto do presente trabalho no que se refere à análise das condições em que uma série de televisão é um documento histórico. Um primeiro e fundamental aspecto diz respeito ao fato de estarmos diante de um texto — o televisivo — distinto daquele tradicionalmente utilizado pelas análises históricas, baseadas na linguagem escrita. A articulação entre a imagem, a palavra, o som e o movimento, trazida pela narrativa de uma minissérie, assim como suas condições de produção e recepção, impregnam-na de um sentido específico fora do campo das evidências que simplesmente referendariam — ou não — um conhecimento trazido pela tradição escrita, no caso de uma narrativa com referencial na história. A conclusão desse paralelo seria certamente óbvia e por isso desnecessária, delegando ao texto televisivo que narra uma história a condição de portador pura e simplesmente de um desenrolar de situações tais como elas ocorreram. A mera ilustração do saber escrito revelaria acima de tudo um desprezo não só à própria capacidade da percepção humana, mas também à possibilidade de um conhecimento da realidade em sua multiplicidade.

pouquíssimos têm tempo para imprimi-la na mente, mas pela imagem que entra insistentemente nas casas de todos e se fixa na memória muito mais do que um discurso. A todos já aconteceu de ouvir dizer: ‘Vi na televisão’, mas diante da pergunta: ‘De que coisa falava?’, a resposta sempre foi: ‘Não recordo’ ... (*Jornal do Brasil*, 27-3-1994).

Construindo ilusões

A crença na autenticidade da imagem reproduzida mecanicamente surgiu com o advento da fotografia no século passado, que propiciou a ilusão de que o registro fotográfico captava o real tal como ele se apresentava. A questão da mediação entre o olho que vê e a realidade dos fatos pelo olhar da câmara perpassa mais de um século de discussões teóricas entre diferentes visões e abordagens do problema por parte de críticos de arte, artistas e diretores de cinema. Não se trata aqui de resgatá-las, mas simplesmente de apontar para a amplitude e as nuances existentes, que devem conduzir, sem ingenuidade, à questão do conhecimento obtido através da linguagem visual. É rompendo com a ilusão da veracidade da imagem através do exame dos mecanismos que se interpõem entre quem olha e o que é olhado que se torna possível compreender toda e qualquer informação baseada no olhar.

Os documentos históricos — tanto na forma escrita quanto visual — contêm um ponto de vista que interpreta a evidência empírica. Nesse sentido, o filme e o programa de televisão interpretam os fatos históricos, cuja representação — pois não é a própria realidade — se constrói pelos mecanismos de produção e pelas condições de recepção, assim como pela forma que a narrativa assume e que se insere numa linguagem visual e num gênero estético. Assim sendo, tanto o documentário histórico quanto a dramatização de um evento histórico são uma interpretação constituída por tais elementos e, enquanto tal, reconstróem o passado.

Por outro lado, inserida nos moldes do cinema industrial, a televisão proporciona ao telespectador a sua inserção num mundo imaginário de imagens e sons, segundo critérios que permitem a legibilidade, com o objetivo final de construção de uma verossimilhança, condição para o bom funcionamento da ficção e atendendo ao desejo do espectador. Em busca desse “ideal” unem-se, de um lado, diretores, produtores, equipe técnica, atores e, de outro, o telespectador, que, em face do processo narrativo marcado por ações que se sucedem segundo uma lógica de causalidade, submerge num universo de ilusão que lhe dá a satisfação onipotente de tudo poder ver.³ Todo o aparato técnico envolvido na produção da série — e omitido da tela nos moldes da narrativa clássica do cinema — nos é apresentado pela imprensa escrita e por programas jornalísticos da própria televisão — no caso, a Rede Globo —, que, ao longo da apresentação da minissérie, “desfaz” a simulação que é a “realidade” da tela, ao mesmo

3 Para a discussão dessas questões ver Xavier, Ismail. Cinema: revelação e engano. In: Novaes, Aduato (org.). *O Olhar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

tempo em que persegue a veracidade dos fatos. O exame das questões que envolvem todo o processo de produção da minissérie mereceria uma ampla pesquisa sobre leitura de roteiros, decisões da emissora quanto à adaptação do romance, seleção dos personagens, cenas eliminadas na versão final etc.

Nos limites deste artigo, vale contudo observar como o circuito da mídia impressa e a própria televisão, ao divulgarem informações ligadas à produção da minissérie, além de reiterarem uma estratégia de “venda” do produto mesmo antes da sua estréia, inserem-se de forma particular no próprio processo de construção do mundo ficcional.

O aspecto mais importante destacado pela imprensa — e fundamental para a discussão do processo de construção da verossimilhança e da fidelidade aos fatos históricos — é a excelência da reconstituição histórica apresentada pela minissérie.

Evocando o já tão decantado “padrão Globo de qualidade” que vem sendo imprimido à programação da emissora desde os anos 70, a produção de *Agosto* é consagrada pela utilização de uma tecnologia de ponta e pela cuidadosa pesquisa histórica, incluindo cenário e figurinos. A inserção de efeitos eletrônicos permitiu alterações na atual paisagem da cidade do Rio de Janeiro, restituindo-lhe um “ar de época”. Com recursos de computação gráfica nunca utilizados nas minisséries e telenovelas, obtidos através de um equipamento inglês construído especialmente para efeitos visuais, *Agosto* construiu em alguns casos a cenografia pela informática. Assim, o edifício da rua Toneleros em que residia Carlos Lacerda teve a fachada do antigo andar térreo reconstruída na cidade cenográfica da Rede Globo e depois acoplada eletronicamente à imagem real do resto do edifício, que ainda se mantém como em 1954. Da praia do Flamengo, foi “apagado” o aterro, assim como as pichações no Palácio do Catete e em prédios da cidade, dos quais foram ainda “retirados” os aparelhos de ar refrigerado. Da avenida em frente ao autódromo, foram “retiradas” as arquibancadas e a faixa de acostamento, e o Palácio Monroe, antiga sede do Senado demolida na década de 70, foi reconstruído através da junção de uma maquete com uma reprodução dos degraus da entrada do palácio em tamanho natural.⁴ Segundo a produção da série, a utilização desse equipamento barateou o custo de produção e permitiu realizar o trabalho conforme o desejado, isto é, com uma imagem fidedigna — a dos anos 50 — da cidade do Rio de Janeiro, “sem os detalhes de atualidade”, como afirma o diretor de fotografia de *Agosto*, Walter Carvalho.⁵

Por outro lado, a reconstituição de época, realizada por minuciosa pes-

4 *Isto É*, 25-08-1993; *Veja*, 01-09-1993; *O Globo*, 01-09-1993.

5 *O Globo*, 20-07-1993.

quisa de figurinos, locações e cenários, foi assim sintetizada pela produtora de arte da série, Isabel Pancada: “A verdade está no que você usa. Não tem que parecer de época: tem que ser de época. Só assim temos o efeito perfeito e credibilidade.”⁶

O contato da mídia com personagens reais da minissérie ainda vivos reforça, por sua vez, a idéia de recuperar a verdade dos fatos. Antes da estréia de *Agosto*, o *Fantástico* entrevistou Alcino João do Nascimento, autor dos tiros que mataram o major Rubens Vaz, que negou a versão dos fatos consagrada pela história e por seu próprio depoimento durante o inquérito da “República do Galeão”, o que o levou a tentar o embargo da apresentação da série. O jornal *O Globo* colheu ainda depoimentos de personalidades que viveram a época, algumas ligadas a Vargas ou Lacerda, sobre o atentado da Toneleros,⁷ e a *Folha de S. Paulo* estimulou a discussão sobre a veracidade de alguns fatos, tais como um bilhete que teria sido escrito por Vargas antes do suicídio com anotações que seriam a base da carta testamento e o resultado do exame do cadáver de Vargas.⁸ Destacou ainda as críticas dos getulistas e do governador Leonel Brizola à ênfase dada, na minissérie, ao personagem de Gregório Fortunato, procurando denegrir o governo Vargas.⁹

Vale lembrar ainda que a imprensa refere-se seguidamente à série como uma realização nos moldes de Hollywood, o paradigma do cinema-indústria. Com cerca de 150 atores, entre os quais nomes bastante conhecidos do público, um custo estimado pela imprensa de US\$ 5 milhões, três diretores e dezenas de locações explorando ícones do patrimônio da cidade como, por exemplo, as confeitarias Colombo e Cavé e o Teatro Municipal, o diretor artístico da série, Carlos Manga, um dos pioneiros da televisão no Brasil e diretor de chanchadas da *Atlântida* nos anos 50, deixa claro sua pretensão de fazer uma adaptação cinematográfica do romance *Agosto*.

A minissérie é assim consagrada pela imprensa como a série mais cara e requintada da Rede Globo, na qual o aparato tecnológico constitui-se a grande conquista que torna possível uma impressão de verdade na pequena tela, e que é reforçada pela pesquisa histórica. Em outras palavras, a construção do mundo ficcional se faz pela ilusão de uma coerência que é o desejo do espectador diante da tela.

6 *O Globo*, 12-09-1993.

7 *O Globo*, 08-08-1993.

8 *Folha de S. Paulo*, 16, 19 e 29-08-1993.

9 *Folha de S. Paulo*, 26 e 27-08-1993.

E a televisão reinventa a história

Diante do aparelho de televisão, assiste-se a uma história construída por imagens que se movimentam, sons, palavras e ruídos. A conjugação desses elementos expressa uma linguagem que, da mesma forma que o cinema, revela temas, valores e mensagens através de uma articulação com elementos estéticos e simbólicos que conferem sentido à narrativa que se desenvolve para o espectador. A linguagem cinematográfica, assim como a da televisão, representa uma história a partir dos vários elementos utilizados para a confecção do produto final: enquadramento, iluminação, movimentos de câmera, montagem, composição de som, e composição de som e imagem entre si, relacionados de forma sincrônica e diacrônica. A inserção desse conjunto num determinado gênero estético estabelece uma série de representações simbólicas que constroem o mundo ficcional apresentado ao espectador.

A minissérie *Agosto* contém uma narrativa que mescla uma história ficcional em torno das investigações sobre um crime cometido contra um empresário com fatos reais ocorridos na vida política brasileira nos primeiros 24 dias de agosto de 1954, narrados cronologicamente. A trama é pontuada por referências à crise deflagrada no cenário político através de manchetes de jornais, noticiários de rádio e televisão, que tanto se interpõem nos diálogos quanto são destacadas por *closes* que centram nossa atenção nos textos e nas fotos dos jornais. Além da utilização desses recursos, possíveis pela simultaneidade temporal e pela montagem construída pelo cinema e pela televisão, os acontecimentos mais marcantes do período são não só representados na série, mas também se articulam com a própria trama interna da narrativa ficcional. A intensidade dramática dos fatos históricos se articula assim com a própria dramaticidade da ficção. Vale registrar as cenas do atentado contra Carlos Lacerda; a perseguição e a prisão de Climério Euribes de Almeida, membro da guarda pessoal de Vargas envolvido no atentado; os interrogatórios na “República do Galeão”; a reunião ministerial da madrugada de 24 de agosto; o suicídio de Vargas e a comoção nacional no seu velório no Palácio do Catete e nas ruas da capital.

O imbricamento de ficção e realidade, que constituem o mundo ficcional dramático da série, está claramente definido nas suas primeiras cenas. À descrição minuciosa, ao som de Vivaldi, do apartamento do empresário recém-~~assassinado~~ na primeira sequência do primeiro capítulo, sucede a apresentação da figura de Gregório Fortunato, chefe da guarda pessoal de Vargas, espreitando o presidente em aposento no Palácio do Catete através de vários *closes* e sob uma iluminação sombria. O clima de suspense e de procura dos

suspeitos é imediatamente instaurado, muito embora o comissário de polícia que investiga o caso venha a suspeitar de Gregório somente no capítulo 6.

O desenvolvimento da narrativa segue o gênero do filme *noir*,¹⁰ e é no interior de uma iconografia pertencente a essa maneira de filmar e estruturar a ação e os personagens que a história é contada, inclusive os próprios fatos históricos. Agosto de 1954 é assim reconstruído com base nos temas e nas características estilísticas específicas do gênero que imprime um tom pessimista à série, embora absorva outros gêneros cinematográficos. Convém aqui arrolar algumas das características do cinema *noir*: a trama se desenrola na cidade, local da corrupção — inclusive da própria polícia —, dos crimes e onde se instala uma rede de intrigas; os personagens são incontornavelmente bons ou maus, e entre eles existe uma mulher fatal, bela e perversa e um anti-herói honesto, incorruptível e frágil; a violência está associada ao sadismo e o final é ambíguo.¹¹ Com relação ao estilo da narrativa, cabe mencionar o recurso ao preto e branco (se bem que, na série, isso ocorra exclusivamente nas cenas que são utilizadas com a função de documentar um fato real), a iluminação contrastada acentuando as sombras e as tomadas noturnas, o realismo das cenas, além da narração em *off* (na série, através das locuções no rádio e na televisão juntamente com imagens dos fatos ocorridos, como que antecipando as cenas do capítulo seguinte e reconstituindo as do capítulo anterior). Por sua vez, as seqüências de amores não correspondidos culminam em situações dramáticas típicas do melodrama, assim como o esmero da reconstituição dos cenários, dos figurinos, da seleção das músicas e a própria utilização da cor.¹²

A linguagem de uma série de televisão acrescenta alguns elementos que são específicos ao meio: uma mesma abertura todos os dias, a narrativa entrecortada por comerciais e todos os capítulos precedidos por cenas do capítulo anterior e antecipando as do capítulo seguinte como elemento de atração do público. Nessa mesma direção, a imprensa por sua vez antecipa as cenas da semana, acompanha por vezes o seu desenrolar, alguns poucos críticos manifestam reações assim como personalidades relativamente conhecidas do público.

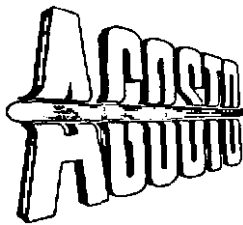
A abertura da minissérie e o corte para os intervalos comerciais definem o tempo histórico no qual a ação transcorre, através da alternância e da justaposição de imagens fixas e com movimento, em preto e branco, de

10 Para uma caracterização detalhada do gênero cuja denominação tem suas origens na literatura *noir*, ver Cieutat, Michel. *Le film noir Ciném Action: panorama des genres au cinéma*. Corlet-Télérama (68), 3.^{ème} trim. 1993.

11 *Id.*, *ibid.*

12 Sobre o melodrama, ver Piton, Jean-Pierre. *Le mélodrame américain*. In: *Panorama des genres au cinéma*. Op. cit.

Getúlio Vargas, Carlos Lacerda e Gregório Fortunato, certamente três personagens decisivos no desenrolar da crise política de agosto de 1954 e que são aqui representados de uma forma que estabelece uma identificação imediata com o espectador: Vargas com o tradicional aceno para as massas acompanhado por um sorriso terno e nas cenas de seu velório marcado por uma grande comoção popular; Lacerda proferindo discursos com uma expressão inflamada e apoiado em pessoas no atentado da Toneleros, e Gregório acompanhando Vargas no exercício de suas funções de chefe da guarda pessoal do presidente. A tensão existente entre esses personagens e que confere esse efeito às imagens é a inserção de um rastro vermelho entre elas. Mas é sobretudo ao final, quando surge a marca da série, a palavra “agosto”, em letras garrafais, partida ao meio por esse rastro, de cor vermelha, como um tiro ao som de algo que se rompe, que está mais claramente definida a dramaticidade contida nesse agosto de atentados, mortes e suicídios (ver ilustração). Aliás, como na própria narrativa ficcional.



Na série propriamente dita Vargas é apresentado com um semblante reflexivo, e suas aparições se fazem somente pelas frestas das janelas e das portas, e sempre sem fala, enquanto Lacerda só é visto rapidamente na noite do atentado. Gregório, ao contrário, é um personagem importante no desenvolvimento da trama pelas suspeitas que pesam sobre ele como possível assassino do empresário Paulo Aguiar, o que leva o comissário Matos a querer interrogá-lo na “República do Galeão”. Entretanto, a polarização entre ser lacerdista ou ser getulista é bem marcada nos diálogos de alguns personagens, reforçando a tensão já enunciada na abertura e nos cortes para os intervalos, além das várias referências ao acirramento do conflito político através das manchetes dos jornais e dos informativos do rádio e da televisão. Deve-se observar, contudo, que os jornais não são identificados (exceto uma única aparição de *O Globo*), nem fazem oposição ou são críticos ao governo, assim como não é feita referência ao empastelamento de *O Globo* no dia do suicídio de Vargas.

Por outro lado, é no curso das investigações do comissário Matos sobre o assassino do empresário que vai se estabelecendo uma sucessão de

representações dos valores de uma sociedade corrompida, amoral, perversa e injusta, e cujos protagonistas vão se tornando possíveis suspeitos do assassinato previsível de Matos. É possível afirmar que existe uma crítica social e política no desenvolvimento da trama em relação a esse aspecto, conduzida pela própria atuação do anti-herói Matos, angustiado, honesto e incorruptível, que não é lacerdista nem getulista embora tenha sido preso, durante o Estado Novo, quando estudante. Ele sofre de úlcera, e passa grande parte do tempo consumindo antiácidos, numa busca obstinada do assassino e enfrentando a arbitrariedade policial e a superlotação de presos na delegacia. Os copos de leite tomados por Matos ao longo de toda a narrativa, abrindo algumas seqüências ou em *close*, são crescentemente insuficientes para conter suas dores e sua tensão diante dos obstáculos do desvendamento do crime e, numa possível analogia com a história real, para conter o agravamento da crise política.

Empresários corruptos, chantagistas, frios e assassinos envolvidos em negociações e beneficiados por informações privilegiadas obtidas junto a funcionários do próprio governo, bicheiros mafiosos ligados ao crime e à polícia e problemas com a superlotação de presos na delegacia são personagens e situações recorrentes ao longo de toda a narrativa. Nesse contexto, em torno de Gregório se constrói uma aura de mistério, através da descrição minuciosa dos seus atos, gestos e falas, em *closes* marcados por uma iluminação sombria; e são recorrentes as tomadas do personagem ao telefone cuidadosamente enquadradas tendo acima o retrato de Vargas. Gregório é o personagem de ligação entre o conteúdo ficcional e o histórico não só por ser suspeito do assassinato do empresário e pelas ligações em transações ilícitas com outros empresários, mas também pelas seqüências do interrogatório na base aérea do Galeão, que nos remetem diretamente ao contexto histórico da trama.

O espaço de representação da política em termos estritos se constrói através de um senador do PSD, homossexual, corrupto e inescrupuloso, próximo ao empresário Pedro Lomagnó, mandante direto e indireto de alguns crimes da trama, como o do comissário Matos e do próprio empresário assassinado, de cuja mulher é amante. A idéia do poder desse senador do partido de Vargas é transmitida não só pelas falas nas quais revela o forte oportunismo na condução de seus atos e uma ampla experiência no exercício da política, mas também pela minuciosa descrição, através de planos longos, dos ambientes por ele freqüentados, tais como um restaurante refinado, um bordel denominado Senadinho, e seu próprio apartamento ricamente decorado em edifício cujas tomadas se fazem sempre em *contre-plongée*, destacando a imponência do ambiente em que vive. Os discursos por ele proferidos são sempre carregados de adjetivos, cujo efeito é testado em todas as cenas tanto diante de seu chefe de gabinete Clemente quanto ante o espelho,

diante do qual se posta com altivez. A ironia presente em suas conversas com Clemente e com os amigos empresários — afinal ele afirma que o PSD sempre foi poder, o que lhe garante a possibilidade de desfrutar uma situação favorável — é apresentada de forma teatral, o que destaca com veemência o cinismo e a ambigüidade de seus atos no campo da política. Nesse contexto, o exercício da política é identificado, através do personagem, como o campo da representação de interesses particulares, e uma mesma frase repetida em duas cenas distintas pelo senador destaca o princípio que move sua ação: “Sou nordestino. Sabe o que isto quer dizer? Que eu sou sobrevivente”.

Os populares retratados na série são matadores de aluguel, empregados domésticos, prisioneiros e pessoas humildes que entram e saem da delegacia por infrações sem gravidade. Em torno da seqüência espetacular da perseguição a Climério, revela-se a polarização já apontada anteriormente quanto às opções políticas daquele momento: enquanto o compadre de Climério defende Vargas, “homem bom para os pobres”, uma mulher o reconhece numa venda da Baixada Fluminense e antes de fazer esta denúncia exclama: “pelo dr. Lacerda eu faço qualquer coisa”. São contudo as cenas do velório de Vargas que marcam a presença popular na minissérie, reunindo personagens anônimos — ficcionais e registrados em imagens de época — que, aos milhares, dirigem-se ao Palácio do Catete para ver o presidente morto e acompanhar o cortejo fúnebre pelas avenidas da cidade até o avião que o conduziria a São Borja, sua cidade natal.

Os registros documentais utilizados nessa seqüência são em preto e branco conferindo dramaticidade e verossimilhança às cenas, e se somam aos ficcionais, em cor. Por vezes, esse conjunto de imagens de natureza distinta é enquadrado nos aparelhos de televisão que, ainda escassos à época, existiam exclusivamente nos apartamentos da elite e no Palácio do Catete. Uma voz em *off* narra os acontecimentos, bem ao estilo de locução do rádio. A conjugação das imagens de televisão com a narração radiofônica leva os espectadores e ouvintes a voltar-se imediatamente para a virada do jogo político. Entretanto, a menção aos incidentes deflagrados em vários pontos do país, como quebra-quebras e saques, só é feita pelo rádio, que anuncia simultaneamente o temor de políticos sobre a existência de um plano comunista internacional visando instaurar uma ditadura soviética no país. Aliás, tanto Matos quanto Lacerda são taxados de “comunais” quando identificados como loucos.

À virada política do país, ocasionada por um gesto solitário, corresponde a virada pessoal de Matos: sensibilizado com o ato do suicídio de Vargas, no qual só acredita quando entra no próprio quarto do presidente e após percorrer os jardins do Palácio onde circulavam populares abalados com o fato, o comissário dirige-se ao trabalho, e após um momento de reflexão

pautado por inúmeros envelopes de antiácidos por ele dispostos organizadamente sobre a mesa, decide soltar todos os presos da delegacia abandonando a profissão de policial. Define em seguida sua opção pela namorada Salete, sendo assassinado no próprio dia 24 juntamente com ela pela mesma pessoa que assassinara o empresário Paulo Aguiar, um treinador de boxe, amante de Lomagno.

Deve-se registrar que o próprio conteúdo da história nos reporta a situações não-convencionais para a televisão, como as cenas de violência — em geral mais sanguinárias e menos perversas e sádicas, merecendo destaque o esquartejamento de um porteiro, testemunha do assassinato, com um ritmo de bolero ao fundo e uma narrativa lenta — assim como as de sexo e de relações homossexuais.

O estilo da narrativa de *Agosto*, certamente beneficiada por uma adaptação cuidadosa de um romance escrito em concepção cinematográfica, sofisticou esteticamente a série, que se utilizou de elementos clássicos do cinema: enquadramentos mais esmerados dos planos, às vezes atípicos na televisão; efeitos da iluminação fortemente contrastada e por vezes raiaada; montagem sem cortes bruscos; suavidade nos movimentos de câmera no interior dos planos, que são mais longos, imprimindo um ritmo mais lento e intenso à cena; descrição da figura humana pela própria expressão do corpo; e diálogos e trilha sonora mais elaborados. Entretanto, a estrutura da narrativa de uma minissérie em capítulos exige que cada um deles condense várias ações fragmentadas, além de pequenos climaxes antes dos intervalos comerciais e ao final de cada capítulo.

Além de referências ao próprio cinema,¹³ algumas cenas são particularmente cinematográficas, entre as quais a do interrogatório de Climério, cujas imagens se fundem e se superpõem umas às outras dando intensidade ao fato; a de sua perseguição, com imagens espetaculares filmadas de helicóptero; aos *travellings* acompanhados por ruídos retratando a superlotação das celas da delegacia; a da abertura da reunião ministerial na madrugada do dia 24, cujo movimento ágil da câmera nos conduz pelas escadarias do Palácio do Catete com vozes e músicas ao fundo prenunciando o tom solene do que estava por acontecer; e a do próprio desenrolar da reunião ministerial, cujo ápice é o pedido de licença proferido pelo presidente do qual só tomamos contato pelo som, e que se faz representar através de imagens parciais do local da reunião, intercaladas, sob uma mesma trilha musical, com planos do eletrochoque a que se submete Alice, ex-namorada de Matos e esposa de Lomagno, e pelas intensas dores de Matos provocadas por uma úlcera em vias de se romper

13 Ver artigo de Sérgio Augusto, *Agosto é muito mais cinema que televisão. Folha de S. Paulo*, 16-08-1993.

e que o coloca em risco de vida. Deve-se registrar ainda que a trilha sonora utiliza não só músicas populares da época mas também música erudita, sendo que a ópera pontua os momentos mais dramáticos e trágicos da série.

O jogo entre cenas em cor — a quase totalidade — e em preto e branco confere a estas últimas a idéia de um registro de época, mesmo quando não o são. Tal é o caso das imagens apresentadas para a televisão dos culpados pelo atentado da Toneleros e ainda do senador pessedista no enterro do major Rubens Vaz, embora com um estilo incompatível com a falta de recursos técnicos dos primórdios da televisão. Da mesma maneira, a passagem da cor ao preto e branco no momento em que a câmera se fixa diante do corpo do presidente tombado na cama confere à imagem o registro e o sentido de um fato histórico, “real”.

Agosto de 1993

Refletir sobre o olhar do espectador de *Agosto*, contemporâneo à própria produção da série iniciada no ano anterior, remete-nos ao exame da identificação através de um espaço imaginário e simbólico, entre o passado — 1954 — e o presente, o que ainda é reforçado por artigos na própria imprensa entre julho e setembro de 1992.

A recorrência à expressão “mar de lama”, utilizada inúmeras vezes na minissérie tanto nos diálogos quanto nas manchetes dos jornais, cuja origem está na referência feita pelos udenistas à corrupção e ao envolvimento da guarda pessoal de Vargas em transações ilícitas e ainda pelo atentado da Toneleros, nos remete ao seu uso pela imprensa quando se iniciaram as denúncias de escândalos financeiros e tráfico de interesses durante o governo Collor, sobretudo ao longo do ano de 1992.

Às imagens que representam os valores e as atitudes de uma sociedade permeada por atos de corrupção e amorais, somam-se o problema do sistema carcerário, com celas superlotadas, e o da arbitrariedade policial, temas tão candentes naquele momento, não só em relação ao governo Collor, mas também em face do assassinato dos menores na Candelária e da chacina de Vigário Geral, naquela mesma época, e das constantes fugas de presos nas penitenciárias de várias cidades do país. Algumas falas e diálogos provocam no espectador uma atitude de ceticismo em relação à política, à polícia e ao comportamento da elite empresarial — sobretudo quando destacados por uma encenação mais dramática —, o que correspondia a um sentimento corrente naquele momento.

Pode-se fazer uma síntese do olhar do presente sobre o universo representado na minissérie através da seqüência em que Clemente, chefe de gabinete do senador pessedista, recorda os momentos dramáticos que o

levaram a estrangular o síndico do edifício do senador, que flagrara o parlamentar tendo relações sexuais com um rapaz no elevador. Ao retratar a tensa discussão entre o síndico e Clemente, que procurava corrompê-lo, o olhar da câmera, que é o mesmo imposto ao espectador, se coloca atrás da lente dos óculos do síndico, que por sua vez olha para Clemente quando as lentes se estilhaçam, seguindo-se seu estrangulamento. A mediação do olhar do espectador pelo da câmera, que por sua vez é o do síndico, não colocaria o espectador na situação de um homem que vê, não se corrompe e por isso é castigado, permitindo aos corruptos a sua perenidade?

Uma iconografia identificável como legitimamente nacional pode ser resgatada na seqüência em que um funcionário público corrupto vai com sua namorada a um espetáculo intitulado *Coisas do Brasil* na boate Night and Day, situada no hotel Serrador, local famoso nas noites cariocas da década de 50. Tendo ao fundo um bailado com dançarinos em trajes típicos e ritmos brasileiros, o personagem é chamado por um garçom ao telefone, para onde se encaminha e já ao aparelho, pergunta em tom suspeito pela “encomenda”. O fundo musical aumenta de volume e ele, na saída, nega dinheiro a sua namorada alegando que o “trem da alegria” já havia acontecido no mês anterior. Ao fundo, a música tocada é *Aquarela do Brasil*.

Esses exemplos pontuais nos pareceram úteis ao exame do universo de questões passíveis de serem suscitadas pela “leitura” das imagens e sons de *Agosto*. Embora a imprensa e os próprios responsáveis pela adaptação do romance para a televisão tenham destacado que a trama levada para a minissérie privilegiou uma história romântica e policial — certamente atendendo às diretrizes da emissora —, esvaziando os fatos políticos, deve-se considerar que a composição, o estilo e a linguagem da narrativa traçam um amplo painel da sociedade brasileira, incluindo a política como um de seus elementos centrais, com um tom pessimista que nem mesmo as belas mulheres em cena ou a recriação do Rio de Janeiro sob efeitos eletrônicos conseguiram eliminar. Seus limites porém vão estar explicitados na cena final, como veremos mais adiante.

Escapa aos objetivos deste trabalho avaliar a recepção obtida pela série, mas vale contudo registrar que a relação que se estabelece entre o telespectador e a minissérie é condicionada pelas diferentes experiências culturais, políticas e de classe do público, assim como ao momento histórico em que é assistida. A referência a esse aspecto, mesmo que de forma superficial, parece-nos relevante na medida em que filmes e programas de televisão são documentos de história social e cultural e muitas vezes agentes da própria história.

É o exame do conjunto dos elementos da produção, representação e recepção que cria condições ao espectador de sair da ilusão do entretenimen-

to e da “verdade” para entrar no mundo da construção das imagens que mobilizam diretamente as esperanças, os sentimentos e o inconsciente do espectador.¹⁴

Como a televisão pode revelar situações para além da realidade e não suporta fechos infelizes, nem mesmo nos seus programas de telejornalismo, o plano final de *Agosto* confirma a regra. Ao tom trágico e pessimista reiterado em toda a série, mas sobretudo condensado ao final dos últimos capítulos — o suicídio de Vargas e os assassinatos de Matos, Salete e do bicheiro Ilídio —, sucede-se o toque desopilante e esperançoso do seguinte plano final: no dia 25 de agosto, um carro, conduzido pelo comissário Pádua que acabara de assassinar Ilídio por julgá-lo mandante do crime contra Matos, em movimento numa estrada deserta — na realidade, a pista paralela ao autódromo do Rio de Janeiro com as laterais “apagadas” eletronicamente — tendo ao fundo contornos de morros semelhantes ao Pão de Açúcar e um noticiário de rádio em *off* narrando a tranquilidade da cidade no dia seguinte à morte de Vargas são as imagens e sons que antecedem os créditos e um fundo musical com um trecho da canção-hino da cidade do Rio de Janeiro: “Rio de Janeiro, gosto de você, gosto de quem gosta, deste céu, deste mar, desta gente feliz”. O “mar de lama” cede lugar, na ficção, a um Rio de Janeiro ou quem sabe a um Brasil ideal e/ou virtual. “Aí é que está o busilis”, diria o personagem do policial Rosalvo se, hoje, fora da tela.

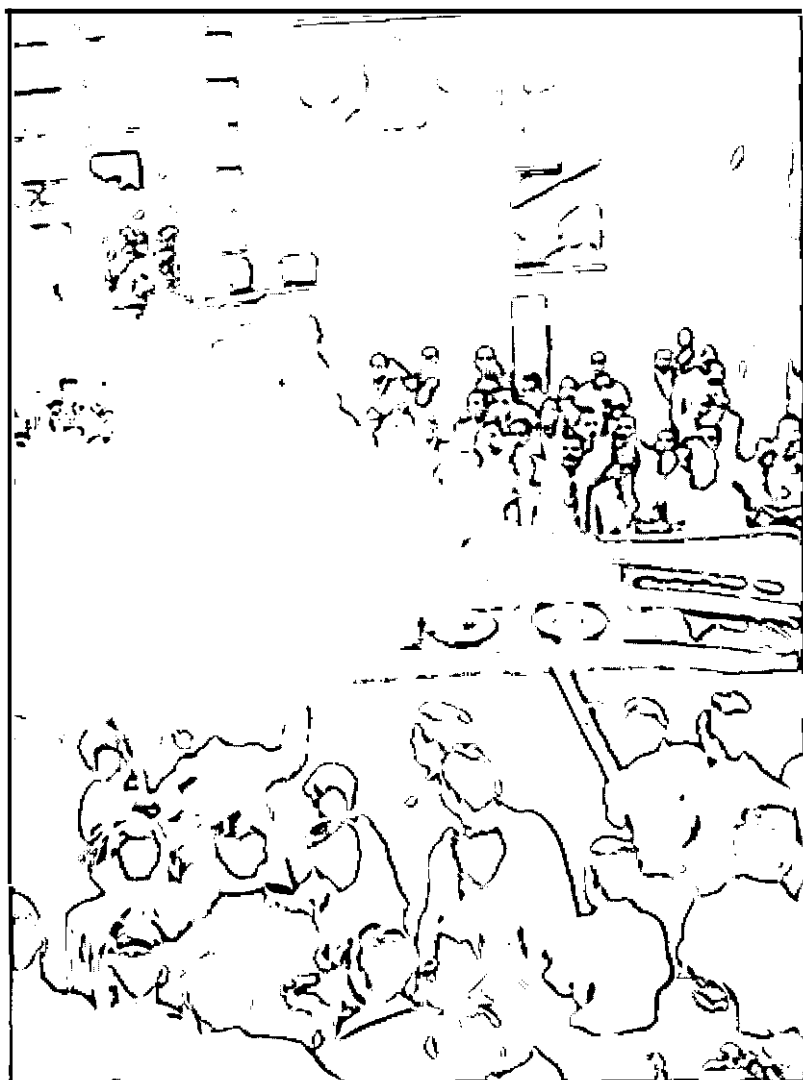
Referências bibliográficas

- Cieutat, Michel. *Le film noir* in *Ciném Action: panorama des genres au cinéma*. Corlet-Télérama (68), 3^{ème} trim. 1993.
- Kornis, Mônica Almeida. História e cinema: um debate metodológico. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 5 (10), 1992.
- Lagny, Michèle. *Après la conquête, comment défricher?* *Ciném Action: cinéma et histoire: autour de Marc Ferro*. Corlet-Télérama (65), 4^{ème} trim. 1992.
- O'Connor, John E. (ed.). *Image as artifact: the historical analysis of film and television*. Florida, Robert E. Krieger, 1990.
- Ortiz, Renato; Borelli, Silvia Helena Simões & Ramos, José Mário Ortiz. *Telenovela: história e produção*. 2 ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

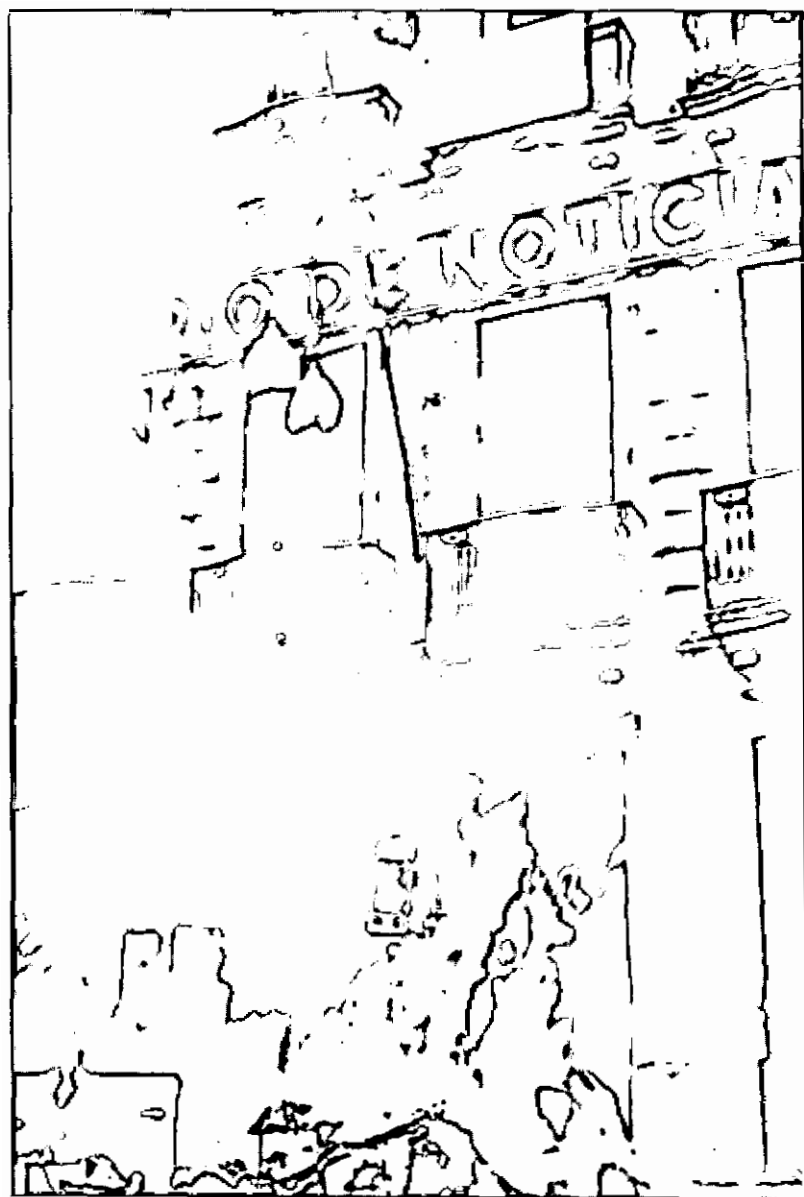
14 Essas questões são importantes no desenvolvimento de projetos didáticos que se utilizam da linguagem visual. Remeto-me aqui, a título de exemplo, à experiência educacional desenvolvida pela Fundação Roberto Marinho através do *Projeto Vídeo Escola*, que consiste na distribuição de programas em vídeo a centenas de escolas de todo o país, incluindo a sugestão de utilização para fins educacionais de programas do circuito da televisão. Em seu número 5, de agosto de 1993, a revista editada pelo projeto, que se intitula *Escola & Vídeo*, contém algumas informações e sugestões para a utilização de *Agosto* nas salas de aula com o objetivo de “debater o Brasil de ontem e hoje”.

- Pereira, Carlos Alberto M. & Miranda, Ricardo. *Televisão — as imagens e os sons: no ar, o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- Piton, Jean Pierre. Le mélodrame américain. *Ciném Action: panorama des genres au cinéma*. Corlet-Télérama (68), 3^{ème} trim. 1993.
- Rosenstone, Robert A. History in images history in words: reflections on the possibility of really putting history onto film. *American Historical Review*, Dec. 1989.
- Sorlin, Pierre. *Esthétiques de l'audiovisuel*. Paris, Nathan, 1992.
- Stam, Robert. O Telejornal e seu espectador. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo (13), out. 1985.
- Xavier, Ismail. Cinema: revelação e engano. In: Novaes, Adauto (org.) *O olhar*. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

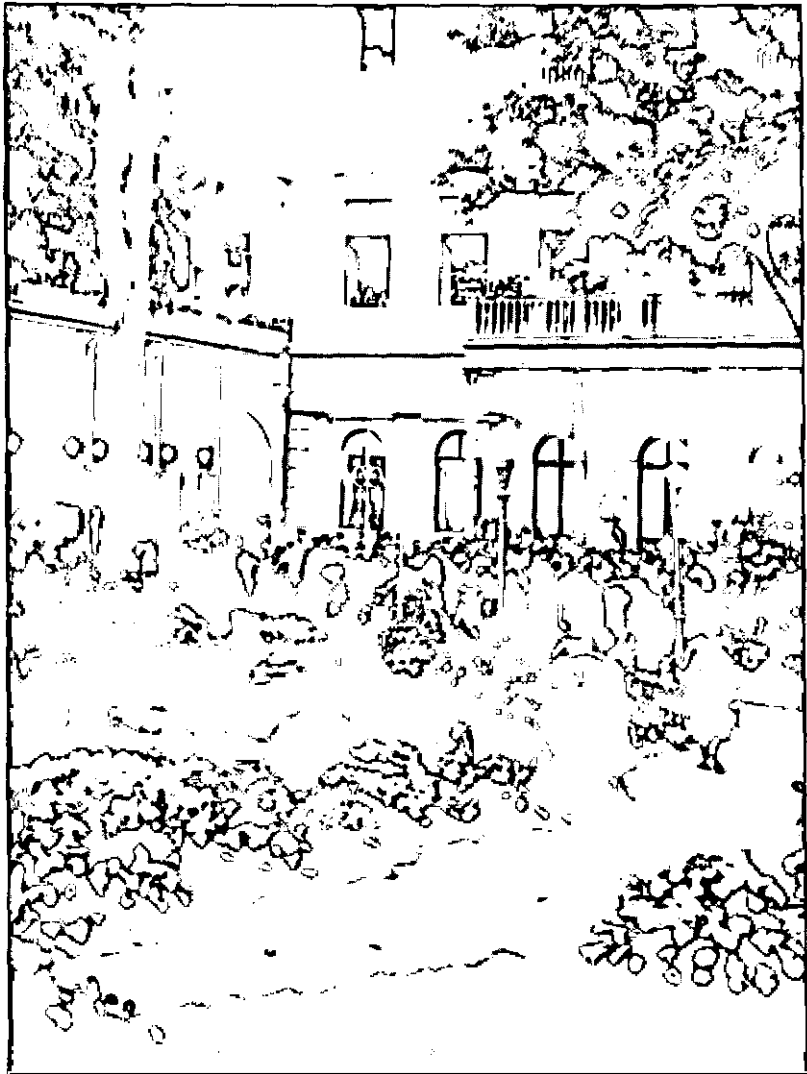
■
Segunda Parte
■



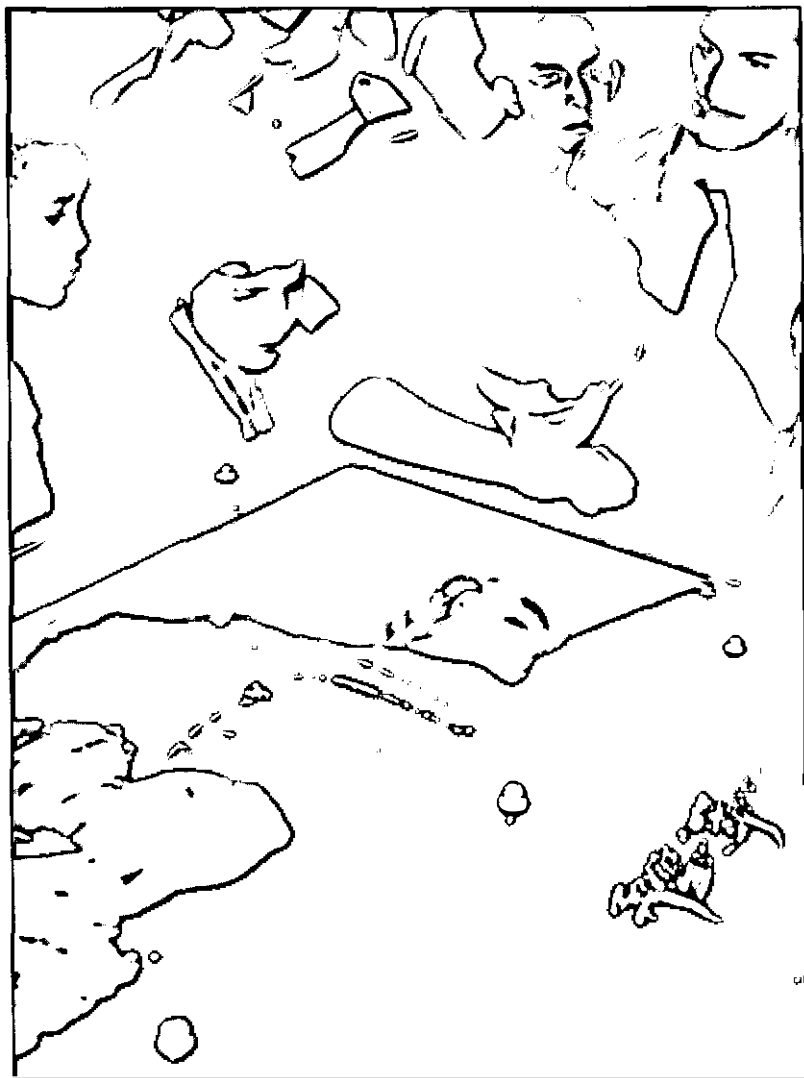
Multidão destrói veículos do jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1954. Arquivo André Carrazzoni, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Foto F. Campanella Neto.



Sede do jornal *Diário de Notícias* em chamas. Porto Alegre, 24 de agosto de 1954. *Jornal do Comércio*.



Jardins do palácio do Catete durante o velório. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo André Carrazzoni, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Foto F. Campanella Neto.



Ivete Vargas à beira do caixão de seu tio no palácio do Catete. Rio de Janeiro, s.d. Arquivo André Carrazzoni, Fundação Getulio Vargas/CPDOC. Foto F. Campanella Neto.



Populares durante o cortejo fúnebre. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954. Arquivo André Carrazzoni, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Fotos F. Campanella Neto.

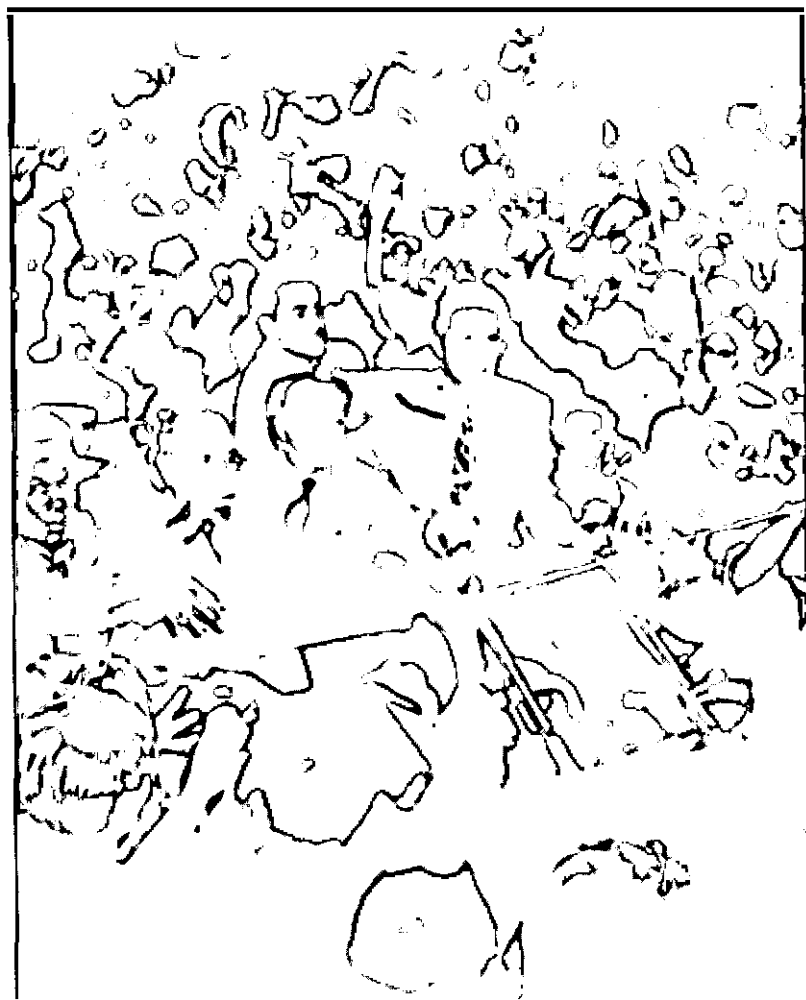




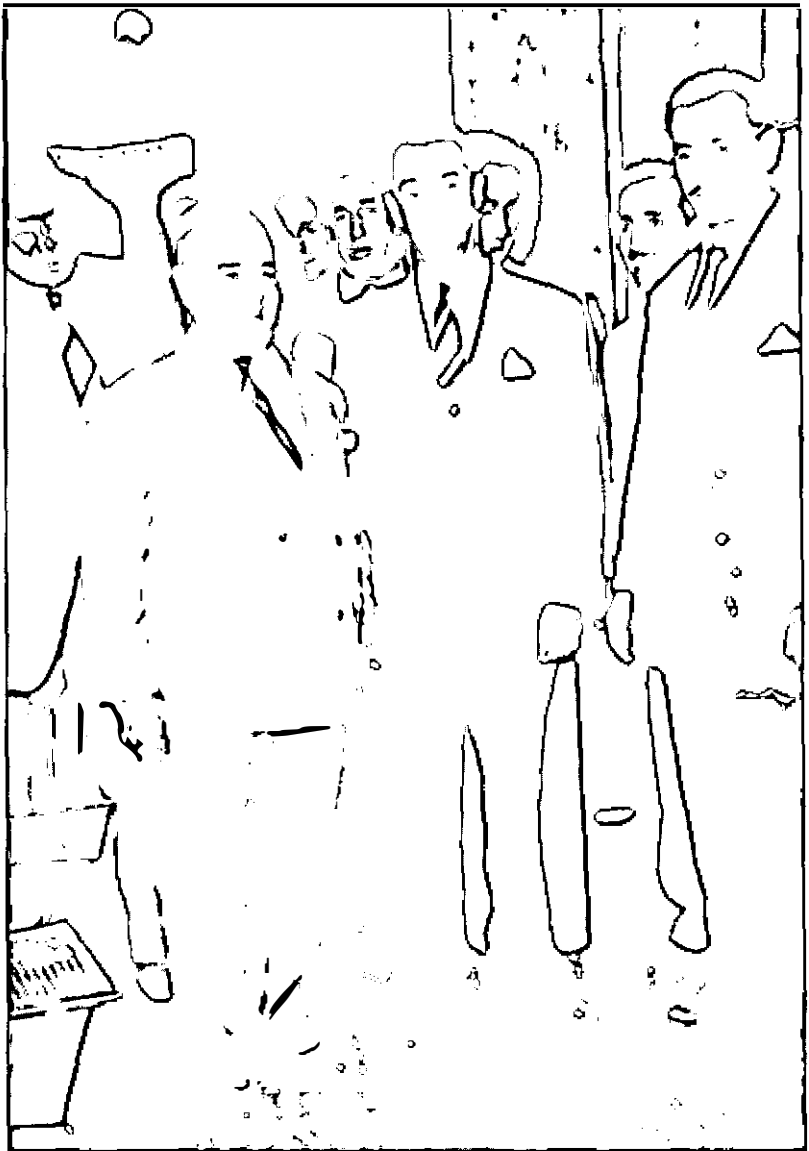
Vista aérea da enseada da Glória com multidão dirigindo-se para o aeroporto Santos Dumont. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1954. Arquivo André Carrazoni, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Foto F. Campanella Neto.



Getúlio Vargas com Leonel Brizola e Ernesto Dornelles, entre outros, na estância de Itu. Rio Grande do Sul, 1950. Arquivo Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.



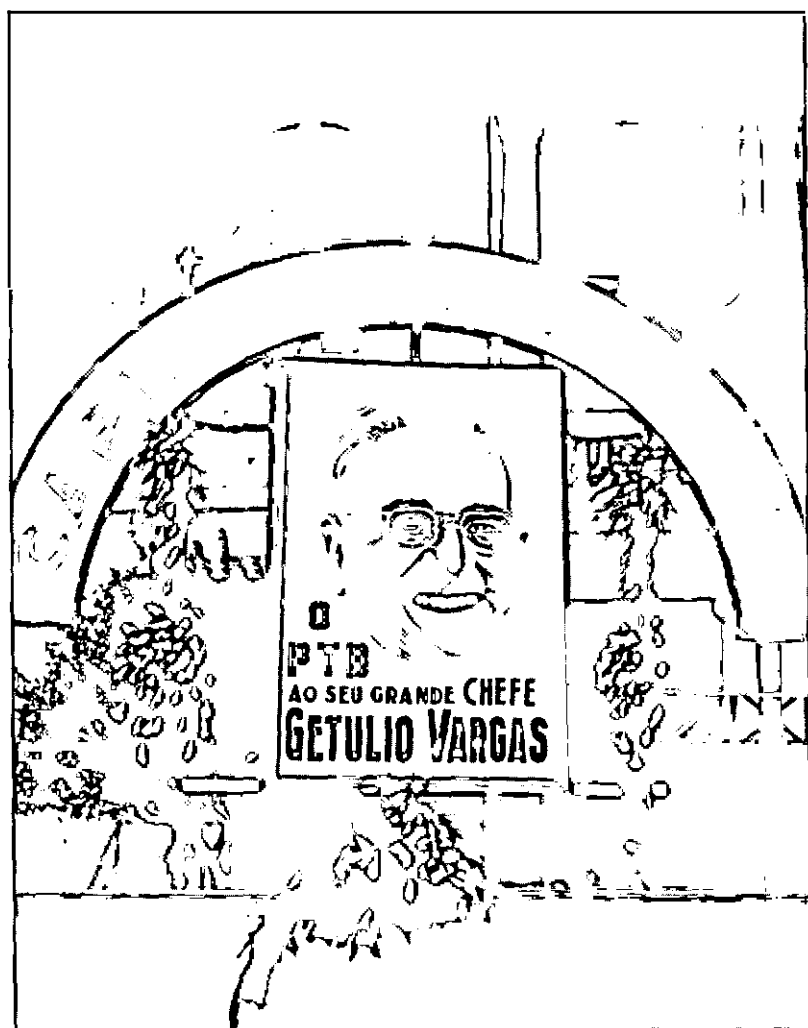
Campanha presidencial de 1950 em Manaus. Arquivo Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.



Gergório Fortunato, Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek (1º plano) com Danton Coelho e José Gomes Talarico (2º plano), s.l., 1951. Arquivo Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC. Foto *Correio da Manhã*.



Manifestação pró-aumento do salário mínimo, s.l., 1953. *Jornal do Comércio*.



Painel produzido pelo PTB em homenagem a Getúlio Vargas, s.l., s.d. Arquivo Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.



Comitê da campanha de Juscelino Kubitschek e João Goulart. Rio de Janeiro, 1955. Arquivo Augusto do Amaral Peixoto, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.



Líderes do PTB e do PSD na campanha presidencial de 1955. Da esquerda para direita: San Tiago Dantas, Juscelino Kubitschek, Benedito Valadares e Ernani Amaral Peixoto, s.l. Arquivo Ernani Amaral Peixoto, Fundação Getulio Vargas/CPDOC.



Primeiro-ministro Tancredo Neves, presidente da República João Goulart e chefe do Gabinete Civil Hermes Lima durante banquete em Brasília. s.d. Arquivo Hermes Lima. Fundação Getulio Vargas/CPDOC. Foto: Jannuzzi.



Getúlio abraça sua filha Alzira, s.l., novembro de 1953. Arquivo Getúlio Vargas, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.

■
Terceira Parte
■

*Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas**



ANGELA DE CASTRO GOMES



O PTB sem Vargas

O suicídio de Vargas é, sem dúvida, um dos acontecimentos políticos mais importantes e dramáticos da história do Brasil recente, talvez só comparável às crises políticas de 1964 e de 1992/93. Neste último caso, tivemos o *impeachment* de um presidente e, em 1964, um golpe de Estado. Em 1954, um exercício de contrafactuais poderia demonstrar, com bastante clareza, que se tratava de produzir um resultado que uniria as duas possibilidades, o que não ocorreu pela morte do presidente.

Da perspectiva privilegiada por este artigo, que é analisar alguns aspectos da trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um dos principais do sistema partidário montado com o fim do Estado Novo, o suicídio tem um impacto muito significativo. Sobretudo porque o desaparecimento de Vargas foi um choque para o sistema partidário como um todo que, como a literatura reconhece, foi montado tendo como eixo divisor o "getulismo".¹ Partidos pró ou contra Vargas, mas que tinham no "getulismo" tanto um componente

* Trabalho a ser apresentado no III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, de 4 a 7 de julho de 1994.

[Souza, Maria do Carmo Campello. *Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, é uma referência pioneira obrigatória, ao destacar os vínculos do sistema partidário do pós-45 com a dinâmica política do Estado Novo.

estratégico para sua orientação no campo das disputas políticas, quanto uma força paralela — independente e concorrente — que extrapolava os próprios partidos. A morte física de Vargas, se por um lado revitalizava seu *carisma*, por outro transformava as características e a força do “getulismo”, que perdia a dimensão de movimento social, tendo que ser incorporado pelos diversos partidos, em especial pelos que com ele se vinculavam de forma positiva.²

Ora, se o suicídio foi um ponto de inflexão na trajetória do sistema partidário do pós-45, inclusive ajudando a retardar sua consolidação, muito maior ainda foi seu impacto no interior do PTB. Partido que nascera sob a sombra do *carisma* de Vargas e que crescera tendo-o como sua própria face, o PTB sofria um violento golpe que desorientava não só seu eleitorado que perdia sua principal referência simbólica, mas também seus próprios membros e lideranças.³ O desaparecimento súbito de Vargas forçava o corpo eleitoral de então a refazer suas ligações com o sistema partidário e, particularmente, a reinstaurar ou não suas lealdades com o PTB.

As complexidades dessa nova conjuntura não passaram despercebidas às principais lideranças do partido, que tiveram sinais inequívocos das dificuldades que teriam de enfrentar daí para a frente.

As eleições para o Congresso, programadas para outubro de 1954, foram o primeiro grande teste. Tumultuadas pelas tentativas de adiamento demandadas pela oposicionista União Democrática Nacional (UDN), temerosa dos desdobramentos eleitorais que o suicídio pudesse produzir, foram defendidas pelos petebistas, que procuravam capitalizar o apelo à memória de Vargas. Contudo, considerando esse fato, pode-se avaliar o desempenho do PTB nessas eleições como medíocre. O número de cadeiras conquistadas na Câmara dos Deputados cresceu apenas de 51 para 56, e pode-se dizer que duas derrotas então colhidas foram extremamente pedagógicas e surpreendentes. Isso porque ambas ocorreram no Rio Grande do Sul, terra natal de Getúlio e onde o PTB era o partido político mais forte.

Nesse estado, o candidato ao Senado, João Goulart, nada menos que o presidente do Diretório Nacional do PTB, ex-ministro do Trabalho de Vargas e seu herdeiro político, não conseguiu se eleger. Por sua vez, o candidato ao governo do estado, Alberto Pasqualini, conhecido como o maior ideólogo do trabalhismo e respeitado nome da política gaúcha, foi derrotado por uma coligação partidária que reuniu o PSD e a UDN. Além

2 Esta questão foi levantada, mas pouco explorada, em Gomes, Angela de Castro e D’Araújo, Maria Celina. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo, Ática, 1989. cap. 11.

3 Sobre o PTB como organização oligarquizada e como partido carismático, ver D’Araújo, Maria Celina. *A ilusão trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro, Luperj, 1989. (Tese de Doutorado em ciência política.)

disso, em outro estado estratégico para o PTB, São Paulo, seu desempenho eleitoral (17,28%) fora inferior ao alcançado nas eleições de 1945 (17,63%) e de 1950 (20,84%).⁴ Mesmo a reeleição do filho de Vargas para o Congresso, pelo Distrito Federal, não podia esconder o fato de que, do ponto de vista eleitoral, o PTB não convertera o suicídio em votos e que precisaria trabalhar intensamente para enfrentar a competição e capitalizar o carisma de seu “líder martirizado”. Ou seja, o partido vivia, em 1954, um momento difícil e extraordinário em sua curta história, que potencializava problemas existentes desde sua criação ainda no Estado Novo.

O PTB nascera no bojo de articulações políticas cujo berço fora o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e toda a estrutura do movimento sindical montada segundo o modelo corporativista. Não possuía numerosas nem grandes lideranças políticas nacionais ou mesmo estaduais; não se construía a partir de núcleos dispersos em vários estados e municípios do Brasil; e não se estruturara como forte máquina partidária. A debilidade de suas bases políticas e sindicais em certas regiões do país, como o Nordeste, aliada ao poder organizacional do Partido Social Democrático (PSD) e da UDN, explicavam muito do perfil urbano e concentrado de seu eleitorado.⁵

É bem verdade que o PTB tinha um recurso de poder nada desprezível. Sua doutrina trabalhista tornava-o um partido cuja identidade, alicerçada no carisma de Getúlio — “o pai dos pobres” —, podia afirmar-se e expandir-se por meio de apelos ideológicos valiosos num Brasil que se urbanizava e industrializava aceleradamente. A força do trabalhismo no PTB só era comparável ao “getulismo” que, até então, por um lado, identificava-se com o trabalhismo e, por outro, transcendia ao próprio petebismo.

Tornar o PTB um partido eleitoralmente bem-sucedido exigiria uma série de tarefas árduas, que poderiam analiticamente ser apresentadas como integrando duas dimensões fundamentais. A primeira dimensão era a organizacional e exigia a reestruturação e a expansão da máquina do partido, com destaque para sua penetração em vários estados da Federação, incluindo os municípios rurais. A segunda dimensão era de caráter ideológico, traduzindo-se na necessidade de lutar pelo monopólio do carisma de Vargas, ao

4 Na verdade, o PTB em São Paulo nunca mais conseguiria repetir os índices de preferência alcançados antes de 1954, sendo o suicídio de Vargas, sob esse aspecto, um evento decisivo na trajetória eleitoral do partido. Ver sobre o assunto Lavareda, Antonio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro, Iuperj/Rio Fundo, 1991. cap. 6. Os dados citados são de votos de legenda e estão em Santos, Wanderley Guilherme (coord.) et alii. *Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais*. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice, 1990, p. 222, 226 e 228.

5 Sobre as origens do PTB, ver Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, Vértice, 1988, cap. 8; e D’Araujo, Maria Celina. Op. cit., cap. 1.

mesmo tempo que distinguia entre trabalhismo de getulismo. Vale dizer, o PTB teria que disputar com outros partidos o controle do movimento sindical e do eleitorado popular, reinventando um trabalhismo sem Vargas e mais adequado à temática política dos anos 50.

É claro que um esforço de reestruturação partidária implica lutas entre lideranças políticas pelo controle nacional e/ou estadual da organização, o que é particularmente difícil no caso de um partido carismático como o PTB. Justamente por isso, essas lutas estão profundamente imbricadas com lutas simbólicas pelo controle das formas de representação do partido. No caso que se está examinando, tal esforço se traduz na necessidade de requalificar o trabalhismo, mantendo sua referência original, mas transformando-a.

A idéia que orientou este texto é a de que, na década que vai de 1954 a 1964, o PTB vive exatamente esse duplo esforço de afirmação e de renovação enquanto partido político. Não é casual que este seja um período de proliferação e de competição entre lideranças que disputam a hegemonia dentro da máquina partidária. Não é casual também que essas lutas, muitas vezes antropofágicas, apresentem-se como propostas de um “novo” e “verdadeiro” trabalhismo, opondo-se a um “velho” e “fisiológico” trabalhismo.⁶ Entretanto, da ótica que está sendo considerada, não importa tanto que “substantivamente” a disputa seja mais organizacional do que ideológica. O que importa assinalar é que, politicamente, a luta partidária assumiu a forma de uma luta simbólica pelo controle, talvez, do mais importante recurso de poder desse partido.

Nesse sentido, é fundamental chamar a atenção para o lugar e o espaço que as representações ocupam na ação coletiva deste ator que é o PTB. E é exatamente por essa razão que a análise de sua trajetória neste texto será considerada através do crédito que o próprio partido atribui às representações que faz dele mesmo.

A proposta é que o PTB trabalha com dois sentidos, aparentemente até contraditórios, da idéia de representação. O sentido de representação como “encarnação”, em que o partido está materializado em um representante, no caso um indivíduo, que simbolicamente está presente e vivo através de seu carisma/legado. E o sentido de representação como “formas de apresentação” de seu poder político, que pode se tornar “visível” e/ou “dizível” através de signos textuais ou não, como cerimônias, imagens e, naturalmente, o discurso (falado e impresso).⁷ Como ideologia, o trabalhismo abarca os dois

6 Sobre as disputas por liderança no PTB, ver D’Araujo, Maria Celina. Op. cit.; e Delgado, Lucília de Almeida. *PTB. Do getulismo ao reformismo*. São Paulo, Marco Zero, 1989.

7 Para a questão da representação, ver Charter, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, FGV (13), 1994.

sentidos da representação e se expressa de formas múltiplas, dentre as quais o discurso assume posição privilegiada, definindo e sendo definido pela trajetória do próprio partido.

Adotando-se essa forma de abordagem, não se pode trabalhar com dicotomias entre lideranças mais ideológicas e reformistas, e lideranças mais pragmáticas e clientelísticas de forma excludente ou conotando os lados “bom” e “mau” do partido. As práticas do PTB são entendidas aqui como orientadas por uma investida organizacional extremamente pragmática e por uma preocupação doutrinária que investe em divulgação e propaganda, e que, sem abandonar o getulismo, aposta na renovação ideológica do trabalhismo.

Não é tão simples quanto se poderia imaginar a formulação de um diagnóstico preciso sobre o desempenho do PTB de 1954 a 1964. Sem dúvida, ainda neste último ano, o partido continuava a conviver com problemas clássicos de sua história. Durante toda a década, permaneceu um partido altamente oligarquizado, insistindo nos procedimentos de expulsão de dissidentes e, nem por isso, sendo menos marcado pela existência de facções internas e de lideranças — algumas mais radicais do que nunca — que disputavam o controle de sua máquina.

Contudo, do ponto de vista eleitoral, é inequívoco que o partido avançou muito. O ano de 1955 talvez pudesse ser usado como ponto de referência útil. Este é o ano em que se adota, pela primeira vez no país, a cédula oficial e em que se começa a sentir seus efeitos. Um deles é o de permitir o aparecimento de votos para outras siglas partidárias em áreas tradicionalmente controladas pelo PSD. Se de um lado esse fato abala os vínculos de identificação partidária que vinham sendo construídos, permite por outro um comportamento mais competitivo e agressivo entre partidos, sobretudo considerando-se as áreas rurais do território nacional, onde os peessedistas eram hegemônicos.

A partir dessas eleições, os ganhos eleitorais do PTB são bastante positivos. Em inícios dos anos 60, ele “já era a segunda maior força em termos de eleições vice-presidenciais, de bancada no Senado (26,6%) e na Câmara Federal (28,3%), onde, devido ao crescimento vertiginoso no Norte e no Nordeste em 1962, praticamente empatara com o PSD. E aparecia em terceiro lugar entre os governadores, prefeitos, deputados estaduais e vereadores”.⁸

Considerando um outro indicador político muito valioso para os objetivos dessa reflexão — a taxa de identificação partidária antes do golpe de 1964 —, pode-se verificar que o desempenho do PTB era alentador. Em pesquisa realizada pelo Ibope junto a amostras de eleitores das oito principais capitais do país, o PTB liderava com uma taxa de 29%, contra 14% da UDN, 7% do

8 Lavareda, Antonio. Op. cit., p. 91.

PSD e 5% do PSP. Soma-se a isso o fato de o PTB ser “o partido com o qual se identificava a maior fatia do eleitorado dos grandes centros”, dos quais se excetuava apenas a cidade de São Paulo, o que se devia a problemas relativos às históricas disputas internas ocorridas nesse estado.⁹

Finalmente, vale assinalar que siglas trabalhistas que haviam surgido nesse período ainda não ofereciam potencial de concorrência para o PTB.¹⁰ Nesse sentido, ele não só apresentava o crescimento eleitoral mais significativo, especialmente quando comparado ao decréscimo do PSD, como possuía, de fato, o monopólio da representação do trabalhismo.

Para discutir alguns aspectos que iluminem a dinâmica política do PTB nessa década e formular possibilidades explicativas para seu desempenho organizacional e doutrinário, este texto irá recorrer a uma estratégia de análise. Acompanhar a atuação de um dos grandes nomes do partido, mas também um dos menos lembrados pela literatura especializada: San Tiago Dantas.

San Tiago, desde 1955, passa a integrar o PTB de forma militante, o que logo se traduz em cargo parlamentar e em funções na organização partidária. Envolvido de forma intensa nos episódios dos anos 60 e nos governos parlamentarista e presidencialista de João Goulart, por coincidência dramática, vai desaparecer pouco após o golpe de 1964 e cerca de um ano antes da dissolução do PTB.

Como toda estratégia de análise, a que se adota, ao privilegiar certos ângulos, deixa de contemplar outros. Assim, a própria atuação parlamentar de San Tiago e a da bancada petebista — que goza de grande autonomia ante a cúpula partidária — não serão examinadas.¹¹ Do mesmo modo, não se acompanham as importantes questões que, no período, movimentam as relações do PTB com as organizações sindicais.¹² Sem dúvida, as escolhas do texto tornam-se, em grande medida, as escolhas do próprio petebista San

9 As capitais pesquisadas foram São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Fortaleza. Id. *ibid.*, p. 135-7; sobre o PTB em São Paulo, ver Benevides, Maria Vitória. *O PTB e o trabalhismo: partido e sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo, Brasiliense, 1989. O Partido Social Progressista (PSP), liderado por Adhemar de Barros, era praticamente um partido paulista.

10 Entre estas siglas estão o Partido Trabalhista Nacional (PTN): 1945-65; o Partido Orientador Trabalhista (POT): 1945-51; o Partido Social Trabalhista (PST): 1947-65; o Partido Rural Trabalhista (PRT): 1958-65; e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR): 1961-65.

11 A atuação da bancada parlamentar do PTB está até hoje por ser examinada com o cuidado que merece. Nenhum dos estudos já produzidos sobre o partido, ainda pouco numerosos e recentes, assumiu o tema como preocupação central.

12 As relações do PTB com o movimento sindical têm mais espaço na literatura especializada, embora haja muito o que desvendar. O melhor trabalho existente é, sem dúvida, o de Delgado, Lucília de Almeida. *Op. cit.*, especialmente os cap. III e IV.

Tiago. São seus diagnósticos, prognósticos e atuação que constituem a perspectiva que orienta esse olhar sobre o PTB.

O trabalhismo como recurso de poder

O PTB, distintamente dos dois outros grandes partidos que dominaram a cena política entre 1945 e 1964, nascera vinculado a um esforço cuidadoso e sistemático de doutrinação ideológica, iniciado bem antes, inclusive, que sua própria concepção e perfil estivessem traçados por seus fundadores. O sucesso imediato do partido — sem bases estaduais como o PSD e mesmo a UDN e sem grandes nomes — seria incompreensível caso não possuísse como fontes de poder os vínculos com o movimento sindical e o apelo do trabalhismo. Ao longo de anos (mais precisamente de 1942 a 1945) programas de rádio, publicações em jornais e revistas, cartazes, discos, concursos e manifestações públicas destinados especificamente aos trabalhadores, mas que obviamente atingiam a sociedade em geral — o “povo-trabalhador” —, sustentaram idéias e valores que definiam uma ideologia e também um partido.

É claro que, nestes tempos, essa ideologia era materializada na pessoa de Getúlio e, por isso, após 1954, o PTB possuía essa face. O próprio PSD, partido também articulado por Vargas e composto pelos políticos mais importantes e ligados ao ex-ditador, justamente por essa razão não se representava da mesma forma. O PSD, igualmente getulista, não era um partido carismático e ideológico como o PTB.

O PTB, portanto, aprendera desde o berço duas lições básicas: a eficácia de seu poder estava associada à força da representação que construía para ele mesmo; e a construção dessa representação estava associada à fixação de idéias que demandavam variados e modernos meios de comunicação.

Quanto à questão da importância da circulação das informações políticas, pode-se caracterizar a República inaugurada em 1945 como um período dominado pelo uso de jornais, revistas e do rádio, além da comunicação interpessoal realizada por comícios e reuniões públicas de vários tipos. A imprensa, escrita e falada, possuía uma orientação política e mesmo partidária bem mais clara do que a dos dias de hoje. A televisão, grande estrela atual, só em meados 50 começa a frequentar as salas de visita de algumas famílias brasileiras.¹³

A situação do PTB não era cômoda no pós-45, sobretudo se comparada

13 Lavareda, A. Op. cit., p. 127.

às facilidades de pregação doutrinária dos anos do Estado Novo. Se os grandes jornais não eram porta-vozes diretos do PSD e da UDN, assumiam com muito mais frequência uma posição política favorável ora a um ora a outro partido. O PTB precisou realizar um esforço contínuo entre 1946 e 1950 para organizar jornais trabalhistas, dos quais o mais importante foi *A Democracia*, responsável pela campanha em prol do retomo de Vargas, mas que teve vida extremamente efêmera. Outros periódicos deram cobertura ao trabalhismo, indicando as variações e disputas que já dividiam as lideranças quanto ao papel e aos conteúdos da doutrina. Mas até 1954 Vargas estava vivo e sua presença funcionava como ponto de referência indiscutível para a manutenção da unidade do partido e para a solução de seus conflitos internos.¹⁴

Após essa data, as divergências, que já existiam, só aumentaram, alimentadas pela competição que crescia no interior do diretório nacional e das seções regionais do partido. O grande nome do trabalhismo, identificado como seu formulador doutrinário, fora Alberto Pasqualini.¹⁵ Mas ele morre em 1956. Antes mesmo de desaparecer, sua liderança já vinha perdendo força dentro do PTB, até porque outros ideólogos passaram a disputar e a dividir com ele o espaço pela formulação da orientação partidária. Dentre eles, vale citar Lúcio Bittencourt, importante político que controlava a seção mineira do PTB e que crescia como líder nacional, confrontando-se cada vez mais com a direção de João Goulart. Mas Lúcio Bittencourt também morre, em 1955.

Portanto, quando San Tiago Dantas entra no PTB, encontra, de um lado, a referência histórica de Pasqualini como ideólogo, e de outro, a presença destacada de Francisco Ferrari, um dos elaboradores do programa partidário em 1955 (na VIII Convenção Nacional) e em 1957 (na X Convenção Nacional). A partir desse ano, Ferrari inicia uma trajetória de enfrentamentos tanto dentro do diretório nacional, com Jango, quanto dentro da seção gaúcha, *locus* estratégico do PTB por ser sua maior base nacional. Como Maria Celina D'Araújo assinalou em seu texto,¹⁶ o móvel básico dessa luta era o controle da altamente oligarquizada máquina partidária dirigida por Jango e por um grupo de "janguistas". Dentre eles, passam a se destacar crescentemente Leonel Brizola e San Tiago Dantas, eleitos em 1958, respectivamente governador do Rio Grande do Sul e deputado federal por Minas Gerais.

14 Gomes, A. de Castro & D'Araújo, M. C. Op. cit., cap. 8.

15 Bodea, Miguel. *Trabalhismo e populismo: o caso do Rio Grande do Sul*. USP, 1984. (Dissertação de Mestrado.)

16 D'Araújo, M. C. Op. cit., p. 185.

Em 1959, quando da XI Convenção Nacional e da elaboração de um plano de ação política para o PTB, a oposição de Ferrari se radicaliza, mas ele não consegue vencer o grupo janguista. É interessante observar nesse episódio que Ferrari é, ao mesmo tempo, um dos principais formuladores do plano do partido e a maior oposição à liderança de Jango. Portanto, se a partir daí ele começa a se afastar do PTB, acabando por concorrer como candidato à vice-presidente de Jânio Quadros nas eleições de 1960, isso não se deveu fundamentalmente à falta de espaço no PTB para suas propostas programáticas. Mas o que importa, no caso, é que, depois de expulso em 1961, Ferrari iria organizar um novo partido trabalhista — o Movimento Trabalhista Renovador (MTR) —, partido este que advoga como marca identitária ser o representante de um “autêntico” trabalhismo, o que conduzia a uma disputa, agora interpartidária, pela eficácia desse apelo ideológico. Ou seja, mesmo estando claro, nessa disputa, que a questão nodal não era de teor ideológico, embora não se possa desconhecer a existência de distinções nesse campo — Ferrari era anticomunista ferrenho —, o que fica claro em todo o processo é o valor do recurso político que era o trabalhismo, tanto interna quanto externamente ao PTB.

Não é fortuito, portanto, que ocorra em 1959, após a XI Convenção, a integração de San Tiago Dantas ao grupo que compõe a Executiva Nacional do partido, na qualidade de um de seus quatro vice-presidentes. Desde que se filia ao PTB, San Tiago tivera atuação destacada, principalmente no que se referia à revitalização e à propaganda do trabalhismo. O fato de ter adquirido o *Jornal do Comércio* em 1957, e de tê-lo transformado em veículo de vanguarda das idéias nacionalistas e lugar privilegiado de “deputação das idéias doutrinárias do partido”, é a maior prova disso.¹⁷ Contudo, seu ingresso na vida parlamentar e nos organismos de direção do PTB não foi tão tranqüilo.

De fato, San Tiago não era, desde o início, um simples “novo petebista”. Sua vida política anterior — fora integralista — e sobretudo o reconhecido brilho de sua capacidade intelectual — como professor, advogado e integrante de numerosas assessorias em missões nacionais e internacionais —, por um lado, davam margem a desconfianças e, por outro, indicavam a chegada de um competidor respeitável. A própria escolha do PTB parecia intrigante, embora as razões sustentadas por San Tiago sejam logicamente

17 San Tiago assume o *Jornal do Comércio* no início de 1957 e revitaliza o tradicional periódico da imprensa carioca com a presença de redatores como Carlos Castello Branco e Murilo Melo Filho. A seção *Várias* do jornal volta a ter destaque e é onde San Tiago escreve por excelência e com abundância, pelo menos até ser eleito deputado em 1958. Em abril de 1959, devido a um incêndio, o jornal é vendido a Assis Chateaubriand.

irrefutáveis e esclarecedoras: a consciência profunda do fracasso dos partidos de direita como órgãos de defesa do nacionalismo e o aprendizado da indesejabilidade de soluções autoritárias, vale dizer, não legalistas.¹⁸ A essas ponderações político-ideológicas de fundo, amadurecidas na segunda metade dos anos 40, enquanto realizava viagens à Europa e ensinava na Faculdade de Filosofia, soma-se a experiência de trabalho no Itamaraty com João Neves da Fontoura, já por ocasião do segundo governo Vargas. É quando participa da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, da IV Reunião de Chanceleres Americanos e do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Segundo ele mesmo, desde então seus adversários deixaram de atacá-lo “como fascista e antiamericano, e passaram à acusação de americanismo”.¹⁹

Esta breve referência dá bem o tom da inquietude que a atuação de San Tiago produz no PTB, que será potencializada por posições consideradas crescentemente “moderadas”, “conciliadoras” e até mesmo “entreguistas”. É preciso registrar igualmente que San Tiago entra no partido ao lado de Jango e com ele permanece até março de 1964. É pelas mãos de Jango e por causa da recusa de Lutero Vargas, que controlava o PTB no Distrito Federal, que San Tiago é encaminhado à seção mineira, desfalcada de seu grande nome, Lúcio Bittencourt. Vale dizer que San Tiago nunca foi um opositor à liderança e concorrente de Jango, como o foram Bittencourt, Ferrari e talvez — se igualmente não tivesse morrido — Roberto Silveira. Desde o início ele integra o grupo janguista, não sendo membro de sua parentela e, por isso mesmo, sendo olhado com mais cuidados.

Finalmente, cabe recordar que é exatamente a partir de 1958 que Leonel Brizola começa a projetar seu nome em escala nacional por sua atuação polêmica como governador. Transformando-se em liderança nacionalista de porte, Brizola passa, a partir do início do governo de Jango, a radicalizar suas posições, aumentando suas pretensões políticas. Integrando o grupo janguista do PTB e influenciando fortemente no governo do pós-61, Brizola é, ao mesmo tempo, apoio, garantia e fator de pressão para o presidente João Goulart.

Na conjuntura política de fins dos anos 50 e início dos 60, quando o PTB cresce eleitoralmente e consegue chegar ao poder, duas lideranças se destacavam com projetos políticos que, embora convergissem em pontos substantivos, divergiam profundamente na definição das estratégias e do alcance

18 Sobre o abandono do integralismo San Tiago escreve um texto esclarecedor: *Rompimento com o integralismo*, de 6 de outubro de 1942. Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47 (30), pacotilha 2.

19 Uma verdadeira trajetória de vida política e intelectual está em documento manuscrito e incompleto (p. 2 a 8) no Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional AP 47(43), pacotilha 2.

das políticas a serem implementadas. Se San Tiago Dantas pode e deve ser caracterizado como um ideólogo do trabalhismo e Leonel Brizola não preenche *stricto sensu* os requisitos para tanto, o sentido da proposta doutrinária de San Tiago não pode ser plenamente entendida sem as referências à conjuntura e à presença específica de Brizola.

Após o suicídio de Vargas, incrementou-se no PTB a luta e a busca por novos conteúdos para o trabalhismo. O projeto de San Tiago tem, como não poderia deixar de ser, muito das marcas do discurso varguista e da tradição programática do PTB construída por Pasqualini, Bittencourt, Ferrari e outros. O trabalhismo de San Tiago é “um” dos trabalhistas que existiram no PTB e que procuram se impor num momento político agitado e complexo como o do início dos anos 60. Esse trabalhismo não conseguiu sucesso nem junto ao partido, nem junto a Jango, embora tivesse aliados significativos, inclusive fora do PTB. Seu descarte tem muito a ver com a radicalização da política que antecedeu e municiou o golpe de 1964. Isso porque, no campo dos discursos políticos da época, ele insistia muito no gradualismo reformista como meio e na democracia como fim.

O trabalhismo e a “revolução democrática”

Em inícios do ano de 1960 San Tiago Dantas — desde outubro de 1959 o secretário geral da seção mineira do PTB — escreve um documento, em nome do partido, apresentando sua candidatura à vice-governança do estado e justificando os méritos de sua escolha e o “grande significado” de sua campanha, se vitoriosa.

O texto é exemplar para situar como o próprio San Tiago Dantas define, para um público interno e externo a seu partido, o “seu” trabalhismo, articulando-o à adequação de sua indicação como companheiro de chapa de Tancredo Neves, o candidato a governador de Minas pelo PSD. No documento, San Tiago apresenta-se aos petebistas como “o continuador de Pasqualini” e “um dos homens mais identificados com Jango”; e aos pes-sedistas, como “o trabalhista mais amigo do PSD”, representando “o pensamento mais moderado do trabalhismo”.²⁰

O que essa apresentação deixa claro é, ao menos, o reconhecimento da existência de um certo espectro de “trabalhistas” dentro do PTB. Na ocasião, Ferrari já fazia ostensiva oposição à Jango, atraindo “os elementos mais refratários à esquerda”, e Brizola já caracterizara sua liderança como

20 Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional AP(43), pacotilha 2. Documento manuscrito, sem título, p. 3.

um “agressivo nacionalismo”. Em termos da economia doméstica do partido, essas posições auxiliam a compreensão do sentido do termo “moderado”, sobretudo quando associado à amizade com o PSD, ressaltando-se a necessidade política da aliança entre os dois partidos. As menções a Pasqualini e a Jango dão o fundamento doutrinário e organizacional a esse trabalhismo, isto é, dão-lhe legitimidade interna.

Tal “classificação”, se tem claros e compreensíveis objetivos eleitorais, seguindo uma cuidadosa estratégia de valorização do PTB em nível estadual num momento extremamente complexo da vida política nacional — vivia-se o tempo de articulações da sucessão presidencial de Juscelino Kubitschek —, certamente não se esgota em razões desse teor. Uma melhor caracterização do significado de “trabalhismo moderado” exige o exame dos pronunciamentos e dos confrontos em que se envolveu San Tiago quanto a temas fundamentais para o contexto político e intelectual da época, com destaque para as questões que agitavam o PTB. Esse exame ajuda a distinguir uma formulação política que ganha corpo a partir de meados dos anos 50, tendo sua implementação, sido em parte, tentada em inícios dos anos 60. Além disso, os ainda poucos estudos realizados sobre o PTB não contemplam de forma privilegiada o debate travado sobre os significados do trabalhismo nesse período.

Um dos primeiros artigos que o “ideólogo” San Tiago escreve na seção “Várias” do *Jornal do Comércio* traça um verdadeiro diagnóstico de como, segundo o articulista, se encontrava o PTB após 1955. Não estava nada bem. Aliás, era um “rosário de problemas”, tanto de natureza organizacional, quanto de natureza ideológica. No tocante ao último ponto, fazia-se necessária uma “depuração das idéias doutrinárias” do partido, tarefa que devia ser iniciada por ele com afinco, prolongando-se praticamente até a sua morte.²¹ O que a análise do material consultado permite postular é que o processo de “depuração” do trabalhismo levado a cabo por San Tiago segue o curso de uma distinção entre categorias então freqüentemente entendidas como sinônimas. Além disso, tal “depuração” encontra-se vinculada a “moderação”, se por este termo entendermos o apego a estratégias gradualistas de mudança que não ameçassem a legalidade institucional.²²

O primeiro grande ponto a ser tratado no discurso trabalhista de San Tiago é o da “errônea identificação entre trabalhismo e estatismo”, o que certamen-

21 “Várias”, *Jornal do Comércio*, 4-5-1957.

22 Trabalhamos, dentre outros, com discursos parlamentares, artigos de jornal, correspondência, discursos e planos de campanha, documentos variados escritos para o PTB, discursos escritos para João Goulart, discursos como paraninfo, pronunciamento como ministro.

teadvinha da falta de distinção entre nacionalismo e estatismo. Como o PTB, desde suas origens, era um partido nacionalista, a ele se atribuía uma intransigente defesa da intervenção do Estado nas relações econômicas do país. Essa visão impedia muitas vezes que os próprios petebistas percebessem que o aumento da iniciativa pública no Brasil não havia significado aumento de produtividade, mas sim uma elevação de custos que acabava por deprimir a vida dos trabalhadores, para os quais o partido necessitava se voltar.²³

A questão era difícil, pois o próprio *Jornal do Comércio* definia-se como um periódico de vanguarda dentro da imprensa nacionalista da época, tendo como meta a defesa do monopólio do petróleo, a proteção dos minerais estratégicos e uma política internacional independente. Contudo, não se pode confundir intervencionismo estatal com política contrária ao regime de livre empresa, como ocorria quando o Estado utilizava uma política de câmbio de tal complexidade burocrática que o comércio exterior acabava dependendo menos do mercado do que de concessões fiscais governamentais. O mesmo se pode dizer dos excessivos impostos e dos altos custos de produção das empresas públicas.²⁴

Mas essas confusas relações entre nacionalismo e estatismo, se tinham implicações danosas em projetos de desenvolvimento econômico, preocupavam ainda mais em termos políticos. Nesse sentido, San Tiago diagnostica a emergência de um surto antiliberal que deslizaria do setor econômico para o político, colocando em risco a democracia, já ameaçada, mas mantida pelo episódio do 11 de novembro.²⁵

A reflexão sobre este segundo ponto é capital para a compreensão das diretrizes que San Tiago quer fixar para o trabalhismo. Segundo ele, em fins de 1957 e durante o ano de 1958 — ano de eleições para o Congresso —, o nacionalismo crescia no país, como crescia também a instabilidade social própria das épocas inflacionárias. O governo JK — a quem o PTB devia dar apoio — realizava uma política econômica dinâmica, embora criticável em vários pontos. Contudo, e esta era a questão mais grave para o PTB, não dava a atenção devida às demandas sociais, deixando-as ao sabor de outras tendências, especialmente do comunismo. O PCB fortalecia-se e inovava seu discurso, assimilando o nacionalismo e atacando a iniciativa privada e qualquer aliança com os norte-americanos, além de partir para uma competição acirrada por liderança no movimento sindical.

23 "Várias", *Jornal do Comércio*, 4-5-1957.

24 Uma série de artigos insiste nesses pontos: *Jornal do Comércio*, 8-5-1957; 10-7-1957 e 4-8-1957, por exemplo.

25 O 11 de novembro, quando o ministro da Guerra, general Lott, afasta a possibilidade de retorno de Café Filho à presidência, garantindo a eleição da chapa JK-Jango, toma-se uma data histórica para o PTB, sempre lembrada pela posição legalista dos militares.

Por outro lado, os militares — completamente pacificados no passado recente — tornavam a dar indícios de politização, inclusive voltando a ser suscetíveis ao nacionalismo dos comunistas. Nos dois casos, para San Tiago, crescia uma postura antidemocrática que associava nacionalismo, estatismo, antiimperialismo e radicalismo político.

E que tipo de reação tinha o setor privado diante dessa evolução? Acabava por recusar o nacionalismo em bloco, não distinguindo nele nenhuma variação e assumindo, embora por razões inversas, uma postura também crescentemente antidemocrática. Uma postura de retrocesso quanto ao papel do Estado, aos direitos do trabalhador e às relações do Brasil no mercado internacional.²⁶

O PTB tinha, nesse contexto, papel fundamental, por ser o grupo mais consistente, ao mesmo tempo nacionalista e democrático. Sua concorrência com outras forças políticas exigia dele, portanto, a defesa de um nacionalismo não-estatista, não antiamericanista e, por isso mesmo, aberto ao setor privado, sem que se prejudicasse, com isso, a defesa prioritária dos trabalhadores e de suas reivindicações.

Como se vê, uma série de nuances que só dificultava o reconhecimento político do trabalhismo, sobretudo em um período de competição crescente por votos e por espaços dentro do movimento sindical, tanto com o PCB como — talvez risco maior — com a UDN.

O trabalhismo “autêntico”, que era nacionalista, era também sindicalista e não podia perder essas bases, lançadas pelo “imortal Presidente Vargas”, o “inesquecível fundador do PTB”. Nesse aspecto, pode-se dizer que nada de novo é acrescido à conceituação do trabalhismo tal qual formulada no Estado Novo. Ele se dirige à classe trabalhadora, não como “massa” interpelada pelos “demagogos”, mas como coletividade heterogênea organizada em sindicatos, o lugar onde se adquire consciência primeiro dos problemas do trabalho e depois dos problemas do país. A própria necessidade de uma articulação maior entre partidos e sindicatos, através de uma cuidadosa estratégia organizacional fundada no apelo ideológico, não chega a ser original. Ela já existia desde o pós-45, e o que lhe dá urgência, nessa época, é o aumento da disputa político-partidária dentro dos sindicatos, dividindo suas lideranças de forma mais aberta.

A única dimensão nova é todo esse discurso ser feito por um partido que participa do governo e que, segundo San Tiago, só pode trabalhar pela modernização do país defendendo um projeto de fortalecimento das instituições legais, vale dizer, da democracia. Ou se ja, para o trabalhismo desenhado por San Tiago, o nacionalismo e o sindicalismo tinham sua pedra de toque

26 *Jornal do Comércio*, 6-6-1957 e 11-8-1957, por exemplo.

e sua prova de fogo na rejeição de propostas de interrupção da continuidade jurídico-institucional do país. Seno Estado Novo a justiça social se realizava por via “democracia autoritária”, menosprezando os direitos políticos de cidadania, na virada dos anos 50 ela só poderia se realizar por meio de um Estado liberal-democrático que pusesse o voto no centro de suas preocupações.²⁷

Um sindicalismo democrático, mas não demagógico, exigia que os trabalhadores estivessem ao lado das reivindicações, inclusive salariais, dos trabalhadores. Mas exigia também que os mesmos trabalhistas, que faziam parte do governo, com ele colaborassem. Isso significava na prática, por exemplo, condenar o uso abusivo de greves que podiam até desembocar em movimentos com características insurrecionais que escapassem a qualquer direção política. Implicava também fazer críticas a lideranças populares pouco atentas ao processo de aceleração da inflação que corroía salários, desqualificando a mera luta por um aumento nominal. Os elos entre política salarial *stricto sensu*, reformas sociais em sentido amplo e política econômica nacional e internacional eram muito fortes, não se podendo ignorá-los.

A amplitude das questões envolvidas na qualificação dos conteúdos que deveriam povoar e orientar a conduta dos trabalhistas, doutrinária e pragmaticamente, é uma das características do pensamento de San Tiago. Este fato, aliado a sua “moderação”, talvez pudesse esclarecer as dificuldades e resistências a uma mais ampla passagem dentro do partido, do movimento sindical e também entre outros partidos.

As temáticas da crise e das reformas sociais, que passam a dominar fortemente as preocupações de San Tiago desde 1959, quando inicia sua atuação parlamentar, até 1964, ano de sua morte, deixam esse aspecto muito claro. Na verdade, para ele, a crise é “o tema de nosso tempo” em múltiplas e profundas dimensões, desde o fim da II Guerra Mundial. Crise “moderna” da qual se tem consciência crescente com “a crise do Estado” e também com “a crise da cultura” em termos universais.²⁸ O tema crise é, com certeza, uma constante do campo político e intelectual da época. Mas ela passa, progressivamente, a ganhar sentidos mais nacionais e precisos, sendo o discurso de posse de San Tiago na Câmara um texto paradigmático de como irá tratar a questão e vinculá-la a outro grande tema do PTB: as reformas de base.²⁹

27 Sobre o conceito de “democracia autoritária” e sobre a questão da relação entre direitos políticos e sociais no Estado Novo, ver Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Op. cit., cap. 5.

28 O tema de nosso tempo. Rio de Janeiro, 8-12-1947. Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(1), pacotilha 2. Longa explanação onde San Tiago discorre sobre a “idade de crise” que então se vive.

29 Reformas de Base, Discurso na Câmara dos Deputados na sessão de 30-3-1959, in: *San Tiago Dantas: perfil parlamentar nº 21*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1983. p. 75-91

O PTB, que era nacionalista e sindicalista, precisava lutar por reformas de base, que se tornavam inadiáveis exatamente pelos riscos políticos que a crise econômica e social trazia. O diagnóstico da crise então realizado pode ser esquematizado em três desigualdades que ameaçavam a própria solidariedade nacional: as desigualdades de renda entre proprietários e assalariados, que traziam a instabilidade social; as desigualdades entre regiões, que produziam o colapso do federalismo; e as desigualdades entre a cidade e o campo, responsáveis pelas revolta rural e questões de violência urbana.

A gravidade particular da crise na segunda metade dos anos 50 estava no aprendizado irrefutável de que o desenvolvimento econômico não trazia progresso social, ao contrário, podia agravar — pelo aumento das desigualdades — todos os problemas sociais e políticos já conhecidos no país. Daí o fato de a plataforma política do trabalhismo — e não só do trabalhismo de San Tiago — poder ser sintetizada e simbolizada na luta pelas reformas de base, das quais as reformas tributária e agrária seriam as mais expressivas.³⁰

Porém, se as reformas de base podiam ser consideradas um ponto de consenso dentro do PTB, uma verdadeira marca registrada de todos os programas e pronunciamentos, a delimitação de seu conteúdo e de seu encaminhamento tinha o efeito de instaurar o conflito no interior do partido, o que só iria se agravar ao longo do governo Goulart, após 1961. É claro que tais definições implicavam em determinar o alcance das reformas e as possíveis estratégias e alianças para realizá-las. No caso de San Tiago, a implementação das reformas de base é qualificada, já em 1959 na Câmara, como a execução de uma “revolução branca”, isto é, uma verdadeira revolução pelas transformações que se produziriam, mas que, por se realizar dentro da legalidade, seguiria uma dinâmica de reformismo social progressivo e de rejeição ao radicalismo político e ideológico.

Essa posição em relação ao vínculo existente entre reformas e democracia passa a se constituir no elemento fundamental das disputas políticas entre e intrapartidos em inícios da década de 60. A conjuntura impunha o tema das reformas, e as diferentes forças políticas, inclusive extra e suprapartidárias, passam a se posicionar como em um *continuum*, que variava entre reformas e democracia; reformas radicais, mas rejeição à democracia; e nenhuma reforma e nenhuma democracia.³¹

Nesse contexto, que vai num radicalismo crescente, a proposta de San

30 As reformas de base eram nomeadas como um conjunto que englobava um amplo leque de reformas: agrária, urbana, tributária, bancária, administrativa.

31 Uma excelente e minuciosa análise dessa conjuntura política que desemboca no golpe de 1964 está em Figueiredo, Argelina Cheilub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

Tiago para o trabalhismo do PTB e para sua busca de aliados políticos é a realização de reformas moderadas e de comprometimento indeclinável com os princípios democráticos. Alguns de seus pronunciamentos mais significativos, pelo teor e pela circunstância em que foram feitos, dão a exata medida do que se quer assinalar.

“Temos que realizar no nosso País, como em todos os países subdesenvolvidos que têm nossas características políticas, uma autêntica revolução democrática. Esta revolução é que nos salvará de uma revolução extremista e antidemocrática. Ela é que consolidará as nossas instituições.”³²

Esse pequeno trecho do discurso realizado quando de sua indicação para primeiro-ministro, em 1962, após ter ocupado o Ministério das Relações Exteriores, estava no centro de uma argumentação que visava, ao mesmo tempo, acusar todos os extremismos — tanto os de direita, quanto os de esquerda — e rechaçar as críticas que sofria como extremista, na medida em que defendia as reformas de base. Nesse texto, San Tiago insiste em que “o espírito de reforma social” não representa “tendência esquerdizante” e não é privilégio de ideologia política, não significando em absoluto o abandono das posições democráticas.³³ Mais de um ano depois, em discurso de agradecimento pela escolha de seu nome como Homem de Visão de 1963 e já afastado do Ministério da Fazenda, volta ao ponto para nele sintetizar toda a sua conduta de homem público. Afirma estar totalmente convencido da necessidade urgente de defender a democracia no Brasil e da impossibilidade de salvá-la apenas como fórmula política ou apenas como desdobramento do desenvolvimento econômico.³⁴

A luta pela reforma social — pela extensão ao povo dos benefícios políticos e econômicos reservados a poucos — era a própria luta pela democracia. Mas o alcance e os meios de processar essa reforma lhe pareciam propositalmente informados, facilitando o imobilismo e o radicalismo. Os riscos eram muito grandes, pois a reforma social podia abrir seu caminho antidemocraticamente ou ser da mesma forma barrada.

Talvez se possa dizer que o centro de sua proposta estivesse no que chama de “reformas decididas mas prudentes”, o que significava escolhas modestas em termos doutrinários, algo extremamente difícil para a época, além de

32 Pronunciamento do ministro San Tiago Dantas a uma rede de televisão e rádio no dia 22 de junho [1962], quando da indicação de seu nome para primeiro-ministro. Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(48), pacotilha 2, p. 6.

33 Id., p. 5-7.

34 Dantas, San Tiago. *Idéias e rumos para a revolução brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1963, p. 4-6.

escolhas flexíveis em termos de alianças políticas, o que ia se tornando, na prática, impossível.

Ilustrando: para San Tiago, uma orientação política nacionalista independente devia dominar as relações internacionais do país, até porque só assim se completaria o processo de industrialização iniciado nos anos 30. Só a diversificação de mercados de importação e exportação romperia com o “sistema comercial colonialista” até então dominante e incentivaria a iniciativa privada. Mas este fato não significava uma conduta antiamericanista que recusasse, por exemplo, a negociação da dívida com os EUA, ignorando a falta de força econômica do país e desprezando uma melhoria em nossa situação de devedor. Na mesma linha, se era necessário diminuir as pressões dos grandes grupos estrangeiros e proteger, com a nacionalização, os setores de energia e comunicações, não se podia operar internacionalmente desconhecendo demandas de empresas estrangeiras aqui radicadas há muito tempo. Portanto, não se tratava de realizar opções excludentes entre iniciativa estatal e iniciativa privada; entre política externa independente e recusa a relações com os EUA; entre uma política de salários que protegesse o trabalhador e uma política de preços que exigisse austeridade e combate à inflação.

O exemplo da reforma agrária é particularmente expressivo, pois o que se postulava era sua execução por instrumentos legais e com flexibilidade. Havia medidas de caráter administrativo que podiam ser tomadas rapidamente (como a utilização de terras públicas), outras que exigiam negociação para resolver dificuldades e ainda outras que requeriam transformações constitucionais, sem o que a reforma não ganharia a amplitude necessária (a questão da desapropriação por interesse social).³⁵

Os sucessivos malogros na trajetória política de San Tiago são um bom indicador das resistências crescentes que passa a encontrar no interior de seu próprio partido e na cena política em geral. De certa forma, é possível mapear essa cena a partir de uma grande diretriz que dividia aqueles que permaneciam defendendo a democracia — o que cada vez exigia mais moderação nas reformas —, daqueles que a abandonavam, seja porque só aceitavam reformas radicais, seja porque rejeitavam qualquer tipo de reforma.

A não-aprovação do nome de San Tiago, em meados de 1962, para a função de primeiro-ministro, apontava para uma orientação política que, dentro do PTB, apostava no aprofundamento das reformas e em seu vínculo com o presidencialismo e o radicalismo. A adesão ao parlamentarismo e a uma proposta “moderada”, que comportava um denominador comum para as diferenças partidárias em momentos dramáticos como o que se vivia, não

35 Nos dois pronunciamentos citados e também no discurso de posse em 30-3-1959 há fortes menções aos aspectos que estão sendo mencionados.

suscitava amplas simpatias. As dificuldades posteriores, como ministro da Fazenda, no encaminhamento do Plano Trienal deixam ainda mais claro o quanto uma estratégia de “reformas progressivas” e de negociação de conflitos vai se tornando impraticável.³⁶

É justamente no começo de 1963 que se forma a Frente de Mobilização Popular (FMP), o principal porta-voz, daí em diante, dos grupos de esquerda que lutavam por reformas radicais dentro e fora do Congresso. Na mesma ocasião, o então ministro do Trabalho e grande nome do PTB, Almino Afonso, abandona a postura de busca de colaboração por outra de aberta oposição ao Plano Trienal, em associação com as correntes mais radicais do movimento sindical, representadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

O primeiro semestre do ano de 1963 é de esvaziamento da “política de conciliação” do governo Goulart — representada basicamente pela atuação de San Tiago no Ministério da Fazenda — e de crescimento do radicalismo da esquerda dentro e fora do PTB. As oscilações de Goulart ao longo do segundo semestre do ano, tentando aproximar-se do centro e de uma possível aliança com o PSD, mas tornando a se voltar para a esquerda de Brizola, caracterizam o quanto o PTB estava dividido e o quanto o fim do ano de 1963 é crucial para os acontecimentos políticos que se seguiriam no país.

A polarização fica evidente na atuação de duas frentes. De um lado, a Frente de Mobilização Popular, liderada por Brizola, que passa a lutar pela nomeação de seu líder para o Ministério da Fazenda, desencadeando movimentos populares de rua e pressionando João Goulart. De outro, a Frente Progressista de Apoio às Reformas de Base ou Frente Dantas, pelo fato de ter sido formada por sua iniciativa nos dois últimos meses de 1963. Reunindo políticos moderados do PTB e de outros partidos, e batizada pelo próprio Dantas de “esquerda positiva”, essa frente objetivava impedir o avanço da “esquerda negativa”, que a postulação do nome de Brizola na reforma ministerial tornava inexorável.

O movimento proposto era a união das forças partidárias de centro-esquerda, com destaque para o PSD e o PCB. Dois documentos do arquivo San Tiago são reveladores da análise que então fazia. Escrevendo ao PSD, propõe a revisão urgente de sua posição quanto ao governo Goulart, de forma

36 Sobre a indicação de San Tiago para primeiro ministro e sobre o Plano Trienal ver Figueiredo, Argelina C. Op. cit., cap. 2 e 3. A autora chama a proposta do plano, cuja elaboração deve-se a Celso Furtado, de “um ensaio de pacto social”. No Arquivo San Tiago há um longo e excelente texto que constitui uma apresentação do plano à Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI), seguida de debate. É nítida a dificuldade de San Tiago em ter suas posições aceitas pelos representantes dos trabalhadores. Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(43), pacotilha 4.

a que, através do apoio das chefias mais progressistas do partido, fosse possível ao presidente chegar ao fim de seu mandato, executando um programa aceitável de reformas e consolidando o processo sucessório para uma candidatura apoiada pelo PSD e pelo PTB. Para tanto, seria necessário que o PSD abandonasse a demanda de negociar seu apoio presente pelo futuro apoio à candidatura JK-65. A questão-chave a ser considerada: a adoção de uma política radical pelo governo Goulart impossibilitaria qualquer tipo de negociação política, inviabilizando as eleições e levando à quebra da legalidade.³⁷

Em outro documento, enviado a Miguel Arraes, San Tiago se refere aos desentendimentos entre as forças de esquerda — “desde o grosso do trabalho até o PC” — e à necessidade de coordenação para o enfrentamento de um núcleo com “objetivos de agitação” que se empenha na quebra da Constituição: “Esse grupo representa uma forma moderna de anarquismo e é o centro da ação provocadora, que fortalece a direita e procura estimular um golpe governista sob a forma de contragolpe.”³⁸ A formação de uma frente popular, cujas bases ainda seriam mais bem definidas, implicava objetivos táticos e estratégicos que talvez pudessem ser resumidos em dois itens: o repúdio ao golpe e à subversão, e a luta pelas reformas de base procurando os pontos de conciliação capazes de vencer a rigidez da Constituição.³⁹

O programa da Frente Progressista chega a ser distribuído entre as lideranças partidárias e divulgado pela imprensa em fevereiro de 1964. Não cabe nos limites e objetivos deste texto discutir o conteúdo desse programa, mesmo porque isso já foi feito pela literatura que trata do Golpe de 64.⁴⁰ O que importa fundamentalmente destacar é a situação do PTB, doutrinária e organizacionalmente dividido de forma profunda entre as duas principais opções que dominavam o campo político de centro-esquerda no Brasil. Uma “esquerda moderada” que definia o escopo das reformas de forma conciliatória para assegurar a manutenção da ordem constitucional e uma “esquerda radical”, que aprofundava as demandas por reformas, não aceitando os limites impostos por outros partidos ou pela Constituição.

37 Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(43), pacotilha 3, s/d.

38 Nota para o dr. Leopoldo Brandão, de 26-11-1963. Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(43), pacotilha 3. Nesta mesma pacotilha, há documento encaminhado por Prestes com cartão manuscrito a San Tiago, datado de 14-1-1964, dando apoio e fazendo sugestões ao programa da Frente Progressista.

39 Dois documentos do arquivo San Tiago são particularmente interessantes para o detalhamento do programa da Frente Dantas: Bases para a formação de uma Frente Popular ou Progressista, de 26-12-1963, escrito em tempo futuro e outro, sem data e título, escrito em tempo presente, como um programa de apresentação da frente já constituída. Nos dois casos as reformas e políticas são enumeradas e agrupadas. Arquivo Nacional. AP 47(43), pacotilha 3.

40 Figueiredo, Argelina C. Op. cit., cap. 5.

Tanto no Congresso como nos movimentos populares de rua, a cisão do trabalhismo era evidente e se complicava com as oscilações do presidente do partido e da República, João Goulart. Um trabalhismo nacionalista, sindicalista, reformista e democrático, cheio de nuances e distante de escolhas excludentes — ou isto, ou aquilo — nas áreas de política exterior, econômica e social, torna-se cada vez mais inviável ante os “extremismos de esquerda e de direita”. Como se sabe, a Frente Dantas foi o último suspiro para defender essa proposta e manter as bases do PTB com sua tradicional aliança com o PSD, estendendo-a e nomeando-a de “esquerda positiva”.

O trabalhismo como “partido popular”

Se os conflitos internos do PTB assumem em grande parte a face de uma disputa pelos conteúdos do trabalhismo é porque não só essa ideologia constitui fundamental recurso de poder para o partido, como também porque esse partido, ao longo da década de 1954-64, cresce enquanto organização, acirrando-se as disputas entre lideranças em nível nacional e estadual. Sem dúvida, um dos pontos de convergência da literatura que trata do sistema partidário do pós-45 é o reconhecimento do fato de que o PTB estava se tornando o maior partido, eleitoralmente falando, do país.

Obviamente não é novidade que foi a República do pós-45 que inaugurou entre nós um sistema partidário moderno e que foi durante sua vigência que tivemos a primeira e significativa expansão da participação política no Brasil. O que, contudo, não é tão analisado, é como essa expansão teve curso, isto é, como atuaram os principais agentes nela interessados: os partidos políticos. Nesse sentido, o exame, mesmo que bem circunscrito, de alguns dos instrumentais usados pelo PTB pode ser ilustrativo. Portanto, considere-se aqui que, assim como os anos do Estado Novo foram estratégicos para a implementação e para o aprendizado dos direitos sociais — trabalhistas, acentuadamente —, os anos do pós-45 foram estratégicos para o conhecimento e o exercício dos direitos políticos no Brasil. No primeiro caso, uma agência ministerial — a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio — teve papel-chave, mobilizando uma rede de instituições nacionalmente implantada: os sindicatos e os institutos previdenciários. No segundo caso, o processo também não foi “espontâneo” e os atores responsáveis por seu encaminhamento foram os partidos, através de seus diretórios estaduais, municipais e distritais, em certos casos, inclusive, associados às organizações sindicais.

Quando San Tiago, em meados de 1957, começa sua campanha petebista no *Jornal do Comércio*, escreve um artigo, já mencionado, onde insiste em que o PTB é um verdadeiro “rosário de problemas”. Não só era necessário um grande investimento doutrinário que buscasse monopolizar o legado de

Vargas e renovar o trabalhismo com temas da época, como era urgente “institucionalizar” o partido. O PTB não podia ser minimizado como organização: “não é apenas um resíduo do prestígio do sr. Getúlio Vargas”. Por isso, seu presidente, João Goulart, constituía a primeira preocupação do desfavorável diagnóstico. Ele era, ao mesmo tempo, o “herdeiro do halo de popularidade de Vargas” e o “alvo principal do antigetulismo”, reanimado após as eleições presidenciais de 1955. Sua situação política era, sem dúvida, incômoda, por acumular papéis inconciliáveis: o de maior líder de um partido popular, com obrigação de estar à frente de reivindicações sociais; e o de vice-presidente da República, membro do governo e, nessa qualidade, afastado de movimentos políticos mais radicais. Além disso, Jango vinha demonstrando mais méritos como líder sindical do que como chefe partidário.⁴¹

Quem saía prejudicado com essa situação era o PTB, privado de uma chefia atuante e agitado por problemas de estrutura que chegavam a ameaçar sua própria identidade. Como exemplos cita as “alianças duvidosas” com outros partidos e a emancipação de grupos estaduais, dos quais o PTB de São Paulo era o caso mais grave. Mas, mesmo com tantos problemas, para San Tiago, o partido podia ser a maior força política do país caso cuidasse de sua reorganização e se preparasse para uma difícil competição. Nesse aspecto, a UDN era o partido que mais preocupava pois avançava no interior do país e dentro dos sindicatos, devendo expandir-se e colher resultados eleitorais positivos.⁴²

Quanto ao PCB, mesmo com sua adesão ao nacionalismo, o risco não era tão grande. De um lado, porque Prestes não era mais uma liderança política tão importante quanto se supunha, sendo em tudo “contemporânea aos líderes do passado”. De outro lado, porque o PC não tinha tido a oportunidade histórica de servir aos trabalhadores como o PTB. Os comunistas constituíam, sem dúvida, um forte concorrente, sobretudo nos sindicatos, mas não possuíam grandes chances num cenário político maior.⁴³

Já o PSD continuava majoritário graças à sua rede clientelista, mas era o partido que mais sofria desgastes. Aliás, para San Tiago, o crescimento eleitoral de qualquer partido político no Brasil, na segunda metade dos anos 50, dependeria de sua maior ou menor capacidade de arrebatar votos do PSD. Nesse sentido, se o problema organizacional crucial do PTB era sua reestruturação nos estados, podia e devia preparar-se para uma disputa com o PSD, embora precisasse estar atento à necessidade de manter sua aliança histórica com este partido na esfera nacional. Havia, assim, como que dois níveis de atuação do PTB. O nível federal, onde a aliança PSD-PTB, experimentada

41 Várias. *Jornal do Comércio*, 4-5-1957.

42 Várias. *Jornal do Comércio*, 21-8-1957.

43 Várias. *Jornal do Comércio*, 11-4-1958.

com sucesso nas eleições presidenciais de JK-Jango, garantia o combate ao golpismo, dava apoio parlamentar ao governo e favorecia a expansão do partido. Nessa aliança o PTB precisava apenas lutar por uma melhor posição e por novos objetivos nos programas conjuntos. E o nível estadual, em que “alianças com independência” seriam realizadas e onde as dissidências internas seriam combatidas, buscando-se uma sólida organização interna.⁴⁴

San Tiago tem uma trajetória rápida no PTB. Filiado desde 1955, é eleito deputado federal nas eleições de 1958 e, já em 1959, acumula os cargos de secretário geral da Seção de Minas Gerais e uma das quatro vice-presidências nacionais. Segundo ele mesmo, apresentando-se como candidato a vice-governador de Minas em 1960, torna-se “um dos maiores líderes do trabalhismo mineiro e nacional”.⁴⁵ São essas funções que lhe permitem uma atuação exemplar na execução do que provavelmente foi a investida eleitoral do PTB, particularmente tendo em vista as eleições de 1958 e 1960, em todo o Brasil. O caso de Minas é valioso, porque nesse estado o PTB não era um partido forte, tendo como concorrentes não só o PSD e a UDN, como também o “velho” Partido Republicano Mineiro (PRM).

Lançar bases organizacionais para o trabalhismo em Minas não era tarefa fácil. Um documento elaborado por San Tiago e intitulado *Instruções aos Dirigentes Municipais do PTB (Minas Gerais)* indica um roteiro minucioso de procedimentos, além de orientações doutrinárias imprescindíveis.⁴⁶ Um aspecto que logo se destaca no texto é a constatação de que, embora em muitos municípios e distritos o “trabalhismo” existisse e até conseguisse razoáveis resultados eleitorais, o “partido” não alcançava grau satisfatório de organização.

Tal observação chama a atenção para uma disjunção entre o trabalhismo como movimento político e como máquina partidária, observada pela literatura que estuda o PTB e atribuída à força do carisma de Vargas — sem dúvida, o principal responsável pelos votos recebidos até 1954. É sabido igualmente que Getúlio não priorizava a linha do fortalecimento partidário, mas sim uma “linha sindical” para o PTB. A própria advertência de San Tiago a Jango, no *Jornal do Comércio*, chama a atenção para o fato de que, sem Vargas, as qualidades necessárias a um presidente do PTB eram mais as de um “chefe partidário”. Ou se ja, o crescimento eleitoral do PTB, sem abandonar o tabuleiro do movimento sindical e do proselitismo dirigido aos trabalhadores, dependeria de lances planejados em outro tabuleiro — o do

44 Várias. *Jornal do Comércio*, 11-4-1958.

45 Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(43), pacotilha 2.

46 *Instruções dos Dirigentes Municipais do PTB (Minas Gerais)*, Belo Horizonte, 15-2-1959. Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(7), pacotilha 1. As citações que se seguem são deste documento.

sistema partidário —, o que colocava na ordem do dia as questões das coligações — “as alianças com independência” — e da interiorização da máquina através de diretórios municipais e distritais.

Após 1954 e visando “institucionalizar” o trabalhismo, pode-se compreender melhor o objetivo das Instruções. Embora o PTB fosse um “partido novo”, acabou por assumir “a aparência e a estrutura dos ‘partidos decoronéis’”, no que foi uma “imitação involuntária” do modelo de outros partidos. Mas tal situação precisava mudar com rapidez e, por isso, o texto vai desenhando, por oposição, um novo modelo: o de um “partido popular”.

Isso significava que todos os diretórios teriam que cumprir alguns procedimentos, enumerados e justificados passo a passo. O primeiro deles era ter uma sede — alugada ou emprestada —, mas jamais funcionar na casa de nenhum líder. A sede, despersonalizada e identificada com o partido, era indispensável como local de reuniões periódicas da Executiva e ponto de referência para o cidadão que desejasse alistar-se ou filiar-se.

Além disso, os dirigentes municipais e distritais deviam esforçar-se para receber contribuições mensais obrigatórias dos filiados. Problema complexo mas fundamental para cobrir gastos variados, com destaque para aqueles exigidos pelo alistamento eleitoral: transporte do eleitor rural, fotografias, cartório e outros. O alistamento devia ser uma atividade prioritária, permanente e tão importante, que sua execução teria que ficar a cargo de um dirigente do diretório, sendo ele até o próprio presidente. Este iria cercar-se de auxiliares que visitariam a zona rural e cuidariam dos alistados, tomando-os, quando possível, filiados. Embora o alistamento estivesse a cargo da Justiça Eleitoral, era natural que muitos cidadãos procurassem os partidos (ou fossem por eles procurados) e, no caso do PTB, toda assistência lhes devia ser prestada.

Assim como a sede do partido, o sindicato era referência para os trabalhadores da localidade, devendo os dirigentes municipais e distritais estar aí presentes, tentando trazer os operários para o partido. Locais de trabalho e de recreação deviam também ser visitados e atividades de assistência social estimuladas, principalmente quando voltadas para o trabalhador rural.⁴⁷ Tal orientação não significava que o partido procurasse absorver os sindicatos, transformando-os em “ramificações dos diretórios”. A distinção entre partido e sindicato devia permanecer clara, mas os trabalhistas precisavam lutar pelos postos de direção sindical, impedindo que caíssem em mãos de outros partidos cada vez mais atuantes.

47 Vale lembrar que em meados de 1957 um projeto de Francisco Ferrari estendendo a legislação trabalhista ao campo é rejeitado na Câmara. A proteção legal dos “direitos” do trabalhador rural e a reforma agrária são pontos tão polêmicos como o marcantes da atuação do PTB no período.

O sindicato também oferecia ao partido a possibilidade de executar atividades de caráter educacional que a vida partidária não permitia. O alistamento e a propagação das idéias trabalhistas — o nacionalismo, a reforma agrária e o tema da previdência social, com destaque — encontravam nos sindicatos um lugar de apresentação privilegiado.

Como se vê, o documento é detalhado, contendo observações, inclusive, sobre como o diretório local devia receber um visitante do PTB ou de outro partido. As Instruções também alertavam para casos de infidelidade ou de índices insatisfatórios de desempenho no alistamento ou nos resultados eleitorais. Intervenções nos diretórios, a presença de delegados especiais e a própria reestruturação organizacional, com a apuração das causas dos problemas enfrentados, também constavam das orientações.

O que mais se distingue no documento é a preocupação com um trabalho permanente, em nível municipal e distrital, de alistamento, que devia ser fiscalizado de perto pela direção regional: recomendava-se o envio de relatórios semestrais com dados e avaliações. Mesmo que não se esteja imaginando aqui que os fatos se passaram conforme o receituário proposto, o cuidado com a elaboração das Instruções e o progressivo desempenho eleitoral do PTB, com sua já atestada "interiorização" em vários estados do Brasil (inclusive no Nordeste), demonstram resultados positivos que, em parte, deviam derivar desses cuidados. Além disso, as Instruções são congruentes com a estrutura organizacional de um partido altamente oligarquizado, que excluía sistematicamente dissidentes e não socializava debates políticos de fundo. Como integrante do grupo janguista, o prestígio crescente de San Tiago em Minas fortalecia a liderança nacional do PTB num estado extremamente estratégico na vida política brasileira, pelo número de eleitores e por sua tradição histórica.

Se esse trabalho sistemático do PTB, refletido nas Instruções, dá conta de aspectos pouco examinados e valorizados quando se trata de partidos políticos no Brasil, ele complementa-se, sem dúvida, com as atividades suscitadas pelos momentos de campanha eleitoral. O exemplo da campanha à vice-governança de Minas, realizada por San Tiago em 1960, pode ser ilustrativo do planejamento e da importância crescente de novas práticas de propaganda política.

A elaboração de manifestos, em conjunto com o PSD ou isoladamente, para serem amplamente divulgados pela imprensa escrita e falada aliava-se à fundação de comitês de propaganda que, no caso, deveriam existir em 485 localidades mineiras. Muitas viagens e comícios, de vários tipos e tamanhos, eram articulados. Para tais acontecimentos elaboravam-se discursos com temas apropriados. Por exemplo: em Belo Horizonte, discursos sobre educação; em Uberaba, sobre pecuária; e em Juiz de Fora, sobre sindicalismo.

Nesses discursos, a preocupação com a menção ao nome do "inesquecível

fundador”, se possível associada a eventos programados para datas trabalhistas, como o 1º de maio. Nas excursões, era fundamental fazer visitas a sindicatos, hospitais, centros de puericultura e a bairros onde residiam trabalhadores. A idéia era marcar “um novo estilo político”, que substituísse os velhos contatos com chefias locais, sempre vinculados aos métodos empreguistas, por novas atividades associadas a reivindicações coletivas e abertas ao povo em geral e aos trabalhadores em especial.⁴⁸

É claro que esse “novo estilo” não era apenas petebista, e a UDN, sobretudo no Rio de Janeiro, com a liderança de Carlos Lacerda, mostrava seus frutos de forma irrefutável. O interessante a observar é sua extensão e adaptação a municípios do interior, como os de Minas, observando-se que tais práticas não deviam se restringir a esse estado. O estilo, de fato, também não era tão novo, mas a intensidade e o alcance da competição partidária sem dúvida o eram.

Os anos 50 destacam-se, assim, como um período estratégico para a constituição de partidos políticos no Brasil como organizações de massa, o que significa tanto um esforço organizacional interno em bases mais modernas, quanto uma atuação agressiva na área do alistamento eleitoral, ou seja, na produção de cidadãos com efetivo direito de voto.

O exemplo do PTB, mais especificamente o exemplo do PTB em Minas Gerais — estado onde este partido tradicionalmente não tinha força política e San Tiago recebera a tarefa específica de lançar bases sólidas para o trabalhismo —, é esclarecedor. É preciso não esquecer que a prática organizativa é elemento central à construção da identidade de um ator coletivo, influenciando e sendo influenciada pela dimensão simbólica por ela articulada. Dessa forma, a “renovação” do trabalhismo — o espaço que os temas das reformas e da democracia ganham nessa ideologia — complementa-se com a conformação do PTB como um “partido operário de massa”, um “partido dos trabalhadores”, como San Tiago preferia nomeá-lo.

O PTB e o golpe

Quando Getúlio Vargas se suicida em 1954, deixa ao PTB um de seus mais importantes legados: o mito de pai dos pobres e fundador do trabalhismo como ideologia e partido político.

Mas essa não era uma herança fácil de capitalizar, quer porque a conjun-

48 Alguns comentários atestam a campanha petebista de 1960 em Minas: apresentação da candidatura de San Tiago pelo PTB, escrita por ele mesmo; San Tiago Dantas em excursão política (visitas à Zona da Mata); discurso no dia 1º de maio. Todos estão no Arquivo San Tiago Dantas. Arquivo Nacional. AP 47(43), pacoilha 2.

tura política de fins dos anos 50 varia transformações importantes na dinâmica competitiva do sistema partidário, quer porque o PTB tinha grandes problemas internos, sobretudo devido à sua fraqueza organizacional. Este texto procurou refletir sobre o último aspecto e, acompanhando a trajetória de um dos mais importantes e pouco mencionados petebistas — San Tiago Dantas —, iluminar os esforços realizados e as dificuldades encontradas para tomar o PTB um grande partido brasileiro.

Nesse período, constata-se que o PTB cresce muito eleitoralmente, o que pode ser atribuído tanto a um trabalho doutrinário de ênfase em temas como o das reformas sociais, sem o abandono do nacionalismo e do sindicalismo, quanto a uma preocupação mais cotidiana com questões “menores” de caráter organizacional, mais difíceis de localizar e empolgantes de analisar. Contudo, é desse somatório que muito provavelmente advém o sucesso eleitoral do partido, complementado por sua estratégia de coligações partidárias, em especial com o PSD.

Entretanto, pode-se igualmente observar que muitos dos seus problemas ou características não foram vencidos ou modificados. Assim sendo, o exame dos diagnósticos realizados, da atuação efetuada e do fracasso colhido por San Tiago pode contribuir para um melhor entendimento do PTB pós-54.

Um primeiro ponto a destacar é a centralidade do trabalhismo como representação que o partido faz dele mesmo, o que esclarece o fato de as disputas entre lideranças pelo controle da máquina assumirem, em especial para um público externo, a feição de uma qualificação do que é ou deveria ser o “verdadeiro” trabalhismo. Tal reconhecimento significa enfatizar a permanência e a virulência dos conflitos organizacionais, mas com isso não minimizar sua forma de apresentação doutrinária.

Neste último caso, quando se acompanha a proposta de um “trabalhismo moderado”, segundo formulação de San Tiago, fica claro o quanto a questão democrática vai se impondo como o tema que abarca e subordina os demais, por definir seus conteúdos e estratégias possíveis. Para além desse fato, a complexidade do projeto de San Tiago, ao integrar um conjunto amplo de políticas públicas, mas ao se negar a dispô-las como opções binárias, denunciando assim “falsas opções ideológicas”, não ajudou em nada o entendimento e a aceitação de que necessitava. Acusado por motivos e opositores distintos e até antagonicos, o isolamento crescente de “seu trabalhismo” é um indicador da radicalização dos conflitos em inícios dos anos 60.

Um segundo ponto a destacar é o caráter processual e relacional do projeto trabalhista de San Tiago. Ou seja, o exame de sua atuação dentro do PTB a partir de meados dos anos 50 indica que os próprios contornos de “seu” projeto vão se configurando à medida que ascende dentro da estrutura organizacional do partido e confronta-se com outras lideranças e variações

de trabalhismo. Dessa forma é que vai crescendo e tomando nitidez uma estratégia de “reformas conservadoras”, centrada na realização de reformas sociais dentro da legalidade, rejeitando um discurso estatista/socialista, considerado ameaçador para as relações políticas e econômicas em nível nacional e internacional. Tal formulação vai se tornando cada vez mais “conciliadora” em termos de alianças políticas, já que passa a enfrentar oposições que se radicalizam dentro e fora do Parlamento, num momento, inclusive, em que os partidos não mais detinham o monopólio da formulação de projetos políticos para a sociedade.

O pensamento e a atuação de San Tiago são assim uma demonstração palpável de que a instauração do autoritarismo não era a única alternativa possível na conjuntura que se vivia. Ilustram também uma das poucas avaliações que advertiram para os riscos do fortalecimento da “direita” e para o seu envolvimento com os militares que, segundo ele, desde meados dos anos 50 davam mostras de uma nova politização, abandonando a postura legalista instaurada a partir dos anos 30.

As tentativas da Frente Progressista, em fins de 1963, para atrair forças de outros partidos, como o PSD e PCB, significaram um esforço derradeiro de garantir bases para uma negociação política que mantivesse Goulart e a legalidade institucional. Tais esforços, que surtiram certo efeito, como a concordância de Prestes demonstra, não se consolidaram devido às pressões acentuadas por reformas radicais conduzidas dentro e fora do PTB.

Nesse sentido, mesmo que se reconheça que não foi o reformismo crescente do PTB que respondeu por toda a radicalização política da época, alimentando os temores de militares, empresários e também de setores da população, é indiscutível que o partido teve um papel-chave nesse cenário. O diagnóstico de San Tiago acerca da existência de duas esquerdas, que agiam no Parlamento e nas ruas e se organizavam em duas frentes, é categórico. Se essas frentes em muito extrapolavam o PTB, envolvendo outros partidos e o movimento sindical, foi no PTB que encontraram seus principais líderes. Ambas apoiavam e pressionavam Jango, uma lutando pela legalidade e outra por sua ruptura. As ambigüidades de Jango espelham bem as ambigüidades e o dilaceramento do PTB. As duas frentes fracassaram, Jango caiu e a “direita”, que não se dividiu, deu o golpe de março de 1964. Em pouco mais de um ano San Tiago morreu e o PTB e todos os partidos foram extintos. Mas é quase impossível imaginar que o PTB pudesse sobreviver aos anos 60, tal como surgira em 1945.

*O difícil caminho do meio:
Estado, burguesia e industrialização no
segundo governo Vargas (1951-54)*



MARIA ANTONIETA P. LEOPOLDI



*"The great problem of America today,
Eisenhower said, is to take that straight
road down the middle", and his Secretary of Defense,
Charles Wilson, claimed "What was good for our
country was good for General Motors and vice versa."*

The Fifties, por John Updike
Newsweek 3-01-1994

Os anos 50 foram tempos de grandes mudanças no mundo ocidental. A Europa se recuperava dos efeitos econômicos da guerra, o sistema monetário era remontado a partir da hegemonia do dólar americano, e os EUA começavam a deixar para trás, com o governo republicano de Dwight C. Eisenhower, um modelo econômico mais intervencionista, criado pelo democrata Roosevelt a partir do *New Deal* e reforçado pela mobilização da guerra. A reorientação da política norte-americana para o investimento privado e para a ofensiva comercial de suas indústrias no exterior gerava a radicalização entre os que identificavam a General Motors com os EUA e os que viam na política externa dos EUA e a América Latina mais que uma relação de negócios. Este era um dos muitos dilemas que se colocavam para o presidente Eisenhower, levando-o a buscar o "caminho do meio" a que se refere o escritor John Updike.

Para o Brasil, essa década se iniciava com o retorno de Getúlio Vargas ao poder, a partir de uma campanha que propunha continuar o esforço de criação de uma infra-estrutura para o desenvolvimento econômico, diagnos-

ticado no final dos anos 40 como um dos principais impasses para o avanço industrial do país. Esta seria a base para uma nova etapa de desenvolvimento industrial, onde se integravam de forma vertical os insumos e a indústria pesada de bens de capital e onde capitais públicos puxariam a demanda que seria atendida pelo setor privado (local e estrangeiro).

O projeto industrial do governo Vargas levou os responsáveis por sua formulação a olharem para dentro e para fora do país simultaneamente. Era preciso olhar para dentro quando se tratava de reforçar o papel do Estado e das empresas públicas nos empreendimentos estratégicos da economia, enquanto o mundo capitalista procurava construir instituições e desenvolver práticas industriais e comerciais que reforçavam o setor privado, já consolidado nos países centrais. Necessário se fazia captar recursos da sociedade, criar áreas novas na burocracia para geri-los de forma ágil e isolada de pressões políticas. Era preciso criar a esperança no futuro e mobilizar as empresas a investirem e confiarem no crescimento.

De fora viriam os empréstimos públicos e privados, a tecnologia e os investimentos diretos ou indiretos para áreas consideradas prioritárias pelo governo.

Nesse quadro, como se situaria a burguesia industrial diretamente atingida pelo rápido processo de crescimento econômico? Dos vários estudos do segundo governo Vargas, os que se dedicaram a discutir a relação entre Vargas, a burocracia do Estado e os industriais, tenderam a reforçar o papel da nova burocracia técnica, como agente modernizador, em contraposição a um setor industrial que caminhava a reboque das políticas do Estado e não com ele.¹ Em outro trabalho busquei relativizar a tese defendida por esses autores, evidenciando que, a despeito do setor industrial não ser hegemônico no período de desenvolvimento industrial que vai do final da guerra a 1961, ele participou ativamente da construção dos pilares da política industrial, que são a política cambial e a tarifária.²

Outro argumento que surgiu de uma interpretação equivocada da relação entre a burguesia industrial e o governo Vargas foi o de Armando Boito Jr.

1 Refiro-me ao trabalho de Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique* (Paris, Anthropos, 1976), que realiza uma excelente análise de quatro importantes decisões (criação da Petrobrás, criação da Cia. Siderúrgica Nacional, estruturação do BNDE e implantação da indústria automobilística) e enfatiza o peso iluminista da burocracia; e ao de Nathaniel Leff, *Economic policy making and development in Brazil 1947-1964* (New York, John Wiley and Sons, 1968), que faz análises superficiais e impressionistas de algumas políticas econômicas do período, concluindo pela fragilidade dos diversos setores da burguesia brasileira (cafeicultores, industriais, exportadores) frente à burocracia do Estado.

2 Leopoldi, Maria Antonieta P. *Industrial associations and economic policy making in contemporary Brazil (1930-1961)*, University of Oxford, 1984 (PhD Thesis).

Estudando a ação da “burguesia contra o populismo” na crise de 1953/54, ele sustenta a tese de que a burguesia industrial, naquele momento crítico, atua de forma integrada contra Vargas, aliando-se a outras frações burguesas, aliança que derruba o presidente em 1954.³

Neste trabalho busco recuperar o papel da burguesia industrial e de suas associações corporativas no segundo governo Vargas e no projeto industrial que então se formulou e se implementou, criando as bases para o desenvolvimento de toda a década de 50. Analiso a aliança que existiu entre Vargas, os quadros burocráticos que planejaram a política industrial e os industriais, mostrando como o processo de aprofundamento e aceleração da industrialização no período inclui a luta dos industriais pelo protecionismo, bem como envolve uma transformação na estrutura interna das agências do Estado, que voltam a absorver a liderança desse setor, como ocorrera nos anos 30 e durante a guerra.

A eleição de Getúlio Vargas em 1950: das propostas aos planos de governo

As propostas da campanha

Lançado candidato à presidência em junho de 1950, apoiado pelo PTB e pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros (PSP), Getúlio Vargas teve um curto espaço de tempo para percorrer o país em campanha. Nos meses de agosto e setembro visitou todos os estados e as principais cidades do país, apresentando as idéias gerais do seu programa de governo.

A gestão econômica do governo Dutra foi duramente criticada por Vargas na campanha, em especial o desperdício de divisas que, acumuladas nos EUA e na Europa com a guerra, deveriam ter sido gastas com o reequipamento industrial, e não com importações de supérfluos e compras de ferrovias obsoletas e deficitárias.⁴ Retomando algumas das políticas que caracterizaram seu período anterior, mas ajustando-as agora ao contexto internacional da Guerra Fria e aos movimentos sociais internos (a campanha O Petróleo é Nosso, greves operárias nos centros industriais, movimentos camponeses), Getúlio se propôs a lutar pela independência econômica do país. Sua plataforma supunha o incentivo à produção industrial e a resolução

3 Boito Jr., Armando. *O golpe de 1954. A burguesia contra o populismo*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

4 D'Araújo, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 92-3; Almeida, Rômulo de. Política econômica do segundo governo Vargas. In Szmercsanyi, Tamas & Gianziera, R. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, Unicamp, 1986.

do problema energético, representado essencialmente pelo petróleo e pela energia elétrica. Essas propostas iriam exigir decisões concretas sobre o papel do Estado como propulsor do desenvolvimento e como empresário, bem como uma definição do lugar a ser ocupado pelas empresas estrangeiras de eletricidade e de refino e exploração do petróleo no equacionamento da questão energética.

Além de buscar a expansão da indústria de base, puxada pelas refinarias de petróleo e pelas usinas hidrelétricas, Vargas fazia referência ao desenvolvimento das indústrias interligadas à agricultura: alimentos, fertilizantes e máquinas agrícolas.

“Uma das mais apaixonantes aventuras da minha vida” foi como definiu a campanha de Getúlio Vargas o jornalista Samuel Wainer, dos Diários Associados. Acompanhando o candidato por todo o país e cobrindo sua campanha para os jornais de Assis Chateaubriand, Wainer sentiu a popularidade da figura de Vargas e antecipou sua vitória em comunicados feitos ao general Góes Monteiro — “que garantia a sustentação militar ao candidato” —, a Euvaldo Lodi, o presidente da Confederação Nacional da Indústria e um dos “grandes financiadores da campanha” e ao próprio Chateaubriand.⁵

Vargas se elegeu com quase 3.850 mil votos (cerca de 48,7%), num eleitorado que em 1950 atingia 8.254 mil votantes.⁶ Sua eleição contou também com o apoio dos candidatos que se elegeram governadores em estados politicamente estratégicos como o Rio Grande do Sul (Ernesto Dornelles, PSD), Minas Gerais (Juscelino Kubitschek, PSD) e estado do Rio (Amaral Peixoto, PSD). O PTB do Distrito Federal lhe deu irrestrito apoio e, em Pernambuco, Vargas deu e teve o apoio de João Cleofas (UDN), que contudo perdeu a chefia do estado para Agamenon Magalhães (PSD). Com o respaldo político de lideranças dessas áreas e mais do governador de São Paulo,⁷ Vargas enfrentou o pleito bastante fortalecido.

Entretanto, apesar desses apoios partidários, Getúlio procurava reforçar que não era um candidato de partidos e que fora trazido de volta à política

5 D'Araújo, Maria Celina Soares. *O segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 92-3; Almeida, Rômulo de. *Política econômica do segundo governo Vargas*. In Szynrecsanyi, Tamas & Granziera, R. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, Unicamp, 1986.

6 O segundo colocado, o brigadeiro Eduardo Gomes, apoiado pela UDN coligada ao PRP e ao PL, obteve 29,7% dos votos. O mineiro Cristiano Machado, candidato do PSD-PST e PR teve uma votação pouco significativa: 21,5%. O quarto e último candidato, João Mangabeira, teve o apoio apenas do PST, e não chegou a ter mais que 0,1% dos votos. D'Araújo, Maria Celina S. *Op.cit.*, p.75.

7 Ademarnessementodeixava o governo de São Paulo para Lucas Nogueira Garces, que ajudara a eleger pela aliança PSP-PTB, a mesma que levava Vargas ao poder.

pela “imposição popular”.⁸ Ainda que durante seu governo tenha respeitado o Congresso como uma importante agência decisória de representação partidária, Vargas não ligava a presidência e sua figura a um ou mais partidos. Essa posição suprapartidária era vista por ele como um trunfo para conciliar e montar acordos. Dessa forma ele buscava encontrar, na conciliação interpartidária, o *caminho do meio* que viabilizaria a arrancada desenvolvimentista a que se propunha.

No governo: o projeto de industrialização vertical

Vargas via dois caminhos nas relações econômicas internacionais do Brasil. De um lado, a aliança com os EUA, dos quais pretendia obter empréstimos públicos e colaboração técnica para a industrialização brasileira. Sabia também que iria depender do fornecimento externo de petróleo para incrementar a produção interna de derivados, e de equipamentos e créditos para os projetos de infra-estrutura. O presidente mostrava-se aberto à vinda de empresas estrangeiras interessadas em instalar empreendimentos locais nas áreas priorizadas por seu governo.

Por outro lado, reconhecia a necessidade de voltar-se para a Europa, buscando nela créditos, assistência técnica e trocas comerciais.

Não havia portanto um projeto autárquico, anti-Estados Unidos, na proposta inicial de Getúlio Vargas. O salto para a integração vertical da industrialização, se representava menor dependência da importação de certos produtos, significava também a necessidade de importar novos insumos e equipamentos. O que se colocava claramente, desde a campanha, era que o Brasil devia diversificar suas relações econômicas e comerciais com os EUA e a Europa.

Vargas concentrou os projetos de industrialização de seu governo em duas áreas: a Assessoria Econômica e o Ministério da Fazenda.

Ao assumir o governo, formou um grupo de assessores técnicos para desempenhar simultaneamente as funções de uma secretaria informal de planejamento e de assessoria ao gabinete nas questões do dia-a-dia do presidente. Inicialmente recrutou para a Assessoria Econômica Rômulo de Almeida, que montou o restante da equipe. Ela era constituída por técnicos especializados em planejamento e política industrial (como Rômulo) e em energia elétrica e política mineral (como Jesus Soares Pereira e João Neiva Figueiredo). Em geral, provinham de outras áreas do serviço público, tendo aí entrado através de concurso do Departamento de Administração e Serviço Público (Dasp), e haviam tido experiência prévia de assessoria em organis-

8 D'Araújo, Maria Celina S. Op.cit., p. 83-6.

mos como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o Conselho Federal de Comércio Exterior e o Conselho Nacional do Petróleo. Rômulo de Almeida fora também assessor de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi no Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria (CNI) entre 1946 e 1950, tendo formulado com eles um projeto de industrialização para os pós-guerra que previa o tratamento da questão energética, tarifária e o reequipamento industrial. As verbas da Assessoria Econômica eram tão reduzidas que a CNI complementava de início o salário de Rômulo de Almeida, ainda que ele já tivesse se afastado do Departamento Econômico.⁹ Esse fato evidencia a proximidade entre o presidente e os industriais, o que viabilizou a formação de uma aliança getulista: o principal assessor de Vargas vinha da CNI; seu ministro da Fazenda, Horácio Lafer, e o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet, eram industriais paulistas; e o presidente da CNI, Euvaldo Lodi, era deputado federal pelo PSD mineiro e tinha livre trânsito no gabinete presidencial.

Compunham também a Assessoria Econômica Inácio Rangel, Pompeu Aciolly Borges, Ottolmy Strauch e Saldanha da Gama. Essa era a equipe fixa, mas ela contava também com grupos técnicos eventuais, recrutados de agências governamentais conforme a necessidade de informações. Como colaborador "voluntário" (nas palavras de Rômulo de Almeida), o organismo dispunha da ajuda do comandante Lúcio Meira, subchefe da Casa Militar. Vários dos trabalhos desse organismo eram também compartilhados por Cleantho de Paiva Leite.¹⁰

Um traço característico desses técnicos era a orientação nacionalista não-ortodoxa, que lhes permitia abrir lugar para a participação controlada do capital estrangeiro em empreendimentos como a Petrobrás. Eram também assessores leais ao presidente.

Coube à Assessoria Econômica formular os projetos de criação da Petrobrás e da Eletrobrás, bem como prover os recursos que alimentariam essas empresas. Dessa forma, para cada projeto seguia-se uma proposta de pequena reforma fiscal, para provimento de capital àquela área. Como as políticas do petróleo e da energia elétrica culminaram na criação de empresas públicas, pode-se dizer que, além de planejar, a Assessoria realizou, sem grande alarde, uma reforma administrativa e fiscal pela via incrementalista,

9 Almeida, Rômulo de. Prefácio. In: Pereira, Jesus Soares. *Petróleo, energia elétrica e siderurgia. Depoimento a Medeiros Lima*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Almeida, Rômulo de. *Política econômica do segundo governo Vargas*. In: Szmezcanyi, Tamas & Granziera, R. Op. cit.; e entrevista da autora com Jaci Magalhães, 1981/82.

10 Sobre a Assessoria Econômica, além dos depoimentos de Rômulo de Almeida ao CPDOC (1980) e de seus artigos citados na nota anterior, veja análise de Maria Celina S. D'Araújo, op. cit., p. 134-8.

sem ter de recorrer a medidas que gerariam rupturas no interior do Estado. Os primeiros projetos interligando as políticas energéticas com a indústria de equipamentos pesados surgiram ali, sendo depois transferidos para a Comissão de Desenvolvimento Industrial, no Ministério da Fazenda. A sugestão da criação da CDI proveio da assessoria que, sobrecarregada com a elaboração dos projetos do petróleo e o aconselhamento cotidiano à Presidência, optou por descentralizar tarefas de planejamento, passando-as para o ministro Horácio Lafer. Também nela foram formulados o Plano Nacional do Carvão, o Banco do Nordeste e uma série de projetos na área agrícola.

No Ministério da Fazenda foram criadas duas agências para elaborar planos e projetos voltados para a industrialização e a infra-estrutura energética: a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a Comissão de Desenvolvimento Industrial.

A *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* (CMBEU) se estabeleceu a partir de um acordo entre os governos Dutra e Truman em 1950, visando, do lado brasileiro, a obtenção de assistência técnica a projetos que trariam recursos para o reequipamento econômico brasileiro e, do lado norte-americano, a obtenção de matérias-primas estratégicas brasileiras. Ao se instalar em julho de 1951, a partir de novas negociações entre o ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, João Neves da Fontoura, a CMBEU já contava com a garantia do Banco Mundial e do Eximbank de concessão de crédito aos projetos formulados, até o valor de US\$250 milhões.¹¹ Estabelecida na esfera do Ministério da Fazenda, a Comissão Mista produziu trabalhos que passaram a compor o que o ministro Lafer denominou *Plano de Reaparelhamento Econômico*, um plano quinquenal formado pelos projetos já elaborados e parcialmente financiados com recursos do Banco Mundial e do Eximbank. Lafer superestimou os valores negociados nos EUA com as agências financiadoras, os quais, de US\$250 milhões, passaram, no seu plano quinquenal, para US\$500 milhões. Para prover a contrapartida brasileira para esses empréstimos, o ministro recorreu ao Congresso, solicitando-lhe a aprovação de um fundo no valor de Cr\$10 bilhões para os cinco anos de vigência do plano.¹² Foi assim que o ministro

11 Do lado norte-americano, a comissão era encabeçada por um funcionário do Departamento de Estado dos EUA, Burke Knapp. O setor brasileiro ficou sob a gestão de Ary Torres. De lá faziam parte diplomatas do Itamaraty, e dentre os seus conselheiros estavam Valentim Bouças, Roberto Campos, Glycon de Paiva e Lucas Lopes. Os trabalhos que discutem a CMBEU são: Malan, Pedro et alii. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939-1952)*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1977; Martins, Luciano. *Pouvoir et développement économique*. Op. cit., cap. 7; e D'Araújo, Maria Celina S. Op.cit., cap.6.

12 A explicação de Luciano Martins para essa atitude do ministro Lafer, supervalorizando os

da Fazenda constituiu o *Fundo de Reaparelhamento Econômico* (Lei n. 1.474 de 26-11-1951) a partir de um adicional de 15% no imposto de renda. Para gerir esse fundo, bem como os recursos advindos dos empréstimos externos, Horácio Lafer propôs ao Congresso a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Graças à habilidade de negociação política do ministro da Fazenda no Congresso, o projeto de criação do BNDE foi aprovado em três meses.¹³

Dos trabalhos da comissão mista ficaram 42 projetos que orçaram US\$387,3 milhões (valor dos créditos solicitados pela CMBEU ao Banco Mundial e ao Eximbank) e Cr\$14,3 bilhões (valor da contrapartida brasileira nos projetos). No encerramento de seus trabalhos, em dezembro de 1953, os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e pelo Eximbank chegavam a US\$162,1 milhões, com a contrapartida brasileira de Cr\$4,9 bilhões. Em sua maioria os projetos que obtiveram financiamento ligavam-se ao reaparelhamento de ferrovias e à área de energia elétrica.¹⁴

O Banco Mundial forneceu créditos ao Brasil no valor de US\$104 milhões entre 1951 e 1954. No período 1949-54 o Brasil recebeu dessa instituição créditos no valor de US\$194 milhões, dos quais, somente à Light coube US\$105 milhões.¹⁵

Embora os recursos do Banco Mundial e do Eximbank tenham ficado aquém do que o Plano Lafer propunha, esse plano serviu para promover a captação de recursos internos específicos para os programas do governo. Nesse sentido, o esforço de Lafer e da CMBEU em atenderem às exigências do Banco Mundial para a obtenção dos empréstimos terminou gerando uma equipe técnica, um banco de desenvolvimento e uma reforma fiscal que viabilizaram financeiramente, de forma definitiva, os projetos do BNDE —

empréstimos, é de que ele tinha que convencer o Congresso a votar o Fundo de Reaparelhamento Econômico, sob pena de não receber os recursos dos EUA. Assim, apresentando cifras de grande porte, ele podia legitimar uma contrapartida alta, como a que solicitava (op.cit., p. 381).

- 13 O BNDE foi criado pela Lei n. 1.626, de 20-6-1952. Situado na jurisdição do Ministério da Fazenda, era um banco independente, cabendo-lhe a elaboração de projetos para a obtenção de financiamentos, o recebimento e a administração dos recursos provenientes do exterior e do Fundo de Reaparelhamento Econômico. Outras formas de captação de recursos foram sendo criadas para aumentar a receita do banco. Os setores prioritários em que passou a atuar foram reequipamento de portos, ferrovias, projetos de expansão de energia hidrelétrica e siderurgia. Nos anos 50 o BNDE ficou conhecido como o banco do aço e da eletricidade.
- 14 *Relato de encerramento dos trabalhos da comissão Mista, 30-12-1953* (Arquivo Osvaldo Aranha/CPDOC), reproduzido in: Novaes e Cruz, Adelina et alii. *Impasse na democracia brasileira 1951-1955: coletânea de documentos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983. p. 109-12.

- 15 Mason, Edward, & Asher, R. *The World Bank since Bretton Woods*, Washington, The Brookings Institution, 1973. p. 657.

impacto bastante significativo na estrutura institucional do governo Vargas e dos que o seguiram.

No final de 1953, a CMBEU é dissolvida, em virtude do desinteresse do novo presidente dos EUA, Dwight Eisenhower, nesse tipo de colaboração técnica, envolvendo recursos públicos, em lugar de investimentos privados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico seguiu cumprindo a função dessa comissão, estudando projetos nas áreas de infra-estrutura energética, de transportes e siderurgia, bem como intermediando os financiamentos externos e internos (dos fundos de reaparelhamento econômico e de eletrificação). Muitos dos técnicos da comissão mista passaram a participar dos quadros técnicos do BNDE, em especial Lucas Lopes e Roberto Campos.

O outro braço planejador do Ministério da Fazenda era a *Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI)*, criada em julho de 1951 para planejar uma política abrangente de desenvolvimento industrial, ao lado de projetos específicos de criação e expansão de setores da indústria. Compunha-se de representantes de vários ministérios e órgãos do governo, havendo sempre na comissão ou nas subcomissões em que se desdobrava dois representantes indicados pelas entidades da indústria. Ela traçou uma política protecionista para atrair indústrias (locais ou estrangeiras) em áreas estratégicas, oferecendo isenção de tarifas de importação sobre insumos e bens de capital, subsídio cambial, prioridade para remessa de lucros e reserva de mercado. Participaram das reuniões da CDI ou de suas subcomissões específicas vários industriais: Euvaldo Lodi, presidente da CNI, Luis Dumont Villares (setor da indústria siderúrgica e metalúrgica), Jorge Rezende (indústria de máquinas), Mariano Marcondes Ferraz (indústria de material ferroviário), Ricardo Jafet. Nela tinham assento também militares com ligações com o setor industrial: Edmundo Macedo Soares (siderurgia), Lúcio Meira, Carlos Berenhauser Júnior e Joelmir Campos do Araripe Macedo (*Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis*). Um terceiro segmento participava ainda da CDI: os tecno-empresários (gerentes de grandes empresas, em geral estrangeiras, consultores técnicos e assessores do governo em vários outros organismos). Dentre estes últimos estavam Augusto Frederico Schmidt, Ary Torres e Luiz Simões Lopes.

A CDI formulou um Plano Geral de Industrialização (maio de 1952) no qual estabeleceu áreas prioritárias a serem atendidas pelo governo: energia (refino do petróleo, indústria de equipamentos para prospecção e refino, e material elétrico pesado), metalurgia (produção de ligas metálicas e seu processamento em bens de consumo e bens de produção), indústrias químicas (insumos industriais, adubos, fibras artificiais e matérias plásticas, produtos farmacêuticos, celulose e papel), indústria da borracha e indústria

de alimentos.¹⁶ Foi o único órgão com caráter neocorporativo dentre os três braços planejadores do governo Vargas. Com ela se retomava uma estratégia de articulação entre burguesia industrial e Estado que já existira no Conselho Federal do Comércio Exterior ou no Conselho de Política Industrial ou Comercial. Só que agora esses organismos passavam a existir na democracia, convivendo com o Congresso e os partidos políticos. Industriais, militares, técnicos de várias agências do governo e empresários de outros setores decidiam juntos os projetos industriais específicos e construíam paralelamente um projeto abrangente de industrialização, que acabou por se cumprir no decorrer dos anos 50 (ainda que não necessariamente na ordem de prioridades estabelecida pela CDI).

Euvaldo Lodi viu na criação da CDI uma nova etapa nas relações entre indústria e governo. O “divórcio” entre o ágil ritmo de transformação da economia industrial e o lento processo de transformação das agências decisórias começava a se resolver, afirmou ele na inauguração da comissão. O presidente fora capaz de perceber esse “divórcio” e estava promovendo o ajuste entre os organismos do Estado e os empresários diretamente envolvidos na tarefa da industrialização.¹⁷

Dois organismos neocorporativos foram criados a partir dos estudos da CDI: a Comissão Executiva da Indústria Automobilística e a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico.

A Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, criada em 1952, deu lugar em 1954 comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (Ceima). Ela foi coordenada desde o início por Lúcio Meira e estimulou o desenvolvimento da já existente indústria de autopeças, trazendo para o Brasil fábricas de tratores, caminhões e automóveis, num sistema inicial de montagem, seguido de progressiva fabricação local. O projeto de implementação da indústria de veículos da CDI previa três estágios progressivos: a) consolidação da indústria de autopeças e acessórios para veículos combinada com o incentivo à expansão dos insumos para o setor (em especial aço laminado); b) desenvolvimento da indústria de caminhões e tratores e c) implantação da indústria de automóveis.¹⁸

A despeito da crise política de meados de 1954, os trabalhos da CDI

16 “Plano geral de industrialização do país” in: Draibe, Sonia. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 237-9.

17 Lodi, Euvaldo. *Aspectos técnicos e econômicos do desenvolvimento industrial*. Rio de Janeiro, 1951.

18 CDI Parecer da Subcomissão de Fabricação de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis sobre o fomento da produção, no país, de peças e acessórios de veículos automotores. In Almeida, José de. *A implantação da indústria automobilística no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972, p. 13-6.

continuaram e em ritmo acelerado. Nessa ocasião a Fiesp referiu-se à recepção favorável da recém-criada Comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (Ceima) em São Paulo, a qual “abriria novas perspectivas para os brasileiros que sonhavam e desejavam uma independência econômica para o país em todos os setores da indústria manufatureira”.¹⁹ Esta atitude da federação paulista mostra que, apesar dos conflitos que nesse momento a burguesia industrial mantinha com algumas áreas do governo em questões como greves e aumento salarial, a aliança entre empresariado industrial e Estado visando a aceleração do desenvolvimento industrial ainda existia.²⁰

Os entendimentos da subcomissão e da Ceima com várias firmas estrangeiras resultaram em acordos de montagem e fabricação, como os da Fábrica Nacional de Motores com a Alfa-Romeo, para montagem de caminhões com nacionalização progressiva da produção. No mesmo ano do acordo (1952), o Brasil já montava na FNM mil caminhões, dobrando a produção em 1955, quando produziu 2.420 caminhões, dos quais 60% do peso do veículo correspondiam a produtos locais. Em 1953 a FNM se associou a um consórcio italiano encabeçado pela Fiat para a produção de tratores.²¹ Os entendimentos para a criação da indústria de automóveis e outros veículos eram intensos: Mercedes-Benz e Berliet manifestaram interesse no mercado brasileiro, enquanto que a Volkswagen comprou terreno para a instalação de sua fábrica de automóveis durante o governo Vargas. As seis empresas de montagem de veículos existentes no país foram convidadas a montarem fábricas de automóveis. A General Motors e a Ford, que dominavam o mercado brasileiro, se recusaram a colaborar com a subcomissão e organizaram um *lobby* contrário ao esforço de implantação da indústria de veículos no país: a Associação das Montadoras de Veículos e Automóveis Particulares (ANMVAP). Havia portanto uma cisão entre os industriais que acrédi-

19 Fiesp-Ciesp. *Boletim Informativo*, 26-07-1954.

20 Algumas análises reforçam a crise em torno do aumento do salário mínimo em 1954 como crucial para explicar a ruptura da burguesia industrial com o governo. Pela posição da Fiesp na questão da Ceima, pode-se ver que apesar de os industriais estarem irritados com várias das políticas do governo Vargas, não viam nesse atrito razão para abrir mão dos ganhos que estavam tendo com o protecionismo governamental e o rápido crescimento da indústria no período. Para as análises que reforçam a tese de ruptura, ver Skidmore, Thomas. *Brasil de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Saga, 1969, p. 134-6; e Boito Jr., Arnando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. Op. cit.

21 Hilton, Stanley. The armed forces and the industrialists in modern Brazil: the drive for military autonomy (1889-1954). In *Hispanic American Historical Review*, 62(4): p. 669, 1982 e Faro, Clovis de; & Silva, Salomão Quadros da. A década de 50 e o Programa de Metas. In: Gomes, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. p. 47.

tavam nesse projeto e estavam se beneficiando dele (empresários do setor siderúrgico, de material elétrico leve e de autopeças e acessórios) e os que se ligavam às companhias montadoras estrangeiras (que importavam todo o material, apenas efetuando no país a montagem do veículo).

Os industriais contavam com fortes aliados fora da CDI: os militares estavam interessados na produção dos jipes, caminhões e peças para veículos para uso das forças armadas e agiam como uma força de apoio. Evidência desse fato é a presença de dois militares nessa subcomissão (Lúcio Meira e Araripe Macedo). Boa parte do sucesso da implantação da indústria de veículos no país no período Kubitschek adveio dos trabalhos desenvolvidos na Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis e na Ceima durante o governo Vargas.

A CDI também incentivou a produção de vagões e locomotivas, buscando trazer para o país a empresa alemã Krupp, que se propôs a fabricar locomotivas em São Paulo.

Reconhecendo o setor de material elétrico pesado como o de maior prioridade em virtude dos projetos na área da energia elétrica, a CDI propôs a formação da Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico, que se instalou em abril de 1952 e foi coordenada pelo militar Carlos Berenhauer Júnior. Dentre os objetivos desse organismo estava a substituição das importações na proporção de 50% em 10 anos. Projetos para o desenvolvimento da produção de turbinas para as usinas hidrelétricas ganharam prioridade junto à comissão. Para atrair empresários locais e estrangeiros para esse setor, a comissão executiva formulou uma política de incentivo (viabilizada através do Decreto nº 31.926, de janeiro de 1953), que oferecia facilidades como: prioridade na remessa de lucro e *royalties*, crédito, reserva de mercado, encomenda preferencial do governo, prioridade na importação de equipamentos e matéria-prima. Ela se antecipava também à Instrução nº 113 da Sumoc, ao estabelecer que os empreendimentos no setor elétrico pesado que trouxessem equipamentos do exterior sem gastos de divisas contariam o valor do equipamento como investimento de capital na indústria.²²

As mensagens programáticas

O governo Vargas não contou com um projeto de governo, como o Plano Salte de Dutra ou o de Metas de JK, mas as diretrizes básicas do seu governo estão nas mensagens que ele apresentava anualmente ao Congresso e ao país, enumerando as realizações de sua política industrial e anunciando as novas

22 *Relatório de 1952 da CDI*, documento do Arquivo Osvaldo Aranha/CPDOC, reproduzido in: Novaes e Cruz, Adelina. Op.cit., p. 173-84; e Hilton, Stanley. Op.cit.

propostas. As mensagens alimentavam os planos das três agências planejadoras e eram alimentadas por elas.²³

Nelas aparecem as propostas de resolução da questão energética (petróleo e eletricidade), da expansão da siderurgia, do reequipamento do setor de transportes (trens, navios, portos) e da relação destas medidas precedentes com a indústria de equipamentos e de bens de capital. As mensagens buscavam também justificar a necessidade de optar pelo envolvimento do Estado em setores essenciais, na qualidade de empresário. Os projetos de desenvolvimento da infra-estrutura eram ambiciosos. Não visavam o suprimento da demanda não atendida, mas se propunham a alargar a oferta antecipando-se à demanda e criando condições para um contínuo crescimento industrial. Estimulariam sobretudo o crescimento da indústria de base, considerada o setor prioritário a ser propulsionado paralelamente aos projetos do petróleo, da eletricidade e dos transportes.

Na área siderúrgica, as mensagens anunciavam a duplicação da capacidade de produção da Companhia Vale do Rio Doce, a expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, o estímulo às empresas privadas de aço especiais e o incentivo à instalação da Usina Siderúrgica alemã Mannesmann, que Vargas chegou a inaugurar pouco antes de sua morte, em agosto de 1954. Durante seu governo, foram também incentivadas duas outras grandes siderúrgicas: a Acesita (pertencente ao Banco do Brasil) e a Belgo-Mineira.

A produção de laminados de aço passa, através dessa política de expansão da siderurgia, de 572 mil toneladas em 1950 para 1 milhão em 1956, quase chegando a suprir toda a demanda do país.²⁴ O investimento aplicado nos estabelecimentos novos ou já existentes faz com que a produção de aço dobre entre 1955 e 1960, passando de 1,2 para 2,2 toneladas, levando o país em 1963 à quase auto-suficiência no suprimento do aço (90% do consumo total). No período 1947-55 a indústria de aço superou o crescimento do setor industrial, aumentando 14,5% ao ano, enquanto a produção industrial crescia a 9%.²⁵

Na área da indústria química, as mensagens de Vargas anunciavam que o governo daria atenção especial à produção de insumos industriais desse

23 Para uma análise das mensagens de Getúlio Vargas como programas de governo, ver Draibe, Sonia. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

24 O consumo aparente de laminado de aço em 1955 correspondeu a 1,2 milhão de toneladas; nesse ano o país produziu quase 1 milhão de toneladas. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica/Epca. *Diagnóstico preliminar. Desenvolvimento industrial: siderurgia e metais não-ferrosos*. 1966, p. 34.

25 Baer, Werner. *The development of Brazilian steel industry*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1969.

setor, aos derivados do petróleo e aos produtos farmacêuticos. Todo esforço foi feito para a implantação da Companhia Nacional de Álcalis em Cabo Frio e para isso o governo negociou créditos na França e usou recursos do BNDE. A companhia, entretanto, só foi inaugurada em 1960. Várias companhias estrangeiras que atuavam na área química receberam incentivos cambiais e fiscais para se instalarem no país. Dentre elas o presidente citava as companhias de fertilizantes, que estavam se instalando em São Paulo. O aumento da capacidade de refino do petróleo foi rápido após a instalação da Petrobrás. Ao final de 1955 o país já processava 100 mil barris por dia de derivados nas refinarias do Estado e em particulares, e por essa época a refinaria de Cubatão entrava em operação, processando, sozinha, 45 mil barris por dia.²⁶

A política de transportes do governo Vargas, presente nas suas mensagens, envolvia:

- a) o reequipamento do sistema de transportes: marítimo-fluviais (reaparelhamento de portos, dragagens de rios), ferroviários (eletrificação de ferrovias e renovação do equipamento; produção de vagões, locomotivas e material ferroviário); pavimentação de rodovias.
- b) construção naval (expansão e reequipamento do Arsenal da Marinha e do Estaleiro Lage, no Rio de Janeiro).
- c) implantação da indústria de veículos (jipes, tratores, caminhões, ônibus e automóveis).
- d) aviação (montagem de aviões pela Aeronáutica, a partir da importação das partes e com o desenvolvimento progressivo da fabricação de aviões para treinamento militar e de helicópteros; criação de tecnologia de aviação, a qual deu lugar ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que entrou em funcionamento em 1953 em São José dos Campos, SP).

As indústrias puxadas pelo desenvolvimento do setor transporte seriam: bens de capital (guindastes, material ferroviário, material naval), material elétrico, cimento e asfalto, indústria química, laminação de metais e metalurgia. Na área do cimento, cinco novas fábricas, inclusive uma em Volta Redonda, foram construídas no governo Vargas. Com a duplicação da produção do cimento, de 1950 para 1954, o país caminhou para a substituição completa da importação desse produto, a qual se deu em 1957/58.

A produção do alumínio cresceu rapidamente no período, passando de 400 toneladas em 1951 para 6.300 t. em 1956 (27% do consumo brasileiro

26 Faro, Clovis de. & Silva, Salomão Quadros da. Op.cit.

no ano). A Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Ermírio de Moraes, inicia a produção de alumínio em Sorocaba, São Paulo, em 1954.²⁷

As mensagens mostravam de forma latente a colaboração entre os militares e a indústria civil nesse esforço de industrialização. A indústria de armamentos se beneficiava com as metas de industrialização do governo Vargas, assim como a indústria naval e a aviação, dominadas pelas forças armadas. Os militares tinham assento na Comissão de Desenvolvimento Industrial, na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e na Assessoria Econômica (a colaboração “voluntária” do chefe da Casa Militar de Vargas, Lúcio Meira). Inversamente, os industriais eram chamados à Escola Superior de Guerra e a outros organismos militares para discutir formas de atuarem juntos no desenvolvimento industrial. A Marinha criou um escritório em São Paulo para compras de material da indústria paulista e negociações sobre empreendimentos conjuntos. Foi por pressão dos militares, interessados em produzir binóculos no país, que o setor de instrumentos óticos foi considerado prioritário pela CDI.

Em 1954 Vargas afirmava em sua mensagem ao Congresso que os industriais haviam recebido mais de Cr\$ 56 milhões no ano anterior para atender a contratos militares. O papel do setor privado na defesa nacional aumentou no período Vargas. Além dos contratos, os militares faziam a intermediação com outros organismos do governo para a obtenção de empréstimos, isenções fiscais e assistência técnica para as indústrias privadas.²⁸

Papel do capital estrangeiro

Os projetos da Assessoria Econômica tinham um tom nacionalista pragmático. Se de um lado chegavam a pecar por um voluntarismo iluminista, colocando o Estado como criador da indústria e dos industriais, por outro, no que concerne ao capital estrangeiro, reconheciam a necessidade de incentivar a vinda de investimentos externos para setores considerados prioritários pelo governo, e propunham-se a cercar as companhias estrangeiras que se instalassem no país de incentivos e reserva de mercado. Essa era também a posição da Comissão de Desenvolvimento Industrial.

A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, pela própria presença da missão técnica norte-americana, tendia não só a favorecer o capital estrangeiro, como, de forma muito clara, a estimular os empreendimentos que envolvessem capitais e tecnologia norte-americanos. Por essa razão, e para

27 Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica/Epea. *Diagnóstico setorial. Siderurgia e metais não-ferrosos*. Brasília, 1966, p. 95-7.

28 Hilton, Stanley. Op. cit.

contrabalançar a tendência pró-EUA da CMBEU, a assessoria foi buscar na Europa os capitais industriais e financeiros para desenvolver a indústria automobilística, de locomotivas e de tratores entre outros setores.

O decreto-lei que controlou a remessa de lucros, de 3 de janeiro de 1952, a despeito do impacto que causou no Departamento de Estado norte-americano e no Banco Mundial, terminou constituindo-se em letra morta, uma vez que o ministro Lafer se esforçou para que ele não fosse posto em prática em 1952 e anulou-o com a aprovação no Congresso, da Lei do Câmbio Livre, em janeiro de 1953. A medida de controle dos lucros remetidos ao exterior ligou-se a uma postura do industrial “nacionalista” Ricardo Jafet, que presidia o Banco do Brasil, e buscava responder ao impacto causado pela saída de divisas entre 1950 e 1951, num momento em que o país enfrentava uma enorme escassez de divisas para importar. Entre 1946 e 1952 as remessas enviadas ao exterior somaram US\$500 milhões; desses, 60% haviam deixado o país no biênio 1950/51.²⁹

O representante comercial do Reino Unido no Brasil concluía, num relatório em 1953, que não encontrava hostilidade do governo brasileiro quanto aos investimentos estrangeiros na indústria, mas que este estabelecia prioridades para alguns setores considerados essenciais ao desenvolvimento do país. Afirmava que o governo estava implementando “com firmeza” uma política industrial e que iria excluir da sua pauta de importações alguns produtos que a indústria local começava a fabricar. O relatório aconselhava os industriais a transferirem suas fábricas para esse país ou estabelecerem acordos de assistência técnica e uso de patentes com indústrias brasileiras. A alternativa para esses exportadores seria produzir no Brasil ou perder um mercado em expansão. Alertava também para o fato de que várias indústrias estrangeiras estavam seguindo esse caminho e se instalando no Brasil.³⁰

O salto industrial do segundo governo Vargas

Os industriais e a política do petróleo

Quando Getúlio Vargas chega à presidência, a questão do petróleo havia

29 O Decreto-lei n. 30.363, de 3-01-1952, restabelecia os percentuais de 8% para a remessa de lucros ou dividendos e de 20% para retorno de capital estrangeiro ingresso no país. Entrevista de Ricardo Jafet, para o Arquivo Getúlio Vargas/CPDOC, reproduzido in: Novaes e Cruz, Adelina et alii. Op. cit., p. 114-8. Para os dados das remessas ao exterior, ver Malan, Pedro et alii. *Política econômica e industrialização no Brasil, 1939-1952*. Rio de Janeiro, Ipea-Inpes, 1977, p. 188.

30 Godfrey, Walter. *Brazil 1953*. London, Board of Trade, Commercial Relations and Exports Department, 1954, p. 41-2 (Overseas Economic Surveys).

assumido tal magnitude na vida política e econômica brasileira que dificilmente poderia ser ignorada.

Havia então uma demanda crescente do produto e seus derivados, que fazia com que esse item já ocupasse o primeiro lugar na pauta dos produtos importados. Na mensagem que encaminhou o projeto de lei de criação da Petrobrás, eram apresentados os dados que mostravam a impossibilidade de o país continuar a depender das importações de petróleo: estas, que representavam, em 1939, 7% do total das importações (por valor) chegavam em 1950 a 11,3%. O consumo do petróleo, por sua vez, crescera 6,4% ao ano na década de 1931-40, saltando para 11,9% ao ano entre 1941-50. No quinquênio 1946-50 o consumo havia aumentado 19,5% ao ano, e apenas em 1949/50 crescera 22,3%.³¹ Além disso, o número de veículos importados tendia a crescer (somente em 1951 chegara a 100 mil), o que gerava um incremento na demanda de derivados. Crescia também o consumo de combustível líquido por parte das indústrias, das ferrovias e dos veículos de carga que trafegavam pelas estradas.

Em 1951, quando começa o segundo governo Vargas, havia em funcionamento três refinarias de grupos nacionais, produzindo anualmente 19 milhões de litros de produtos derivados do petróleo.³² Achavam-se em construção duas refinarias particulares, com capacidade prevista de produção de 30 mil barris de óleo cru por dia. O governo já contava com a refinaria de Mataripe, que entrara em funcionamento em 1951, e estava construindo uma segunda em Cubatão, a qual entrou em operação em 1955.³³ O governo também já entrara no setor de transporte: dispunha de navios petroleiros, comprados no governo Dutra, e em 1952 ficaria pronto o oleoduto ligando o porto de Santos a Cubatão e São Paulo.

O *locus* da formulação dessa política, desde o início do governo Vargas, centrou-se na Presidência — em especial na figura de Getúlio Vargas e de um grupo de técnicos da Assessoria Econômica.

Ao preparar o projeto de criação da Petrobrás, a Assessoria Econômica

31 Vargas, Getúlio. *A política nacionalista do petróleo no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, p. 81-100.

32 Duas dessas refinarias ficavam no Rio Grande do Sul e uma em São Paulo. Godfrey, W. *Brazil 1953*. Op. cit., p. 82.

33 O processo de concessão de licença para o financiamento das refinarias privadas começou a ter encaminhamento em 1945. Em São Paulo iniciaram-se então os esforços, pelo grupo Soares Sampaio, para a viabilização da refinaria de Capuava. No Rio de Janeiro, o banqueiro Druault Emani, associado a Peixoto de Castro, buscou criar a refinaria de Manguinhos. Dificuldades na obtenção de recusos para a importação de equipamento e de fornecedores de petróleo retardaram a construção dessas empresas. Elas só iniciaram suas operações em 1954, depois de autorizadas pelo Conselho de Segurança Nacional em 1949 e financiadas pelo Banco do Brasil. Pereira, Jesus Soares. Op. cit., p. 86-100, e Smith, Peter. Op. cit., cap. 3.

tinha bem claros os seus objetivos finais: buscava formular uma política do petróleo, que seria conduzida pelo Estado, e tratava de criar uma empresa que entrasse em funcionamento ainda no governo Vargas.³⁴ A prudência contudo aconselhava que os assessores mantivessem esses objetivos como diretriz interna, sem divulgá-la à opinião pública e aos políticos.

A convicção de que o Estado deveria ser o gestor da questão petrolífera vinha das diversas tentativas anteriores de convencer empresas nacionais e estrangeiras a se lançarem na prospecção e exploração do petróleo dentro de regras estabelecidas pelo Estado. As companhias estrangeiras só manifestavam interesse em concessões de grandes áreas, por tempo quase ilimitado, como se dera em outros países da América Latina, enquanto que as empresas locais não dispunham de recursos para tão grande empreendimento, nem conseguiam obtê-los no exterior, por pressão das refinarias estrangeiras. A assessoria tinha como exemplo as dificuldades para a construção das refinarias de Manguinhos e Capuava.

A estratégia usada pela assessoria para levar em frente o projeto da Petrobrás foi preparar dois projetos de lei, enviados em tempos diferentes ao Congresso. Trabalhando com a maior discrição e evitando provocar controvérsia em torno de um assunto já tornado polêmico pela campanha do O Petróleo é Nosso, os técnicos da Presidência tentavam conseguir a aprovação da Petrobrás pelo Congresso, de modo a viabilizá-la ainda no governo Vargas.

Inicialmente tratou-se do projeto que buscava criar os recursos internos para a montagem e o funcionamento da Petrobrás. Enviou-se ao Legislativo um substitutivo do projeto anterior, estabelecendo a cobrança do imposto único sobre derivados do petróleo. Originalmente este imposto era usado integralmente no programa rodoviário. O substitutivo modificou a alocação desse tributo: 25% seriam agora atrelados ao programa nacional do petróleo, coordenado pelo CNP (Conselho Nacional do Petróleo), enquanto que os 75% restantes seriam destinados às rodovias. Como esperava a assessoria, o projeto tramitou de forma relativamente tranqüila pelo Congresso, transformando-se na Lei nº 1.749, de novembro de 1952. Entrando em exercício já em 1953, esse imposto propiciou recursos fundamentais para a Petrobrás, antes mesmo que ela fosse criada. Posteriormente, novos tributos foram criados como fonte de recursos para a Petrobrás: impostos aduaneiros sobre veículos importados e um novo imposto sobre o licenciamento de qualquer

34 Pereira, Jesus Soares. Op. cit.; Almeida, Rômulo de. Política econômica do segundo governo Vargas. In: Szmercsanyi, Tamas & Granziera, Rui (orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas, Unicamp, 1986, p. 131-46.

tipo de veículo (marítimo, aéreo ou terrestre), que ficou conhecido como o Imposto da Petrobrás.³⁵

O segundo projeto de lei enviado ao Congresso no final de 1951 propunha a criação da Petrobrás, como uma companhia de exportação de petróleo. Tentando se antecipar às obstruções que viriam dos opositores e também visando agilizar sua tramitação pelo Congresso, a equipe da Assessoria Econômica evitou tocar nos temas polêmicos que já eram fartamente debatidos na sociedade, procurando dar à questão do petróleo uma conotação mais técnica e menos política. Fugia-se, no texto do projeto, de qualquer referência ao monopólio da exploração do petróleo pelo Estado; não se especificava qual seria o papel do capital estrangeiro no empreendimento, assim como não se discutia como se daria a distribuição do petróleo e derivados (af envolvidos os problemas do refino e da comercialização desses produtos). Por outro lado, não se mencionava qualquer proposta que implicasse fazer mudanças na Constituição, o que retardaria e talvez inviabilizaria a Petrobrás. Era fundamental nessa estratégia manter-se dentro da legislação vigente. Não se atribuiu à empresa uma *exclusividade jurídica*, o que seria por demais polêmico. O importante era criá-la; a exclusividade da exploração ia se dar, de fato, sem que anteriormente houvesse uma desgastante discussão em torno desse tema. Finalmente, por orientação do próprio Vargas, procurou-se sempre usar no projeto um discurso “moderado”.³⁶

Além de se ocupar da elaboração do projeto de lei da Petrobrás e de acompanhar a sua tramitação, a equipe da Assessoria Econômica continuou buscando recursos que viabilizassem a montagem e o funcionamento desse empreendimento. Começou também a localizar os técnicos estrangeiros que comporiam os quadros da empresa assim que esta se formasse. Confiante na aprovação do projeto de lei, elaborou também um plano de atuação da empresa para o seu primeiro quinquênio. Essa atitude dos assessores que trabalharam na política do petróleo³⁷ mostra que sua ação ia além da atividade técnica de formulação. Eles eram, de fato, tomadores de decisões, uma vez que haviam se incumbido, numa empatia total com os desígnios de Vargas, da missão de criar a Petrobrás e fazê-la funcionar no curto prazo. O idealismo, a dedicação e a esperança dessa geração de técnicos, que tentaram combinar a razão pragmática com a utopia do desenvolvimento, começa a ser reconhecida pela historiografia.

35 Lei n. 2.004, cap. 3, seção II; e Pereira, Jesus Soares. Op. cit.

36 Pereira, Jesus Soares. Op. cit., p. 90-104.

37 Embora a coordenação da política do petróleo na Assessoria Econômica tenha cabido a Rômulo de Almeida, os técnicos especializados nessa questão eram Jesus Soares Pereira, que já assessorara Horta Barbosa no Conselho Nacional do Petróleo de 1938 a 1943, João Neiva Figueiredo e técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Getúlio acompanhou de perto a confecção dos projetos do petróleo e sua tramitação no Congresso. O projeto da Petrobrás só foi encaminhado ao Legislativo (em 6 de dezembro de 1951) depois de passar por mais de 10 versões, todas comentadas por ele. Foi também previamente examinado por militares (Juarez Távora, Horta Barbosa e Estillac Leal) e passou pelo crivo jurídico de San Tiago Dantas.³⁸ Durante a tramitação pelo Congresso, Vargas seguiu de perto a posição dos parlamentares, tendo influenciado na escolha de relatores do projeto, a fim de que esses agilisassem e favorecessem sua aprovação.

O projeto de criação da companhia de petróleo foi discutido durante quase dois anos pelas duas casas legislativas e, uma vez aprovado, em setembro de 1953, foi sancionado pelo presidente Vargas em 3 de outubro de 1953, transformando-se na Lei nº 2.004. Durante o seu exame pelos parlamentares, aprofundou-se o debate em torno do petróleo na sociedade, extrapolando as discussões do Congresso e da grande imprensa, em sua maioria contrária à criação da Petrobrás. Houve também tempo para que se acumulassem os recursos tributários e se reunisse a equipe técnica para dar início à empresa.

Como desejava o presidente e sua assessoria, a Petrobrás iniciou suas operações em janeiro de 1954, ainda no governo Vargas. Ela estruturou-se como uma empresa estatal, na qual o governo detinha 51% das ações. A empresa tinha o monopólio da prospecção e da exploração do petróleo, podendo contratar técnicos e empresas estrangeiras para esses serviços. Dividia sua capacidade de refino com empresas brasileiras, autorizadas a funcionar pela Lei nº 2.004, mas ficava com o controle da produção dos derivados, e garantia às refinarias privadas o fornecimento da matéria-prima e o mercado consumidor. Sua base financeira vinha das propriedades a ela transferidas pelo Conselho Nacional do Petróleo e da receita de parcela do imposto único sobre combustíveis e dos impostos sobre a compra e o licenciamento de veículos.³⁹ Pela lei nº 2.004 cabia ao Conselho Nacional do Petróleo a tarefa de supervisionar a oferta nacional do petróleo, enquanto que a Petrobrás passou a cuidar da prospecção, extração, refino, comercialização e transporte do petróleo e derivados, processos esses que deviam estar sempre de acordo com as diretrizes do CNP.

38 Pereira, Jesus Soares. *Op. cit.*, p. 97; e Martins, Luciano. *Op. cit.*, p. 335.

39 Os bens transferidos pelo CNP à Petrobrás somavam cerca de US\$165 milhões, e compreendiam as áreas de produção, as refinarias de Mataripe e Cubatão, a frota de petroleiros e os equipamentos de prospecção de petróleo. Smith, Peter. *Op. cit.*, p. 98-9. A lei que criou a Petrobrás estabeleceu um compromisso com as refinarias já existentes ou em processo de montagem. Ela "congelou" a produção dessas refinarias, de forma a só expandir dotavante as refinarias do governo, e proibiu a formação de novas refinarias não-estatais.

Iniciando uma tradição que até 1964 só seria quebrada no governo Goulart, o primeiro presidente da empresa foi um coronel do Exército, membro da UDN “nacionalista”, Juracy Magalhães. Para o CNP e para o Conselho da Petrobrás foram indicados dois representantes dos industriais: Mário Leão Ludolf, da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que fazia parte do CNP desde 1944, e Manoel da Costa Santos, da Fiesp. Ambos haviam se oposto ao monopólio estatal do petróleo, quando da tramitação do projeto no Legislativo. Uma vez aprovada a Petrobrás, de forma pragmática, aderiram à política do petróleo conduzida pelo Estado.

Nas entidades de classe empresariais, a discussão em torno da criação da Petrobrás foi um profundo divisor de águas. Enquanto as entidades do comércio se pronunciavam de forma integrada, contrárias ao monopólio estatal do petróleo e favoreciam a participação de empresas estrangeiras em todas as atividades dessa área, nas federações da indústria e na CNI havia uma clara dissidência em relação a essas questões. A diferença na postura quanto à Petrobrás advinha basicamente de dois fatores: de um lado havia os porta-vozes das empresas estrangeiras, representadas nessas associações de classe, os quais tendiam a se pronunciar contra qualquer envolvimento do Estado na economia e a favor da liberdade de atuação das empresas do exterior. De outro, estava em processo uma mudança geracional nas federações do Rio de Janeiro e de São Paulo e os novos líderes apresentavam um perfil econômico e ideológico diverso do da geração Simonsen e Lodi.

Quando o Congresso discutia o projeto da Petrobrás, em fins de 1952, a Fiesp enviou um telegrama ao presidente Vargas onde se posicionava contra o monopólio estatal e a “exclusão da iniciativa particular na exploração do petróleo”, informando que já comunicara tal postura ao vice-presidente do Senado, Alexandre Marcondes Filho.⁴⁰

Já Euvaldo Lodi, como presidente da CNI e da Firj, apoiou a criação da Petrobrás, mas não o seu caráter monopolista, proposto pela UDN, e que acabou prevalecendo na votação final do projeto. Defendia, como sempre o fizera, a existência paralela de refinarias privadas. Sua aliança com os militares “nacionalistas” vinha desde o governo Dutra e mantém-se no período Vargas. Além disso, sua relação pessoal com o presidente e com o assessor Rômulo de Almeida levava-o a freqüentar o Palácio do Catete e a se manter informado das várias políticas em andamento no governo. Lodi dividia-se entre os papéis de líder da indústria e de parlamentar (fora eleito deputado federal pelo PSD mineiro em 1947 e reeleito em 1950), como

40 Telegrama do presidente da Fiesp, Antonio Devisate, a Getúlio Vargas, 13-11-1952, in: Novaes e Cruz, Adelina et alii. *Impasse na democracia brasileira 1951-1955*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1983, p. 145-6.

outros industriais de sua época (Lafer e Simonsen, por exemplo). A tribuna da Câmara dos Deputados era um importante lugar para externar as reivindicações e os reclamos da classe que representava. Mas Lodi tinha reais ambições políticas e esforçou-se por ganhar o apoio do presidente para se tornar seu candidato à Presidência nas eleições de 1955.

Havia industriais nas federações regionais (especialmente na do Rio de Janeiro) que se opunham às ambições políticas de Lodi e julgavam que ele estava usando o mandato parlamentar para incrementar sua carreira política em lugar de defender os interesses da indústria. Criticavam a sua proximidade com relação ao presidente, sua postura favorável à Petrobrás e à Eletrobrás e sua aliança com a ala “nacionalista” das forças armadas. Na Firj, os opositores a Lodi eram gerentes de firmas estrangeiras. Caracterizavam-se por uma ideologia neoliberal, pelo favorecimento ao capital estrangeiro e por uma atitude anti-Vargas. Zulfo Mallmann, diretor de uma empresa farmacêutica estrangeira (Laboratórios Silva Araújo-Roussel), e representando na federação carioca os Sindicatos da Indústria de Produtos Químicos e da Indústria de Produtos Farmacêuticos, foi um dos maiores opositores dessa nova geração. Ao seu lado aparecia Ademar de Faria (indústria do carvão). O fortalecimento desse grupo neoliberal na Firj apontava para o fato de que as indústrias estrangeiras estavam abrindo um espaço no Rio de Janeiro para dar voz aos seus interesses, espaço que não lhes era tão fácil de conseguir na Fiesp.

Na federação paulista também surgia uma nova geração de gerentes de indústrias, mas aí a influência de Roberto Simonsen e de outros líderes de sua geração, como Morvan Dias Figueiredo e Arnando de Arruda Pereira, permaneceu através de Nadir Figueiredo (irmão de Morvan), que, como “eminência parda”, conduziu a transição de uma geração a outra. Esta última foi chamada pelo próprio Simonsen de “geração dos cadetes”. Ela manteve viva na Fiesp as idéias centrais de Roberto Simonsen: participação do Estado no processo industrial, planejamento, protecionismo cambial e tarifário, defesa do empresariado local contra a competição estrangeira e reserva de mercado para os setores já estabelecidos no país.⁴¹ Vários “cadetes” eram diretores de companhias estrangeiras ou de firmas locais associadas a capitais estrangeiros. Com o vazio deixado por Lodi a partir de 1953, são os membros dessa geração que vão ocupar importantes posições nos organismos neocorporativos que começam a ser criados ainda no governo Vargas.

41 A informação sobre a “geração dos cadetes” vem do assessor de Simonsen e Lodi na CNI, Jaci Magalhães. Entrevista, 1981/82. Integravam esse grupo da Fiesp Humberto Reis Costa, Manoel da Costa Santos, Manoel Garcia Filho, Eduardo Garcia Rossi e Mário Toledo de Moraes.

Ao seu lado, aparecem também na Fiesp jovens industriais ligados ao setor de bens de capital, siderurgia, pneus, indústria química e farmacêutica, que, sem pertencerem ao “grupo dos cadetes”, desempenham um papel importante de penetração e participação nos organismos neocorporativos. É o caso, por exemplo, de Jorge Rezende (do setor de indústria de máquinas), criador da ABDIB e representante da indústria de bens de capital junto à Petrobrás e à Comissão de Desenvolvimento Industrial, tendo também representado os industriais nas conferências do GATT; de Luís Dumont Villares (siderurgia e metalurgia), representante dos industriais na Comissão de Revisão de Tarifas e na Comissão de Desenvolvimento Industrial; de Júlio Sauerbronn de Toledo (presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica e do Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos), que ajudou a Comissão Revisora da Tarifa a estabelecer a classificação dos produtos de sua área, e de Manoel Garcia Filho (da empresa de pneus Goodyear), representante da Fiesp na Comissão Consultiva de Acordos Comerciais com o Exterior.

Outra razão que explica a manutenção das idéias de Simonsen na Fiesp, é a presença significativa de grandes empresas de capital local em São Paulo, tornando a federação das indústrias paulista menos vulnerável à ação e ao pensamento das empresas estrangeiras, como aconteceu no Rio de Janeiro.

Em maio-junho de 1953, em meio a uma crescente campanha no meio empresariado contrária à Petrobrás e a uma séria crise industrial, causada pela escassez de divisas cambiais para importação, pelo racionamento de energia e por uma greve geral de trabalhadores, que paralisou as indústrias de São Paulo e do Rio, os industriais se reuniram em São Paulo, na I Reunião Plenária da Indústria, para analisar a conjuntura e se pronunciar sobre o encaminhamento das diversas crises. Nessa reunião aparece a fragmentação interna da burguesia industrial. A delegação da Firj, tendo a frente Ademar de Faria, ligado a uma companhia estrangeira de exploração de carvão, apresenta à reunião um documento de caráter neoliberal, onde critica o monopólio estatal do petróleo, o dirigismo estatal na política cambial e o encaminhamento da greve pelo governo. Críticas contundentes são dirigidas à Cexim, cuja extinção é demandada pelos industriais da Firj, que se diziam contra a regulação do comércio exterior pelo Estado. De outro lado, vários representantes da Fiesp no encontro propuseram a manutenção dos controles da importação, um programa de reequipamento industrial financiado pelo BNDE e taxa de câmbio subsidiada para as importações de matéria-prima e equipamento.⁴²

42 A presidência da Fiesp no período 1950-52 esteve com Francisco Sales Vicente de Azevedo e a vice-presidência com Morvan Dias Figueiredo. Em 1952 Antonio Devisate assume a

Esta foi a última reunião presidida por Euvaldo Lodi. As acusações feitas a ele pela UDN, na Comissão Parlamentar de Inquérito formada no Congresso para examinar o apoio governamental ao jornal *Última Hora*, haviam desgastado mais ainda seu papel à frente das entidades corporativas da indústria. Lodi se afasta da Firj e da CNI logo em seguida, e será a Fiesp a entidade a assumir a liderança da indústria na relação com o governo.

Os industriais e a política da eletricidade

A grande característica da política da eletricidade do segundo governo Vargas consistiu em envolver o Estado no processo de geração de energia elétrica de forma tão intensa, que em cerca de uma década se produziu a inversão do perfil da geração energética, com as companhias privadas estrangeiras abandonando o setor da geração e se tornando apenas distribuidoras, e o Estado assumindo a tarefa de produção da eletricidade. Além de se envolver na produção, o Estado passou também a financiar o processo de expansão da capacidade instalada (pública e privada).

No início do governo Vargas a capacidade geradora de energia elétrica estava bem aquém da demanda. Boa parte do país ainda recorria aos lampiões de querosene, à lenha e aos geradores particulares para iluminar residências e movimentar as indústrias.

Em 1951 a Light (Brazilian Light and Power), empresa canadense que detinha a concessão para a produção e distribuição de eletricidade nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (onde se concentrava grande parte da produção industrial do país), era responsável por 50% da capacidade instalada e 62% da energia gerada no país. A Companhia Auxiliar das Empresas Elétricas Brasileiras (CAAEB), ligada ao grupo norte-americano Bond and Share Co., era a segunda empresa em importância, e respondia por 13% da capacidade instalada e 16% da energia total gerada. O restante era produzido por 15 pequenas companhias particulares, com uma presença reduzida de empresas de governos estaduais. Em 1955, o Grupo Light (São Paulo-Rio de Janeiro) ainda detinha metade dos 3,1 milhões de quilowatts instalados e dominava a geração e a distribuição de energia nas áreas em que era concessionária, lançando-se ainda na construção de usinas para aumentar a capacidade de geração. Dez anos depois, a situação mudara

presidência da entidade e ali vai permanecer durante uma década. Esses industriais estão ligados a Nadir Figueiredo, o articulador político das várias frações do empresariado industrial paulista, e eminência parda da federação. São líderes de menor projeção do que Simonsen, mas se mantêm leais às suas idéias, ao seu estilo conciliador e, como herdeiros da geração Simonsen-Lodi, apóiam o governo Vargas, criticando-o quando necessário, sem contudo romper de vez com ele.

radicalmente e a companhia já dependia da energia gerada em Furnas (que iniciou operações em 1964), a qual supria 45% do total da sua distribuição no eixo Rio-São Paulo. O último empreendimento da Light visando a ampliação de sua capacidade geradora começou a ser construído em 1956 e foi concluído em 1963. Dois anos depois a companhia tornava-se exclusivamente distribuidora de energia elétrica, passando a tarefa de geração para a já criada Eletrobrás.⁴³

Em 1946 as empresas públicas que produziam energia elétrica representavam 6% da capacidade total de geração. No final de 1953, 50% da capacidade de geração *em construção* cabiam às companhias de governos estaduais ou ao governo federal. A participação do Estado triplicou entre 1950 e 1955. Neste último ano, 17% da potência instalada no país vinha de empresas do setor público.⁴⁴

Dessa forma, é preciso registrar que o impacto da política energética do governo Vargas recaiu mais na criação da infra-estrutura para a década futura do que no aumento do consumo de eletricidade na primeira metade dos anos 50. Uma vez que o investimento em usina hidrelétrica leva cerca de meia década para mostrar frutos efetivos, o governo terminou com um aumento não tão significativo no consumo de energia elétrica: de 5,8 milhões de quilowatts consumidos em 1950, passou-se em 1954 para 8,3 milhões de quilowatts. Já em termos de capacidade de produção de energia elétrica, houve um crescimento de 67,5% entre 1950 e 1955, com o salto de 1954, representado pela contribuição das usinas da Cemig.⁴⁵

Mas, a despeito da escassez da energia elétrica agravada pela falta de chuvas em 1952/53, a produção industrial brasileira não alterou o seu ritmo de crescimento. Os industriais supriam a deficiência, construindo suas próprias represas hidrelétricas ou instalando geradores a diesel em suas fábricas. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em um levantamento sobre o efeito prolongado da crise energética sobre a indústria, revelava em 1954 que os industriais paulistas contavam com geradores capazes de produzir mais de 100 mil kws, cerca de 20% da capacidade instalada do sistema Light, o único que abastecia a cidade de São Paulo.

A questão da eletricidade dividiu os industriais, tal como a da Petrobrás. De um lado, o governo cercava de subsídios e reserva de mercado os setores subsidiários das usinas, que praticamente trabalhavam para atender às

43 Faro, Clovis de & Silva, Salomão Quadros da. Op. cit.; e Tendler, Judith. Op. cit., p. 23-4.

44 Mason, Edward & Asher, R. Op. cit., p. 658; e Faro, Clovis de & Silva, Salomão Quadros. Op. cit., p. 50.

45 United Nations, ECLA/Brazilian National Development Bank. *The economic development of Brazil*. Op. cit., p. 152; e Faro, Clovis de & Silva, Salomão Quadros da. Op. cit., p. 65.

encomendas dos empreendimentos privados e governamentais em construção (material elétrico, metais não-ferrosos, siderurgia, cimento). De outro, estavam os industriais neoliberais, que se opunham, por princípio, à entrada do Estado no setor de produção de energia elétrica, tomando o lugar das duas grandes companhias privadas. Até 1953, poucos acreditavam que o Estado seria capaz de resolver o impasse energético que a indústria enfrentava. José Ernirio de Moraes foi uma exceção nesse período: sem qualquer esperança na colaboração da Light com os projetos de diversificação de suas empresas, financiou projetos próprios de represas. Entretanto, quando ele apregoava a outros industriais que a saída para o racionamento era o envolvimento do Estado na produção de eletricidade e não a Light, era criticado como um “nacionalista” que defendia Vargas, porque estava ganhando com a política do seu governo.⁴⁶

Em 1954, começam a entrar em funcionamento algumas das obras do governo no setor de eletricidade, o que implicou um aumento da oferta de energia elétrica. Pouco depois, a posição dos industriais começa a mudar. Em 1955, o industrial Aldo Mário Azevedo, representante da Fiesp no Conselho de Energia Elétrica do estado, afirmava que “por acreditar na iniciativa privada... eu poderia objetar que a solução do problema energético fique nas mãos exclusivas do governo... Mas é preciso reconhecer uma simples questão de fato: a legislação existente não estimula (investimentos)... em setores de utilidade pública... (Daí) sou de opinião que não é possível esperar pela modificação (dessa legislação) e deixar de lado a construção de novas usinas de geração”.⁴⁷

O programa energético no setor de eletricidade do governo Vargas coube a duas agências planejadoras: a Assessoria Econômica e a Comissão Mista, continuada pelo BNDE. Enquanto a CMBEU estudava e aprovava projetos de empresas privadas e de governos (estaduais e da União) para a construção ou expansão de usinas hidrelétricas, contando com uma expectativa de recursos externos e internos, a Assessoria desenvolveu sua atividade planejadora num nível mais abrangente, formulando um plano nacional de eletrificação e idealizando o mecanismo de captação de recursos para os projetos de eletricidade do BNDE: o imposto único de eletricidade e o Fundo Federal de Eletrificação.

Na formulação da política da eletricidade a Assessoria Econômica usou de estratégia semelhante à que adotou para a política do petróleo. Evitou formular um plano global, contendo todas as diretrizes da política energética, para que o veto em bloco do Congresso não impedisse a política de expansão da rede elétrica brasileira. Procedeu-se, então, sob a coordenação de Rômulo de

46 Entrevista com Jaci Magalhães, 1981/82.

47 Tandler, Judith. Op. cit., p. 59.

Almeida, à formulação de vários projetos, encaminhados em momentos diferentes ao Congresso, para não dar mostras de que se tratava de um projeto integrado para o setor.⁴⁸

Assim, seguiu inicialmente para o Congresso, em junho de 1953, o projeto de lei criando o imposto único de eletricidade e o Fundo Federal de Eletrificação. Esse fundo seria formado pelo imposto único e gerido pelo BNDE até que fosse criada uma companhia estatal de energia elétrica — a Eletrobrás. Os assessores de Vargas sabiam que não haveria oposição a esse projeto, pois ele capacitava o governo a gastar em projetos de eletricidade para os setores privados (em especial a Light e a Amforp) e para o setor público. Sabiam também que o projeto de criação da Eletrobrás iria ter uma tramitação polêmica, pois evidenciaria a inversão da política energética, que passaria a ter o Estado no núcleo da política de eletricidade, afastando conseqüentemente o setor privado estrangeiro do quase monopólio que tinha sobre a geração e distribuição da energia elétrica.

A assessoria também formulou um Plano Nacional de Eletrificação, apresentado ao Congresso em abril de 1954. Esse plano, na verdade, “invadia” a área do BNDE, que era o organismo formulador dos projetos ligados à expansão da capacidade geradora de eletricidade. O setor de energia elétrica do BNDE, coordenado por Lucas Lopes (criador da Cemig), passou a pressionar o Congresso para evitar a aprovação do plano de eletrificação da Assessoria Econômica. Assim, o governo Vargas terminou sem qualquer decisão parlamentar a respeito, e o projeto, que ainda tramitou pelo Congresso no período JK, acabou não sendo aprovado. A despeito de contar com a simpatia do ministro Lúcio Meira, de cuja equipe fazia parte Jesus Soares Pereira, ex-assessor de Vargas e autor do plano, a força opositora do BNDE, o “banco da eletricidade”, inviabilizou de uma vez por todas o Plano Nacional de Eletrificação.⁴⁹

O projeto propondo a criação da Eletrobrás, uma companhia *holding* que reuniria os projetos do governo federal e dos estados e que seria a responsável pela formulação da política energética do país, também seguiu para o Congresso em 1954, já sob intenso bombardeio, vindo da imprensa, do Congresso e das companhias estrangeiras que atuavam no setor. A Light, por deter maior capacidade de geração e distribuição, e por atuar nas duas maiores cidades do país, contava com um corpo de advogados e de lobistas

48 Almeida, Rômulo de. Política econômica do segundo governo Vargas. In: Szmezcanyi, Tamas & Grandiera, R. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*, op. cit., 140-1; Pereira, Jesus Soares. Op. cit., p. 118.

49 No livro *Memórias do Desenvolvimento*, Lucas Lopes fala no bloqueio que fez ao “plano do Jesus”. Do seu lado, Soares Pereira também confirma esse bloqueio do BNDE. Pereira, Jesus Soares. Op. cit., pp. 123-8.

que penetravam partidos políticos e a imprensa. Para os “nacionalistas”, ela era o símbolo da ação nociva dos interesses estrangeiros no país. Jesus Soares Pereira afirma que nem o novo ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, nem o presidente do Banco do Brasil, Marcos de Souza Dantas, aprovavam a idéia da criação da Eletrobrás. O Sindicato das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo, no qual a Light tinha grande influência, sugeriu, quando da criação da Eletrobrás em 1961, que ela fosse atuar no interior do país, não competindo nas áreas já concedidas à Light e à Amforp (na verdade, as áreas mais importantes em termos de concentração industrial e urbana). A grande imprensa, em especial os Diários Associados, que detinham cadeia de TV, rádio e jornais, fez campanha contra o monopólio estatal da eletricidade.⁵⁰

O último projeto da assessoria nessa área regulava o regime de concessões e tarifas na área de energia elétrica. Havia sido concluído e estava para ser encaminhado ao Congresso quando adveio a morte de Vargas, e a dissolução da assessoria.

Da produção da Assessoria Econômica no setor da eletricidade, o que ficou como legado do governo Vargas foi o imposto único e o Fundo Federal de Eletrificação. Com esses recursos, o governo federal pôde empreender os projetos da CMBEU e do BNDE. Embora a Eletrobrás não tenha sido criada no governo Vargas (ela surge em 1962, após lei do Congresso de 1961), já estavam montadas as bases financeiras para promover a ampliação da capacidade energética brasileira. A partir do governo Vargas é que, através dos projetos de governos estaduais (como o da Cemig) ou do federal (como a Chesf e Furnas), foi sendo resolvida a séria crise energética do início da década e feita uma provisão para o desenvolvimento industrial da década seguinte.

*Rumo à industrialização vertical:
a indústria de equipamentos e de bens de capital
e os empreendimentos de grande porte*

Na sua fase inicial, o governo Vargas dedicou-se aos projetos de grande porte, ligados ao petróleo, à energia elétrica e à siderurgia. A expansão da indústria de equipamentos e de bens de capital era então pensada como decorrência da implementação desses grandes empreendimentos, como resultante de um efeito multiplicador das obras de infra-estrutura sobre a indústria local. Foi com a viabilização desses grandes projetos, e com a criação da Comissão de Desenvolvimento Industrial em 1952, que surgiram propostas concretas de expansão de subsectores da indústria de bens de capital.

50 Pereira, Jesus Soares. Op. cit., p. 123-8; e Tendler, Judith. Op. cit., cap. 4.

A exploração e o refino do petróleo, as usinas hidrelétricas e a expansão e diversificação da produção do aço puxaram a indústria de bens de capital leves e a indústria da construção civil.

Observando-se as operações autorizadas pelo BNDE entre 1952 e 1956, as quais somaram US\$76,4 milhões e Cr\$15,5 bilhões, pode-se concluir que para as indústrias consideradas essenciais ao processo de industrialização vertical (metalurgia, siderurgia, automóveis e química) foram alocados recursos no valor de US\$6,9 milhões e Cr\$1,6 bilhão, correspondentes a 9% do total das operações.⁵¹ Já os créditos do Banco do Brasil aos setores mecânico e de bens de capital no período 1951-54 foram reduzidos: Cr\$614 milhões ou 5% apenas de todo o financiamento do Banco à indústria de transformação no período Vargas, o qual correspondeu a Cr\$11,1 bilhões.⁵²

Os militares também mostraram interesse na produção local de bens de capital para prospecção do petróleo e também para fins de defesa nacional (motores, equipamentos para navios da Marinha e para aviões, que a Aeronáutica começava a montar no Rio de Janeiro). Para tanto vinham mantendo contato com industriais que já forneciam bens de consumo, armamentos e equipamentos de médio porte às forças armadas. Como parte desses acordos, os militares deram prioridade à compra do produto nacional frente ao importado.⁵³

A taxa decréscimo da produção industrial no período 1949-59 foi de 9,2% ao ano. Nessa década, a produção do setor de equipamentos superou o crescimento da indústria como um todo, atingindo o índice de 10,3%. Embora boa parte desse crescimento tenha se dado nos anos JK, o esforço inicial de desenvolver o setor local de equipamentos veio do governo Vargas.⁵⁴

Os industriais e o protecionismo

A política cambial como instrumento de proteção à indústria

Desde o estabelecimento do sistema de licença prévia para as importações em 1947/48, a indústria passou a contar com o favorecimento das suas

51 Dessas operações autorizadas pelo BNDE, coube ao setor transporte, no período 1952-56, US\$24,5 milhões e Cr\$10,2 bilhões; para energia elétrica foi alocada a maior fatia, US\$41,4 milhões e Cr\$3 bilhões. Lessa, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. São Paulo-Campinas, Brasiliense-Unicamp, 1975, p. 40 (Cadernos do IFCH, 4).

52 Lado, Luís Corrêa do et alii. *A indústria brasileira de bens de capital*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas/IBRE, 1979, p. 99.

53 Hilton, Stanley. *The armed forces and the industrialists in modern Brazil: the drive for military autonomy (1889-1954)*. In: *Hispanic American Historical Review*, 62(4): p. 629-73, 1982.

54 Leff, Nathaniel. Op. cit., p. 166.

importações, uma vez que a matéria-prima e os equipamentos de que necessitava eram tidos como produtos essenciais, tendo prioridade de compra perante os bens de consumo.⁵⁵ Como a taxa de câmbio se manteve inalterada até 1953, as importações acabaram contando com o subsídio advindo do câmbio fixo. Assim, os controles sobre a importação e a sobrevalorização do cruzeiro agiram como mecanismos de proteção mais eficientes que a tarifa, já desatualizada após quase duas décadas de existência.

Entre 1949 e 1953 o Ministério da Fazenda foi ocupado por dois industriais, o que dava ao setor industrial uma certa garantia de que seus interesses seriam protegidos pela política cambial.⁵⁶ Dois organismos da área econômica operavam com a política cambial: a Superintendência da Moeda e Crédito (Surnoc), ligada ao Ministério da Fazenda, que traçava as diretrizes da política cambial, e a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim), que era a autoridade emissora das licenças de importação e exportação.

No Banco do Brasil o presidente Vargas colocara o industrial paulista Ricardo Jafet, um dos financiadores de sua campanha à presidência.⁵⁷

A postura protecionista do sistema de licença permitiu que os industriais acumulassem estoques de matéria-prima e equipamentos, aumentando as importações, frente às ameaças de um novo conflito mundial a partir da guerra da Coreia. Em 1951 e 1952 as importações sobrepujaram as exportações, gerando uma crise cambial e uma escassez de divisas que quase paralisou o sistema de licença prévia. Como estratégia para vencer a crise cambial os industriais sugeriram o controle mais rigoroso das importações de produtos supérfluos, incentivos à exportação, maior controle dos pagamentos feitos ao exterior (*royalties* e patentes) e participação dos industriais na formulação de tratados comerciais.⁵⁸

A escassez de divisas e a lentidão do processo de concessão de licenças

55 Entre 1947 e 1952 as importações industriais representavam cerca de metade do total das importações de cada ano. Malan, Pedro et alii. *Política econômica externa e industrialização 1939-1952*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpe, 1977, p. 174.

56 O carioca Guilherme da Silveira, ligado à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, foi ministro entre junho de 1949 e janeiro de 1951. Já no governo Vargas, seguiu-se no Ministério da Fazenda o industrial paulista Horácio Lafer, que ocupou o cargo até a reforma ministerial de junho de 1953.

57 Ricardo Jafet era um industrial ligado ao setor de siderurgia/metallurgia, com vários empreendimentos em São Paulo e no Rio de Janeiro.

58 Uma comissão da Fiesp incumbida de estudar a crise cambial e propor sugestões ao governo, coordenada por José Ermírio de Moraes, elaborou o memorial contendo essas sugestões. Fiesp-Ciesp. *A indústria em face da atual situação econômica do Brasil. Medidas indispensáveis relativas às exportações e importações*. Memorial apresentado ao presidente da República. São Paulo, 1952.

pela Cexim geraram muitas críticas a essa carteira do Banco do Brasil. A UDN e os neoliberais viram nessa crise cambial uma boa ocasião para criticar o intervencionismo estatal nas áreas do câmbio e do comércio exterior. Dentre esses críticos estavam os industriais da Firj. Mais uma vez surgia uma divergência de orientação entre a Fiesp, que defendia a manutenção da Cexim e o controle das importações, e os industriais da Firj, que queriam o fim da Cexim e a liberação total do câmbio.

À crise cambial de 1951/52 se agregam, no ano seguinte, novas dificuldades: escassez de energia elétrica agravada por uma longa estiagem e greves operárias que paralisam as indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Atacados por três flancos (greves, racionamento e dificuldades de importar), os industriais pressionam o governo, que responde, nesse ano, com duas reformas cambiais.

A primeira mudança adveio com a aprovação pelo Congresso da Lei do Câmbio Livre (Lei nº 1.807, de 7-1-1953), que mantinha o sistema de licenciamento das importações e exportações, mas transferia uma série de operações para o mercado livre de câmbio (algumas exportações, pagamentos de serviços e remessas de lucros). Era intenção dessa medida atrair e fixar capital estrangeiro no país, pondo fim às incertezas e aos temores provocados pelos movimentos nacionalistas e pelo impacto negativo causado pelo decreto de controle de remessas ao exterior no governo dos EUA.

Pouco tempo depois, a Fiesp avaliava a medida, julgando que ela falhara nos seus objetivos de atrair investimentos, controlar a inflação e aumentar as exportações. Criticava também a Cexim, alegando que cada vez mais ela se fechava à influência dos industriais. Essa posição foi reafirmada pelas federações das indústrias de todo o país na I Reunião Plenária da Indústria, no final de maio de 1953, que recomendou ao governo uma política comercial mais agressiva visando o aumento das exportações de manufaturados, a proteção cambial às importações de equipamentos e insumos industriais e a necessidade de controlar importações não-essenciais. A grande demanda dos industriais nessa ocasião era para que se mantivesse a proteção cambial e se desse estímulos ao reequipamento industrial.⁵⁹

Em resposta à crise cambial e às greves operárias demandando aumento de salário e maior controle da inflação, o governo Vargas realizou uma mudança ministerial. Osvaldo Aranha assume a pasta da Fazenda, em junho de 1953, e poucos meses depois ele e o presidente do Banco do Brasil, o empresário paulista Marcos de Souza Dantas, lançam a Instrução 70 da Sumoc (9-10-1953), ratificada pelo Congresso em dezembro desse ano (Lei

59 Fiesp-Ciesp. *Boletim Informativo*, 25-5-1953, 3-6-1953 e 26-7-1953; CNI *I Reunião Plenária da Indústria; proposições*. São Paulo, maio-jun. 1953.

nº 2.145). Essa medida cambial mudou significativamente a política de controle das importações e criou um sistema de taxas de câmbio flutuantes, com cinco categorias de produtos importados, variando dos itens mais essenciais ao supérfluos.

A Cexim foi extinta e em seu lugar foi criada a *Carteira de Comércio Exterior* do Banco do Brasil, a Cacex. Terminava assim o controle quantitativo das importações e a agência controladora. A Cacex se abre aos industriais na determinação das taxas de câmbio conforme a essencialidade dos produtos, a ponto de Octávio Gouvêa de Bulhões chamá-la de “alfaiataria”, por produzir uma taxa de câmbio sob medida para cada produto importado.⁶⁰

A Instrução nº 70 resolveu o problema da escassez de divisas e equilibrou momentaneamente o balanço de pagamentos. Criou também um fundo de ágios, proveniente do excedente pago pelos importadores, que custeou despesas importantes do governo e representou mais outra reforma fiscal disfarçada, como o foram os demais fundos criados no período Vargas. É importante ressaltar também que, apesar de ela surgir como uma medida de um organismo do Executivo (a Sumoc), Vargas submeteu-a ao Congresso para aprovação, transformando-a na Lei nº 2.145 de 29-12-1953. Nenhum outro presidente depois dele enviou instruções da Sumoc ao Legislativo, e o caso mais destacado foi a Instrução nº 113, lançada no governo Café Filho, que tanta polêmica causou e nunca foi avaliada pelo Congresso. A área cambial no governo Vargas ainda se submetia ao Congresso, mas, a partir da crise de 1954 e do progressivo fortalecimento da Superintendência da Moeda e Crédito, vai ganhando cada vez maior autonomia.

A Fiesp inicialmente viu com desconfiança amedida. Ela significava uma desvalorização da taxa de câmbio para os importadores, introduzia o sistema de leilões de câmbio e fora apresentada pelo ministro da Fazenda como parte de um programa de estabilização monetária que envolvia restrição de gastos públicos e desaceleração industrial.⁶¹ Um encontro entre Osvaldo Aranha e o Presidente da Fiesp mudou um pouco a postura dos industriais, que requereram ao ministro da Fazenda a restrição às importações de produtos similares e a aceleração dos trabalhos de revisão da tarifa. A partir desse encontro os industriais ganharam acesso à formulação e à aplicação da política cambial, e tiveram o compromisso do governo de acelerar a tarifa e impor taxas alfandegárias a produtos competitivos. O projeto da nova tarifa foi encaminhado ao Congresso em junho de 1954.

60 Bulhões, Octávio Gouveia de. *Depoimento*. Brasília-Rio de Janeiro, Banco Central/Setor de História Oral do CPDOC, 1990.

61 Fiesp-Ciesp. *Boletim Informativo*, 26-10-1953 e 2-11-1953.

A indústria pagava, com a Instrução nº 70, um câmbio um pouco mais elevado, mas por outro lado não havia mais a escassez de divisas para importar que ocorrera em 1952/53, nem havia o controle da Ccxim sobre as importações. E o câmbio continuava a ser subsidiado, uma vez que as máquinas e os insumos industriais contavam como bens essenciais, e pagavam uma taxa mínima de ágio.

Contudo, em 1954 uma nova crise cambial sobreveio como resultado da queda nas exportações de café e do déficit na conta de capitais, causado pelas remessas de capitais para o exterior e pelos pagamentos do serviço da dívida e dos atrasados comerciais.⁶²

Os industriais e a elaboração de uma tarifa protecionista

Já na *mensagem programática* de 1951, elaborada sob a coordenação de Rômulo de Almeida, Vargas falava na intenção de criar uma comissão para reformular a tarifa, cujos trabalhos seriam de deliberação do Congresso. Em agosto desse ano, formou-se a *Comissão de Revisão Tarifária*, como um organismo neocorporativo, formado por representantes da Alfândega, do Ministério da Fazenda, da Confederação Nacional do Comércio e da Confederação Nacional da Indústria (Euvaldo Lodi, assessorado por técnicos do Departamento Econômico da Confederação).

Partindo de um projeto de tarifa elaborado pela CNI, a comissão levou três anos preparando o projeto de uma nova tarifa que fosse suficientemente flexível para conviver com a inflação interna e as incertezas da economia internacional. Além da nova tarifa, a comissão propôs a criação de um organismo decisório, responsável pelo ajustamento da tarifa às mudanças internas e externas. Caberia a essa agência (que veio a ser a Comissão de Política Aduaneira) supervisionar a implementação da tarifa, modificando-a quando necessário.⁶³

Além de fornecer corpo técnico para a Comissão de Revisão Tarifária, a CNI cedeu suas dependências e serviços de secretaria para a confecção do projeto tarifário. Dessa forma torna-se evidente a importância das entidades

62 O Banco do Brasil apontou um déficit de US\$ 141,196 milhões na área de movimentos de capitais e remessas de lucros ao exterior em 1954, denunciando a existência de especulação no mercado cambial, com a entrada de investimento pelo mercado livre esáda pelo mercado oficial, a taxa bem inferior. Banco do Brasil, *Relatório 1954*, p. 79-83.

63 Leopoldi, Maria Antonieta P. *Industrial associations and economic policy making in contemporary Brazil*. Op. cit., cap. 4; entrevista com J. O. Knaack de Souza (1981), técnico do Departamento Econômico da CNI que participou da comissão de Revisão da Tarifa em todas as suas etapas.

da indústria para a formulação da política tarifária, tanto da CNI como de entidades setoriais: o industrial Luis Dumont Villares (metalurgia e siderurgia) e o presidente do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacêuticas, Júlio Sauerbrom de Toledo, por exemplo, foram auxiliares na tarefa de classificação dos produtos de sua área.⁶⁴

Vargas encaminhou o projeto da nova tarifa ao Congresso em junho de 1954. Com o desdobramento da crise política, o Congresso se envolveu nos debates pró e contra o presidente e não chegou a examinar a medida. Em 1957, o Legislativo aprovava a nova tarifa, que se constituiria em importante marco da luta protecionista das organizações e lideranças industriais, pondo fim a um longo período em que o câmbio agiu como o principal mecanismo de proteção e incentivo à indústria.

A ofensiva dos industriais na política comercial: conquistando espaço no Itamaraty

Desde o primeiro encontro do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) em 1947, Euvaldo Lodi acompanhou as delegações diplomáticas do Itamaraty e pôde avaliar como os diplomatas brasileiros estavam despreparados para o jogo de interesses que tinha lugar nesses encontros, e como, em função disso, sucumbiam aos interesses dos países de maior poder comercial. Enquanto os industriais da Fiesp se queixavam da alienação dos “homens de punhos de renda” do Itamaraty, ironizando seu gosto pelo consumo de produtos do exterior, reinava uma separação entre indústria e Itamaraty. Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen começam a romper a fortaleza da diplomacia brasileira.

Lodi usou o Congresso para criticar a ação equivocada dos diplomatas do Itamaraty. Desde que retornou do primeiro encontro do GATT, usou sua condição de parlamentar para investir contra os funcionários do Ministério das Relações Exteriores, que sucumbiam com docilidade às exigências das grandes nações comerciais, interessadas na queda das barreiras tarifárias no país para a entrada de seus produtos. Para Lodi era necessário penetrar nos organismos decisórios do Itamaraty, discutir as questões comerciais com seus funcionários, informá-los do que se passava na indústria brasileira. Em 1950, as portas desse ministério começam a se abrir para os industriais, com a criação do *Conselho Consultivo de Acordos Comerciais com o Exterior*, para o qual Euvaldo Lodi foi convidado.⁶⁵

64 CNI. Relatório anual de 1954, p. 5; Fiesp-Ciesp. *Boletim Informativo*, 26-8-1957, p. 184-5.

65 Além de Lodi, tinha assento nesse Conselho o industrial carioca Vicente Galliez. Firj, Ata do Conselho de Representantes, 17-08-1950; e Cexim. *Boletim* (15), mar. 1950.

A criação de um organismo consultivo no Itamaraty, com representação dos industriais, indicava uma abertura desse setor do Estado aos interesses que o pressionavam, uma resposta às críticas feitas por Simonsen e Lodi quanto ao seu desempenho frente aos acordos comerciais ou nas reuniões do GATT. Essa abertura liga-se também a um momento de reestruturação interna do Ministério das Relações Exteriores no governo Vargas, visando melhorar seu desempenho frente aos novos papéis que a diplomacia teria que desempenhar nos anos 50. Em 1953, o ministro João Neves da Fontoura propôs, entre outras medidas de reformulação do ministério, a criação da carreira de economista, abrindo espaço para diplomatas como Roberto Campos. A nova geração de economistas-diplomatas vai se distinguir nos anos 50 na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no BNDE, no Conselho de Desenvolvimento Econômico do período JK e nas importantes negociações do Brasil com o Banco Mundial, o FMI, o Clube de Paris e o Departamento de Estado dos EUA, substituindo a geração dos políticos-diplomatas.⁶⁶

A aliança desenvolvimentista: os industriais, a Cepal e o governo Vargas

Em abril de 1953 tem lugar no Hotel Quitandinha, em Petrópolis, a V Série de Sessões da Cepal. Euvaldo Lodi, presidente da CNI, presidiu e patrocinou o encontro que foi aberto com a presença do presidente Vargas, que ali externou sua satisfação pelo esforço da Cepal em formular uma teoria do desenvolvimento econômico que, a seu ver, deveria ser adotada pelos governos da América Latina, como uma “base racional” para sua política econômica.⁶⁷

Essa reunião simbolizou a aliança entre o pensamento cepalino, o ideário industrial e as políticas de expansão industrial do governo Vargas. As idéias de Roberto Simonsen acerca dos efeitos negativos do comércio exterior sobre a indústria brasileira, sua defesa do protecionismo governamental à indústria e do planejamento coincidiam harmoniosamente com o pensamento da Cepal. A insatisfação dos industriais frente às posturas do GATT

66 Para um testemunho das dificuldades de ser economista no Itamaraty nos anos 40, conferir a entrevista de Roberto Campos ao CPDOC-FGV, 1992/93; para a reforma do Itamaraty, ver A reforma do Ministério. *O Estado de S. Paulo*, 20-6-1953; sobre a atuação dos economistas-diplomatas na CMBEU, no BNDE e no Banco Mundial, ver Lopes, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Centro de Memória da Eletricidade no Brasil/Eletrobrás e CPDOC-FGV, 1992.

67 Vargas, Getúlio. *O governo trabalhista no Brasil*. v. IV, p. 28. Ver também o discurso do ministro da Fazenda Horácio Lafer no encerramento do encontro em *O Estado de S. Paulo*.

faziam convergir as idéias industrialistas do empresariado brasileiro com as da Assessoria Econômica da Presidência e com o pensamento cepalino. Por outro lado, o governo Vargas via na Cepal a “base racional” para os governos que favoreciam o planejamento e o papel propulsor do Estado no desenvolvimento econômico.⁶⁸ Por isso, quando as Nações Unidas se reuniram para decidir pela continuidade ou não da Cepal, Getúlio determinou que o voto do Brasil fosse de apoio à continuação dos trabalhos da comissão, a despeito da posição contrária do seu ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura.⁶⁹

O Brasil foi o único país da América Latina onde se deu essa convergência de idéias, que levou o governo Vargas a criar um organismo de cooperação e a liderança industrial a patrocinar o encontro da Cepal de 1953 e a adotar sua terminologia.

Nessa mesma época, por influência de Roberto Campos (no BNDE) e de Celso Furtado (Cepal, Chile), o governo Vargas criou o *Grupo Misto de Estudos BNDE-Cepal*, dirigido por Celso Furtado, que teve como tarefa coletar e produzir dados estatísticos e realizar estudos e projeções que servissem de base ao planejamento governamental.⁷⁰ O resultado dos trabalhos desse grupo misto foram apresentados num trabalho fundamental para a compreensão do desenvolvimento durante o segundo governo Vargas.⁷¹

Duas crises, dois mundos: crise de crescimento e crise político-partidária

Se analisamos um texto que trate da economia no período Vargas, como o do grupo misto Cepal-BNDE, temos a impressão de que a industrialização segue seu firme caminho em direção à substituição de importações pela integração vertical dos setores da infra-estrutura com os da indústria pesada e de bens de consumo. Os impasses que os industriais encontram em 1952/53 (escassez de divisas, dificuldade de importação de equipamentos e matéria-prima, racionamento de energia elétrica), e que foram na época caracterizados como uma “crise de crescimento”, iam sendo superados como desafios

68 Leopoldi, Maria Antonieta P. Op. cit., caps. 4 e 6; Sikkink, Kathryn. *Ideas and institutions: developmentalism in Brazil and Argentina*. Ithaca, Cornell University Press, 1991.

69 Almeida, Rômulo de. Política econômica do segundo governo Vargas. Op. cit., p. 138-9.

70 Para a formação desse grupo misto, ver BNDE. *Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico, 1953*. Rio de Janeiro, BNDE, 1954, p. 24-7; e Furtado, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

71 United Nations, ECLA-Brazilian National Development Bank. *The economic development of Brazil*. v. 2 (Analyses and Projections of Economic Development). New York, 1956.

a serem respondidos pela industrialização. Não se sente nos textos econômicos o peso da crise política sobre o desenvolvimento industrial.

Por outro lado, se analisamos um livro sobre a política na época, ou lemos os discursos parlamentares dos deputados da Banda de Música, a facção mais agressiva da UDN⁷², temos a impressão de uma iminente convulsão social e política no país, que paralisava a economia e mergulhava o país numa onda de corrupção e ineficiência.

As duas crises se interpenetravam, mas Getúlio Vargas se empenhava em separá-las, valendo-se da diferença entre o mundo técnico e o mundo da política. Cobrava dos seus assessores econômicos um comportamento técnico e um afastamento da política. E os preservava, na medida do possível, de pressões vindas do mundo político-partidário. O depoimento de Jesus Soares Pereira, que na época coordenava a Assessoria Econômica, é revelador dessa atitude de Vargas:

“Acompanhei a crise de agosto de 1954 muito de perto. Pronunciei-me inclusive a trabalhar no sentido de sua superação (...) Quando me manifestei nesse sentido ao presidente, ele agradeceu e me disse que a contribuição maior que eu poderia dar consistia em continuar... encaminhando as questões que me estavam afetas, deixando o problema da crise política a cargo daqueles que tinham responsabilidade específica. Diante disso não voltamos a tratar desse assunto até o final da tragédia. Continuei despachando normalmente, como se nada houvesse de anormal”.⁷³

Enquanto os estudos se realizavam na área técnica, previamente a sua ida ao Congresso, Getúlio Vargas mantinha, até certo ponto, o insulamento burocrático na Assessoria Econômica, na Comissão de Desenvolvimento Industrial e no BNDE.⁷⁴

Contudo, como Vargas submetia as grandes decisões do seu governo ao Congresso (Petrobrás, Fundo Nacional de Eletrificação, Fundo de Reparamento Econômico, BNDE, Lei do Câmbio Livre, Instrução nº 70 e Eletrobrás, dentre as grandes decisões), nessa arena abria-se o debate público sobre sua política econômica. Esse debate era penetrado pelos interesses, ideologias e pressões partidárias, envolvendo a grande imprensa e a opinião pública. A entrada da TV no país nesse período e o fato de ela se colocar contra o governo Vargas ajudava a radicalizar as posições.

A estratégia de alargar o debate sobre as grandes questões da política

72 Por exemplo, Lacerda, Carlos. *De poimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

73 Pereira, Jesus Soares. Op. cit., p. 141.

74 Uma exceção foi a nomeação de Maciel Filho para presidir o BNDE, o que permitiu a equipe técnica coordenada por Roberto Campos. Este deixa o banco e volta à vida diplomática. Entrevista de Roberto Campos ao Setor de História Oral, CPDOC, 1992/93.

industrial a partir do envio dos projetos ao Congresso era sem dúvida democrática, mas requeria do presidente uma ampla base partidária no Legislativo, o que ele não conseguiu formar. Dentre outros motivos, faltou-lhe o apoio de um bloco político. Era parte da estratégia política de Getúlio não se ligar a um ou mais partidos e buscar se colocar acima deles, para poder promover uma conciliação político-partidária. Dessa forma, Vargas buscava o difícil caminho do meio, evitando radicalizar uma conjuntura por si só profundamente fragmentada. Mas tal estratégia, acima dos partidos, minou a base política do governo.

Desde o início do seu mandato, o presidente começou a sentir a força da oposição que se montaria contra o seu governo. De um lado, a UDN, contestando os resultados eleitorais com o argumento da maioria absoluta; de outro, o silêncio da grande imprensa, que decidiu não prestigiá-lo. No Congresso, Getúlio Vargas não conseguiu formar um bloco partidário de apoio, mas também não encontrou uma postura generalizada de obstrução às iniciativas governamentais. Por trás de cada decisão dava-se uma combinação diversa. A UDN formou um bloco oposicionista com o PL, o PR e o PDC, mas isso não a impediu de favorecer a criação da Petrobrás, sugerindo, inclusive, o caráter de monopólio estatal que o projeto original não possuía. O PTB e o PSD dividiam-se internamente nas votações, atravessados pelas controvérsias internas e pelas disputas regionais. Quando a UDN lança críticas agressivas a Getúlio Vargas através de sua banda de música e de Carlos Lacerda (via *Tribuna da Imprensa*), não há um bloco partidário equivalente que venha em defesa do presidente. Com relação aos governos estaduais, Getúlio foi perdendo aos poucos os apoios com que contara, em virtude dos novos acordos para recompor seu ministério em 1953. Assim, vai se afastando de Ademar de Barros, que rompe publicamente com ele em janeiro de 1954 e desestrutura o PTB do Distrito Federal.

Luciano Martins detecta essa divisão entre a área de formulação e implementação de políticas estratégicas e a área política. Numa o trabalho caminha, decisões são tomadas, objetivos são postos em prática. Noutra, a área política, há constante incerteza.⁷⁵ Ele atribuiu essa dualidade de áreas ao impacto da aceleração das mudanças sobre as elites políticas e aos termos dessas à mobilização popular. Mas é preciso considerar também que, apesar de se interpenetrarem, os dois mundos seguiam seus caminhos independentes: nem se sabia, na área política, do rápido crescimento industrial por que o país passava, como também não se imaginava, na área técnica, a falta que fazia uma maior divulgação dos trabalhos em processo e das

75 Martins, Luciano. Op. cit., p. 141-2.

realizações que já começavam a aparecer, para que o governo ganhasse mais reconhecimento.

A imprensa certamente colaborou para que essa informação não chegasse à opinião pública e, nessa conjuntura, fica evidente o seu papel como alimentadora de crises. O único jornal que divulgava o que se passava no governo Vargas era a *Última Hora*, o jornal que Samuel Wainer criou, em junho de 1951, a pedido de Vargas, e com financiamento de US\$30 mil provenientes de empresários como Euvaldo Lodi, Ricardo Jafet, Walter Moreira Salles e de Juscelino Kubitschek, mais um empréstimo do Banco do Brasil. O sucesso do jornal levou Wainer a expandi-lo para São Paulo (com o apoio financeiro de Francisco Matarazzo e de Ricardo Jafet) e para o Recife (com o financiamento de José Ermírio de Moraes).⁷⁶

Em abril de 1953, a pedido da UDN, instalou-se na Câmara dos Deputados a Comissão Parlamentar de Inquérito da *Última Hora*. Wainer era acusado de ter se valido da proteção presidencial para obter favores do Banco do Brasil para o jornal. Foram chamados para depor os industriais que lhe davam apoio: Euvaldo Lodi, Ricardo Jafet e Francisco Matarazzo. Um “quarto industrial”, cujo nome Wainer só veio a revelar no seu livro, nunca pôde ser convocado: tratava-se de Juscelino Kubitschek. Se incluído na CPI da *Última Hora*, certamente seu destino político e o do país seriam bem diferentes. Para os industriais, já divididos quanto às políticas do governo, representou um constrangimento ver líderes antigos e recentes da indústria submetidos à inquisição agressiva dos deputados udenistas. A campanha contra Wainer atingiu em cheio Euvaldo Lodi, pelo acesso que Carlos Lacerda teve à Rádio Globo (via Roberto Marinho) e à TV Tupi (via Assis Chateaubriand).⁷⁷ Os deputados do PSD, que deveriam defender Vargas e Samuel Wainer na CPI (entre eles, o jovem parlamentar Ulisses Guimarães), desinteressaram-se pelo combate deixando a CPI nas mãos da UDN.⁷⁸

O ano de 1954 mostra de forma clara a “esquizofrenia” por que passava o governo Vargas: na área da economia, a Petrobrás começava a entrar em

76 Wainer, Samuel. *Minha razão de viver*; e Silva, Hélio. *1954: um tiro no coração*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

77 Wainer, Samuel. Op. cit.; e Lacerda, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

78 Wainer foi acusado na CPI e os relatórios da comissão foram enviados à Justiça. Vargas solicitou que o Banco do Brasil executasse a *Última Hora*, e o jornalista teve que pagar suas dívidas, recorrendo, de novo, a Matarazzo, Jafet e ao ministro Simões Filho. Embora Vargas tenha se afastado de Wainer e do seu jornal desde o episódio da CPI, a *Última Hora* continuou sendo identificada com o governo Vargas, e, quando de sua morte, ela cumpriu importante papel pacificador dos ânimos indignados dos cariocas, que lamentavam a morte do seu presidente. Wainer, Samuel. Op. cit.; e Silva, Hélio. Op. cit.

funcionamento, e eram inauguradas algumas obras feitas durante a gestão de Getúlio (a Companhia Mannesmann, a Usina de Paulo Afonso, da Chesf). A capacidade de geração de eletricidade começava a mostrar aumentos, resultantes dos diversos investimentos feitos em usinas geradoras, e as refinarias davam um salto na produção de derivados de petróleo. As indústrias do Centro-Sul produziam febrilmente, levando a taxa de crescimento industrial desse ano a se manter, como em 1953, em torno de 8,7% (em 1955 ela subiria para 10,6%).⁷⁹ A Subcomissão de Jeeps, Tratores, Caminhões e Automóveis, a comissão Executiva da Indústria de Material Automobilístico (Ceima) e a Ceime (material elétrico), organismos da Comissão de Desenvolvimento Industrial, seguiam seu trabalho, em conjunto com indústrias montadoras de veículos estrangeiras, de autopeças e acessórios, de material elétrico leve e pesado, para viabilizar a fabricação local de veículos, motores e equipamentos elétricos.

Enquanto isso, na área política, cresce a oposição ao governo Vargas, com o anúncio do aumento de 100% do salário mínimo feito pelo ministro do Trabalho em fevereiro de 1954. Nos três meses decorridos entre o anúncio do aumento por Jango e sua implementação em maio, acumularam-se as críticas ao governo. Os militares protestaram contra as conseqüências negativas do aumento para as forças armadas e para a sociedade no Manifesto dos Coronéis (fevereiro de 1954). Às suas vozes juntaram-se os empresários industriais, que tinham obtido o compromisso de Getúlio de que o aumento não iria além dos 40%. Vargas afastou seu ministro do Trabalho ainda em fevereiro, mudou também seu ministro do Exército, mas manteve o aumento de 100% do salário, o qual anunciou em discurso no dia 1º de maio.

Mas, a despeito da firme oposição das associações industriais à medida de duplicação do salário mínimo, não ocorre uma ruptura da burguesia industrial com Vargas. Os industriais estão desunidos para tomar uma decisão uniforme. As posições da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro se chocam com as da Fiesp. Há uma séria crise de liderança, com a morte de Roberto Simonsen e de Morvan Dias Figueiredo, enquanto Euvaldo Lodi está desgastado por seu envolvimento com a *Última Hora*.

Até o início de 1953, a aliança de Euvaldo Lodi com os industriais da Fiesp reduzia o peso e a voz dos industriais cariocas liderados por Zulfó Mallman, que estavam ideológica e politicamente na oposição desde o início do governo. Porém, com o envolvimento de Lodi na CPI da *Última Hora*, este se afasta temporariamente da presidência da CNI e da Firj. A partir de então, nenhum líder industrial poderia falar em nome de toda a indústria,

79 Para as taxas anuais de crescimento do setor industrial, ver Revista *Conjuntura Econômica*, 27 (2), dez. 1973.

como o fizeram Simonsen e Lodi. O rápido crescimento industrial e a emergência de novas agências decisórias no interior do Estado estavam mudando radicalmente a forma de ligação entre Estado e empresariado industrial. O setor industrial se compartimentalizava entre setores dinâmicos e tradicionais, setores locais, associados e estrangeiros, os quais se ligavam com o Estado de forma também segmentada, através dos organismos neocorporativos criados no período Vargas.

Em 1954, a crise política encontra a CNI acéfala, e a Firj nas mãos de Zulfo Mallman. A Fiesp assumira o vazio deixado por Lodi, e seria ela que iria protestar, em nome da classe, contra a duplicação do salário mínimo. Mas esse protesto não implica ruptura de todo o setor industrial com Vargas, e uma conseqüente aliança com a burguesia comercial.

O que passa a ocorrer, entre maio e agosto de 1954, é uma posição dual da Fiesp frente ao governo Vargas, o que se reflete nos editoriais do seu *Boletim Informativo*: de um lado, são feitas críticas ao Ministério do Trabalho, ao aumento "abusivo e arbitrário" do salário mínimo e às medidas ligadas à previdência social; de outro, a Fiesp mostra os avanços na implantação da indústria automobilística, de material elétrico, da química, e anuncia o encaminhamento do novo projeto de tarifa ao Congresso.

No fogo cruzado entre partidos, ideologias e interesses econômicos opostos, Getúlio esperava encontrar uma saída da crise que representasse o caminho do meio e evitasse radicalizações. Buscava um bloco de apoio, que não conseguiu. Com o aumento salarial, visava as eleições de 1954 e procurava se antecipar à campanha do Partido Comunista pelo aumento de 100% do salário, que se seguiria aos movimentos da "panela vazia" e contra a carestia. Tentava também conquistar o voto dos eleitores urbanos das áreas populares, na mesma estratégia populista usada por Ademar de Barros e Janio Quadros em São Paulo. A linha da conciliação varguista nesse momento oferecia aos industriais oportunidades de crescimento econômico e aos trabalhadores urbanos melhores condições de vida.

Em meio à crise política, desenvolve-se uma séria crise do café, que envolve uma queda de 1/3 nas exportações do produto, ocasionada pela reação dos EUA à elevação dos preços, considerada especulativa pelos norte-americanos. Em meio à crise de agosto, Vargas sofre a pressão dos cafeicultores para o aumento da taxa de câmbio do café exportado, que se resolve pelo atendimento à demanda pela Instrução nº 99 da Sumoc. A crise política não impedia portanto que a área da economia seguisse o seu caminho, mas colocava-lhe obstáculos, como o impacto inflacionário que advém do aumento salarial de maio de 1954. O programa de estabilização de Osvaldo Aranha, embutido na Instrução nº 70, não conseguira cumprir seus objetivos, mas a medida cambial resolvera a difícil situação de escassez

de divisas que o país enfrentava, e estava agindo como um mecanismo tarifário e fiscal, protegendo os industriais e enchendo os cofres do governo.

O atentado contra Lacerda, no início de agosto de 1954, atinge não só a Getúlio como também a Euvaldo Lodi. Este, a pedido de Alzira Vargas, contribuía para as despesas da guarda pessoal de Vargas, chefiada por Gregório Fortunato. O inquérito civil para a elucidação do "crime da Toneleros", onde foi mortalmente atingido o acompanhante de Lacerda, major da Aeronáutica, foi transformado pelo Ministério da Aeronáutica em inquérito policial-militar. Sediado no Galeão (base militar da Aeronáutica na ilha do Governador, Rio de Janeiro), o inquérito sofreu pressões de políticos da UDN e de militares ligados a Lacerda. Gregório Fortunato, sob tortura, confessou o nome de pessoas envolvidas com a guarda pessoal, implicando-as também como mandantes do crime. Dentre os acusados estava Euvaldo Lodi. Para não ser envolvido no inquérito, Lodi fugiu do Rio de Janeiro.⁸⁰ A partir desse episódio, Lodi é pressionado a se afastar de vez da Confederação Nacional da Indústria e da Firj. Zulfó Mallman assume então a liderança da federação carioca, onde se manteria até 1964, e transforma a entidade num órgão de defesa do livre mercado do câmbio, da privatização nas áreas do petróleo e da energia elétrica e do estímulo à entrada de firmas e capitais estrangeiros no país. A Firj seria, ao lado da UDN, um órgão de combate às políticas dos herdeiros de Vargas. Alia-se aos militares da Escola Superior de Guerra e simpatiza com Lacerda.

Com o afastamento de Euvaldo Lodi da presidência da CNI em 1954 e sua substituição por um obscuro industrial baiano da Federação das Indústrias daquele estado (Augusto Viana Ribeiro), o papel da CNI se reduz, projetando na liderança da luta dos industriais a federação paulista. De lá saíam os porta-vozes setoriais que iam estar presentes nos diversos organismos que tratam da política industrial do restante da década. Essa tendência, entretanto, subverte a estrutura corporativa tradicional, que estabelecia que a CNI deveria funcionar como o órgão de cúpula, acima das federações regionais. Nesse momento, em que diminui o papel da CNI e se reforça o poder de representação da Fiesp, aparecem também os grupos de trabalho e as comissões executivas, que iriam gerar as associações paralelas da indústria. Entrava em crise o corporativismo empresarial montado nos anos 30, profundamente marcado pelo getulismo. Mas ele teria ainda uma longa sobrevida.

A precipitação dos acontecimentos leva a uma aliança civil-militar que prepara o golpe contra Vargas. Sob a pressão de ter que renunciar, Getúlio

80 Em entrevista com a autora, Jaci Magalhães, assessor de Lodi na CNI afirmou ter sido em várias ocasiões o portador das contribuições de Lodi para Fortunato.

opta pela morte, deixando um documento onde fica claro que, tendo falhado na busca do caminho do meio, era preciso recorrer ao ato extremo do suicídio.

A morte de Vargas foi um divisor de águas na política brasileira. Na sua ausência, foi necessária a reavaliação, pelos militares, políticos e opositores, dos rumos a serem tomados no futuro. Os militares mantiveram a divisão interna, mas se uniram em torno da manutenção da Petrobrás, seriamente ameaçada de ser privatizada no governo Café Filho. O PTB e o PSD se voltaram para a formação de um bloco partidário que sustentou a candidatura de JK à Presidência em 1955. A UDN acentuou sua linha golpista, lutando agora contra os herdeiros de Vargas. Em 1955, os editoriais da revista da Fiesp apoiaram JK como o candidato que tinha propostas favoráveis à indústria. E Juscelino provaria ter a *virtu* para atingir o caminho do meio, com grande ajuda da *fortuna*, que veio em seu favor, e das instituições e grupos técnicos formados no segundo período Vargas.

O Brasil de Getúlio Vargas visto da Fundação Getúlio Vargas



SALOMÃO QUADROS DA SILVA



“Continua a ocorrer na capital da República mais ou menos um suicídio por dia. Até o mês de agosto, período que abrange 243 dias do ano em curso, foram notificados ao Serviço Federal de Bioestatística 289 suicídios, ou seja, 1,2 diariamente.”

Esta é a íntegra da nota nº 3 da coluna Índices Sociais, publicada na revista *Conjuntura Econômica* de outubro de 1954. Embora o período inclua a morte do mais ilustre suicida brasileiro, o teor da nota em nada difere do padrão seguido em edições anteriores e posteriores. A impessoalidade do estilo, opção original dos editores, é mais forte que o personalismo do suicida de 24 de agosto. Da leitura da coluna dir-se-á que Getúlio saiu da vida e entrou para a estatística.

Dessa leitura dir-se-á também que é superficial e desfocada, provocação barata. Afinal a edição de *Conjuntura* de setembro de 1954 inicia-se com uma justificada homenagem ao patrono da Fundação Getúlio Vargas. Mais do que isso, as várias edições da revista reconstituem de maneira tão minuciosa quanto desapassionada a trajetória da economia nacional. As paixões e preferências, assim como os debates acalorados que marcaram o conturbado período Vargas, ocupam as páginas da *Revista Brasileira de Economia (RBE)*, o periódico científico da FGV. Nelas, Gudin e Bulhões verbalizam a ideologia e o receituário *egeveano*.¹ Há também espaço para

1 Eugênio Gudin, engenheiro, economista, criou o Núcleo de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Morreu aos 100 anos deixando incontáveis escritos sobre os problemas brasileiros, além de contribuições teóricas e educacionais de grande envergadura. Octávio Gouvêa de Bulhões foi um dos criadores da Faculdade de Ciências Econômicas e professor de economia por várias décadas. Ligado a vida inteira à FGV, Bulhões também ocupou cargos importantes na administração pública. Gudin e Bulhões foram ministros da Fazenda que priorizaram e alcançaram sucesso no combate à inflação.

Prebisch, Furtado, Kafka e Kingston,² além de edições inteiras dedicadas às Contas Nacionais, ainda no nascedouro. Mas a *RBE* parece ter um compromisso maior com o universalismo. Muitas de suas páginas são assinadas por gente do calibre de Viner, Burns, Nurkse³ e outros que vieram ao Brasil em ocasiões diferentes para seqüências de conferências.

O Brasil do segundo governo de Getúlio Vargas, visto da Fundação Getúlio Vargas de então, é um projeto de fôlego, aqui apenas esboçado. O texto que se segue procura exemplificar, a partir de matérias e artigos publicados nas duas revistas, como a instituição percebia, interpretava e se posicionava com respeito a temas, acontecimentos e decisões de política econômica. A abordagem dos tópicos não obedece à cronologia. O destaque que a eles se concede tenta refletir, se possível, a atenção conferida a cada um nas páginas das duas revistas. O tópico de abertura são as manifestações nacionalistas e a criação da Petrobrás. Em seguida vem a questão cambial e a adoção da Instrução nº 70 da Sumoc,⁴ o aumento do salário mínimo, a descrição estatística da economia através de sucessivas estimativas das Contas Nacionais e por fim a problemática do desenvolvimento, tema surpreendentemente caro aos fundadores da Fundação Getúlio Vargas.

Economia e nacionalismo

O período Vargas, por várias razões, foi especialmente propício à exacerbação do sentimento nacionalista. A esse respeito, o prof. Bulhões publicou na *RBE* de março de 1952 um ensaio onde pretende demonstrar que se “passarmos a considerar a nacionalidade dos indivíduos como o

2 Raul Prebisch, economista argentino, formulou teses até hoje discutidas sobre os entraves ao desenvolvimento da América Latina. Seu nome está indissociavelmente ligado à Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Celso Furtado, economista, brasileiro, é um dos maiores estudiosos das questões ligadas ao desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito à implementação de políticas públicas. Foi ministro do Planejamento e tem inúmeras obras publicadas. Alexandre Kafka e Jorge Kingston comandaram a primeira geração de economistas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV.

3 Durante os anos 50 a FGV trouxe ao Brasil alguns dos mais notáveis economistas da época. Suas conferências foram publicadas na *RBE*. A título de exemplo citamos as seguintes: Jacob Viner, professor da Universidade de Princeton, jun. 1951; Arthur E. Burns, professor da Universidade de George Washington, set. 1953; Ragnar Nurkse, professor da Universidade de Columbia, dez. 1951.

4 A Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), de 9 de outubro de 1953, alterou radicalmente a política cambial brasileira. Foram estabelecidas categorias de produtos para exportação e importação e com elas as taxas múltiplas determinadas em leilões.

elemento essencial do raciocínio”, então perdemos “a orientação do bem-estar social como finalidade última”.⁵

A fim de comprovar sua afirmação, Bulhões sustenta que o nacionalismo é “meio de ação política”, e não pode ser considerado um fim em si mesmo. “A finalidade última da economia está na melhoria do bem-estar social”. Assim, tanto o liberalismo quanto o socialismo são processos para se alcançar aquela finalidade.

Como não poderia deixar de ser, em se tratando do prof. Bulhões, parte da argumentação apóia-se nos ensinamentos de Adam Smith. Ressalta o professor que o cosmopolitismo fisiocrático de Smith era, em verdade, uma reação “ao espírito monopolístico da época em que ele escreveu”. Cita como exemplo a política da lã na Inglaterra. Por trás da proibição das exportações de lã estaria o desejo dos industriais de comprá-la “a preço vil e concorrer com os tecidos, no mercado mundial, à custa dos produtores de lã e não por meio da perícia da produção fabril”.

Revela ainda Bulhões que “de forma alguma, a presença ou a ausência da intervenção estatal participa dos fundamentos da economia lançados por Smith”. Ocorre que à sua época eram ínfimas a honestidade e a competência do governo inglês. Em tais circunstâncias, “era natural que Smith confiasse mais na iniciativa exclusivamente particular do que nessa iniciativa mal articulada com a ação governamental”.

Para não se limitar apenas a tecer conjecturas filosóficas, Bulhões examina duas manifestações genuínas de nacionalismo, típicas do período Vargas: o problema do petróleo e a transferência de lucros. No primeiro caso, Bulhões recua ao século XIX, quando a exploração agropecuária em muito se diferenciava da exploração mineral. A primeira, ao contrário da segunda, integrava-se à vida econômica do país produtor.

Mas em meados do século XX a produção de petróleo não mais seria um empreendimento alheio à economia do país: “estamos ansiosos de petróleo para o consumo e não para a exportação”. Adicionalmente, “o legislador brasileiro (...) julgou mais acertado considerar o subsolo pertencente ao Estado”. “Ora, se o governo da União pode estabelecer as condições de pesquisa, de exploração e de venda dos produtos, onde o perigo, de que tanto se fala, de concessão a estrangeiros?” Bulhões termina sua primeira digressão lamentando a incoerência de nossos nacionalistas ao transformarem meios em fins.

A segunda manifestação, a transferência de lucros, é, na apreciação de Bulhões, no mínimo, contraditória: “trata-se de reação contra estrangeiros pela falta de entrada de capitais estrangeiros”. Essa escassez é reflexo de

5 Bulhões, Octavio Gouveia de, *Economia e Nacionalismo*, RBE, mar. 1952.

várias causas. Historicamente, “as inclinações aos investimentos no estrangeiro coincidem com as expansões verificadas nos países capitalistas”. Foi assim com as ferrovias, os frigoríficos e agora seria a vez da energia elétrica.

Mas a repulsa aos investimentos vindos do exterior recrudescceu e produziu regulamentações esdrúxulas como a proibição da remessa de lucros oriundos de reinvestimentos, baseada na suposta separabilidade entre estes últimos e o capital original. Bulhões não vacila em mostrar a incongruência da decisão: “o lucro, aliás, poderia ser remetido para o estrangeiro e de lá voltar, em quantia equivalente, sob a forma de capital original, para ser aplicado no empreendimento”.

Na realidade, o vulto dos lucros a serem remetidos ao exterior, um dos elementos da retórica nacionalista, é fruto da sobrevalorização cambial e Bulhões a reconhece como lesiva para a economia do país. Mas tanto o problema cambial como o tributário, relativo a pagamento de imposto de renda, seriam facilmente removíveis no entender do prof. Bulhões. O mesmo ele não afirmaria do fervor nacionalista.

Por mais criteriosas e contidas que fossem as posições emanadas da Fundação Getúlio Vargas, é indissimulável o desapontamento com a solução Petrobrás. O retrospecto sobre o ano de 1953, publicado na edição de janeiro de 1954 de *Conjuntura Econômica*, é ilustrativo desse estado de espírito.

“A tese nacionalista, consubstanciada na mensagem governamental criando a Petrobrás, venceu a tese da livre exploração, com participação de capitais privados nacionais e estrangeiros. O ano de 1954, que se inicia com a incorporação da Petrobrás, criada pela Lei nº 2.004, de 3-10-1953, é a estaca zero de um empreendimento em que o Estado arcará com a responsabilidade de obter êxitos em setor exigente de inversões inavaliáveis, já que depende da pesquisa, e cujos resultados têm muito de aleatório”.⁶

Crises cambiais e a instrução nº 70

Em seu retrospecto sobre o ano de 1953, a revista *Conjuntura Econômica*⁷ qualifica o desequilíbrio do balanço de pagamentos como “sem precedentes”. E os precedentes estavam longe de ser auspiciosos. Desde 1951 o país acumulava atrasados comerciais, denominação eufemística do popular calote. A saída encontrada pelo governo para contornar esta “situação calamitosa” foi a imposição de “drásticas restrições às importações”. Com elas, as

6 *Conjuntura Econômica*, jan. 1954, p. 33.

7 *Conjuntura Econômica*, jan. 1954, p. 55.

importações caíram de Cr\$3.700 mensais no primeiro semestre de 1952 para Cr\$1.800 mensais no primeiro trimestre de 1953, o que determinou “severo recuo na indústria nacional”.

É bem verdade que o câmbio foi um entre vários ingredientes do recuo.

“Impacto igual ou maior que as restrições de suprimentos de matérias-primas ou equipamentos para a indústria foi o resultante da crise de energia elétrica, que eclodiu em 1953 com intensidade extraordinária, pois veio juntar-se ao esgotamento da capacidade de energia instalada uma longa estiagem que reduziu a vazante das represas”.⁸

Em setembro de 1953 a indústria produziu rigorosamente o mesmo volume físico que em setembro de 1952.

Em fevereiro de 1953 deu-se início a um processo de revisão da política cambial até então em vigor, caracterizada por uma taxa mantida praticamente inalterada desde antes da II Guerra Mundial. A medida inaugural foi a instituição da Lei do Câmbio Livre. A nova lei instituiu o mercado paralelo da taxa livre de câmbio e estabelecia combinações entre esta taxa e a oficial, em proporções variáveis. Criava-se assim “um sistema de taxas múltiplas, algumas das quais flutuantes”.

O principal objetivo da medida era neutralizar, tanto quanto possível, os efeitos da inflação sobre a competitividade das exportações. A taxa cambial fixa em presença de custos crescentes dificultava a colocação de produtos brasileiros no mercado externo. Já as taxas resultantes das combinações, por incorporarem a taxa livre, poderiam amortecer esses efeitos. Assim, escoavam-se os produtos ditos *gravosos* sem promover-se uma desvalorização cambial formal.

O novo sistema foi recebido com o mesmo equilíbrio pela revista *Conjuntura*, que desde logo reconheceu não ser aquele “necessariamente o melhor caminho, nem a solução definitiva dos nossos problemas cambiais”. Por outro lado, entendia a redação da revista que “o sistema das taxas múltiplas tem caráter mais flexível que o da taxa única, em virtude das manipulações que se podem realizar internamente nas *misturas* cambiais”. Além disso, “a ânsia de progresso dos países subdesenvolvidos justifica de certa forma uma hierarquização de critérios na importação, de modo a sacrificar o supérfluo em benefício do mais essencial”.⁹

Esse elogio contava com o respaldo técnico de Gudin e Kingston. Em artigo publicado na *RBE*, ainda em dezembro de 1949, os dois autores

8 *Conjuntura Econômica*, jan. 1954, p. 27-28.

9 *Conjuntura Econômica*, jan. 1954, p. 56.

haviam estimado a *taxa de câmbio de equilíbrio* entre Cr\$25 e Cr\$28, por dólar, respectivamente 33,5% e 49,5% acima da taxa oficial de Cr\$ 18,72.¹⁰

Assinalam que “essa conclusão não importa, porém, em qualquer recomendação no sentido de uma desvalorização do cruzeiro”. Antes, “difícilmente se encontraria uma situação como a atual, mais adequada à aplicação do sistema de taxas múltiplas”. Eram três as taxas propostas na época, por Gudin e Kingston: a oficial, para exportação do café e importação das mercadorias de primeira necessidade; a de equilíbrio para as demais exportações e importações não essenciais; e finalmente uma terceira taxa, intermediária, para movimentos de capitais e remessas de lucros. A Lei do Câmbio Livre de 1953 foi além, instituindo cinco taxas.

A recomendação contida naquele artigo de uma taxa sobrevalorizada para o café é fundamentada empiricamente. Artigo de autoria de Schlitter,¹¹ também publicado na *RBE* de dezembro de 1949, estima a elasticidade-preço da procura do café nos EUA em -0,08. Isto quer dizer que, se o preço do café subisse 1%, o consumo cairia apenas 0,08%. Em outras palavras, o consumo norte-americano de café era considerado muito pouco sensível a variações no preço da bebida.

Essa estimativa é plenamente compatível com o cálculo elaborado anteriormente por Kingston. De acordo com este último autor, usando dados contemporâneos aos de Schlitter, a elasticidade da procura mundial situava-se em -0,14. Outra vez, se o preço do café subisse 1%, o consumo mundial diminuiria 0,14%.

A fraca reação dos consumidores estrangeiros a variações nos preços do café também poderia ser nociva aos interesses do Brasil. Caso os preços caíssem, esses consumidores não aumentariam sua procura por café na mesma proporção da queda dos preços. Dessa maneira, a receita das exportações cairia. E os preços tendem a diminuir sempre que se estimula a oferta. Dado o papel preponderante do Brasil no mercado cafeeiro global, uma desvalorização cambial, ao promover as exportações, muito provavelmente levaria a quedas acentuadas de preço e receita. O tiro sairia pela culatra. Diante da encruzilhada, a recomendação de uma taxa sobrevalorizada parece sensata.

A medida liberalizante de fevereiro de 1953, embora “apresentada em bases sólidas e objetivas”, trouxe resultados modestos. Não houve incremento da atração de capitais estrangeiros, um dos objetivos declarados do

10 Gudin, Eugênio & Kingston, Jorge. A taxa de equilíbrio do cruzeiro. *RBE*, dez. 1949.

11 Helio Schlitter Silva, professor de economia da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. O artigo publicado na *RBE* de dezembro de 1949 chama-se A Elasticidade da procura norte-americana de café.

governo. Segundo *Conjuntura*, os efeitos da Lei do Câmbio Livre, neste particular, mostraram-se aquém do esperado, pois “cumpre não esquecer que a liberdade cambial é apenas uma das variáveis do problema. Muito mais importante é a atitude do governo em face dos investimentos estrangeiros”.¹²

O gradualismo da reforma cambial teve que ser apressado pela pressão de campanhas como *não venda o seu café*, responsável pela redução das vendas externas de 8.475.540 sacas de 60kg nos primeiros sete meses de 1952 para 7.425.739 sacas em igual período de 1953. Esta retração deveu-se à não extensão ao café dos benefícios do câmbio livre. Em agosto de 1953, a Sumoc autorizou que uma parcela da ordem de 15% das cambiais cafeeiras fosse negociada à taxa livre. A reação dos exportadores foi rápida. Nos meses de novembro a dezembro foram vendidas 3,5 milhões de sacas ao exterior.

A modificação substantiva no funcionamento do mercado cambial, determinada pela Instrução n.º 70 da Sumoc, data de outubro de 1953, de acordo com *Conjuntura* “assinalou um marco para o valor externo do cruzeiro e, especialmente, para limitar a discricão administrativa quanto ao problema das importações”.¹³

A análise publicada pela revista privilegiava os aspectos positivos do Plano Aranha e antevia “uma profunda alteração da política de desenvolvimento anterior do governo, em benefício da agricultura”. Outra virtude da medida, saudada pela revista, era a criação de um importante saldo fiscal proveniente da diferença entre ágios arrecadados dos importadores e subsídios pagos a exportadores. Este saldo, ressaltava a revista, poderia repercutir favoravelmente sobre a condução da política monetária, desobrigando as autoridades de se utilizarem de recursos inflacionários.

A reformulação da política cambial prosseguiu em 1954. No dia 14 de agosto a Sumoc baixou a Resolução n.º 99. A principal inovação era o pagamento de 20% das bonificações aos exportadores de acordo com o diferencial entre as taxas livre e oficial. A exemplo da Lei do Câmbio Livre, a razão da medida foi compensar os exportadores de café pela contínua e crescente sobrevalorização da taxa de câmbio. Para se ter uma idéia da extensão do atraso cambial, enquanto a taxa oficial permanecia em Cr\$18,72, fixados quase 10 anos antes, a taxa livre ultrapassava Cr\$ 60,00.

Segundo os cálculos de *Conjuntura*, com a Resolução n.º 99 haveria “uma depreciação [cambial] de fato da ordem de 27% para o café e 22% para os demais produtos”, tomando-se por base o regime estabelecido após a Ins-

12 *Conjuntura Econômica*, jan. 1954, p. 56.

13 *Conjuntura Econômica*, jan. 1954, p. 58.

trução 70. Se é verdade que a taxa livre reflete as pressões inflacionárias domésticas, a Resolução nº 99 “contorna a necessidade de atualizar frequentemente a taxa de câmbio, sempre que o poder aquisitivo de nossa moeda sofrer redução”.¹⁴

O governo Vargas encerrou-se com os preços do café em queda. Durante o mês de agosto de 1954 as cotações do tipo Santos-4, de melhor qualidade, decresceram de US\$ 87/lb para US\$ 65/lb. As exportações do produto para os EUA naquele mês ficaram em 145.479 sacas de 60kg contra 860.136 sacas de 60kg em agosto do ano anterior. O diagnóstico de *Conjuntura* para esta forte retração era taxativo:

“as discussões públicas em torno do chamado *confisco cambial* (compra das cambiais do café por Cr\$31 em vez de Cr\$62 por dólar), aliadas à série de desvalorizações ocorridas desde agosto do ano passado, levaram, ao que parece, os importadores norte-americanos a duvidar da capacidade de resistência do governo brasileiro no que se relaciona à manutenção do *status quo* no café”.

Era, portanto, racional a atitude americana de retirar-se do mercado. Comprando menos, os americanos potencializariam as pressões domésticas para que o governo brasileiro desvalorizasse o câmbio. Isto os beneficiaria a médio prazo pela redução dos preços, segundo o mecanismo anteriormente descrito.

O aumento do salário mínimo

Uma das decisões mais polêmicas de Vargas, tomada mesmo ao custo da demissão de seu ministro do Trabalho, João Goulart, foi o reajuste do salário mínimo. Anunciado em 1º de maio de 1954, o decreto presidencial estabeleceu aumentos que variavam entre 14% e 220% em relação aos valores referentes a janeiro de 1952. Os aumentos superiores a 100% deveriam beneficiar cerca de 70% da população urbana. Em sua edição de maio de 1954, *Conjuntura* advertia para os impactos inflacionários da medida, chamando atenção para o papel decisivo da política monetária na atenuação dessas pressões.¹⁵

As reações emitidas pela FGV variaram do ceticismo à franca desaprovação. O prof. Bulhões, à época presidente do Conselho Nacional de Economia, procurou pessoalmente o presidente da República com o propósito de alertá-lo quanto aos efeitos indesejáveis da decisão de aumento do

¹⁴ *Conjuntura Econômica*, ago. 1954, p. 2/3.

¹⁵ *Conjuntura Econômica*, maio 1954, p. 8/9.

salário mínimo. Paralelamente, o Conselho publicou em sua revista um parecer técnico sobre a matéria.¹⁶ A *RBE* de dezembro de 1954 dedica praticamente metade da edição à análise do problema. São dois artigos, um de Kafka e outro de Kingston.¹⁷

O primeiro e mais extenso, de autoria de Kafka, segundo suas próprias palavras “visa mais a objetivar processos de análise da repercussão inicial do aumento do salário mínimo sobre a economia do país do que propriamente formular conclusões a esse respeito”. Seguindo à risca os preceitos marginalistas, Kafka afirma que a elevação do salário mínimo só não causará desemprego se houver “elevação de todas as expressões monetárias”. No jargão moderno o termo seria acomodação monetária, ou se ja, só não haveria desemprego se as autoridades monetárias afrouxassem o controle da moeda.

Mais adiante Kafka rebate a tese de que o aumento do salário mínimo favoreceria o aumento da produtividade da mão-de-obra. Pelo contrário, sustenta o autor que maiores ganhos poderiam resultar em menor oferta de mão-de-obra. “Esta forma de reação é tanto mais provável quanto mais se descer na hierarquia do operariado, chegando-se a elementos de pouca educação e cujas necessidades são relativamente limitadas”. A hipótese de aumento da capacidade de trabalho como consequência da melhoria do padrão de vida é descartada por Kafka, pelo menos numa análise a curto prazo.

Adicionalmente, conforme salienta o autor, existem “raízes sociais profundas” para a baixa produtividade da mão-de-obra. Para reforçar seu ponto de vista cita estudo da Cepal, segundo o qual “a presença de pessoal supérfluo nas fábricas antigas do Brasil não se deve precisamente à incapacidade dos diretores e chefes em reconhecer o excedente, mas à perpetuação de normas tradicionais de trabalho”. Se a racionalização fosse viável, os ganhos de produtividade sem investimentos substanciais iriam de 50% nas fiações modernas a 190% nas tecelagens antigas.

Outro impacto do aumento do salário mínimo examinado por Kafka é a possível compressão dos lucros das empresas. Caso os empresários não reagissem elevando preços, haveria a ocorrência simultânea de desemprego, “especialmente entre o operariado menos qualificado”, e de redução das disponibilidades para investimento. Como boa parte da reação esperada era mesmo através da alta de preços, Kafka elaborou alguns cenários quantitativos sobre os efeitos inflacionários do aumento dos salários em geral e não só do mínimo. Para tanto recorreu a Kingston. Em artigo publicado na

¹⁶ *Revista do Conselho Nacional de Economia*, maio-jun. 1954.

¹⁷ Kafka, Alexandre. O impacto do novo salário mínimo. *RBE*, dez. 1954, e Kingston, Jorge. Os salários na indústria e a influência dos novos salários mínimos, *RBE*, dez. 1954.

mesma *RBE*, este segundo autor estimou a influência do novo salário mínimo sobre os salários industriais. Usando dados sobre a distribuição dos salários por faixas e apelando para a sua farta imaginação estatística, Kingston conclui que o aumento médio da folha salarial seria de 58%.

De volta a Kafka, este, em seu primeiro cenário, admite aumento médio de salários de 27%. Nessas circunstâncias, o impacto sobre o nível de preços resultante deveria situar-se entre 18% e 22%. Um cenário alternativo, talvez mais realista, supõe um aumento salarial de 54%. A inflação decorrente seria alguma coisa entre 32% e 41%.

As estimativas de inflação supõem a manutenção dos lucros em nível compatível com uma taxa de investimento líquido de 14%. Em cada um dos cenários de aumento salarial, os dois valores extremos para as estimativas da taxa de inflação correspondem às duas formas visualizadas pelo autor para financiar os gastos adicionais com pagamento de salários ao funcionalismo público. O valor mais alto corresponde à elevação dos impostos indiretos e o mais baixo a uma combinação de aumento de impostos diretos e redução de gastos.

Kafka obviamente reserva algum espaço para sublinhar o papel da política monetária no sentido de propagar ou de conter a inflação deflagrada pelo aumento do salário mínimo. Admite, no entanto, a existência de outras pressões monetárias oriundas sobretudo de gastos públicos. A inflação, medida pelo custo de vida no Rio de Janeiro, encontrava-se em 25% nos 12 meses até agosto de 1954. Seu sentido era de ascensão. A passagem, ainda que meteórica, do prof. Gudin pelo ministério da Fazenda do governo Café Filho refreou em boa parte as expectativas inflacionárias, preservando o poder aquisitivo do salário mínimo.

Contas nacionais

Em 1947, foi formado na Fundação Getúlio Vargas, pelo prof. Eugênio Gudin, o Núcleo de Economia, embrião do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), criado em 1951. Na agenda do Núcleo de Economia figurava como prioridade a estimação da renda nacional. A cada ano, durante vários anos, a *RBE* reservava uma edição inteira para a divulgação dos trabalhos conduzidos pela equipe da renda nacional. Ao examinar-se o conjunto de tabelas publicadas, percebe-se de imediato a riqueza e a abrangência das estimativas. Não é pertinente, neste contexto, avaliar-se a perda de substância das contas nacionais com o passar dos anos. Pelo contrário, cabe tirar proveito da abundância de registros disponíveis para compor-se um painel quantitativo da economia brasileira do período Vargas.

O Brasil do ano da morte de Getúlio Vargas tinha um produto nacional bruto (PNB) de 553,2 milhões de cruzeiros da época. Entre 1954 e 1993, o PNB cresceu aproximadamente oito vezes. Sem grande margem de erro, é correto avaliar o PNB do Brasil de Getúlio como algo ao redor de US\$ 55 bilhões atuais. Era, portanto, um país de estatura econômica semelhante a Hong Kong ou Israel de hoje em dia. Em termos *per capita*, a renda situava-se em US\$ 1 mil de 1993, o que iguala aquele Brasil à Colômbia e ao Egito contemporâneos.¹⁸

O Brasil de Getúlio Vargas era um país predominantemente agrícola. O produto líquido da agricultura correspondia, em média, a 30% da renda nacional. A indústria gerava uma renda equivalente a 75% da renda agrícola. Praticamente metade da renda industrial provinha das produções têxtil e de alimentos.

As tabelas confeccionadas pela equipe da renda nacional são particularmente informativas acerca de salários e ordenados. Para produzi-las, a equipe levantava dados junto aos diversos institutos previdenciários, siglas que desapareceram, como IAPB, IAPC, IAPETC e IAPI.¹⁹ Segundo essas tabelas, a remuneração do trabalho, exceto na agricultura, correspondia a 55% da renda nacional. Nada mal para um governo trabalhista. A maior parcela da folha salarial do país cabia à indústria, com 36,7% do total de salários e ordenados. A administração pública vinha logo a seguir, com 20,4%.

São Paulo já havia atingido os 35% de participação na renda que mantém desde então. A cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal e futuro ex-estado da Guanabara, participava com 15% da renda do país. Adicionando-se a parcela correspondente ao antigo Estado do Rio, o percentual sobe para 18,5%, o dobro do referente à década de 90.

É interessante confrontar a parcela do fator trabalho na renda dessas duas unidades da federação. No Rio de Janeiro, Distrito Federal, 70% da renda correspondiam à remuneração do trabalho. No estado de São Paulo esta parcela era de 50%. A média nacional, como já salientado, era de 55%. Uma das razões para a diferença é a concentração de funcionários públicos no Rio de Janeiro. A segunda maior folha salarial do país era composta em 27% de pagamentos a servidores públicos, dois terços dos quais lotados na esfera federal.

18 Segundo metodologia desenvolvida pelo Banco Central, o PNB brasileiro em 1993 estaria em torno de US\$ 420 bilhões, enquanto o seu valor *per capita* ficaria próximo de US\$ 2.700.

19 IAPB — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários; IAPC — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciais; IAPETC — Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; IAPI — Instituto de Aposentadoria dos Industriários.

Essa predominância de funcionários públicos e a inexistência de um setor agrícola, onde os rendimentos, via de regra, costumam ser inferiores aos demais, talvez explique alguns resultados encontrados por Kingston e publicados na *RBE* de março de 1952.²⁰ Nesse que parece ser o pioneiro dos estudos de distribuição de renda feitos no Brasil, a renda no Rio de Janeiro, ao final dos anos 40, era bem menos concentrada que em São Paulo. Era também menos concentrada que a renda americana às vésperas da Grande Depressão.

Em 1954, sob o impacto do aumento do salário mínimo, o total de salários e ordenados dos empregados domésticos superou a remuneração total dos profissionais liberais. Em alguns estados, como Minas Gerais, a renda dos empregados domésticos era o dobro da renda dos profissionais liberais.

Os lucros das empresas, por sua vez, não passavam de 11% da renda nacional. De um modo geral, as empresas retinham 45% dos seus lucros, com os quais bancavam diretamente 25% dos investimentos realizados no país. A poupança pessoal financiava menos de 20% desses investimentos, que totalizavam 17,5% do produto nacional bruto. A parte do leão no financiamento da formação de capital cabia ao setor público. Ao contrário da penúria que aflige o governo nesse final de século, as administrações públicas nos anos 50 tinham orçamentos superavitários. Com suas poupanças, investiam em obras públicas e ainda geravam excedentes capazes de apoiar as inversões privadas.

Parcela minoritária, os juros não iam além de 1% da renda. Este percentual, que representa o componente mais importante da renda das instituições financeiras, contrasta fortemente com os valores do Brasil dos anos 80. Neste Brasil de inflação alta e persistente, as instituições financeiras absorviam entre 15% e 20% da renda nacional. O Rio de Janeiro era a mais movimentada praça bancária do país. Um terço da renda dos intermediários financeiros era formada no Distrito Federal.

Paralelamente aos trabalhos desenvolvidos pela equipe da renda nacional, o IBRE trouxe ao Brasil dois especialistas europeus em estatísticas econômicas: o holandês Gustaaf Loeb e o belga Pierre Van der Meiren. Em conjunto ou individualmente, ambos estimaram e reestimaram índices de produto real para a economia brasileira. “Devido ao estado inflacionário crônico do Brasil, as estimativas da renda nacional, expressas em preços correntes, pouco ou nada revelam sobre o desenvolvimento econômico real do país”, afirmam os autores na abertura do artigo publicado na *RBE* de dezembro de 1954.²¹ A inflação média do Governo Vargas, de acordo com

20 Kingston, Jorge. A desigualdade na distribuição das rendas. *RBE*, mar. 1952.

21 Loeb, Gustaaf & Meiren, Pierre Van Der. O desenvolvimento da produção real e dos recursos disponíveis no Brasil, 1939-1953, *RBE*, dez. 1954.

o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas, foi de 1,3% ao mês ou, equivalentemente, 16,7% ao ano.

O método de trabalho seguido pela dupla foi a construção de índices de produção física para cada setor de atividade para depois agregá-los de acordo com o censo de 1939. Pela série encadeada de 1939 a 1953 pode-se perceber que a economia brasileira, ao cabo da II Guerra, acelerou sua taxa de crescimento de 2,4% ao ano para 5,5% ao ano. A indústria, principal beneficiária do fim do conflito, viu sua taxa de expansão crescer de 5,4% ao ano, durante a guerra, para 8,3% ao ano no imediato pós-guerra e para 8,6% ao ano na primeira metade dos anos 50.

Os índices de produto real de Loeb/Meiren, combinados com dados censitários sobre nível de emprego, permitiram que o prof. Kingston calculasse índices de produtividade. Ao longo da década que antecedeu o governo Vargas a produtividade cresceu 1,5% ao ano na indústria têxtil e diminuiu 0,7% ao ano na indústria de produtos alimentícios. Esses e outros números perturbaram o prof. Gudín, que inicia um artigo na *RBE* de setembro de 1954 sentenciando: “o mais grave dos problemas econômicos nacionais é o da baixa produtividade”.²²

Na sua maneira de entender, “o problema da produtividade é muito mais técnico do que econômico. A revolução industrial foi feita pela engenharia, pela física, pela química e não pela economia”. Nem por isso deixam de ter relevância vários aspectos de caráter econômico. Gudín os examina sucessivamente.

A primeira questão econômica ligada à produtividade que o autor aborda é a do salário. “Para que o salário se eleve é preciso que haja escassez de mão-de-obra em relação aos demais fatores de produção”. Não é o que Gudín observa no Brasil.

“É essa a razão da inconsistência da reforma agrária que se propõe realizar no Brasil e em outros países. (...) Desamparado de capital, de *know-how*, de crédito, o novo proprietário trataria, desde logo, de vender suas terras a quem dispusesse desses outros fatores de produção”.

A segunda consideração econômica feita por Gudín é a de que “não se mede a produtividade pela simples comparação de preços e custos”. O que proporciona elevação de padrão de vida não são “baixos custos monetários de produção e sim alta produtividade física da mão-de-obra”.

O terceiro e talvez mais crucial dos problemas econômicos relacionados à produtividade e seus incrementos são as conseqüências distributivas desses

22 Gudín, Eugênio. Produtividade. *RBE*, set. 1954. Todas as citações que se seguem são desse artigo.

umentos. Em linhas gerais, melhorias de produtividade acarretariam baixa de preço ou alta de salários. Por esse prisma Gudin reduz a pó os supostos méritos da industrialização brasileira.

“Eu sou contrário a essa indústria preguiçosa que amassa fortunas para uma minoria de privilegiados à custa do consumidor, num regime de preços altos e produtividade muito baixa. Meio século após termos entrado (com a Light e Jorge Street) no caminho da industrialização não exportamos sequer um só produto industrial. Só se exporta o que se produz bem”.

O prof. Gudin, aliás, sempre foi um ardoroso crítico do que lhe parecia ser

“o ranço da mentalidade lusitana dos séculos XVI e XVII”. Nesse tempo os intrépidos navegantes portugueses gostavam de “reputar a mercadoria, cobrando preços exorbitantes pelas especiarias trazidas da Índia”.

A produtividade também sofre os efeitos da geografia. “Segundo o saudoso biologista Álvaro Osório de Almeida, o metabolismo basal, no sentido de intensidade de vida do organismo humano, é cerca de 25% mais baixo nos países tropicais do que nos climas temperados”.

O perfil demográfico do Brasil de então é outro elemento adverso.

“O investimento feito em um indivíduo, no Brasil, para criá-lo, nutri-lo e educá-lo elementarmente, até os 20 anos, só se aproveita durante pouco mais de 20 anos, já que a vida média é de 39 anos para as áreas rurais, de 42 para o Rio de Janeiro e de 48 para São Paulo”.

Uma segunda adversidade demográfica do país é a

“parte considerável de sua população, que poderíamos chamar de indígena, assim designando a população rural e mesmo urbana de muito baixos padrões de saúde, nutrição e educação. A assimilação dessa gente à população produtiva exige do restante mais afortunado da população um esforço e um investimento consideráveis”.

Gudin critica também a tese que tomava corpo de que “o Brasil não pode parar”. Na sua interpretação, o extraordinário crescimento verificado no pós-guerra foi motivado por fatores transitórios, rapidamente esgotáveis. Seriam eles o saldo de reservas cambiais acumuladas durante a guerra; um empréstimo externo forçado por conta de importações não pagas e, por fim, os excepcionais preços do café. Para retirar a economia deste estado excitado

“só há um remédio: uma redução substancial dos investimentos e uma cessação do aumento do consumo. E nesta época de demagogia quem terá coragem de dizer isso às massas? E quem executará esse programa de austeridade e sacrifícios?”. Ironicamente, quando o

artigo saiu publicado, Gudin era o ministro da Fazenda que por alguns meses impôs tais sacrifícios.

O último e mais extenso tópico tratado por Gudin no artigo é um de seus temas prediletos, as trocas internacionais. Esse assunto extrapola de muito a problemática da produtividade. Gudin faz, então, repetidas menções a outro artigo de sua autoria denominado *O Caso das Nações Subdesenvolvidas*. Pela multiplicidade de questões aí enfocadas, esse artigo lastreará a seção final do trabalho.²³

A problemática do desenvolvimento

Quais seriam as razões pelas quais vários economistas, nos anos seguintes à II Guerra Mundial, passaram a se concentrar na questão do desenvolvimento? No artigo citado, Gudin enumera quatro: a) o cenário na Guerra Fria e a conseqüente busca de novos avanços entre países, “adiantados uns, subdesenvolvidos outros”; b) a substituição da Inglaterra, país tradicionalmente aberto às relações comerciais e financeiras com o resto do mundo, pelos EUA, país de economia quase auto-suficiente, na liderança da economia mundial; c) “a impaciência dos países subdesenvolvidos pela elevação de seu padrão de vida”; d) o surgimento de organismos internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Esses órgãos, particularmente a Cepal, “sob a dinâmica direção do ilustre prof. Raul Prebisch”, incentivaram a discussão sobre os países economicamente atrasados.

Embora reconhecesse a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o tema do desenvolvimento, Gudin nunca defendeu a criação de uma “nova teoria econômica” que tomasse o lugar da então em vigor, tornada obsoleta. A diversidade de elementos determinantes do desenvolvimento recomendava, a seu ver, a busca de soluções “no estudo, em cada caso, dos fatores e condições favoráveis ou adversos ao progresso econômico.

Gudin ilustra esse ponto de vista através de uma comparação entre a Argentina e o Brasil. A colonização dos dois países tem a mesma origem, a Península Ibérica, e iniciou-se na mesma época. A Argentina, contudo, experimentou um avanço em sua renda *per capita* muito mais vigoroso que o do Brasil. A razão principal é específica ao caso desses países.

“... o clima da Argentina temperado, favorável à saúde humana e igual ao da Europa, a par de vastas e fertilíssimas planícies de

23 Gudin, Eugênio. O caso das nações subdesenvolvidas. *RBE*, set. 1952.

aluvião e um grande rio navegável, lhe valeram, de início, uma imigração européia muito mais intensa que a do Brasil, onde o clima é em grande parte tropical, onde o sistema orográfico ao longo do litoral constitui uma barreira dura de transpor e onde muitos dos rios correm para dentro em vez de correrem para o litoral.”

As convicções de Gudin eram reforçadas pela afirmação de Viner, segundo o qual

*“rapid economic progress has come only to few countries usually only for limited periods of time. Except for temperate climate, countries richly endowed by nature and originally empty of population it has never come”.*²⁴

Diga-se de passagem, o crescimento econômico continua, nos anos 90, a desafiar a interpretação dos economistas. O prof. Robert Lucas, da Universidade de Chicago, cotejou as trajetórias da Coreia do Sul e das Filipinas. Há 30 anos esses dois países eram semelhantes em diversos aspectos econômicos. Desrespeitando o paradigma de Viner, a Coreia do Sul multiplicou sua renda *per capita* seis vezes nesse período enquanto nas Filipinas a renda *per capita* apenas dobrou.

Mais à frente Gudin aborda o ponto nevrálgico de toda a discussão: os termos de troca, ou mais extensamente, a relação entre os preços dos produtos exportados pelos países subdesenvolvidos e os preços dos produtos por estes importados dos países industrializados. A *RBE* de setembro de 1949 publicou alguns extratos do importante estudo elaborado pelo secretariado das Nações Unidas intitulado *Relações de troca pós-guerra entre países subdesenvolvidos e países industrializados*. Foi esse o estudo que municiou Prebisch²⁵ em sua longa exposição acerca do desenvolvimento econômico da América Latina, divulgada também na edição de setembro de 1949 da *RBE* e que logo converteu-se em peça de resistência na luta pela industrialização do continente.

As conclusões do estudo das Nações Unidas são incisivas.

“Os dados estatísticos gerais existentes indicam que, a partir da última parte do século XIX até às vésperas da II Guerra Mundial — um período de bem mais de meio século — registrou-se uma tendência secular para a queda dos preços dos produtos primários,

24 Esta citação está no próprio artigo de Gudin, que a transcreveu do texto de uma conferência feita por Viner nos EUA e sobre a qual Gudin não fornece maiores especificações. Uma tradução das palavras de Viner poderia ser: “... o progresso econômico acelerado tem vindo apenas para poucos países e geralmente por períodos limitados de tempo. Exceto para países de clima temperado, ricamente dotados pela natureza e originalmente vazios de população, ele nunca veio”.

25 Prebisch, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *RBE*, set. 1949.

em relação aos preços dos artigos manufaturados. Em média, uma certa quantidade de produtos primários exportados pagava, ao final desse período, apenas 60% da quantidade de artigos manufaturados que a mesma quantidade adquirida, no início do período”.

Em 1946, segundo estatísticas levantadas pelo Fundo Monetário Internacional e citadas no estudo, as relações de troca haviam melhorado para a América Latina se comparadas com a base que antecedeu a II Guerra Mundial.

A leitura de Gudin diverge do pensamento de Prebisch. O economista argentino

“atribui a piora nas relações de troca ao fato de que as remunerações dos empresários e dos fatores de produção, isto é, os rendimentos monetários e os preços, cresceram, nos centros, mais do que o aumento da produtividade, enquanto que na periferia cresceram menos do que o aumento da produtividade”.

O economista brasileiro, contrariamente, destaca que, para os países industrializados, “o que as estatísticas indicam é a tendência para a estabilidade secular dos preços, enquanto a melhoria da produtividade é absorvida pela dos salários reais e monetários”.

Após uma série de considerações sobre a forma como se manifesta o incremento da renda real proveniente dos ganhos de produtividade, Gudin encerra a polêmica, rotulando-a de “acadêmica, porque, na realidade, a melhoria da produtividade, por motivos bem conhecidos, é geralmente absorvida pelo aumento dos rendimentos, ou melhor, dos salários, sem baixa de preços”. Ao que parece, contudo, os dois economistas concordam num ponto essencial: a produtividade teria aumentado mais nos países industrializados do que nos subdesenvolvidos.

Pode-se discordar da argumentação de Prebisch contestando os dados em que esta se ancora. É o que faz o prof. Baldwin.²⁶ Apoiado em números extraídos da publicação *Industrialization and foreign trade* (Liga das Nações, 1945), Baldwin afirma que “as relações de troca teriam tido, desde 1876 até o advento da I Guerra Mundial em 1914, variações bem menores do que as indicadas pelos algarismos das Nações Unidas”. De 1914 até 1945, no entender de Baldwin, “fatores supervenientes e dominantes, como a guerra 1914-18, a crise 1920-21, a grande depressão 1930-40, a nova guerra 1939-45, tornam quase impossível a possibilidade de destacar a influência dos fatores econômicos supostamente responsáveis pela tendência à deterioração da relação de trocas”.

Para mostrar que não aceitava como fatalidade inexorável a discutida

26 Baldwin, Robert E. A modificação secular das relações de troca. *RBE*, set. 1952.

deterioração na relação de trocas, Gudín cita as conhecidas profecias de Colin Clark, reunidas em seu trabalho *Economics of 1960*. Para este autor, os países subdesenvolvidos seriam favorecidos com “o rápido crescimento da população em muitas partes do mundo, as migrações de trabalhadores do campo para as cidades, aceleradas pelas condições de pleno emprego, a intensificação da procura de certos alimentos em consequência do crescimento da renda real, a necessidade de exportar em que se encontram as nações densamente povoadas”.

Por outro lado, Gudín não hesita em admitir “uma certa inferioridade, congênita vamos dizer, dos países de produção primária em suas relações de troca com os de produção industrial”. A seu ver, isto se deve ao “fato de ser muito reduzido o número de produtos de exportação dos países de economia primária”, todos caracterizados por elevada elasticidade de oferta. Assim, tão logo se tornem convidativos os preços internacionais dos produtos primários, sobrevém uma avalanche de oferta derrubando as cotações.

Apesar de todas as vicissitudes que assolam as economias subdesenvolvidas, Gudín não encampa a industrialização como panacéia. Para que ela cumpra o papel de acelerar a expansão dos níveis de renda dos países que aspiram ao desenvolvimento, é imprescindível, e para isso Gudín conclama a Cepal, a supressão de poderosos obstáculos. São eles: a) “a inflação desordenada, uma das maiores manifestações de ignorância coletiva”; b) o nacionalismo, “um triste complexo de inferioridade”; e c) “a excessiva proteção ao produtor ineficiente”. Sem a remoção desses entraves não se dará fundamentação ao desenvolvimento do Brasil e demais países subdesenvolvidos.

O interesse acadêmico pela questão dos termos de troca permanece aceso passadas quatro décadas da publicação do trabalho de Prebisch. Apenas a título de informação, *The Economic Journal*, renomado periódico britânico, publicou em 1991 e em 1992 artigos de professores ingleses e americanos revisitando o tema. Mesmo hoje as conclusões continuam em desacordo. Usando processos estatísticos e econométricos desconhecidos nos anos 50, Ardeni e Wright afirmam que a proposição de Prebisch é válida por todo o século XX até 1988, última data incluída na pesquisa desses autores. Andrew Powell, por sua vez, prefere interpretar a trajetória nos termos de troca como estacionária, negando a hipótese de Prebisch de deterioração secular.²⁷

A intensa discussão teórica sobre desenvolvimento ocupou várias edições

27 Ardeni, Pier Giorgio & Wright, Brian. The Prebisch - Singer hypothesis: a reappraisal independent of stationarity hypotheses. *The Economic Journal*, July 1992; Powell, Andrew. Commodity and developing country terms of trade: what does the long run show? *The Economic Journal*, Nov. 1991.

da *RBE*. Parte significativa dessas contribuições deveu-se a economistas que não pertenciam aos quadros da FGV. Um bom exemplo são as seis conferências do prof. Nurkse, de Columbia, publicadas na *RBE* de dezembro de 1951. Reunidas sob o título geral *Formação de capital e desenvolvimento econômico*, essas conferências foram consideradas por Celso Furtado, em pormenorizada resenha publicada na *RBE* de setembro de 1952,²⁸ “um dos esforços mais sérios feitos por economistas de países *desenvolvidos* para compreender os problemas que enfrentam atualmente as economias subdesenvolvidas”.

Temporalmente, esses debates localizam-se na fase inicial do ciclo de mais de 30 anos de planos de desenvolvimento no Brasil. Os primórdios do ciclo remontam a 1942 quando a missão Taub²⁹ elaborou um programa de investimentos que não chegou a sair do papel.

Em 1949, divulgou-se o chamado *Relatório Abbink*, fruto do trabalho da Comissão Técnica Mista Brasil-Estados Unidos (Joint Brasil - United States Technical Commission), chefiada conjuntamente por John Abbink e Octávio Gouveia de Bulhões. Além de um diagnóstico geral sobre os problemas econômicos nacionais, o relatório apontava caminhos de estímulo ao desenvolvimento econômico. O prof. Bulhões publicou, em 1950, um cuidadoso ensaio sobre o trabalho da Comissão. *À margem de um relatório*³⁰ é um texto de 60 páginas onde Bulhões, entre outras coisas, reafirma sua convicção no espírito empreendedor das elites privadas brasileiras. Ao mesmo tempo reserva ao Estado o decisivo papel de coordenar os investimentos.

Mais ambicioso que o *Relatório Abbink* foi o trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (Joint Brazil-United States Economic Development Commission). A Comissão produziu uma extensa e abrangente análise dos problemas macroeconômicos brasileiros e forneceu pormenorizada especificação de inúmeros projetos de investimento. De suas recomendações surgiu o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Segundo Roberto Campos, Conselheiro Econômico da Comissão, o emprego do enfoque de “pontos de estrangulamento” (*bottlenecks*) para a escolha de prioridades de investimentos e a disseminação das técnicas de estudos de viabilidade de projetos públicos e privados, além, é claro, da criação do BNDE, foram as grandes contribuições da Comissão.

O contraponto nacionalista às posições ditadas pela Comissão Mista era

28 Furtado, Celso. *Formação de capital e desenvolvimento econômico*. *RBE*, set. 1952.

29 A missão Taub foi formada por engenheiros americanos que elaboraram um programa de prioridades de investimentos para 10 anos.

30 Bulhões, Octávio Gouveia de. *À margem de um relatório*. Rio de Janeiro, Edições Financeiras S/A, 1950.

feito pela assessoria econômica especialmente criada pelo presidente quando de sua posse. Atento simultaneamente a esses dois pólos de aconselhamento, “coerente em sua ambigüidade” como já se disse, o governo constitucional de Getúlio Vargas não teve o mesmo brilho desenvolvimentista do governo Kubitschek. Tampouco conheceu o sucesso antiinflacionário do governo Castelo Branco. Foi, todavia, como os textos examinados nesse trabalho sugerem, cenário do entrelaço de opções econômicas divergentes. É, por isso, o que mais se parece com os dias de hoje.

*O sonho nacional:
petróleo e eletricidade
(1954-94)*



HILDETE PEREIRA DE MELO
ADÍLSON DE OLIVEIRA
JOÃO LIZARDO DE ARAÚJO



Introdução

Nos anos 50, o debate sobre a condução do processo de desenvolvimento econômico foi favorável à corrente que preconizava um papel ativo para o Estado. A maioria dos teóricos do desenvolvimento — europeus, norte-americanos ou latino-americanos — advogava de um modo ou de outro a intervenção do setor público, para viabilizar ou acelerar o processo de desenvolvimento econômico.¹ O Estado envolvia-se fortemente na infraestrutura, em particular no setor energético; no Brasil, esse debate foi especialmente agudo no segundo governo Vargas, e culminou com a criação da Petrobrás e da Eletrobrás.

Hoje criticam-se os caminhos trilhados pelo processo de industrialização brasileiro. Há duas famílias de críticas: uma toma a posição de que o envolvimento do Estado foi um erro e que este deve afastar-se o mais possível de atividades produtivas; esta posição filia-se à corrente neoliberal, que tem sido hegemônica nos países centrais a partir dos anos 80. Uma posição diametralmente oposta diz que as opções tomadas foram e perma-

1 Ver Hunt, Diana. *Economic theories of development*. New York, Harvester Wheatsheaf, 1989, p. 52 e segs.

necem fundamentalmente corretas, com inevitáveis falhas de percurso. Entre essas duas posições, cabe uma terceira: a de que as políticas seguidas foram corretas, que necessitam mudar para adequar-se às novas condições da economia brasileira, tanto externas como estruturais. Este artigo visa investigar a história do setor energético brasileiro para posicionar-se nesse debate e recuperar o papel de Vargas nessa construção.

O contexto do segundo governo Vargas

Os anos 1920-50 foram décadas em que se introduziram profundas mudanças na economia brasileira. A crise da economia cafeeira de exportação acelerou a divisão do trabalho nacional com a implantação de um setor manufatureiro no País. A incipiente base técnico-produtiva industrial persistia dependente das importações de bens intermediários e de capital. Mesmo de caráter restrito, o surgimento de novas indústrias havia provocado uma transformação profunda das estruturas do consumo energético nacional, sobretudo depois da II Guerra Mundial; de 1944 a 1955 o consumo de carvão mineral, derivados de petróleo e hidroeletricidade cresceu a uma taxa média de 14% por ano (Oliveira & Melo, 1985), provocando pressões cada vez mais fortes no precário aparelho produtivo energético nacional. O binômio transporte e energia ameaçava a expansão industrial; e a superação destes “pontos de estrangulamento” foi a preocupação dominante do segundo governo Vargas.

O problema era que o desenvolvimento industrial do Brasil tinha que fazer uma transição direta da lenha para o petróleo e a eletricidade, e a construção desse sistema energético moderno esbarrava na incapacidade do capital privado nacional de mobilizar volumosos recursos financeiros necessários a empreendimentos de longa maturação e risco elevado, como é o caso do setor energético. Só o capital internacional ou o Estado estavam em condições de promover aqueles investimentos.

Desde 1930 existia no país uma consciência da necessidade de criar mecanismos de centralização de recursos financeiros e técnicos, que viabilizassem investimentos de grande porte na indústria siderúrgica e na refinação de petróleo. A centralização do poder, comandada por Vargas, havia gerado uma série de órgãos públicos (Dasp, Conselho Federal de Comércio Exterior, Conselho Nacional de Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia) voltados para o planejamento do desenvolvimento industrial brasileiro.

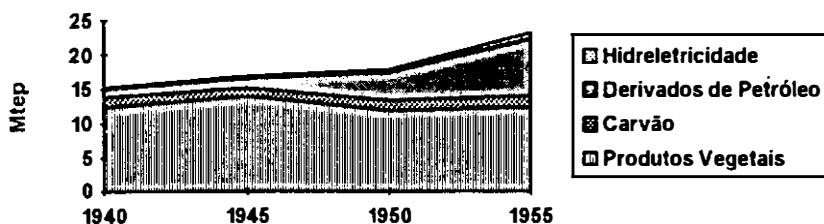
O processo de industrialização em curso tinha gerado um intenso debate entre nacionalistas e privatistas desde os anos 30, que se intensificou no pós-guerra. O nacionalismo econômico havia ganhado uma nova dimensão e empolgava cada vez mais a sociedade, crescendo a proposta de defesa e controle nacional dos recursos naturais e a visão de que a industrialização só seria viável com o apoio estatal, via investimentos diretos em transporte, mineração, energia e indústria de base. A aliança entre militares e quadros técnicos havia feito nascer nos anos 30 as bases de uma política ao mesmo tempo estatizante e nacionalista (Martins, L., 1976. cap. V). Participavam dessa corrente Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes, Aldo Franco, Rômulo de Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás Accioly Borges. A tese do controle nacional sobre os recursos naturais foi reforçada pelo sentimento de vulnerabilidade do país ao suprimento de combustíveis e lubrificantes.² O intenso debate sobre as possibilidades de desenvolver uma indústria petrolífera nacional e a convicção de que o cartel petrolífero internacional não estava interessado em promover esses investimentos na economia nacional fizeram da campanha “O petróleo é nosso” um episódio marcante da vida brasileira.³

No pós-guerra, o debate sobre a forma de organização da indústria brasileira do petróleo foi intenso e apaixonado. Naquela época, as multinacionais do petróleo dispunham de vastas reservas no Oriente Médio, mostrando-se pouco inclinadas a investir em bacias sedimentares com baixa potencialidade petrolífera, à luz do conhecimento tecnológico da época. A solução estatal para construir o aparelho energético nacional, forjada naqueles anos, entendia que só o Estado podia fornecer um abastecimento de energia abundante e com baixos preços necessário à modernização do país. A indústria do petróleo e a eletricidade de origem hidráulica formavam a base da estrutura de consumo requerida pelo avanço do processo de urbanização/industrialização (gráfico 1). O monopólio surgiu como solução racional que garantiria a otimização de recursos escassos, viabilizando ganhos de escala em um mercado incipiente.

2 “O general Horta Barbosa, então Diretor de Engenharia do Exército e importante representante da opinião militar sobre o assunto, redigia seus memorandos secretos, dirigidos ao ministro, descrevendo a situação delicada das forças armadas diante da dependência do fornecimento externo de combustíveis” (Dias & Quaglino, 1993, p. 81).

3 A eleição de Getúlio Vargas parecia representar um posicionamento nacionalista num cenário favorável para os objetivos da campanha do petróleo. A vitória de Vargas deslocava as forças conservadoras político-militares para a oposição, sem no entanto garantir o apoio das forças mais à esquerda na questão do petróleo. A campanha havia chegado ao Congresso e enfrentaria muitas resistências até a criação da Petrobrás, em 1953.

Gráfico 1
Evolução do Consumo Aparente de Energia



Fonte: Martin, J.-M. *Industrialisation et développement énergétique du Brésil*, IMEAL, Paris, 1965, p. 348

O ano de 1954 representou um marco na história política brasileira. O suicídio de Vargas representou a derrota de um projeto governamental de desenvolvimento nacional autônomo. O fracasso do visionário projeto nacionalista teve, no entanto, algumas de suas utopias plenamente realizadas através da constituição das empresas energéticas (Petrobrás e Eletrobrás).

Não é objetivo deste artigo discutir o caráter ambíguo do segundo governo Vargas no que tange à elaboração de um projeto autônomo de desenvolvimento nacional.⁴ É necessário relativizar a observação de Lessa & Fiori (1983, p. 20) de que

“não há vestígio de haver a administração Vargas sonhado com um projeto de desenvolvimento autônomo com hegemonia do capital privado nacional, mesmo porque não era este o desejo do capital nacional que de longa data já se reproduzia em simbiose com o subsistema de filiais aqui instaladas”.

É preciso compreender a figura de Vargas no seu tempo. E esse tempo era de formação do Estado industrial brasileiro. Na realidade, a vigorosa evolução da economia brasileira colocava exigências crescentes de par-

4 Veja sobre o assunto: Draibe, Sônia. *Rumos e metamorfoses. Estado e industrialização no Brasil: 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983; D'Araújo, Maria Celina S. *O segundo governo Vargas (1951-1954): democracia, partidos e crise política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983; Viana, Sérgio Besserman. *A política econômica no segundo governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro, BNDES (11º Prêmio de Economia), 1987; Lessa, C., & Fiori, J.L. *Relendo a política econômica: as falácias do nacionalismo popular do segundo governo Vargas*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, TD nº 30, 1983; Skidmore, Thomas. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

ticipação do Estado no sentido de superar os gargalos causados pelas deficiências na infra-estrutura econômica do país. No que diz respeito ao governo, a intervenção do Estado limitou-se ao reaparelhamento da infra-estrutura de transporte e energia.

No entanto, a historiografia tem consagrado uma interpretação de que o segundo governo Vargas tinha uma estratégia de desenvolvimento econômico baseado num modelo alternativo de capitalismo brasileiro. A outra interpretação coloca esse governo sob a ótica da ambigüidade, ressaltando as estratégias diferentes e conflitantes que a política econômica assumiu naquele período. Skidmore (1975, p.127-128), o primeiro a ressaltar esse aspecto, disse que “o governo Vargas tentou amortizar o efeito de suas medidas econômicas ortodoxas, perseguindo, simultaneamente, uma estratégia de nacionalismo econômico. Essa tarefa Vargas abraçou com entusiasmo”. Esse conflito permaneceu ao longo de todo o governo e teve um ponto final no ato do suicídio. “Autêntica ou não, a carta-testamento foi imediatamente aceita como tal pelo povo. Terminara a indecisão de Getúlio entre uma política ortodoxa ou nacionalista. Sua carta-suicídio era o apelo nacionalista mais vigoroso que jamais fizera” (Skidmore, T., 1975, p. 180). O nacionalismo de Vargas nunca ameaçou a participação do capital estrangeiro na economia nacional “Não nos opomos, como se costuma insinuar, à vinda de capitais estrangeiros para o Brasil. Ao contrário, desejamos que venham.” (Vargas, G., 1951, p. 303) Entendia que o Estado devia preservar a soberania nacional nos setores considerados estratégicos:

“somos contrários, sim, à entrega de nossos recursos naturais, de nossas reservas ao controle de companhias estrangeiras, em geral a serviço do capital cosmopolita (...) o que constitui alicerce de nossa soberania não pode ser entregue a interesses estranhos” (Vargas, G., 1951, p. 303).

Os principais argumentos em favor da visão de que o segundo governo Vargas buscou o desenvolvimento nacional autônomo foram os projetos de criação da Petrobrás e da Eletrobrás. Estas duas empresas e a simbólica morte com um tiro no peito em 24 de agosto de 1954 fixaram no imaginário nacional a figura de Vargas como o paladino do desenvolvimento brasileiro.

A Petrobrás e a Eletrobrás, em suas trajetórias, organizaram o mercado energético nacional e têm um saldo histórico positivo para a sociedade brasileira. A primeira porque criou uma estrutura técnico-gerencial importante, capaz de operar globalmente, e capacitou tecnologicamente a nação a extrair petróleo em águas profundas, possibilitando a descoberta de vastas reservas num país considerado parcamente dotado de óleo. A segunda estruturou dois sistemas interconectados, que permitiram o aproveitamento racional do potencial hidrelétrico brasileiro, e organizou o mercado de

fornecedores, de modo a induzir à emergência de um conjunto de grandes firmas de engenharia nacionais competitivas internacionalmente.

Passados 40 anos, o debate sobre a forma de organizar a indústria brasileira do petróleo e da eletricidade volta à cena política, despertando velhas paixões e mobilizando grupos de interesse. Os liberais batem na tecla da ineficiência estatal, exacerbada pela falta de concorrência, e juntamente com os pragmáticos apontam a falência financeira do Estado como o argumento definitivo para a ruptura do modelo criado pelo segundo governo Vargas para o setor energético. Analisar essas duas conjunturas é o objetivo deste artigo, investigando em que medida 1994 coloca de ponta cabeça o ideário de 1954.

A Petrobrás

Antecedentes

O primeiro documento que fez referência ao petróleo brasileiro data de 1864, quando o inglês Thomas Denny Sargent obteve a permissão do governo imperial para exploração de turfa, petróleo e outros minerais nas terras de Camamu e Ilhéus na Bahia (Dias & Quaglino, 1993). Entretanto, o incipiente desenvolvimento industrial nacional fez com que a indústria de petróleo não se desenvolvesse no país. O consumo de derivados petrolíferos até o início deste século era restrito apenas a querosene, só se diversificando e aumentando verdadeiramente depois da I Guerra Mundial.⁵ A guerra chamou a atenção dos políticos e militares para as dificuldades de abastecimento dos produtos petrolíferos que vinham do exterior (Oliveira, A., 1977, p.13). Capitais privados nacionais mostraram algum interesse pela indústria, mas não tinham nem capacidade financeira nem tecnológica para fazerem face às exigências da indústria petrolífera. De toda maneira, alguns capitais privados, em parceria com o Estado, através do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, perfuraram alguns poços pouco profundos, raramente alcançando 500 metros, com resultados nulos. O capital internacional mostrava algum interesse e a mensagem do presidente Epitácio Pessoa, em 1921, afirmava: “Para a exploração de petróleo, chegaram nos últimos tempos propostas e solicitações de firmas e de capitalistas estrangeiros” (Wilbert & Britto, 1974). Esse “interesse” não se concretizou nos anos 1920 em nenhum empreendimento do capital internacional para explorar o petróleo brasileiro.

5 Somente na virada do século, com a difusão dos motores a explosão, a gasolina começou a ser valorizada; e o óleo combustível principiou a substituir o carvão.

Essa situação aparentemente paradoxal se explica pela superprodução que caracterizava o mercado internacional de óleo naquela década (Grenon, M., 1974, p. 108). As grandes companhias petrolíferas que controlavam a produção mundial não tinham interesse em desenvolver novas áreas produtoras, que tenderiam a aumentar a oferta e reduzir os preços; daí o “interesse” pela bacia sedimentar brasileira.

A crise de 1929 e a Revolução de 1930 tiveram um papel relevante para a industrialização brasileira e por conseguinte para o problema petrolífero. A crise de 1929 tinha deteriorado o poder de compra das exportações brasileiras; Tavares (1972) calculou que este foi reduzido em 50%. Nessas condições, orientar as importações tornava-se imperioso para manter funcionando o parque industrial e avançar no desenvolvimento industrial. Essa pauta já tinha no petróleo um elemento importante, e a tendência era que o seu consumo seria ascendente devido ao processo de industrialização (Tabela 1).

O elemento novo no universo econômico brasileiro era o aumento do poder político do governo central. Ao contrário da etapa anterior, onde aquele era fragmentado pela política dos governadores, a importância política da União consubstanciou-se numa participação crescente do Estado no aparelho produtivo.

Tabela 1
Importação de petróleo e seus derivados

	1934	1936	1938	1940
Milhares de toneladas	846,3	990,3	1.179,2	1.256,5
Valor (Cr\$ milhões)	213,4	336,0	436,2	506,4
Valor médio (Cr\$/tonelada)	256,6	339,3	344,5	403,0

Fonte: *Dez anos de atividade do Conselho Federal do Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944, p. 76.

No campo energético-mineral surgiram várias iniciativas e uma ampla discussão sobre o modelo de organização deste setor. Do Serviço de Fomento da Produção Mineral (SFPM) até a criação do Conselho Nacional de Petróleo (1938), o debate sobre as possibilidades geológicas brasileiras até o refino do óleo importado foi vivo na sociedade. A polêmica avançou e o problema petrolífero evoluía à medida que se aprofundava o processo de substituição de importações, aumentando o consumo dos derivados petrolí-

feros. Com a criação do CNP, este passou a exercer uma estreita tutela sobre o conjunto da indústria petrolífera (Martin, J.M., 1966, p. 226). Esse órgão tinha o poder de fixar o preço dos derivados, demarcar concessões para exploração e impedia que o refino fosse realizado por firmas estrangeiras, ferindo dessa forma os interesses das companhias petrolíferas. A partir de então, os capitais privados nacionais tiveram sempre um papel marginal na indústria brasileira de petróleo.

Em 1940, o problema petrolífero era entendido no país como uma questão nacional. Naquele ano a Standard Oil enviara um documento confidencial ao governo propondo participação em todas as fases da indústria, desde que modificações fossem feitas na legislação. Essa proposta foi rejeitada pelo general Horta Barbosa, presidente do Conselho Nacional do Petróleo, que defendia uma posição nacionalista. Como os destinos dessa indústria não estavam ainda definidos, a queda de Getúlio Vargas e a vitória do general Dutra para presidente da República possibilitaram intervir no CNP, levando a corrente liberal ao controle do Conselho. A legislação foi mudada, permitindo que sociedades organizadas no país pudessem explorar recursos minerais, inclusive petróleo (Constituição de 1946). A inserção deste parágrafo na Constituição foi qualificada pelo ex-presidente da República Arthur Bernardes como uma manobra dirigida pela Standard Oil para permitir sua operação na exploração petrolífera, até então resguardada para nacionais (Oliveira, A., 1977, p. 24).

Os capitais privados nacionais, no pós-guerra, apareciam com uma estratégia mais definida de associação com o capital internacional e faziam pressão para obter a participação do capital internacional no setor. Até a criação do CNP, tinham lutado para que o Estado tivesse um papel de suporte técnico e financeiro ao setor. O fim da II Guerra Mundial havia consolidado a absoluta hegemonia americana. Diante da nova realidade mundial, os empresários nacionais buscaram uma aliança com o cartel do petróleo para desenvolver a indústria petrolífera brasileira.

O caráter estratégico do problema petrolífero provocou a tomada de posição dos militares. O general Horta Barbosa, que liderava a tendência nacionalista, afirmava que a história dos outros países petrolíferos, tais como a Venezuela, demonstrava que só o capital internacional lucra no país onde ele explora o petróleo. O general Juarez Távora, da tendência pró-participação do capital internacional no setor, dizia que os interesses brasileiros convergiam com os interesses americanos para a defesa do "mundo civilizado" (Martins, L., 1976, p. 434).

O governo Dutra enviou em 1948 ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei para regulamentar as atividades da indústria petrolífera, o Estatuto do Petróleo, que correspondia em parte às teses defendidas pelo general Juarez

Távora, pois permitia a participação do capital internacional no setor. O Estatuto do Petróleo definia um sistema de concessões pelo prazo inicial de 30 anos; para acesso a pesquisa e lavra, as companhias estrangeiras não precisavam de associação com o capital nacional, mas no transporte e refino sua participação era limitada a 40%. A exportação de óleo cru e de derivados também era controlada, porque havia uma grande preocupação com o abastecimento interno; “o Estatuto do Petróleo não era um manifesto liberal. Tentava articular um compromisso e terminou por desagradar a ambos os lados” (Dias & Quaglino, 1993, p. 95).

O debate sobre os destinos da indústria ganhou as ruas. Militares, técnicos, estudantes e jornalistas que lideravam a tendência nacionalista qualificavam como entreguista o Estatuto do Petróleo. A palavra de ordem dos nacionalistas era “O petróleo é nosso”, lema cunhado no movimento estudantil e que ganhou a boca do povo. Manifestações se multiplicaram pelo Brasil a fora e o Estatuto do Petróleo permanecia sem aprovação no Congresso Nacional. As companhias estrangeiras também boicotavam o projeto porque desconfiavam da ingerência do CNP na regulamentação do setor e sobretudo temiam não terem o controle do mercado nacional de refino e transporte.

Essa participação do povo numa discussão de cunho estritamente de política econômica foi algo ímpar na história do Brasil. O movimento popular cresceu e difundiu-se pelo Brasil a fora. Em 1949 foi criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen), cujos objetivos eram mais amplos que a simples defesa do petróleo. Nas eleições de 1950 vários membros dos Centros de Defesa do Petróleo, em vários estados, foram eleitos e o debate chegou ao poder legislativo. No Clube Militar, também, a chapa de tendência nacionalista tinha sido eleita; esta era encabeçada pelo general Newton Estillac Leal, futuro ministro da Guerra de Vargas, e o seu vice era o general Horta Barbosa.

As eleições presidenciais de 1950 colocaram mais uma vez Getúlio Vargas no poder, e era necessário resolver o impasse do petróleo. A campanha “O petróleo é nosso” continuava nas ruas, a violência policial perseguia seus membros, com o pretexto de que comunistas participavam da campanha. O Ministério da Justiça (em meados de 1951) tentou suspender as atividades do Cedpen na cidade do Rio de Janeiro, dissolvendo uma conferência a bala, a perseguição se repetia nos estados, sendo que em Minas Gerais o Governador Juscelino Kubitschek fechou o centro local. Finalmente, em dezembro de 1951, Vargas retirou do Congresso Nacional o anteprojeto do Estatuto do Petróleo e enviou um outro.

No novo projeto, a Assessoria Econômica da Presidência tinha sido muito cautelosa quanto à questão do monopólio, refletindo a própria divisão

existente na sociedade e o peso dos conservadores. Na mensagem que acompanhava a criação da sociedade por ações Petrobrás, Petróleo Brasileiro S.A., Vargas chamava a atenção dos parlamentares para o problema do balanço de pagamentos: “em 1939, as importações de petróleo representavam 7% do total de nossas aquisições externas; em 1946, elas representaram 7,6% e em 1950, 11,5%. No ano em curso, esta percentagem deverá passar dos 13%”. Esse projeto não propunha o monopólio, questão que mobilizava as forças populares, limitando-se a propor a propriedade estatal de 51% das ações da companhia.

O Cedpen reagiu violentamente, condenando a “ambigüidade do projeto”, e o deputado Euzébio Rocha (PTB/SP) apresentou em janeiro de 1952 um substitutivo que alterava a composição acionária da empresa, estabelecendo a propriedade integral para a União, estados e municípios e destinando à União a participação de 51% das ações. Esse substitutivo e o projeto da Assessoria Econômica da Presidência, após longos debates e sucessivas emendas, foram negociados pelo governo Vargas, que aceitou o princípio do monopólio estatal, excluindo do projeto as refinarias privadas e a distribuição de derivados, controlada pelas empresas estrangeiras. Na negociação feita pelo ministro Gustavo Capanema, foi exigido pelas forças nacionalistas que a capacidade de processamento das refinarias privadas não pudesse ser aumentada.⁶ Esse acordo possibilitou a tramitação do projeto, que depois de divergências com o Senado, onde a presença de conservadores dificultava a solução estatal, foi finalmente aprovado (21 de setembro de 1953) e sancionado pelo presidente da República (3 de outubro de 1953).

A Lei nº 2.004 instaurou o monopólio da exploração, extração, refino e transporte de óleo bruto. A Petrobrás seria o instrumento de execução do monopólio da União e o CNP o órgão de orientação, fiscalização e controle da política nacional de petróleo e seus derivados. Ainda houve tentativas de reverter a situação, porém a violenta crise política que culminou no suicídio de Vargas e o libelo nacionalista da carta-testamento provocaram uma mobilização popular que tornou irreversível o projeto Petrobrás. Parlamentares ligados ao presidente Café Filho ainda propuseram ao Congresso Nacional a supressão da empresa, mas diante do respaldo popular da empresa, o projeto foi arquivado (Oliveira, A., 1977. p. 32).

6 Estas companhias particulares dispunham de uma capacidade de processamento de 36.300 bpd: refinarias de Capuava (20.000 bpd), Manguinhos (10.000 bpd), Ipiranga (5.000 bpd), Matarazzo (900 bpd) e Rio Grandense (400 bpd). Estava em construção a refinaria de Manaus, com capacidade prevista para 5.000 bpd.

40 anos de Petrobrás

Pela lei que criou a Petrobrás, esta herdava o patrimônio econômico e técnico desenvolvido pelo CNP:

- a frota nacional de petroleiros (22 navios com 230 mil toneladas de porte bruto);
- o terminal de Madre de Deus na Bahia;
- a refinaria de Mataripe na Bahia (5 mil bpd);
- a refinaria de Cubatão, em construção no estado de São Paulo (45 mil bpd).

Esse patrimônio era insignificante diante das necessidades do País; naquele momento, o consumo era da ordem de 160 mil bpd, supridos mediante importação (Petrobrás, 1993). Observa-se que as refinarias existentes e em construção não tinham capacidade para atender a 30% dos derivados petrolíferos que seriam consumidos no País em 1955. A frota nacional de petroleiros só era suficiente para transportar 20% dos produtos que seriam demandados em 1955. E a produção nacional correspondia a 2,5% do consumo de 1953 (Penna Marinho, 1969, p. 79).

O processo de industrialização avançava, e conseqüentemente a diversificação das fontes energéticas devia suprir adequadamente o novo parque industrial. Enormes esforços deviam ser feitos para dotar a Petrobrás dos meios financeiros e técnicos indispensáveis à satisfação da demanda interna de derivados petrolíferos. Quanto ao financiamento, a enorme lucratividade da atividade petrolífera se encarregaria de tornar a empresa autofinanciável, apesar de seus objetivos ambiciosos.

A estratégia adotada pela Petrobrás foi a de encontrar a longo prazo no território nacional óleo bruto que pudesse levar o país a auto-suficiência no domínio petrolífero, e a médio prazo ampliar o parque de refino imprescindível à industrialização. A produção de petróleo no país tinha tido início na década de 40, após a descoberta de Lobato em 1939, e atingia a marca de 2.700 barris de óleo/dia em 1953. Em 1954, a atividade exploratória foi iniciada com as descobertas dos campos terrestres das bacias do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas. Quanto ao resto, era necessário perseguir a redução dos custos de importação de derivados através da criação de uma infra-estrutura de abastecimento que assegurasse o refino e uma rede de transporte em todo o território nacional.

No período de 1955-65 a Petrobrás fez um grande esforço de prospecção, perfurando 1.907 poços, dos quais 773 foram de exploração e 1.134 de desenvolvimento (Oliveira, A., 1977, p. 37). Esse trabalho foi produtivo: em

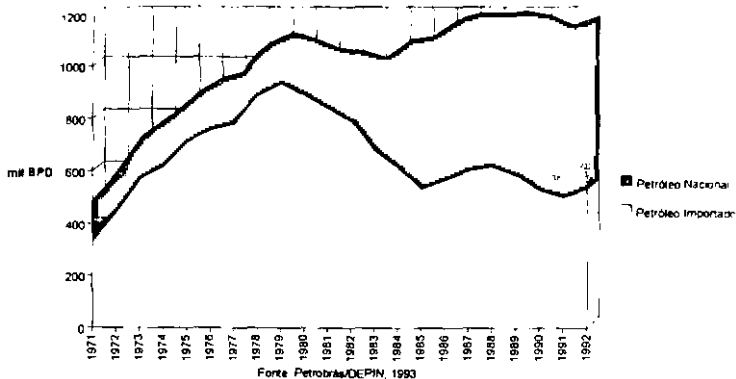
1955 eram produzidos no Brasil 321.500 metros cúbicos (cerca de 3% do consumo); em 1965, a produção nacional alcançou 5,46 milhões de metros cúbicos (27,4%). Quanto ao refino, o esforço não foi menor. A Petrobrás, buscando atingir a auto-suficiência na produção de derivados, lançou-se num projeto ambicioso. Expandiu a pequena refinaria de Mataripe (BA) de 5 mil bpd para 42 mil bpd em 1959, construiu em 1955 a refinaria Presidente Bernardes (SP), com 45 mil bpd, expandindo-a em 1961 para 110 mil bpd, e construiu a refinaria de Duque de Caxias (RJ), com 90 mil bpd, em 1961. Para os derivados petrolíferos esse objetivo foi atingido em 1963, mas na produção de GLP a Petrobrás fornecia 57% do consumo do país e apenas 3% dos óleos lubrificantes (Oliveira, A., 1977, p. 40-41).

Quanto ao transporte, novos navios foram comprados em 1955, 1957 e 1959. Todavia, esse setor só tomou vulto quando foi instaurado em dezembro de 1963 o monopólio de importação de óleo bruto pela Petrobrás. Essa medida permitiu obter um preço de compra mais favorável para o petróleo importado, reduzindo as despesas em divisas e, mais tarde, viabilizando acordos comerciais entre os governos e a troca de mercadorias brasileiras por petróleo. Desde 1961 a Petrobrás já tinha sido autorizada pelo CNP a fazer a distribuição dos derivados petrolíferos aos consumidores finais. O conjunto dessas atividades era extremamente importante para a empresa pois, “na verdade, a indústria petroleira não tem significado real, não importa em qual ponto do globo, que ao momento onde ela assume a condição de uma indústria integral [integrada]” (Penna Marinho, I., 1969, p. 466). Mesmo tendo que repartir com as empresas do cartel de petróleo a distribuição em território nacional, essa decisão permitiu à Petrobrás integrar totalmente suas atividades e também minimizar uma situação aberrante: “a distribuição, com a ascensão crescente da demanda, era uma operação praticamente sem risco” (Penna Marinho, I., 1969, p. 381) O Estado brasileiro ficava com as fases de maior risco da cadeia produtiva: exploração, produção, refino e transporte; o cartel internacional controlava as operações a montante e a jusante: isto é, o abastecimento do óleo bruto e sua valorização final no mercado nacional.

O choque de preços do petróleo em 1973 trouxe para a Petrobrás o desafio de aumentar a produção interna de óleo e gás natural para reduzir os impactos da importação de petróleo sobre a balança comercial. A reorientação dos investimentos para a exploração possibilitou a descoberta de petróleo em 1974 na bacia de Campos, no litoral do estado do Rio de Janeiro, a maior província petrolífera do país. O desenvolvimento da produção petrolífera na plataforma continental foi um esforço gigantesco da Petrobrás e firmou a companhia no cenário internacional. Assim, com as novas descobertas e desenvolvimento, sobretudo na bacia de Campos, a produção nacional

atingiu em 1992 o nível de 734 mil barris de óleo equivalente/dia,⁷ operando com 375 campos nas bacias terrestres e marítimas (Petrobrás, 1993, p. 30-31). As bacias marítimas são responsáveis, hoje, por 70% da produção nacional. Desta forma, a dependência nacional do óleo importado foi drasticamente reduzida, sendo hoje inferior a 40% e havendo perspectivas de se atingir a auto-suficiência na próxima década (gráfico 2).

Gráfico 2 – Petróleo processado no Brasil



É importante notar que ao longo desses 40 anos de funcionamento a Petrobrás tornou-se uma empresa de porte e nível tecnológico comparáveis aos das multinacionais do petróleo. A Petrobrás e o monopólio mostraram-se particularmente importantes durante a crise do petróleo, tendo viabilizado a reestruturação do mercado brasileiro de combustíveis e, conseqüentemente, permitido minimizar os impactos na economia brasileira das flutuações e incertezas do mercado internacional do petróleo. Na verdade a indústria brasileira de petróleo já atingiu a maioria. O mercado nacional de derivados deixou de ser marginal, representando mais de 2% do mercado mundial; mais importante, nosso mercado deverá seguir crescendo, enquanto o mercado dos países desenvolvidos deverá permanecer estagnado. A estratégia seguida permitiu ao Brasil ser um dos poucos países a controlar simultaneamente os três elos da cadeia produtiva petrolífera: reservas, estrutura técnico-gerencial e mercado.

7 Composto-se de 630 mil barris de óleo e 19,1 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia.

O setor petrolífero tem uma forte influência na economia, seja pelo seu forte grau de encadeamento na cadeia produtiva, seja pelos seus efeitos sobre o balanço de pagamentos e as contas públicas. A política de investimentos e os preços dos derivados foram poderosas ferramentas utilizadas pelo governo brasileiro para alavancar o desenvolvimento nacional.

A Eletrobrás

Antecedentes

Ao contrário do setor petróleo, que teve desde sua implantação efetiva a intervenção do Estado, a eletricidade foi inicialmente desenvolvida por capitais privados. Até os anos 30, dois grupos dominavam o crescente mercado de eletricidade. Um era o grupo americano-canadense Light, que dominava a oferta de energia elétrica no Sudeste. O segundo era a American Foreign Power Company (Amforp), responsável pelo fornecimento de eletricidade a cidades menores nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, além de outros centros como Porto Alegre, Pelotas, Curitiba, Salvador, Natal e Vitória. Além desses grandes grupos, muitas empresas públicas e privadas forneciam energia em pequena escala a regiões mais pobres. O capital internacional controlou até a década de setenta a distribuição nas duas maiores cidades brasileiras (São Paulo e Rio de Janeiro) e, conseqüentemente, no pólo industrial do país. No que se refere à produção, ainda em 1950, mais de 81% da potência instalada estava na atual região Sudeste e era propriedade do capital privado internacional (Araújo, Hildete, 1979. p. 27).

Foi nas administrações de Vargas que se deu a irrupção do Estado na geração de energia elétrica ao lado de grandes sociedades estrangeiras que abasteciam a região mais rica do país. Desde o final do século passado a hidroeletricidade era utilizada no Brasil, sendo responsável pela maior parte da geração de eletricidade no país (gráfico 3). O elevado potencial hidrelétrico, próximo à principal região consumidora, levou o primeiro governo Vargas a promulgar uma legislação (o Código de Águas)⁸ em 1934 e criar um órgão regulador (Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica) em 1939 para orientar a exploração desses recursos. A coexistência do Estado e de empresas estrangeiras atuando conjuntamente no setor imprimiu uma

8 O Código de Águas é até hoje a base de toda a regulamentação do setor. Previa a fixação de tarifas pelo custo de serviço, remunerando o investimento a uma taxa "justa" sobre o valor histórico dos ativos (custo contábil). Estipulou a propriedade pública dos recursos hídricos e restringiu a exploração econômica, sob concessão do governo federal, a cidadãos brasileiros.

dualidade, tanto de ordem técnico-financeira como política, à indústria de energia elétrica. No processo de evolução histórica do setor de energia elétrica brasileiro se estabeleceu uma divisão de trabalho que legou ao governo federal os processos de geração e transmissão de energia elétrica, que exigem maiores investimentos e têm longos prazos de maturação, modificando a estrutura da propriedade setorial (gráfico 4). A distribuição, inicialmente a cargo de empresas estrangeiras, foi progressivamente sendo estadualizada.

Gráfico 3
Repartição da capacidade instalada, por fonte

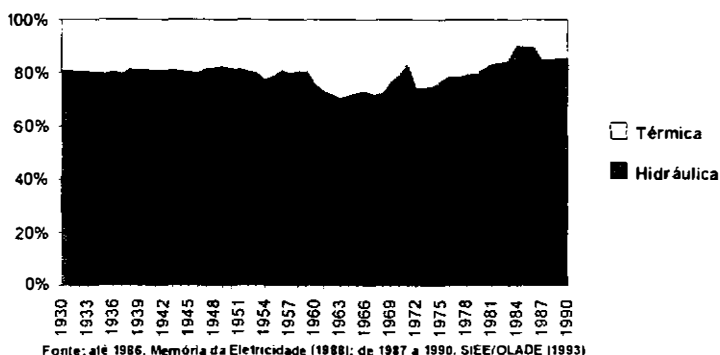
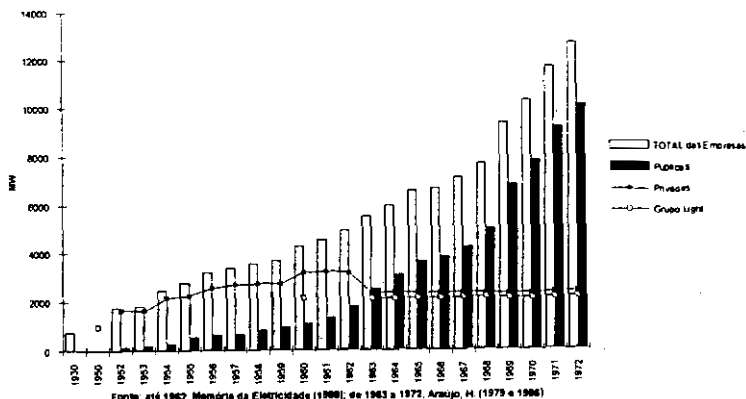


Gráfico 4
Evolução da propriedade das empresas elétricas no Brasil



No pós-guerra, a evolução da indústria de energia elétrica foi fruto da superposição de um setor público nascente, não mais constituído de pequenas centrais municipais, mas de grandes empresas estaduais e federais que se formaram para executar os grandes projetos de aproveitamentos hidráulicos, ao lado do setor estrangeiro instalado no país. A perspectiva de colapso rondava o setor elétrico quando Vargas assumiu o mandato constitucional em 1951. O prognóstico era de que por volta de 1959-1960 o país enfrentaria uma grave crise de abastecimento de energia elétrica de conseqüências imprevisíveis, caso os grandes aproveitamentos hidráulicos e as interconexões entre as zonas de concessão não fossem realizadas. Ao retornar ao poder, o governo Vargas tinha nessa questão um problema prioritário.

Até então a presença do Estado no setor elétrico era dispersa, fruto de iniciativas pioneiras de alguns estados: Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. A maioria dos estados dispunha de órgãos reguladores à semelhança do DAEE (Divisão de Águas e Energia Elétrica) e foi através destes que se manifestaram as primeiras intervenções dos poderes públicos no domínio da produção e transmissão de eletricidade.⁹ Uma iniciativa estadual que teve grande impacto foi a de Minas Gerais, que se propôs em 1950 a instalar, num prazo de 10 anos, 561,1 MW suplementares e construir 4.052 km de linhas de transmissão.

A fragmentação do setor fez com que o governo mineiro (Administração Juscelino Kubitschek) criasse em 1952 uma sociedade *holding* para gerir o setor. A Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais SA) foi constituída como sociedade de economia mista por ações, com a participação majoritária do estado associado a capitais privados, tendo incorporado as ações que o estado de Minas Gerais possuía nas empresas: Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce, Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande e Centrais Elétricas do Piau. Os projetos hidrelétricos dessa fase pioneira da Cemig foram financiados pelo Banco Mundial e o Eximbank¹⁰ e tiveram o mérito de criar uma capacitação técnica no país para os grandes projetos hidrelétricos futuros. Segundo Lucas

9 Ver sobre o assunto Dias, Renato (org.). *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade do Brasil — Memória da Eletricidade, 1988.

10 "Mas algumas obras foram iniciadas com o financiamento do tipo *suppliers' credit*, que é o crédito do fornecedor. O Gianetti [Américo René Gianetti, industrial e secretário de Agricultura do governo Milton Campos], por exemplo, comprou 50.000 KW de máquinas da General Electric para Salto Grande com *suppliers'* de cinco anos, e nós conseguimos financiamentos com a Westinghouse para construir Itutinga, que mais tarde foi transformado num projeto financiado pelo Banco Mundial". Lopes, Lucas. *Memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade no Brasil — Memória da Eletricidade, 1991, p. 135.

Lopes (1991, p. 138), foi a visão ousada dos engenheiros da Cemig, pensando além das fronteiras de Minas, que deu origem a projetos como o de Furnas e os do rio Grande, transformando aquele núcleo central de Minas na base do sistema interligado brasileiro de energia elétrica. Por sua vez, o estado de São Paulo tinha obtido da União um certo número de concessões sobre o rio Pardo, afluente do rio Grande, e sobre o rio Paranapanema. Duas sociedades de economia mista foram fundadas para explorar essas concessões: Uselpa (Usinas Elétricas de Paranapanema S.A.) e a Cherp (Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo).¹¹ Em 1951 o governo de São Paulo também criou a empresa Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. para explorar o potencial hidráulico de um trecho do rio Paraná na fronteira com Mato Grosso.¹²

Assim, a evolução da oferta de energia elétrica foi descontínua, cada projeto sendo encarado como uma unidade isolada, não integrada num sistema de projetos interligados. Essa diversidade entre projetos e empresas acentuou a descontinuidade, tanto institucional quanto organizacional, do setor de energia elétrica; ao mesmo tempo, era difícil de romper. As empresas de energia elétrica creditavam o atraso na expansão do setor tanto às dificuldades de financiamento no mercado internacional quanto ao processo inflacionário e à política cambial que corroíam as tarifas de energia elétrica, tornando aqueles investimentos cada vez menos interessantes para as concessionárias (Soares Pereira, J., 1975, p. 16). Diante dessa situação o segundo governo Vargas enviou ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Eletrificação e o projeto de criação da Eletrobrás (Mensagens 134-135). Esta seria uma empresa pública responsável pela gestão de todos os empreendimentos estatais no setor.¹³

O Plano Nacional de Eletrificação previa a duplicação da capacidade instalada, a interligação dos sistemas regionais e a unificação das correntes elétricas em 10 anos.¹⁴ O financiamento dessas atividades viria do Fundo

11 O setor de energia elétrica paulista no pós-guerra era atendido principalmente por duas subsidiárias estrangeiras, o sistema CPFL (Grupo Amforp) e a São Paulo Light, adquiridas pelo governo federal em 1965 e 1979, respectivamente. Como as maiores taxas de crescimento da economia brasileira eram do Estado de São Paulo, foi nesta região que se fez mais necessária a intervenção pública.

12 Esse projeto previa a instalação das usinas de Jupia e Ilha Solteira, concluídas só em 1970. Esse complexo hidrelétrico Ilha Solteira-Jupia é um dos maiores do mundo em potência instalada.

13 Vale a pena observar que a idéia de criação do Ministério de Minas e Energia foi concebida no segundo governo Vargas, paralelamente à concepção da Eletrobrás. A sua criação efetiva ocorreu somente em 1960, na administração JK.

14 Esse Plano sofreu grande oposição, e Lucas Lopes assim o criticou: "O plano continha uma listagem de projetos, alguns com realismo, outros sem realismo algum, outros inteiramente superados(...). Era um plano que não tinha sentido algum como base para um programa de desenvolvimento". Lopes, Lucas. op. cit., p. 154-155.

Federal de Eletrificação, formado através da receita oriunda do imposto único sobre energia elétrica (IUEE), cuja parcela principal seria vinculada ao Plano.¹⁵ A Eletrobrás seria a empresa *holding* do sistema, administrando o conjunto das empresas regionais: subsidiárias e associadas. As primeiras funcionariam nas regiões de menor poder econômico e o capital seria controlado pela Eletrobrás; as segundas seriam propriedade dos governos estaduais e operariam nas regiões de maior concentração industrial, como era o caso de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Plano previa também o fomento da indústria de equipamento elétrico pesado e, caso não houvesse interesse privado nesta indústria, a própria Eletrobrás instalaria empresas em parceria para a produção desses equipamentos.

O conjunto de medidas propostas pelo governo Vargas não previa o monopólio da União na produção e distribuição da energia elétrica. Todavia, submetidos ao Congresso Nacional em 1954, tanto o projeto Eletrobrás como o Plano Nacional de Eletrificação sofreram uma oposição feroz, tanto das sociedades de energia elétrica de capital internacional, como das empresas públicas e sociedades de economia mista de eletricidade estaduais. Estas temiam o controle e centralização excessiva do poder no governo federal. O projeto Eletrobrás permaneceu engavetado no Congresso Nacional, e o Plano Nacional de Eletrificação foi arquivado. Havia discordância quanto ao formato institucional do setor, mas existia urgência de recursos monetários para valorizar o abundante potencial hidráulico nacional. Assim, o suporte financeiro proposto pelo Fundo Federal de Eletrificação e o Imposto Único sobre Energia Elétrica foram aprovados. O fundo passou a ser gerido pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), uma também criação do segundo governo Vargas, que assim assentava as bases do Estado moderno brasileiro.¹⁶

15 O projeto de criação do Fundo Federal de Eletrificação foi encaminhado ao Congresso Nacional através da Mensagem Presidencial nº 219, de 25 de maio de 1953. Seus recursos eram provenientes da arrecadação do Imposto Único sobre Energia Elétrica. Esse imposto estava previsto na Constituição de 1946 (Art. 15). Tanto o Fundo como o IUEE só foram promulgados depois do suicídio de Vargas, Lei nº 2.308 de 31 de agosto de 1954. O presidente JK em 1956 regulamentou as aplicações do Fundo e colocou-o sob o controle do BNDE.

16 Os governos Café Filho/Nereu Ramos e o de JK praticamente ignoraram o Projeto nº 4.280, que criava a Eletrobrás, porém este continuava tramitando lentamente no Congresso. Em 1956 foi aprovado na Câmara Federal e remetido ao Senado, onde permaneceu por alguns anos. Lucas Lopes, um dos principais colaboradores do Presidente JK, assim descreveu o problema: "o BNDE não era contra a Eletrobrás, mas também não tinha o menor interesse em apressar o Congresso a aprová-la enquanto não houvesse condições realmente adequadas. Tínhamos muito medo de que o Fundo Federal de Eletrificação fosse entregue a uma organização despreparada em termos de administração e pudesse ser pulverizado devido a pressões políticas entre projetos para o Triângulo Mineiro, para a Bahia, Pernambuco ou Maranhão" (Op. cit., p. 188).

A alavanca financeira que o Fundo Federal de Eletrificação (formado pelos recursos do IUEE) ofereceu ao setor elétrico foi extremamente poderosa ao longo dos anos 50. Esses fundos foram responsáveis por 60% do investimento no setorno período. A capacidade instalada passou de 2.800 MW em 1954 para 4.800 MW em 1960 (Lessa, C., 1982, p. 36). O sucesso desse programa aplainou as resistências dos principais estados produtores de energia elétrica e finalmente em 1961 o Congresso Nacional aprovou a criação da Eletrobrás, porém numa versão menos ambiciosa que a do projeto original.¹⁷

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás), sociedade anônima com capital inicial de 3 bilhões de cruzeiros, subscrito em sua totalidade pela União, passou a gerir os recursos oriundos do Fundo Federal de Eletrificação a partir da sua criação. A Eletrobrás não tinha o monopólio da produção e transmissão da energia elétrica, mas apenas o papel de coordenador do setor. Desta forma, a presença do capital privado na indústria de energia elétrica não foi alterada; entretanto, o Estado pretendia assumir a liderança do processo de expansão. As empresas privadas continuariam participando, através das suas instalações existentes, basicamente na distribuição. É importante notar que, como essas empresas estavam concentradas no eixo Rio-São Paulo, elas eram responsáveis por cerca de 50% da distribuição de energia elétrica no país (Araújo, Hildete, 1979, p. 114).

30 anos de Eletrobrás

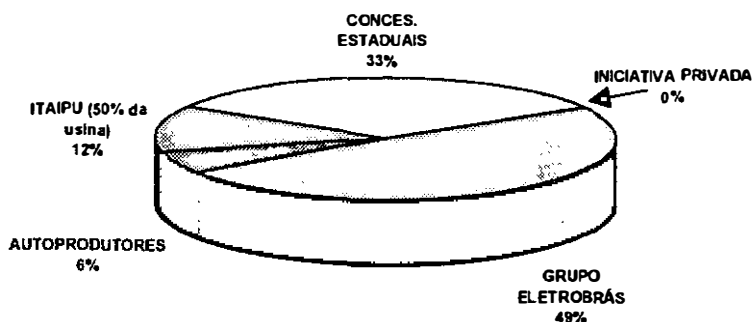
Desde sua criação, a Eletrobrás passou a atuar como *holding* do setor elétrico. Além de controlar diretamente as empresas federais, a Eletrobrás participa de empresas estaduais como sócio minoritário. A formação da Eletrobrás alterou rapidamente a estrutura de propriedade do setor: expandiu-se a participação pública, estagnou o setor privado e reduziu-se o peso da auto-produção, que caiu gradualmente para cerca de 6% da capacidade instalada nos anos 90 (gráfico 5).

Assim, a Eletrobrás assumiu o controle acionário das empresas geradoras federais Chesf e Furnas (cerca de 20% da capacidade instalada na época).

17 Em abril de 1961 foi sancionada pelo Presidente Jânio Quadros a Lei nº 3.890-A, que autorizava a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). Os nacionalistas haviam ganho parcialmente a batalha, mas o texto legal não mencionava a formação de uma indústria estatal de material elétrico. No entanto, só em maio de 1962 foi o estatuto da Eletrobrás publicado no *Diário Oficial* da União, e em junho de 1962 o presidente João Goulart assinou o Decreto nº 1.178, que regulamentava a constituição da empresa.

Essas foram marcos na evolução setorial. A Chesf havia sido criada nos anos 40 (primeira administração de Vargas) e sua construção havia sido iniciada no governo Dutra para o abastecimento do Nordeste. A segunda foi instalada em 1957, e no ano seguinte se deu início à construção da usina de Furnas, que foi a primeira usina concebida por uma empresa estadual (Cemig) para atender a macro-região Sudeste.¹⁸ Como *holding*, a Eletrobrás prestava assistência financeira; e dessa maneira passou a adquirir participação acionária nas empresas de energia elétrica estaduais. Essas empresas controlavam na ocasião outros 20% da capacidade instalada, passando nos anos 1990 para cerca de 33% (Gráfico 5). Essas reformas permitiram ao setor elétrico

Gráfico 5
Capacidade instalada por tipo de empresa (1993)



brasileiro gozar de um longo período de crescimento sustentado com significativos ganhos de eficiência.

Ao longo desses anos, a expansão da Eletrobrás foi favorecida pelas excelentes condições financeiras para o desenvolvimento do setor elétrico: disponibilidade de capitais externos, apoio de organismos multilaterais de

¹⁸ Furnas foi um projeto da Cemig para gerar 1.200 MW de eletricidade. A implementação desse projeto foi extremamente importante para a engenharia brasileira. Era uma barragem de 100 metros de altura, representando um avanço tecnológico porque abasteceria os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, exigindo a interconexão destes mercados, e isto era absolutamente inovador na época. A Chesf foi iniciada em 1946, e foi a maior usina hidrelétrica construída no seu tempo.

crédito e mercado consumidor em franca ascensão. Esse desenvolvimento se consubstanciou num atendimento maciço de serviços elétricos à população brasileira, fazendo com que em 1993 cerca de 90% dos domicílios urbanos e rurais nacionais possuissem eletricidade.¹⁹

A concentração dos recursos financeiros e a centralização dos processos decisórios na *holding* Eletrobrás viabilizou a criação dos grandes mercados interconectados do Sul-Sudeste e do Norte-Nordeste, possibilitando economias de escala e escopo que reduziram o custo de abastecimento elétrico dos consumidores nacionais.²⁰ A disponibilidade de eletricidade barata induziu a localização de complexos industriais eletro-intensivos no país, fomentando o desenvolvimento industrial. Por outro lado, as dimensões continentais do Brasil e a opção pela hidroeletricidade exigiram a construção de linhas de transmissão de longa distância. Em 1970, havia apenas 32 mil quilômetros de linhas de transmissão; em 1993, essas chegaram a 150 mil quilômetros de extensão. A energia gerada por Itaipu chega ao Sudeste através de 1.612 km em corrente contínua e extra-alta tensão, realização de destaque em nível mundial (Oliveira, A., 1994, p. 16-17).

A evolução do setor de energia elétrica brasileiro nos anos seguintes à criação da Eletrobrás foi extraordinário (gráfico 6). Além da mudança institucional, houve profundas transformações na estrutura do setor. Desde a compra em 1963 das empresas do Grupo Amforp (Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras — Caeab), depois de um ruidoso processo de encampação²¹ e com a relativa estagnação das empresas do Grupo Light que abasteciam o principal eixo econômico do País (Rio-São Paulo), o setor de energia elétrica teve sua expansão inteiramente comandada pelo Estado.

Após 1979, ano da compra da Light, e até o momento em que escrevemos²² (abril de 1994), o sistema elétrico brasileiro apresenta a seguinte

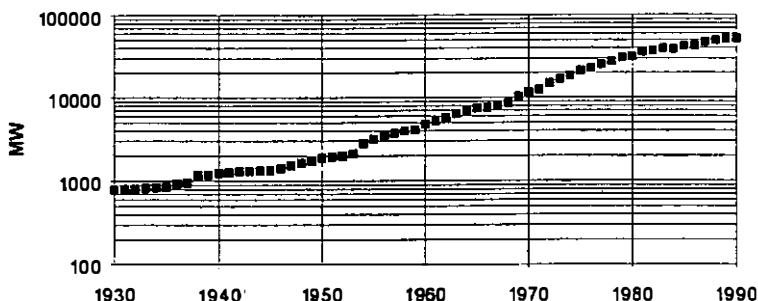
19 São 34 milhões de domicílios atendidos, restando ainda mais de 3,8 milhões de domicílios que não dispõem de serviços elétricos (Oliveira, A., 1994, p. 20).

20 Essa trajetória de centralização não foi específica do setor elétrico brasileiro. Na verdade, ela foi estimulada e incentivada por assessores técnicos (americanos e canadenses e depois pelo próprio Banco Mundial), que identificaram trajetória similar nos setores elétricos dos países do Norte. Prowse, M. Investment in people seen as key to third World growth and Economists' faith in "new consensus" raises old concerns. *Financial Times*, 8 July 1991. p. 2.

21 As relações entre as empresas concessionárias do setor público e privado estavam muito tensas, depois da encampação, pelo governo Leonel Brizola, do estado do Rio Grande do Sul, da Companhia de Energia Elétrica Riograndense, subsidiária do Grupo Amforp, pelo preço simbólico de um cruzado. A compra foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 6 de outubro de 1964 (já no governo militar e intermediada por Washington), por 135 milhões de dólares, sob a forma de um empréstimo a ser pago em 45 anos pela Eletrobrás com taxa de juros de 6,5% ao ano.

22 Atualmente está sendo alvo de amplo debate uma profunda reestruturação do setor elétrico brasileiro. Nesse debate está sendo veiculada a possibilidade de a Eletrobrás ser dividida em duas empresas distintas. Uma ficaria basicamente com a responsabilidade da gestão do

Gráfico 6
Evolução da Capacidade Instalada no
Setor Elétrico do Brasil



Fonte: Memória da Eletricidade (1988) até 1986, SIEE-OLADE (1993) para 1987 a 1990.

estrutura. A Eletrobrás coordena o financiamento, a operação e o planejamento da expansão do sistema, que compreende quatro empresas regionais e cerca de 60 empresas estaduais ou locais. Em suas funções, a Eletrobrás utiliza órgãos colegiados auxiliares, nos quais as principais empresas têm representantes. Destacam-se entre eles o Grupo de Coordenação e Planejamento de Sistemas (GCPS), o Grupo de Coordenação da Operação Interligada (GCOI), e o Comitê de Coordenação para o Meio Ambiente do Setor Elétrico (Comase).

Além de coordenadora, a Eletrobrás age como *holding* de quatro grandes geradoras regionais (Furnas, Eletronorte, Chesf, Eletrosul). Estas têm mais da metade da geração comercial, a qual corresponde a 52,3 GW de capacidade nominal instalada de geração. Além dessas geradoras, controla ainda a Light no Rio, a Escelsa no Espírito Santo, e a Nuclen (desde 1989); tem 50% de Itaipu²³ (mais de 12% da capacidade instalada) e é sócia minoritária das empresas estaduais. Localmente, existem ainda empresas municipais e privadas, que operam na distribuição e na geração em pequena escala. As

sistema interligado, mais Itaipu. A outra ficaria com o parque gerador das empresas federais (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul).

23 As empresas controladas pela *holding* Eletrobrás são conhecidas como Sistema Eletrobrás.

concessionárias são responsáveis pelo projeto, construção e operação das suas instalações. Cabe à Eletrobrás a coordenação geral de planejamento, financiamento e operação do sistema, sendo o DNAEE o órgão responsável geral pelo fornecimento de eletricidade em níveis adequados de custo e qualidade.²⁴

A expansão da capacidade instalada recai principalmente sobre as geradoras do Sistema Eletrobrás; entretanto, quatro empresas estaduais também respondem por parte significativa da expansão do sistema: Cemig e Cesp no Sudeste, Copel e CEEE no Sul. Por seu tamanho e perfil de mercado mais industrializado, essas empresas têm interesses que as distinguem parcialmente de outras empresas estaduais e refletem-se no atual debate sobre a reforma.

O debate atual

Desde os anos 1950 até meados da década de 1970, o Brasil viveu um longo período de bonança na área energética. As estruturas institucionais montadas naquela década para os mercados petrolífero e elétrico permitiram expandir rapidamente a infra-estrutura de abastecimento energético do país a custos relativamente baixos. Facilidade de financiamento, preço baixo do óleo importado, disponibilidade de recursos hidrelétricos próximos dos mercados consumidores possibilitaram crescentes economias de escala e de escopo para todo o setor.

A expansão da infra-estrutura energética permitiu garantir o acesso às formas modernas de energia a parcelas crescentes da população em todo o território nacional. Hoje, praticamente toda a população urbana e mais da metade da população rural estão conectadas a uma rede de distribuição de energia elétrica, e os derivados de petróleo chegam a todos os rincões do país. Infelizmente, a extrema desigualdade na distribuição da renda no Brasil faz com que o consumo *per capita* brasileiro de energia seja muito baixo, apesar da sofisticação do parque industrial nacional. O consumo de energia permanece essencialmente concentrado na pequena parcela da população que se apropria de mais de 50% da renda nacional, limitando as oportunidades de incremento da produtividade da grande massa de miseráveis que se

24 O DNAEE (Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica) é um órgão regulador que absorveu o antigo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e o Departamento Nacional de Águas e Energia. Além de responsável pela fixação de tarifas e pelo controle das contas das empresas, tomou-se responsável por todos os aspectos ligados aos recursos hídricos.

concentra nas grandes metrópoles brasileiras. Dar acesso e aumentar o consumo de energia da população pobre brasileira é o principal desafio do setor energético nacional.

No atual debate sobre a política energética brasileira, uma posição muito difundida, dentro e fora do governo, é a que atribui ao atual modelo institucional e organizacional do sistema a origem dos males que o afligem: falta de capacidade de financiamento para garantir atendimento de mercado e expansão de sua eficiência. Atribuem-se esses problemas às estruturas centralizadas e ao excessivo controle governamental desse modelo, idealizado no segundo governo Vargas, que teria impedido os necessários ajustes em face de um ambiente macroeconômico desfavorável.

Essa visão contém alguns elementos de verdade. Ninguém contestará que o contexto macroeconômico da última década foi extremamente desfavorável para o financiamento dos projetos de investimentos do setor público. Contudo, a visualização da origem dos males nas estruturas centralizadas e no controle governamental é bastante discutível. A centralização e o monopólio da Petrobrás foram elementos cruciais na resposta bem-sucedida do setor de combustíveis à crise do petróleo dos anos 70. Da mesma forma, a valorização do enorme potencial hidroelétrico brasileiro não ocorreria sem a interconexão de mercados e a concentração financeira realizadas pela Eletrobrás. Na verdade, o debate tem sido eivado de argumentos ideológicos que pouco ajudam a compreensão das origens dos problemas setoriais, acabando por obscurecer as suas fontes de ineficiências.

A crise que envolve o setor energético passa pela perda da capacidade de financiamento dos investimentos necessários para sua expansão e pela deterioração do seu desempenho econômico, social e ambiental. No que se refere à questão do financiamento, que toca particularmente ao caso brasileiro, essa é uma questão conjuntural, ditada pela difícil situação das contas do governo e pelas suas dificuldades práticas em aumentar as tarifas públicas. O fato de estas terem sido usadas, de forma inadequada, como instrumento de política anti-inflacionária gerou distorções que hoje penalizam fortemente a eficiência econômica setorial. Outro fator, no caso do setor elétrico, foi a substituição do imposto específico (IUEE) pelo ICMS, na Constituição de 1988, e o fim do empréstimo compulsório em 1993. Ambos eram mecanismos importantes para financiar investimentos, já que as tarifas só podem ressarcir investimentos de ativos em operação. No médio prazo, sendo as tarifas fixadas em níveis adequados e estando as contas governamentais ajustadas (resolvidos os endividamentos públicos interno e externo), pode-se imaginar perfeitamente exequível o financiamento do setor, ainda que preservado, no essencial, o esquema institucional atual.

A queda no desempenho do setor energético está vinculada principalm-

te às profundas transformações ocorridas nas duas últimas décadas nos planos econômico, tecnológico e geopolítico mundiais. A reorientação dos fluxos de capitais, a pressão ambientalista, a emergência de um novo padrão tecnológico ditado pela informática, pela biotecnologia e pelos novos materiais são fatores desestabilizadores da estrutura vigente. Mais recentemente, o fim da URSS vem provocando um profundo reordenamento de espaços geopolíticos e a conseqüente reconfiguração de blocos econômicos, permitindo o acesso das empresas multinacionais de petróleo a diversas bacias sedimentares anteriormente protegidas. Esse conjunto de fatores vem determinando uma inflexão na trajetória do setor energético, que passou de uma dinâmica de custos decrescentes para outra de custos crescentes, provocando fortes impactos sobre a estrutura econômica e social de todos os países. Na origem desse fenômeno está a pressão crescente dos custos devida à crise do petróleo, que vem minando o desempenho setorial.

Outro elemento importante é o aumento das incertezas quanto a comportamento da demanda, custos dos combustíveis, taxa de juros e legislação ambiental. Essas mudanças têm obrigado tanto os países industrializados quanto os em desenvolvimento a reformular as estruturas institucionais dos seus respectivos setores energéticos para ajustá-los ao novo contexto, de forma a recuperar as dinâmicas de custos decrescentes e melhorar o desempenho do setor. No caso do petróleo, este não é mais percebido como um recurso natural escasso. A expectativa de preços elevados se desfez; a maioria dos analistas tem sugerido que o preço do petróleo, na melhor das hipóteses, deverá permanecer no patamar atual (US\$ 14-16/barril) por algum tempo. No longo prazo, acredita-se que o núcleo dinâmico do desenvolvimento da segunda revolução industrial (petróleo-petroquímica-automotriz) será substituído nos países industriais por um novo tripé constituído pela biotecnologia, pelos novos materiais e pela informática. Para esses países, o petróleo paulatinamente deveria perder importância do ponto de vista econômico. É importante notar, entretanto, que para os países em desenvolvimento o petróleo deverá permanecer como uma fonte fundamental por algumas décadas ainda.

Quanto à questão ambiental, o Brasil encontra-se numa posição muito favorável. Essa tem sido uma fonte de fortes pressões de custos no setor energético em nível mundial. A participação das fontes renováveis de energia no nosso balanço energético é sem paralelo no mundo. O Plano Nacional do Alcool (PNA) colocou o país numa posição pioneira no combate aos impactos ambientais do consumo de combustíveis fósseis, principalmente nas regiões metropolitanas. Pouco a pouco, outros países vêm começando a usar esse combustível renovável. É verdade que o álcool custa caro, principalmente se usado puro; porém o álcool anidro adicionado à

gasolina oferece níveis de custos razoáveis, se tivermos em conta os benefícios ambientais. A opção brasileira pela hidroeletricidade é positiva do ponto de vista ambiental. A crítica ambientalista à inundação de áreas de mata tropical tem sido respondida pelo setor elétrico através da adequação do seu inventário de obras, com exigência de relatórios de impacto ambiental aceitáveis. As obras cujos impactos sejam inaceitáveis nos padrões internacionais vêm sendo retiradas do plano de obras ou redesenhadas para atender àqueles padrões. É importante notar que a opção hidroelétrica permitiu ao Brasil economizar milhões de dólares com investimentos que seriam necessários para adequar centrais termoeletricas aos padrões internacionais de emissões de gases.

A forte elevação nos custos de abastecimento energético, que se seguiu à crise do petróleo, gerou entre os consumidores a percepção de que o setor energético, que havia por muitos anos se caracterizado por ganhos de eficiência, passou a ser fonte de ineficiências que são repassadas, através dos custos, para os consumidores. Como o setor funciona como uma rede capilar de vasos sanguíneos que alimenta a vida econômica, suas perdas têm impactos para todos. Portanto, nada mais natural que o debate atual sobre a reforma dos mercados energéticos seja alvo de tanta paixão.

Uma agenda para mudanças

A crise originada pela alta do preço do petróleo na década de 70 gerou expectativas que se viram frustradas nos anos 80. O Brasil não ficou imune a esses movimentos. Diversos programas foram adotados para adaptar a matriz energética brasileira à nova realidade anunciada pela crise do petróleo. Esses programas tiveram trajetórias distintas: o carvão foi, na prática, abandonado; o nuclear revelou-se uma catástrofe; o hidrelétrico tornou-se inadequado; o álcool mostrou-se polêmico. O único sucesso inegável foi o programa de exploração de petróleo no mar. O legado desse conjunto de projetos é complexo; porém, olhando para o futuro, há razões para ser otimista.

De fato, os custos de abastecimento energético cresceram significativamente desde então, sem que esses aumentos tenham sido integralmente repassados aos consumidores. Essa dinâmica deteriorou a situação financeira das empresas do setor energético e provocou a progressiva queda da qualidade dos serviços. Esse movimento coloca em risco o abastecimento da população de baixa renda, limitando muito suas possibilidades de escapar ao círculo vicioso da pobreza. Reverter essa tendência de custos crescentes e deterioração da qualidade de serviço é pois fundamental para a economia

brasileira. Do nosso ponto de vista, as reformas da estrutura institucional dos setores energéticos devem estar subordinadas a esse objetivo básico. Assim, passamos a analisar alguns pontos centrais dos setores petrolífero e elétrico.

Petróleo: luz no fim do túnel

A queda do preço do petróleo, em 1986, provocou uma reversão de expectativas, depois de dissipada a apreensão gerada pela crise do Kuwait através da firme e decidida intervenção americana na região do Golfo. O preço de referência do petróleo está atualmente em nível muito baixo (US\$14/barril), preço que, em termos reais, se aproxima daquele vigente no momento do primeiro choque do petróleo. A recessão nos países industriais e a volta do Iraque ao mercado internacional sugerem que o preço do petróleo venha a cair ainda mais a curto prazo. No longo prazo, a estabilização da demanda nos países industriais e a diversificação das fontes de produção têm levado a maioria dos analistas do mercado petrolífero a acreditar na estabilização do preço no patamar atual por um longo período.

No Brasil, reservas importantes de óleo foram encontradas em mar profundo, as quais permitem ao país dobrar a produção nacional nos próximos anos, sendo a auto-suficiência não mais uma meta utópica.²⁵ A queda no preço do óleo no mercado internacional não afeta a economicidade dessas reservas, dado que esses são os primeiros campos brasileiros que podem ser classificados como gigantes. Seus custos de produção são muito baixos (US\$6 - 8/barril), competindo sem qualquer dificuldade com o óleo importado. Tanto no plano internacional como no doméstico, a evolução do mercado de óleo bruto é bastante favorável, prevendo-se uma progressiva redução da parcela das importações de petróleo na balança comercial brasileira. O setor petróleo poderá atuar como forte fator indutor do processo de retomada do desenvolvimento econômico nacional.

O cenário petrolífero nacional tem sido turvado pelo processo inflacionário. As sucessivas políticas de combate à inflação reduziram drasticamente a remuneração do óleo nacional produzido pela Petrobrás, limitando sua capacidade de financiamento dos investimentos necessários à expansão da produção. A Petrobrás acredita que a solução para essa questão reside num substancial aumento nos preços reais dos derivados na saída da refinaria.²⁶

25 Nossas reservas provadas são de 3,8 bilhões de barris; se a elas somarmos os campos já identificados em águas profundas, deverão atingir o total de 8,1 bilhões de barris (Petrobrás, 1993, p. 33).

26 O preço na saída da refinaria corresponde aos custos operacionais da empresa, acrescidos da remuneração de seus ativos. A esse preço são adicionados os impostos, as margens de distribuição e revenda, mais o Fundo de Unificação de Preços, para definir o preço ao

Em 1993, houve uma progressiva recuperação dos preços dos combustíveis que permitiu recompor as margens de lucro dos distribuidores e revendedores, bem como aumentar significativamente a massa de impostos coletada pela União. Somente a elevação da alíquota do imposto de importação de 19% para 38% elevou em US\$1,5 milhão por dia a receita recolhida com a importação de petróleo. Nesse mesmo período, a remuneração da Petrobrás pela venda de derivados foi reduzida em cerca de 2%, porém a remuneração do óleo nacional cresceu de US\$9 para US\$11.

Esse aparente paradoxo tem sua explicação na fórmula adotada pelo Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) para calcular a remuneração do óleo nacional. Da remuneração a ser paga pelos consumidores pelo petróleo processado nas refinarias da Petrobrás é subtraída a parcela de gastos com a importação de petróleo. Portanto, toda redução no preço do óleo importado aumenta a parcela de remuneração do óleo produzido pela Petrobrás. Assim sendo, as perspectivas de futuras reduções no preço internacional do petróleo e de crescimento da produção nacional tendem ambas a aumentar a remuneração do óleo nacional, melhorando o fluxo de caixa da empresa e elevando sua capacidade de autofinanciamento.

É importante também notar que tanto a mudança na estrutura do mercado de derivados, induzida pela moratória de fato do Programa Nacional do Alcool (PNA), quanto a eliminação das distorções nos preços relativos dos derivados tendem a melhorar a remuneração da Petrobrás na sua atividade de refino, sem que isso signifique aumentos nos preços finais dos combustíveis.²⁷ O equacionamento do financiamento da expansão do setor petróleo brasileiro está ao alcance, sem que sejam necessárias alterações radicais na política petrolífera.

Resta o debate sobre a eficiência. Alguns argumentam que a reforma deve acabar com o monopólio, para promover a concorrência e dessa forma aumentar a eficiência econômica. Entretanto, historicamente o monopólio mostrou-se a forma mais eficiente de desenvolver a indústria brasileira de petróleo. A ruptura do monopólio só é possível na hipótese de partir-se a Petrobrás em diversas empresas, dissolvendo a eficiente estrutura técnico-gerecencial construída nestes últimos 40 anos. Esse passo seria danoso por duas razões. Primeiro, porque o Brasil é um país em construção e o petróleo

consumidor final.

27 Os preços relativos dos derivados (principalmente nafta, querosene de aviação, GLP e diesel) permanecem distorcidos. A adoção do mesmo regime administrativo e operacional nos campos produtivos gigantes e pequenos (basicamente em terra) eleva desnecessariamente os custos destes últimos, com a inevitável consequência de aumentar o custo médio de produção. E finalmente a equalização dos preços nas bases secundárias de abastecimento eliminaria os fretes fantasmas que oneram desnecessariamente o consumidor.

continuará presente no centro de nossa economia por mais algumas décadas; não podemos nos dar ao luxo de destruir uma das poucas estruturas com atividades em todo o território nacional, com capacidade de mobilizar recursos para alavancar o desenvolvimento regional e integrar os espaços vazios. Segundo, porque só o monopólio oferece a minimização de riscos necessária ao desenvolvimento das bacias petrolíferas nacionais.²⁸ O papel do monopólio tem sido fundamental para a eficiência setorial desde 1954 e continuará sendo na virada do século.

Isso não significa ceder ao imobilismo. A indústria brasileira de petróleo deve sofrer mudanças para se ajustar às transformações em curso, tanto no contexto nacional como no internacional, com o objetivo de aumentar sua eficiência. Do nosso ponto de vista, três trajetórias poderiam ser exploradas: uma seria concentrar as atividades da Petrobrás nos grandes campos, abrindo os pequenos campos a uma parceria com empresas privadas. Outra seria a atuação mais forte da Petrobrás no mercado internacional. Finalmente, a separação entre as atividades de transporte e distribuição do gás natural e das atividades de exploração e produção, que permaneceriam sob a égide da Petrobrás.

Novos rumos para o setor elétrico

No Brasil, o debate sobre a reforma do setor elétrico tem sido motivado fundamentalmente pelo esgotamento da capacidade de financiamento do Estado brasileiro.²⁹ A questão da eficiência setorial tem sido negligenciada ou vem sendo tratada como decorrência natural do processo de privatização. No entanto, a experiência internacional sugere que as mudanças institucionais no setor devem ter na busca da eficiência a sua razão de ser; a concorrência deve ser vista apenas como um dos instrumentos possíveis de melhoria da eficiência setorial.³⁰ Mais importante, a privatização não leva necessariamente à concorrência.³¹

Vale notar que a questão do financiamento é relativamente fácil de equacionar, porém a forma assumida pela solução pode ter fortes impactos

28 As bacias brasileiras são de alto risco, por estarem em *offshore* profundo. Essa característica geológica eleva substancialmente os riscos desses investimentos.

29 Revise, *Revisão institucional do setor elétrico (relatório executivo)*. Brasília, MME. Abr. 1989.

30 Existem evidências até mesmo de perda de eficiência resultante de tentativas de introdução de concorrência em sistemas elétricos que se caracterizam pela dominância de economias de coordenação. Ver Oliveira, A. & MacKerron, G. (1992).

31 Vale observar que, na Inglaterra, recentes atitudes do órgão regulador para coibir o poder do duopólio e buscar o ótimo social levaram de fato à criação de barreiras à concorrência. (Ver Any OFFERS? *Energy Economist*, mar. de 1994, p. 149)

negativos sobre a eficiência setorial. O setor elétrico se caracteriza pela necessidade de integração e coordenação. Por razões de ordem técnica, a cooperação entre os diversos agentes do sistema elétrico é essencial para garantir a qualidade do serviço e minimizar os custos da oferta.³² A solução da questão financeira passa pela reordenação tarifária e pela entrada de novos atores no sistema.

O debate sobre a reforma setorial tem sido intenso e quase sempre orientado por propostas radicais. Contudo, a postura do setor elétrico brasileiro tem sido sensata, buscando ajustar o setor à nova realidade. A descentralização e repartição dos riscos com novos atores se insere nessa perspectiva, sendo a abertura das redes de transmissão e distribuição para produtores independentes parte integrante desse processo. O primeiro passo foi dado com a Lei nº 8.631, que rearticulou os fluxos financeiros entre as empresas do setor, ao eliminar os subsídios cruzados, e introduziu mecanismos de eficiência ao estabelecer que as tarifas de cada empresa devem refletir seus custos reais, eliminando a equalização tarifária.³³ O segundo passo foi a criação do sistema nacional de transmissão (Sintrel),³⁴ ainda em fase de implementação. A idéia é fazer um *pool* na malha básica das linhas de transmissão, compreendendo todas as empresas federais com ativos de transmissão. Esse *pool* cobrará um pedágio pelo uso das linhas de transmissão. Idealmente, isso torna possível o acesso das distribuidoras e dos grandes consumidores a novos geradores de eletricidade, públicos ou privados.

Do nosso ponto de vista, uma fórmula simples para aumentar a eficiência setorial seria a permissão da livre negociação da energia não-garantida das centrais hidroelétricas com grandes consumidores, produtores independentes (termoelétricas) ou eventualmente distribuidores. As tarifas nesse

32 Um sistema interligado deve estar a todo momento em equilíbrio estático e dinâmico, com um "despacho de carga" atuando para garantir esse equilíbrio a mínimo custo.

33 A partir de 1974, as tarifas elétricas passaram a ser equalizadas em todo o território nacional, diferenciando-se apenas quanto à classe de consumo. As tarifas correspondiam ao custo médio de serviço no país; empresas com custos inferiores repassavam a diferença entre a remuneração obtida e a legal para uma caixa de compensação, garantindo a remuneração das empresas com maiores custos. O objetivo dessa política era apoiar o desenvolvimento regional, já que os maiores custos concentravam-se nas regiões menos desenvolvidas. Entretanto, teve o efeito colateral de desestimular a eficiência, já que não havia incentivo à redução de custos.

34 O Sistema Nacional de Transmissão de Energia Elétrica (Sintrel) foi criado em dezembro de 1993, Decreto nº 1.009/93. Segundo a exposição de motivos do ministro das Minas e Energia, o principal objetivo do sistema "é acelerar o processo de atração de investimentos privados na área de geração, pois propiciará condições para o pronto acesso ao sistema de transporte de energia por parte dos autoprodutores, em particular aqueles que estiverem distantes de suas usinas geradoras".

caso não seriam fixadas pelo DNAEE, cuja responsabilidade se limitaria a declarar trimestralmente a energia não-garantida disponível.³⁵

Conclusão

O ano de 1994 traz para a sociedade brasileira impasses similares aos que em 1954 geraram o trágico suicídio do presidente da República Getúlio Vargas. Vimos que as políticas do segundo governo Vargas para o setor de energia foram corretas em seu contexto; elas possibilitaram a construção de um significativo acervo técnico e patrimonial, que alavancou o crescimento da economia por 30 anos. Procuramos analisar em que medida as mudanças de contexto põem em questão as estruturas criadas por Vargas.

Nossa conclusão é que, contrariamente ao alegado por advogados de mudanças radicais, aqueles instrumentos permanecem válidos. Porém, em oposição aos que julgam desnecessário qualquer ajuste, concluímos pela importância de fazer reformas para mantê-los adequados às novas condições. Diferentemente de 1954, que foi o momento de criação do setor energético, em 1994 o setor atingiu a maturidade, embora em um contexto bastante adverso. Tal situação exige mudanças, que não devem contudo desestruturar o acervo legado pela estratégia de desenvolvimento do segundo governo Vargas. Além da agenda já sugerida, um último ponto merece ser abordado.

Na busca da eficiência, e dadas as características dos setores energéticos, uma função governamental da maior importância é a de regular as atividades desses setores. Os órgãos reguladores existentes, DNAEE e DNC, não estão aparelhados para a tarefa que os espera nas novas condições. Esses órgãos deveriam ser independentes das empresas reguladas, ter recursos técnicos e econômicos adequados à sua tarefa, e mandato claro para dar-lhes responsabilidade perante a nação, preservando-os de pressões indevidas.

Bibliografia

- Araújo, Hildete Pereira de Melo, *O setor de energia elétrica e a evolução recente do capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Coppe/UFRJ, 1979 (Tese de Mestrado).
- Araújo, João Lizardo & Benosik, Roberto I. *Regulation, institutional structure and the performance of the Brazilian electricity sector*. Rio de Janeiro/Bru-xelas, Coppe/UFRJ e OCDE, 1991 (Relatório de Pesquisa).

35 Uma central hidroelétrica é projetada para gerar energia segundo o pior período (no Brasil, cinco anos) da série histórica. Na maioria dos anos, a pluviometria ultrapassa bastante o pior período; sendo assim, a energia disponível é superior à energia planejada (dita firme). Essa diferença é chamada energia secundária ou não-garantida.

- Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. "Lucas Lopes — memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro, Memória da Eletricidade/Programa de História Oral do CPDOC/FGV, 1991.
- _____. *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil*. Rio de Janeiro, Memória da Eletricidade, 1988.
- Conselho Federal de Comércio Exterior. *Dez anos de atividades do Conselho Federal de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944.
- Dias, José Luciano de Mattos & Quaglino, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil — uma história da Petrobrás*. Rio de Janeiro, CPDOC/Serinst, FGV/Petrobrás, 1993.
- Energy Economist*, Any OFFERS?, Mar. 1994, 149/50.
- Grenon, M. *Pour une politique de l'énergie*. Verviers, Marabout, 1972.
- Hunt, Diana. *Economic theories of development — an analysis of competing paradigms*. New York, Harvester Wheatsheaf, 1989.
- Lessa, Carlos. *15 Anos de política econômica*. 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Lessa, Carlos & Fiori, José Luis. *Relendo a Política Econômica: As Falácias do Nacionalismo Popular do Segundo Governo Vargas*, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, Textos de Discussão nº 30, 1983.
- Martin, Jean M. *Industrialisation et développement énergétique du Brésil*. Paris, Institut d'Hautes Études d'Amérique Latine, 1966.
- Martins, L. *Pouvoir et le développement économique: formation et evolution des structures politiques au Brésil*. Paris, Anthropos, 1976.
- Prowse, M. Investment in people seen as key to Third World e Economists' faith in new consensus raises old concerns. *Financial Times*, July 8, 1991.
- Oliveira, Adilson. *Internationalisation du capital et développement économique: l'industrie petroliere au Brésil*. Grenoble, Université des Sciences Sociales de Grenoble/Faculté de Sciences Economiques, 1977. (Tese de Doutorado).
- Oliveira, Adilson & Linhares Pires, J.C. *Setor elétrico brasileiro: diagnóstico e perspectivas*. Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, 1994. mimeog. (Relatório de Pesquisa).
- Oliveira, Adilson & Mackerron, G. Is the World Bank approach to structural reforms supported by experience of electricity privatization in the UK? *Energy Policy*, Feb. 1992.
- Oliveira, Adilson & Pereira de Melo, Hildete. *Industrialização e desenvolvimento energético 1945/1955*. Anais do XV Encontro Nacional de Economia Anpec.
- Penna Marinho, I. *Petróleo, soberania e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Block, 1969.
- Pereira, Jesus Soares. *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- Petrobrás. *Sistema Petrobrás — diagnóstico e perspectiva*. Rio de Janeiro, 1993.
- Skidmore, T. *De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- Tavares, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- Vargas, Getúlio. *A campanha presidencial*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1951.
- Wilberg, A.J.A. & Brito, S.S. *Energy resources and their utilization in Brazil*. 9ª Conferência Mundial de Energia, set. 1974.

▪
Epílogo
▪

O legado documental de Getúlio Vargas



SUELY BRAGA DA SILVA



As fontes de pesquisa

A última parte deste livro, que reúne artigos cujo foco de análise centra-se no impacto do suicídio do presidente Getúlio Vargas, em agosto de 1954, e nas suas conseqüências políticas, foi reservada para que pudéssemos apresentar um pouco do histórico e do conteúdo temático do conjunto de documentos que formam seu arquivo privado.¹

Falar de documento, este já ele em que suporte estiver, é falar de fonte de pesquisa. Falar de documento de arquivo é falar de fonte primária. Por fontes primárias arquivísticas entenda-se, primordialmente, documentos em suporte papel. Neste trabalho será a esse tipo de documento que nos referiremos. Essa qualificação é importante, já que modernamente a concepção de documento ampliou-se, passando a incluir tudo aquilo que “pertencendo ao

1 O arquivo privado de Getúlio Vargas foi doado, em 1973, ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. São, aproximadamente, 30 mil documentos, entre correspondência, produção intelectual, documentos pessoais, livros, revistas, jornais, fotografias, discos, filmes, cartazes etc. A consulta aos documentos é feita através dos diversos instrumentos de pesquisa (inventários e catálogos) que descrevem e localizam os documentos organizados unitariamente ou em dossiês (grupos de documentos que versam sobre um mesmo assunto). Os documentos textuais não-impressos foram todos microfilmados, como forma de melhor preservá-los, e a consulta não mais se dá nos originais mas sim nos microfilmes. Com o mesmo intuito — preservação dos originais — as fotografias foram reproduzidas, os filmes foram telecinados (passagem para videocassete) e os discos regravados em fitas rolo e cassete.

homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem".² O termo documento adquiriu um sentido macro, onde há espaço não só para a escrita, mas também para a ilustração, o som, a imagem e quaisquer outras formas de expressão e comunicação estabelecidas.

As fontes de pesquisa são os instrumentos de que dispomos para a construção do saber histórico. As chamadas fontes primárias são os documentos cujas informações encontram-se *in natura*, ou seja, são os documentos em essência. Quando o pesquisador se utiliza das informações contidas nesses documentos e produz um trabalho como, por exemplo, um livro, um filme documentário etc., ele está criando um novo documento — uma fonte secundária de pesquisa. As fontes primárias, como aliás todas as outras fontes, devem ser utilizadas com grande acuidade metodológica. A idéia que deve nortear os passos da pesquisa histórica é que nenhuma fonte é suficientemente reveladora e verdadeira a ponto de dispensar o confronto com outras fontes. Parece-nos que a *sabedoria* reside em usá-las extraindo o máximo que podem nos fornecer, não permitindo, contudo, que seus encantos nos condicionem em uma única direção. Se a *revelação da verdade* não nos for possível através deste ou daquele documento, restamos o esforço de confrontação entre as fontes que se encontram nos arquivos. Este é um dos pontos principais que justificam a pesquisa nos arquivos privados pessoais.

Distintamente dos arquivos oficiais, os arquivos privados são o repositório de um conjunto documental que passou por uma dinâmica de produção, circulação e coleta à margem das formalidades oficiais. Além da maior liberdade de que gozam os interlocutores para expressarem-se, sem os constrangimentos e comprometimentos políticos de que se revestem as ações oficiais, os arquivos privados acolhem alguns tipos de documentos que lhes são peculiares, sendo os *diários* o exemplo mais expressivo. A natureza das informações constantes dos diários em nada se assemelha ao formalismo da produção oficial. Nestes, registramos nossos mais íntimos sentimentos e revelações que não nos permitimos expressar para terceiros. Assim como os diários, a *correspondência* entre amigos são documentos plenos de informalidade e intimidade que permitem aos interlocutores expressarem suas opiniões de modo mais próximo de seus reais sentimentos. Os estudos, os rascunhos, os originais anotados, as diferentes versões de um mesmo documento são registros típicos de acervos privados, dos quais podemos extrair uma gama enorme de informações. O confronto entre as

2 Le Goff, Jacques. Documento/monumento. In: *Enciclopédia Einaudi*. Porto, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1984, v. 1, p. 98.

versões preliminares de um discurso e aquela que se tornou oficial, pública, pode ser muito enriquecedor, tanto do ponto de vista da análise do processo de construção literária, quanto da análise das opções políticas. Esta é a marca maior dos acervos privados pessoais — a informalidade.

O registro da vida privada dos titulares é mais comumente encontrado nas séries denominadas *documentos pessoais* e *fotografias*. Na primeira concentram-se os documentos de natureza estritamente pessoal e intransferível, como os diplomas, as certidões, os *curriculum vitae*, os registros de identificação (identidade, carteira de reservista, passaporte etc.). No conjunto fotográfico essa privacidade torna-se explícita em um tipo de documento muito presente nos acervos privados — os álbuns de família.³ Através deles tem-se acesso a um mundo diverso e distante do mundo público/profissional que rege a vida dos titulares dos arquivos. Nos álbuns de família, presidentes da República tornam-se avós, pais e esposos. As poses formais das aparições públicas dão lugar ao lazer e à descontração, que em nada lembram as imposições dos cerimoniais e protocolos.

Todavia, o reconhecimento dos arquivos privados pessoais como importante fonte de pesquisa é um fato recente até mesmo para a arquivologia. Até os primeiros anos deste século prevalecia a definição clássica de arquivo difundida pela Associação dos Arquivistas Holandeses, para a qual arquivo era “o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos *oficialmente por determinado órgão administrativo*.”⁴ (o grifo é nosso). Modernamente, a concepção do que se seja um arquivo evoluiu para “o conjunto de documentos de toda espécie, que todo corpo administrativo, toda pessoa física ou moral reúne automática e organicamente em razão de suas funções e de sua atividade”.⁵

No Brasil particularmente, a consolidação da idéia de que os arquivos — públicos ou privados — são peças importantes para a gestão administrativa e para a preservação de nossa memória histórica ainda é um processo em

3 Cabe imaginar que os acervos privados pessoais que estão se constituindo modicamente venham a incluir as produções domésticas em videocassetes, em substituição aos álbuns fotográficos.

4 Camargo, Ana Maria. O público e o privado. Contribuição para o debate em tomo de caracterização de documentos e arquivo. São Paulo, 12 f. dat., p. 10. Como vimos, na definição holandesa não havia menção a arquivos privados, estando os arquivos associados exclusivamente às funções públicas. Para Camargo (p. 3) “a valorização do arquivo como órgão que conserva os documentos emanados de autoridades públicas vem de uma longa tradição jurídica, baseada na presunção de autenticidade dos atos praticados pelos que detêm cargos e ofícios públicos. É na esfera do público — mediante registros autênticos e seguros — que se evidenciam a veracidade e a validade dos fatos”.

5 Duchéin, Michel. Le respect des fonds en archivística; principe théorique et problèmes pratiques. *La Gazette des Archives*. Paris (97), 1977.

andamento, e o problema se intensifica quando o assunto são os arquivos privados pessoais. A expressão "patrimônio histórico nacional" aparece pela primeira vez na legislação brasileira em 1937, no decreto de criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), segundo o qual apenas os monumentos edificados integrariam nosso patrimônio histórico. A inclusão do conjunto documental como parte do patrimônio cultural do país se dá somente com a Constituição de 1946.

Até o início da década de 70 não havia no país instituições que se dedicassem a coletar, organizar, preservar e divulgar documentos privados, sobretudo de titulares envolvidos na história mais recente do país. Havia, sim, os institutos históricos, que abrigavam arquivos privados de personagens políticos com atuação no período do Império até a República Velha, mas que não demonstravam a necessária disposição para expandir sua ação quanto às políticas de constituição de acervo nem para modernizar suas práticas metodológicas. A Casa de Rui Barbosa, igualmente, já existia, mas tinha como centro de suas preocupações a preservação do acervo de seu patrono.

Essa situação se manteve durante tanto tempo porque a historiografia brasileira privilegiava temas centrados nos períodos da Colônia e do Império. Em meados dos anos 60 essa realidade começa a mudar, abrindo-se o interesse por temas da história republicana e ampliando-se, dessa forma, o universo de pesquisa.

Novos objetos, novas necessidades de fontes

Se a realidade das instituições de memória do país era sabidamente bastante precária quanto ao tratamento e ao acesso dos documentos dos períodos da Colônia e Império, a situação dos documentos da era republicana era bem mais grave. A falta de uma política nacional de arquivos que orientasse a gestão documental propiciando um recolhimento regular, um tratamento técnico adequado e a conseqüente liberação à consulta dentro de preceitos democráticos, claros e predeterminados, transformava o ato de pesquisar em algo difícil, penoso e, com freqüência, sujeito ao arbítrio dos dirigentes institucionais. Moreira lembra que,

"a partir do final da década de 60, acentuou-se o descompasso entre os novos interesses da pesquisa histórica brasileira, cada vez mais direcionada para os documentos do período republicano, e as condições oferecidas pelas principais instituições arquivísticas".⁶

A grande discussão sobre a utilização e a disponibilidade das fontes

6 Moreira, Regina da Luz. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 3 (5), 69, 1990.

documentais contemporâneas acalorou-se com a presença dos chamados *brasilianistas* no cenário brasileiro da pesquisa histórica. Em sua maioria norte-americanos, os *brasilianistas* chegaram ao país em condições financeiras superiores às dos pesquisadores brasileiros, podendo transpor as dificuldades existentes, o que muitas vezes os pesquisadores locais não conseguiam. Além do acesso aos arquivos públicos, buscavam ter acesso aos documentos privados de personagens relevantes para o estudo da história do Brasil contemporâneo, que de modo geral constituía seu período de interesse. Esse acesso era condicionado à vontade dos detentores dos documentos, via de regra os familiares dos titulares dos arquivos. O arquivo de Getúlio Vargas é um exemplo de acervo que foi consultado por pesquisadores tanto brasileiros como estrangeiros enquanto esteve em poder da família do ex-presidente.

Não pretendemos aqui discutir a qualidade acadêmica da produção dos *brasilianistas*, mas somente assinalar o papel por eles desempenhado no processo de mudança tanto da historiografia brasileira quanto da realidade documental do país nos anos 60/70. Moreira ressalta o lado positivo de sua presença ao afirmar que,

“de um modo ou de outro, é inegável a importância dos trabalhos desenvolvidos pelos *brasilianistas* — quanto mais não seja pela divulgação de novos arquivos, ou de acessos até então vedados aos pesquisadores brasileiros (...) Tal importância se torna mais nítida quando se fala de arquivos privados de políticos. Pouco consultados pelos pesquisadores brasileiros — a grande exceção foi Hélio Silva, com o seu *Ciclo de Vargas* —, esses arquivos tiveram sua existência ratificada pelos *brasilianistas*, que também alertaram o meio acadêmico e a sociedade como um todo para a importância desse tipo de fonte (...)”⁷

Foi nesse cenário que, ao longo da década de 70, foram criadas várias instituições direcionadas para o recolhimento, a preservação e o tratamento de arquivos privados. Dentre essas novas instituições encontrava-se o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, que foi criado em 1973 com o objetivo de aliar o tratamento de documentos privados de personagens que atuaram no cenário político nacional pós-1930 com o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre temas do Brasil contemporâneo. O primeiro arquivo doado ao novo centro foi exatamente o do ex-presidente Getúlio Vargas, que desde sua morte se encontrava em poder de sua filha, Alzira do Amaral Peixoto.

7 Id., *ibid.*, p.69.

A guardiã da memória

A expressão “guardiã da memória” foi utilizada por Gomes⁸ ao se referir a Alzira Vargas em trabalho que buscou refletir sobre as relações entre a mulher e a política na sociedade brasileira através do estudo da trajetória de vida da filha do presidente Vargas, que durante quatro décadas atuou intensamente na política em esfera nacional e regional (no antigo estado do Rio de Janeiro). Nesse mesmo trabalho é ressaltado o esforço por ela empreendido para perpetuar a memória do pai.

Nos vários depoimentos de dona Alzira percebe-se sempre sua preocupação em restaurar a *verdade* política sobre Vargas e seu governo. A convicção de que somente através dos documentos a *verdade* se sobreporia às *inverdades* difundidas pelos detratores de Vargas é uma constante em seu discurso.

Dona Alzira foi a pessoa que, sem sombra de dúvida, melhor conheceu o conteúdo dos documentos do arquivo Vargas. Não podemos, contudo, nem afirmar que foi esse profundo conhecimento do acervo que a conscientizou da importância de preservá-lo e liberá-lo à pesquisa histórica, nem assegurar o inverso, ou seja, que, consciente da importância dos documentos para o resgate da *verdadeira* história da era Vargas, ela se dedicou a organizá-lo e preservá-lo. Seja como for, o acervo foi preservado e entregue a uma instituição de memória para que um número irrestrito de pesquisadores pudesse a ele ter acesso.

Para que se possa compreender o porquê de tanta intimidade de Alzira com os documentos do arquivo Vargas, é necessário narrar um pouco de sua trajetória de vida. Alzira, que esteve sempre muito próxima do pai, desde muito jovem participou ativamente dos meandros do governo e da política, mantendo essa postura durante todo o período que se convencionou chamar de Ciclo Vargas. Seu ingresso oficial no governo se deu em fins de 1936, quando foi convidada por Luís Vergara, então secretário da Presidência, para ser auxiliar de gabinete, cargo que ocupou até a queda do Estado Novo, em 1945. Durante todos esses anos esteve encarregada de cuidar do arquivo privado do presidente. Nos anos de *exílio* de Vargas, ela seria o elo de ligação entre ele e o mundo político.

Ao longo do segundo governo (1951-54), Alzira seria muito mais do que uma auxiliar dedicada. Seria, sim, um dos mais privilegiados interlocutores do presidente. Gomes avalia que nesses anos, e especialmente na crise que levou ao fim o governo Vargas, “a figura de Alzira se inscreve de forma

8 Gomes, Ângela Maria de Castro. *A guardiã da memória*. Rio de Janeiro, 1994, 13 p. n.º 100.

particular, uma vez que teria tido acesso a informações e a debates de que poucos participaram”.⁹

O grau de importância que Alzira Vargas atribuiu aos documentos que integram o arquivo privado do pai e a relação emocional que estabeleceu com eles desde os primeiros anos em que foi responsável por sua organização — inicialmente na condição de filha e, a seguir, de auxiliar de gabinete — podem ser medidos pelas referências que faz ao assunto em seu livro de memórias *Getúlio Vargas, meu pai*, escrito poucos anos após o suicídio do presidente, e no depoimento oral prestado ao CPDOC/FGV. Nesses dois relatos, produzidos com um intervalo de 20 anos, a importância que atribui e a emoção com que se refere a passagens de sua vida relacionadas com os documentos do pai são as mesmas. Por essa razão, usaremos suas próprias palavras, extraídas das duas obras citadas, para mostrar a intensidade desse processo de descoberta e internalização dos documentos do arquivo de seu pai, o presidente Vargas, e a importância que desde cedo atribuiu à sua preservação.

No livro, aparece a primeira referência ao serem lembrados os dias tensos no seio familiar que se seguiram à eclosão da Revolução de 1930. Alzira lembra-se dos afazeres da mãe, Darcy Vargas, por ocasião da partida para o Rio de Janeiro. Dentre os mais importantes estava “guardar os arquivos de papai”.¹⁰

Um ano antes de ingressar na Faculdade de Direito, em 1932, vencida a Revolução Constitucionalista, Alzira afirma que, “pacificados os ânimos, restabelecida a hierarquia militar, com as feridas ainda abertas, voltavam todos exaustos para a normalidade”. A rotina não a satisfazia. “Aquele agitação permanente me fazia falta. Precisava encontrar-lhe um substituto.” Esse substituto ela buscava frequentando a biblioteca do palácio e aprendendo “os segredos da classificação”.¹¹ Seriam estes *segredos* que mais tarde ela adaptaria no trabalho de classificação dos documentos do arquivo Vargas.

A sensibilidade de Alzira para a questão da preservação documental pode ser percebida desde a sua juventude. Em outra passagem de suas memórias lembra o dia em que o pai “encontrou a biblioteca engalanada”.¹² por iniciativa própria, Alzira providenciara a recuperação dos 70 volumes da *Enciclopédia Espanhola Espasa*, à qual o presidente tinha especial apreço. Após este fato o pai, aos poucos, iria delegar-lhe novas *missões*. “Passei a

9 Id., *ibid.*, p. 3.

10 Peixoto, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio, meu pai*. Rio de Janeiro, Globo, 1960. p.68.

11 Id., *ibid.*, p. 94.

12 Id., *ibid.*, p.98.

cuidar de seus recortes de jornais até a criação do DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda], que tomou a si a tarefa."¹³

O início da grande incumbência — zelar pelo arquivo — e o impacto emocional que os primeiros anos desse trabalho provocaram naquela que deveria ser a *guardiã da memória* dos fatos que envolviam o presidente e seu governo foram relatados de forma minuciosa no livro e de forma mais sintetizada, mas não menos densa, no depoimento oral. Neste último Alzira afirma:

"A primeira vez que tomei conhecimento dos fatos, quando papai entregou-me a primeira fornada de papéis, levei um susto. O que era corrente no público era mentira. A verdade estava ali, nos papéis."¹⁴

Essa convicção inabalável na capacidade que os documentos têm de restaurar a *verdade* é muito forte e constante na visão de Alzira. Essa imensa força que os documentos possuíam podia mesmo transformar os sentimentos da *guardiã-aprendiz*.

"Fiquei com medo de mim mesma. O que aqueles documentos me revelavam, a verdade verdadeira sobre fatos e homens, a causa real de certos acontecimentos, deixaram-me petrificada. Como é dura, cruel e fugida a verdade! Uma nova perspectiva da vida política de meu pai se abria para mim e eu perdia mais uma tonelada de ilusões."¹⁵

A percepção do perigo que representava o conhecimento das informações contidas nos documentos obrigou a *drásticas atitudes de segurança* que ela assim nos descreve:

"Mande fazer um armário especial, onde encerrei todos os papéis, e escondi a chave de mim própria... Adotei uma política de censura sobre mim mesma. Jamais lia os documentos da atualidade. Guardava-os até que sássem do cartaz. No ano seguinte, eu os organizava e classificava."¹⁶

Com o correr dos anos a *guardiã* passou de aprendiz a mestra, e o medo dos papéis cedeu lugar à maturidade e à experiência política. Agora, diz ela, "o arquivo tinha entrado na rotina e nenhuma revelação política tinha o poder de me espantar."¹⁷

O arquivo privado de uma figura pública não abriga unicamente documentos relacionados com a sua atuação pública, mas também aqueles que

13 Id., *ibid.*, p. 99.

14 Peixoto, A. V. A. Depoimento oral. p. 13.

15 Peixoto, A. V. A. *Getúlio Vargas, meu pai*. Op.cit., p. 101.

16 Id., *ibid.*, p. 101.

17 Id., *ibid.*, p. 203.

registram facetas de sua vida privada. Vargas não devia fugir à regra e incorporou a seu arquivo os documentos que por motivos afetivos decidiu preservar. Certa vez, recebendo do pai um grupo de documentos para inserir no arquivo, Alzira deparou-se com as cartas que havia escrito a ele quando em viagem à Europa. Conta-nos que seu ímpeto imediato fora o de descartar tais *bobagens* em meio a tantos documentos *sérios*, mas que o presidente alertara-a afirmando que todos aqueles papéis pertenciam a seu arquivo e, por essa razão, não deveriam ser eliminados. Talvez essa passagem tenha colaborado para que Alzira aprendesse a importância da integridade dos conjuntos documentais arquivísticos. Ela era apenas a guardiã, e não a titular do arquivo, sendo, por essa razão, levada a aceitar suas limitações quanto à constituição do acervo documental. “Todas as bobagens escritas ... eu lhas havia dado, já não me pertenciam.”¹⁸

*De que trata o arquivo Vargas*¹⁹

Conhecido um pouco da história do arquivo privado do ex-presidente Vargas — não no que se refere à sua constituição, mas no que diz respeito à sua preservação —, apresentaremos um painel com os principais temas que os documentos abordam. Não se trata de privilegiar os episódios historicamente mais importantes que ocorreram no país ao longo das décadas em que Vargas foi o expoente máximo da política nacional. Interessamos, sim, informar quais os temas que mereceram do titular do acervo a indicação *archive-se*. Muitas vezes um determinado episódio, apesar de sua importância, não gera documentos capazes de integrar o arquivo privado de uma pessoa. Os documentos produzidos podem não sair da esfera do público e, por esse motivo, integram apenas os arquivos públicos. Por outro lado, como não estamos diante de um acervo público que, forçosamente, deve espelhar todos os trâmites de uma ação no âmbito do poder público, mas sim diante de um conjunto documental de natureza privada pessoal, não devemos esperar uma cobertura quantitativa sempre na mesma ordem de grandeza de que se revestiu o evento em termos de importância. O arquivo Vargas é, contudo, um feliz exemplo de acervo, que permite ao pesquisador traçar um perfil do quadro político e econômico nacional através es-

18 Id., *ibid.*, p. 271.

19 A descrição sumária do conteúdo informativo do arquivo está pautada nos dados contidos no *Guia dos arquivos CPDOC — 1985* e nos diversos relatórios de trabalho elaborados pela equipe responsável pela organização do arquivo. Esses relatórios encontram-se no Setor de Documentação do CPDOC/FGV.

sencialmente da correspondência mantida entre os mais expressivos expoentes do cenário político. Estimado em 30 mil documentos, o arquivo retrata, com maior ou menor intensidade, os principais episódios políticos ocorridos no país entre 1930 e 1954. Essa periodização deve ser entendida apenas como marco da abrangência temporal dos documentos, existindo contudo registros anteriores a 1930. Esses documentos abordam, de modo geral, questões familiares e de política local rio-grandense, deixando de lado temas como a atuação de Vargas como ministro da Fazenda no governo Washington Luís (1926/27), cargo que deixou para concorrer às eleições ao governo do Rio Grande do Sul e como deputado estadual e federal.

Antes de entrarmos propriamente na descrição temática do arquivo, há um dado que nos parece importante ressaltar. A equipe de historiadores, sociólogos e documentalistas que organizou o arquivo pôde constatar, na medida em que conheceu o conjunto dos documentos como um todo, uma nítida distinção entre o conteúdo dos documentos identificados para os anos referentes ao primeiro governo (1930-45) e aqueles relativos ao segundo governo (1950-54). Para o primeiro momento o acervo caracteriza-se como essencialmente político. São os políticos tratando de política, são conquências políticas para causas também políticas. O acervo nesse período estaria marcado por articulações, repercussões e acomodações, sempre políticas. Já nos anos do segundo governo os documentos veiculam de uma forma mais intensa temas ligados ao processo administrativo do governo através das ações técnico-operacionais de suas autarquias, empresas, superintendências, fundações, ministérios etc. Não estamos com isso afirmando que inexistem informações sobre política nacional nesses anos. O que pretendemos ressaltar é que essas informações são escassas e descontínuas.

O acervo começa a se enriquecer, de fato, a partir de 1929/30, quando se apresentam fartamente documentados temas como política gaúcha, sucessão presidencial de Washington Luís, formação da Aliança Liberal em apoio à candidatura de oposição de Vargas à Presidência da República e articulações político-militares que precederam a Revolução de 1930, muito embora as informações específicas sobre a eclosão do movimento revolucionário não sejam muito lineares. O período abrangido pelos anos posteriores à Revolução de 1930 até a decretação do Estado Novo, em 1937, é bastante rico. Através da análise dos milhares de documentos que esse período incorpora pode-se acompanhar a formação e o desenvolvimento do governo provisório e as constantes crises políticas nas interventorias. A crise sucessória do governo de Minas Gerais em 1933, que ficou conhecida como "caso mineiro", encontra-se fartamente registrada no arquivo. Da mesma forma é possível realizar densas pesquisas sobre a Revolução Constitucionalista de 1932. Todo o ambiente político do país nos meses que antecederam a eclosão

da revolta é passível de reconstituição através da leitura dos documentos desse período. A demissão conjunta dos ministros gaúchos, que reflete a crise estabelecida entre o governo provisório e o Rio Grande do Sul, e as relações da Frente Única Gaúcha com o governo provisório em meados de 1932 aparecem igualmente bem documentadas. A Revolução de 1932 pode ser estudada, por exemplo, através dos conjuntos documentais que retratam as movimentações de tropas e de material bélico; os levantes nos estados; a movimentação nos quadros militares; as estratégias de ação das forças legalistas; as tentativas de pacificação; a reorganização político-partidária após a derrota de São Paulo.

O ambiente político das eleições de 1933, que elegeram os deputados à Assembléia Nacional Constituinte de 1934, também é bastante documentado, principalmente no cenário paulista. Nesse mesmo período, no campo das relações exteriores, grande importância é dada à solução do litígio fronteiro entre Paraguai e Bolívia na região do Chaco. A “questão do Chaco” seria um tema recorrente até meados de 1935, quando o problema teve solução.

Ao assumir a embaixada do Brasil nos EUA, em 1934, Osvaldo Aranha iniciou uma densa correspondência com o presidente Vargas, que se estenderia até 1937, a respeito de política econômica brasileira, das relações entre Brasil e EUA e do panorama político e econômico mundial. Iguamente intensa é a correspondência entre Vargas e seu ministro da Fazenda (1934-45), Arthur de Souza Costa, discutindo os rumos da economia nacional. A Missão Souza Costa, destinada a renegociar a dívida externa brasileira com os bancos ingleses e norte-americanos, encontra-se retratada em farta documentação.

Para o ano de 1935 podemos destacar como temas mais recorrentes no arquivo Vargas as eleições estaduais e o desenrolar de algumas crises geradas pelo processo sucessório — como as do Rio de Janeiro, Pará e Rio Grande do Sul — e o início da repressão ao comunismo, desencadeada após o fracassado levante comunista de novembro de 1935. A sucessão presidencial de 1937 é tema que desde o início de 1935 aparece nas correspondências. O rompimento político entre Vargas e Flores da Cunha no ano de 1936 é também bastante referenciado.

A conjuntura político-militar nacional e o panorama internacional que justificaram o golpe de 10 de novembro de 1937, e a reorganização do governo, são temas importantes da nossa história contemporânea que o arquivo privado de Vargas nos permite acompanhar com um volume expressivo de documentos.

O universo documental compreendido nos anos do Estado Novo ressalta fundamentalmente as relações exteriores do Brasil e o clima bélico que

atinge a Europa. São temas presentes nesses anos o estreitamento dos laços com os EUA; as negociações para a obtenção de recursos financeiros para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional; o rompimento com os países do Eixo e a declaração de guerra, em 1942. As relações diplomáticas do Brasil com os vizinhos da América do Sul, o posicionamento destes frente ao conflito mundial, e o nascimento da liderança de Juan Perón na Argentina são outros assuntos que podem ser bem pesquisados no arquivo Vargas.

Há ainda nesse período vasta documentação sobre a Conferência de Bretton Woods, realizada em junho de 1944; a segunda Missão Souza Costa, em 1937, e a Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos (ainda ligada ao esforço de guerra). No âmbito das questões internas pode-se registrar como temas mais fartamente documentados as articulações oposicionistas ao governo Vargas e a constituição dos partidos nacionais.

Nos anos que correspondem ao *exílio* de Vargas em São Borja (RS) após a queda do Estado Novo — 1946 a 1950 —, o arquivo possui vasta correspondência do ex-presidente com líderes políticos nacionais, tratando com maior destaque de assuntos ligados ao fortalecimento do Partido Trabalhista Brasileiro.

O retorno do ex-presidente à cena política nacional se deu com a sua candidatura às eleições presidenciais de 1950. Sobre esse evento o arquivo dispõe de uma rica coleção de discursos por ele proferidos ao longo da campanha em sua passagem pelos estados. São originais que muitas vezes vêm acompanhados de rascunhos e versões diversas da redação final. No tocante à correspondência deste período, há um farto material sobre o tema da sucessão presidencial. As articulações em torno de uma candidatura pessedista, a busca de várias *fórmulas* visando a uma candidatura de *união nacional*, o surgimento da candidatura de Cristiano Machado e o engajamento de Ademir de Barros na campanha getulista são os maiores destaques em termos de volume de documentos.

Para o período do segundo governo podemos destacar o material a respeito das eleições de 1950 e 1952 no Clube Militar, da polêmica proposta do ministro do Trabalho João Goulart de reajuste de 100% do salário mínimo, da demissão de Goulart, do Memorial dos Coronéis, de janeiro de 1954, documento político que traduz as críticas dos setores militares à decisão do governo de conceder o índice de reajuste proposto por Goulart.

Um último tema, muito bem explorado pelos documentos, refere-se à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/52), cujo objetivo era a obtenção de recursos financeiros para o Programa de Reparelhamento Econômico Brasileiro, razão pela qual foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES.

A crise política de agosto de 1954, que culminou com o suicídio de

Vargas, pode ser sentida através da leitura de alguns documentos contidos no arquivo, ainda que em número não elevado. O mesmo ocorre com outros temas relevantes, como o processo de criação das estatais Petrobrás, BNDE e Eletrobrás e os debates para a elaboração da Lei de Remessa de Lucros.

Embora nos tenhamos detido na descrição dos documentos textuais não-impresos ou, como são comumente conhecidos, nos *manuscritos* do arquivo Vargas, é preciso dizer que também o integram 7 mil recortes de jornais, centenas de jornais, revistas, folhetos e livros, além de milhares de fotografias, discos e filmes. São textos, imagens e sons que cobrem um período de quase meio século e permitem ao pesquisador acompanhar a trajetória pública e a vida privada de Vargas, assim como os principais aspectos da vida política nacional.

Este acervo, que há 20 anos vem sendo exaustivamente consultado, não deve ser visto como uma fonte exaurida de pesquisa. Ao contrário, é um veio rico, pois as fontes documentais têm a peculiaridade de permitir sempre uma nova leitura em função de quem as consulta e dos objetivos da pesquisa.

■

Os autores

■

Angela de Castro Gomes (org.)
Pesquisadora do CPDOC/FGV e professora do
Departamento de História da UFF.

Villas-Bôas Corrêa
Jornalista e comentarista político.

Alzira Alves de Abreu
Diretora do CPDOC/FGV.

Fernando Lattman-Weltman
Pesquisador do CPDOC/FGV.

Jorge Ferreira
Professor do Departamento de História da UFF.

Mônica Almeida Kornis
Pesquisadora do CPDOC/FGV.

Maria Antonieta Leopoldi
Professora do Departamento de Ciência Política
da UFF.

Salomão Quadros da Silva
Economista do IBRE da FGV.

Hildete Pereira de Melo
Professora do Departamento de Economia da
UFF.

Adilson de Oliveira
Professor do Instituto de Economia Industrial da
UFRJ.

João Lizardo de Araújo
Professor do Instituto de Economia Industrial da
UFRJ e da COPPE/UFRJ.

Suely Braga da Silva
Pesquisadora do CPDOC/FGV.

markgraph

Rua Jornalista Orlando Dantas, 56 - Botafogo

Tel.: (021) 551.9242 - Fax: (021) 551.6721

Rio de Janeiro - RJ

"Deixei a redação pelo nonô, por volta das 6 horas, para o segundo turno no *O Dia*, então instalado num sobradão da rua Marechal Floriano, quase esquina da rua Uruguaiana. No meio da caminhada a notícia do suicídio de Getúlio Vargas estourou pela voz poderosa de Heron Domingues, depois do prefixo das estridentes metálicas da *Repórter Esso*.
E vi o cidadão virar."

Villas-Bôas Corrêa

Este livro, um panorama dos acontecimentos dos anos 50 a do *Figuro de Vargas*, foi escrito por jornalista, historiador, economista, cientista político e arquivista, numa combinação mais que proveitosa e enriquecedora. Ele foi concebido para um público não-acadêmico *stricto sensu*, o que significa dizer que, sem prejuízo da qualidade das análises, a preocupação foi *ocultar questões e abordagens novas e motivadoras, os temas escritos sem os vícios que os diálogos dos oficiais ocultos por esse tempo.*

ISBN 85-85427-89-2



9 788585 427894